

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 25 • NÚMERO • 01 • JAN/JUN • 2012



DIFUSÃO CULTURAL
EM ARQUIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

Ministério da Justiça
Arquivo Nacional

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v. 25, NÚMERO 1, JANEIRO/JUNHO 2012

© 2012 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (21) 2179-1341
Email: revista.acervo@arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a revista *Acervo*, periódico institucional do Arquivo Nacional publicado semestralmente, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais, privilegiando uma abordagem arquivística. *Acervo* publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos e resenhas.

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Editores do Dossiê

Claudia Heynemann e Maria do Carmo Teixeira Rainho

Comissão Editorial

Claudia Heynemann, Dilma Cabral, Inez Stampa, Vitor Manoel Marques da Fonseca (presidente), Vivien Ishaq

Editor Executivo

José Claudio Mattar

Conselho Editorial

Ana Canas Delgado Martins, Ana Maria de Almeida Camargo, Beatriz Teixeira Weber, Célia Maria Leite Costa, Caio César Boschi, Francisco José Calazans Falcon, Georgete Medleg Rodrigues, Heloísa Liberalli Bellotto, Ilmar Rohloff de Mattos, Ismênia de Lima Martins, James Green, José Bernal Rivas Fernández, Luciana Duranti, Luciana Quillet Heymann, Márcia Regina Romeiro Chuva, Margarida de Souza Neves, Maria Cândida Drumond Mendes Barros, Maria Efigênia Lage de Resende, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Michael Cook, Norma Cortês Gouveia de Melo, Paulo Knauss de Mendonça, Rosa Inês de Novais Cordeiro, Sidney Chalhoub, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes

Editor de Texto

José Claudio Mattar

Revisão

José Claudio Mattar e Mariana Simões

Editoração Eletrônica e Capa

Judith Vieira

Acervo: revista do Arquivo Nacional. –
v. 25 n. 1 (jan./jun. 2012). – Rio de Janeiro:
Arquivo Nacional, 2012.
v. 24; 26 cm

Semestral

Cada número possui um tema distinto

ISSN 0102-700-X

1. Difusão Cultural em Arquivos – Brasil

1. Arquivo Nacional

CDD 981

S U M Á R I O

Editorial

Apresentação

9

Entrevista com Ruth Roberts

Seção Dossiê

15

Do Monopólio da Escrita ao Repertório Ilimitado das Fontes

Um século de mutações da história

Krzysztof Pomian

35

Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa

Rosimere Mendes Cabral

45

Difusão em Arquivos

Definição, políticas e implementação

de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo

Haike Roselane Kleber da Silva

Andresa Cristina Oliver Barbosa

67

Educação Patrimonial e o Ensino de História

em Instituições Arquivísticas

Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Raphael Rajão Ribeiro

Michelle Márcia Cobra Torre

89

Uma Experiência Pedagógica em Arquivos

A disciplina “Arquivo” do *Archives nationales* da França

Annick Pegeon

Seção Artigos Livres

103

Administração Joanina

O rei a governar do Rio de Janeiro

Ana Canas Delgado Martins

117

O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânica-Funcional

Concepção e princípios teóricos-metodológicos

Francisco Lopes de Aguiar

Maria de Fátima Gonçalves Moreira Talámo

139

Além da Anedota

Uma revisão da trajetória do governador Sebastião Francisco de Melo e Póvoas

Fabiano Vilaça dos Santos

161

Organizando um Arquivo Histórico

Um *thesaurus* para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história

James Roberto da Silva, Denize da Mota Souza

Natacha Oliveira Janes e Rita de Cássia F. Machado

Resenha

175

Os Caminhos de um Historiador

Renata William Santos do Vale

181

Relatos da Presidência

Porta-vozes contam história e constroem memória

Teresa Palazzo Schmitt Filardo

Gilda Boruchovitch

E D I T O R I A L

Prezados Leitores,

É com muita satisfação que anunciamos a edição do volume 25, número 1, de 2012, da revista *Acervo*.

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, publicada semestralmente desde 1986. Criada em substituição ao mensário institucional, que teve importante papel na divulgação do acervo e atuação dos pesquisadores à época, a nova revista dedicou cada um de seus números a um tema distinto, e atuou como instrumento de divulgação do acervo e da produção científica nacional e internacional nas áreas de arquivo, história e documentação.

Ao longo de quase trinta anos de existência, a revista do Arquivo Nacional passou por inúmeras mudanças que visavam adaptá-la a novos padrões gráficos e de difusão técnica e científica. Em 2011, acompanhando a tendência mundial de divulgação

em rede, *Acervo* passou a contar com site próprio, usando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), traduzido e customizado pelo IBICT, a partir do Open Journal Systems, software desenvolvido pela Universidade British Columbia. Dessa maneira, todo o sistema de gerenciamento editorial (submissão, encaminhamento a pareceristas e aprovação dos artigos) passou a ser feito *on-line*.

Paralelamente à criação do *site* e à publicação da revista também em versão eletrônica, foi criada uma Comissão Editorial, com servidores da Instituição encarregados de gerir a revista, designado um editor executivo, responsável pela administração do fluxo editorial, e renovado seu Conselho Editorial, num esforço de integrar renomados profissionais das áreas de arquivologia, ciência da informação e história, de todas as regiões do Brasil e de instituições estrangeiras.

Com esta reformulação *Acervo* passou a ter uma nova estrutura, com as seções Entrevista, Dossiê Temático, Artigos Livres, Documento e Resenha.

Todos esses esforços visam fortalecer *Acervo* como o periódico institucional do Arquivo Nacional e como um canal de

divulgação de discussões e pesquisas científicas que mobilizam arquivistas, historiadores e outros profissionais envolvidos com a área da informação. Convidamos o público a conhecer mais nossa revista e participar de sua elaboração.

Vitor Fonseca, pela Comissão Editorial

A P R E S E N T A Ç Ã O

Talvez um dos mais difíceis limiares a ser transposto pelo público, superando as bibliotecas e museus, os arquivos atendem a um amplo arco de usuários, alguns muito tradicionais, como os historiadores, genealogistas, e ainda aqueles que procuram a comprovação de seus direitos. Também frequentam suas salas e portais os chamados produtores culturais, interessados em registros para filmes, exposições, peças publicitárias.

Mas além de propiciar o acesso à informação, aos arquivos cabe a disseminação e, essencialmente, a difusão de seu acervo, o que significa gerar conhecimento por meio de publicações, filmes, vídeos, exposições, sítios *web* e, ainda, ações educativas, por muito tempo, a única atividade admitida nesse sentido, o que ainda é verdade para alguns.

Observa-se que a difusão cultural não encontra ainda um sentido consensual, tendo maior ou menor alcance nas instituições arquivísticas no país ou no exterior, não sendo também homogêneo o perfil dos profissionais nela envolvidos. De qualquer modo, é do interior dos arquivos, em suas áreas

de pesquisa histórica, que emergem esses produtos, convidando ao conhecimento de fundos e coleções por meio das curadorias, edições, artigos, práticas pedagógicas.

No século XIX os arquivos e a escrita da história estiveram intimamente relacionados, levando a uma historiografia feita essencialmente com documentos textuais e a uma arquivologia submetida aos temas históricos. As rupturas assistidas nos dois campos do conhecimento não afastaram historiadores e cientistas sociais dos acervos arquivísticos, ao passo em que outras disciplinas viriam “contaminar” a história.

Buscando apontar os diferentes caminhos traçados pelos arquivos na direção de uma efetiva difusão cultural, o presente dossiê é aberto pela entrevista de Ruth Roberts, do National Archives do Reino Unido. Roberts comenta a diversidade das atividades lá desenvolvidas e como elas se relacionam com o seu público. Destaca a participação do National Archives em comitês externos, a interlocução com as universidades, a organização de exposições, conferências e seminários, a manutenção de *blogs* e informativos eletrônicos.

Segue-se o artigo de Krzysztof Pomian, conhecido pelos seus estudos acerca do colecionismo na época moderna e pelo capítulo “arquivos” na obra célebre de Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*. Nesse texto, em que parte do século XIX, Pomian privilegia o marco da *École des Annales*, seguindo um vetor que se distancia da hegemonia do documento escrito para uma determinada escrita da história e que amplia fontes e leituras, até a eclosão da história oral e visual, na perspectiva, ainda, dos “arquivos provocados”, da geração de fontes por parte de pesquisadores e do reconhecimento do tempo presente, da subjetividade e outros fatores.

O envolvimento do público em projetos de “história oral” é abordado por Rosimere Cabral, que explora uma função menos reconhecida dos arquivos, vista em sua matriz social. Além de revisitar autores, ela recupera as experiências francesa e portuguesa, propondo uma ação cultural que respeite a especificidade das instituições, atuando no ensino, estabelecendo novas fontes por indivíduos ativos e participantes dos projetos. A ação cultural é vista assim como tarefa dos arquivos, como afirmam Andresa Cristina Oliver Barbosa e Haike Roselane Kleber da Silva, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, para as quais “a difusão deve ser colocada entre as prioridades, uma vez que é através dela que o patrimônio documental se dá a conhecer à sociedade”.

Raphael R. Ribeiro e Michelle Márcia C. Torre, por sua vez, sinalizam a necessidade de se tratar a difusão cultural como uma categoria que engloba múltiplas ações que garantam a comunicação entre os arquivos e seus públicos. Os autores enfatizam a presença de historiadores na equipe do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, o que aproximou os projetos de ação educativa e as proposições da história como disciplina acadêmica.

As iniciativas francesas no campo da difusão cultural em arquivos encerram este dossiê. Em seu texto, Annick Pegeon, responsável pelo Serviço Educativo dos Archives nationales, aborda as primeiras ações nessa área, ainda nos anos de 1950, com oficinas e visitas pedagógicas, até práticas mais recentes, incluindo a criação da disciplina “Arquivo”, com o objetivo de familiarizar jovens estudantes com o trabalho do historiador e a análise e crítica das fontes.

A publicação deste dossiê da revista *Acervo* reforça o sentido dos arquivos – afinal, mais que um lugar de memória, são um lugar de história –, iluminando o fato de que as atividades de difusão de modo geral, longe de serem ações esporádicas, constituem formas potentes de reflexão, expressando uma vertente cada vez menos estranha a instituições dessa natureza.

Claudia Beatriz Heynemann
Maria do Carmo T. Rainho

Entrevista com Ruth Roberts

Ruth Roberts é pesquisadora e conselheira acadêmica do *National Archives* do Reino Unido, onde trabalha há nove anos. Já atuou em diferentes funções, mas recentemente retornou ao campo da pesquisa e integração acadêmica. Antes do *National Archives*, depois da graduação, Ruth foi pesquisadora no *Home Office*,¹ revisando as novas políticas no sistema de justiça criminal. Atualmente, é responsável pela interlocução com as universidades e trabalha diretamente com a comunidade acadêmica para garantir que as pesquisas realizadas no *National Archives* beneficiem a instituição.

Acervo. *Quais são as atribuições da equipe de pesquisa do National Archives? Qual é o perfil acadêmico dos membros da equipe?*

Ruth Roberts. A equipe de pesquisa do *National Archives* coordena e lidera as atividades de pesquisa na instituição, representando as outras áreas especializadas em uma variedade de disciplinas sob o arcabouço da instituição. Desde estudos acadêmicos de história a técnicas de preservação de ponta, de soluções de *linked data* (dados interligados) a gerenciamento e arquitetura da informação, a equipe é composta de apenas duas pessoas. No entanto, recrutamos um terceiro colega que se juntará em breve a nós para nos ajudar a comandar mais projetos estratégicos de pesquisa.

A dr^a. Valerie Johnson chefia a equipe de pesquisa. Valerie trabalha como arquivista e historiadora, e tem experiência em pesquisa nos setores acadêmico, corporativo

e público. Possui mestrado acadêmico com distinção em arquivos e gestão de documentos, e recebeu o prêmio memorial Alexander R. Myers.² Ela é PhD em história, com a tese *British Multinationals, Culture and Empire in the Early Twentieth Century* (2007), pela qual também recebeu o prêmio Coleman,⁵ em 2008. Valerie publica em periódicos científicos e já proferiu conferências nacionais e internacionais. Foi coorganizadora da *International Conference on the History of Records and Archives* (I-CHORA), em 2010. Integra os grupos de pareceristas do Arts and Humanities Research Council (desde 2009), do Economic and Social Research Council's Knowledge Transfer, e foi editora da revista *Business Archives, Principles and Practice*, entre 2004 e 2009.

Acervo. *O National Archives atua de uma maneira muito estreita junto às universidades. Como se dá a relação com o público acadêmico, que atividades são promovidas e quais são as áreas de interesse para seus objetivos?*

Ruth Roberts. O *National Archives* vem trabalhando com o setor universitário por muitas décadas. Há alguns anos, essa relação de trabalho foi afetada por falhas de comunicação e de gerência entre as partes. Desde sua criação no início de 2010, a equipe de pesquisa tem se dedicado a restabelecer essa relação e estamos satisfeitos com os progressos obtidos até o presente. Eu e Valerie representamos a instituição em vários grupos e comitês externos, como o Business Archives Council, o Royal Historical Society Research Policy

Committee, o British International History Group, a List and Index Society⁴ e a History Subject Association.

O *National Archives* também se reúne regularmente com seu próprio Grupo Acadêmico, que tem representantes da Historical Association, da Royal Historical Society, do History of Parliament Trust, do Institute of Historical Research e da British Academy. Em maio de 2010, foi constituído um novo subcomitê do Conselho Consultivo, o *Lord Chancellor's Forum on Historical Manuscripts and Academic*. O fórum fornece meios pelos quais podem ser feitas recomendações ao Advisory Council sobre atividades concernentes especificamente aos manuscritos históricos (arquivos privados), bem como é um espaço de discussão sobre questões da pesquisa acadêmica. Ver <http://www.nationalarchives.gov.uk/advisorycouncil/historical-manuscripts-historic-research.htm>.

Mais recentemente, o *National Archives* formou um *User Advisory Group*, que também tem representantes da comunidade acadêmica. Este grupo proporciona uma oportunidade aos usuários de se envolverem no planejamento e nos processos decisórios da instituição, em fase inicial e em nível estratégico, como nunca antes foi proporcionado. Ver <http://www.nationalarchives.gov.uk/get-involved/user-advisory-group.htm>.

Eu edito ainda um boletim informativo trimestral de pesquisa (<http://www.nationalarchives.gov.uk/about/news.htm>), escrevo um *blog* regularmente (<http://blog.nationalarchives.gov.uk/blog/author/rroberts/>), organizo conferências e

seminários (incluindo o Seminário Anual Gerald Aylmer, promovido juntamente com a Royal Historical Society e o Institute of Historical Research) e visito universidades para divulgar o trabalho da instituição.

O perfil acadêmico do *National Archives* inclui também colegas que lecionam, estudam e pesquisam em universidades eminentes, compartilhando assim nosso conhecimento e experiência com a próxima geração de profissionais da área de arquivo e informação.

Ao longo dos últimos anos, a instituição tem sido bem-sucedida em expandir suas parcerias com as universidades por meio do copatrocínio de um número de alunos premiados com bolsas compartilhadas de doutorado. Atualmente, temos quatro alunos trabalhando conosco e mais dois que começarão seus estudos no próximo semestre. Suas pesquisas abrangem as disciplinas de história, tecnologia, e estudos de informação e arquivos. Também temos projetos na área de ciência do patrimônio. Um destes é o de "Demografia dos acervos", um projeto interdisciplinar que usa ferramentas de demografia para avaliar o estado das coleções. Este trabalho é conduzido pela University College of London em colaboração com o *National Archives*, com a University of East Anglia e a Library of Congress.

Além de manter a comunidade acadêmica atualizada com o que acontece no *National Archives*, estamos também atentos em identificar possíveis parceiros para trabalhar conosco em nossas pesquisas estratégicas prioritárias. Alguns temas dessas pesquisas são:

- Qual a natureza do documento arquivístico digital;
- Se o meio digital mudou as necessidades, expectativas e natureza da pesquisa e o comportamento do usuário;
- Como desenvolver e explorar ferramentas de extração de informação digital para auxiliar na seleção digital e na revisão da sensibilidade digital;
- Se é possível desenvolver modelos de dados abertos para fornecer informação de maior qualidade, autenticidade e confiabilidade para uso e reuso.

Acervo. *A equipe de pesquisa estabeleceu algumas prioridades para a pesquisa em história, como "teatro, drama e literatura no início da era moderna, incluindo censura e os arquivos de Lorde Chamberlain". Qual é o critério para a formulação dos temas?*

Ruth Roberts. Frequentemente, perguntam à equipe de pesquisa "qual pesquisa histórica vocês planejam realizar este ano?". Obviamente, com uma quantidade tão vasta de dados históricos, achamos necessário priorizar os temas, para que, no diálogo com a comunidade acadêmica, possamos informá-los sobre quais tópicos de pesquisa temos interesse em compartilhar. As prioridades de pesquisa histórica foram compostas pelos especialistas do Advice and Records Knowledge Department, e são baseadas em diversos fatores. Primeiro, de forma mais geral, os temas foram escolhidos devido à necessidade de melhorar a descrição de coleções relevantes. Outros critérios para inclusão são: projetos potenciais de digitalização, a necessidade de preencher lacunas de conhecimento, a continuação de projetos

já existentes e os vínculos com o programa interno em andamento. Essa é a primeira vez que o *National Archives* produziu uma lista de prioridades e ela se provou uma ajuda inestimável. Esperamos revisitar a lista em breve, para verificá-la em relação aos objetivos estratégicos e departamentais.

Assim como as prioridades de pesquisa histórica, também temos prioridades de pesquisa institucional e estratégica, e ambas podem ser encontradas no nosso site <http://www.nationalarchives.gov.uk/about/research-scholarship.htm>.

Acervo. *O site do National Archives dispõe de uma ampla seção voltada ao serviço educativo, apresenta exposições on-line, dá acesso a documentos digitais. Por outro lado, que iniciativas de difusão acontecem presencialmente na instituição?*

Ruth Roberts. Embora tenhamos uma frequência *on-line* excelente, com muita informação disponível para escolas, acadêmicos, genealogistas, outros órgãos do governo etc., nós também temos um crescente serviço presencial. Nossas salas de leitura estão abertas ao público cinco dias por semana, onde é permitido o acesso a documentos originais. Temos especialistas presentes nas salas para oferecer ajuda e orientação. Ainda promovemos eventos locais, tanto para o público em geral como para a comunidade acadêmica. Recentemente, realizamos duas conferências muito bem-sucedidas, referentes ao cenitário do Censo de 1911 e do acidente do *Titanic*, em 2012.

Além do museu no *National Archives*, onde o *Domesday*⁵ é exibido ao público, temos

exposições de documentos originais nas salas de leitura, e atualmente há uma mostra de acervos dos Jogos Olímpicos. Exposições anteriores incluem uma mostra de registros e documentos relacionados ao *Titanic* e ao evento “África por uma lente” (<http://www.nationalarchives.gov.uk/africa>).

Acervo. *É frequente que as atividades de pesquisa, organização de exposições, sites, serviços educativos e outras de divulgação dos acervos sejam encaradas como secundárias entre as metas de uma instituição arquivística, frente à organização dos acervos, por exemplo. Como essas ações são vistas pelo National Archives?*

Ruth Roberts. O planejamento atual, *For the Record. For Good* (<http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/the-national-archives-business-plan-2011-2015.pdf>), destaca nossas principais funções, que são recolher e assegurar o futuro dos acervos, tanto digitais quanto físicos, preservá-los para as próximas gerações e torná-los mais acessíveis e disponíveis. A área de pesquisa é vital para garantir que se atinjam estes propósitos. Sem identificar novas maneiras de pensar nós não conseguiremos progredir, e, num mundo digital como o atual, isso não seria possível.

Acessibilidade é fundamental. As atividades mencionadas na pergunta – exposições, sites, serviços educacionais – são formas profícuas de proporcionar o acesso, e embora possam ser vistas como secundárias para um arquivo, constituem ações que colaboram para o objetivo institucional.

Acervo. *É possível perceber algumas iniciativas do National Archives em parceria com museus e outros arquivos. O que orienta esse trabalho em conjunto?*

Ruth Roberts. O *National Archives* é entusiasta das parcerias e do trabalho cooperativo. Na verdade, o plano estratégico atual de ações – “Arquivos para o século XXI” – destaca como uma das suas cinco áreas de foco, a importância de trabalhar em conjunto (<http://www.nationalarchives.gov.uk/news/748.htm>).

O *National Archives* está sempre disposto a estabelecer parcerias com outras instituições de pesquisa relevantes. Temos um número de projetos em andamento em áreas de conservação, tecnologia, preservação digital, história e arquivos, e estudos de informação.

Regularmente, atendemos acadêmicos que querem propor novos projetos de pesquisa em cooperação. Se possível, e após várias discussões, consolidamos uma proposta detalhada. No entanto, obviamente, temos recursos limitados, e, em consequência, não podemos assumir todos os pedidos. Mesmo assim, temos um processo formal para selecionar as melhores propostas, chamado de *Grants and Academic Support Panel*. A comissão, que se reúne quinzenalmente, tem um representante de cada uma das diretorias do *National Archives* (equivalentes a um chefe de departamento) e é presidida pela supervisora da Pesquisa, dr^a. Valerie Johnson.

Na essência, a comissão procura respaldar ou oferecer parceria para as propostas que têm um benefício real para a instituição,

e que, de preferência, se encaixem em uma de nossas prioridades de pesquisa. Se a comissão aprova uma proposta, ela é encaminhada à Equipe Executiva para aprovação final.

Por estarmos envolvidos em uma vasta série de pesquisas, no *National Archives* é impossível ter um modelo pré-estabelecido para novos projetos. Alguns projetos de pesquisa em cooperação que realizamos e que foram bem-sucedidos incluem bolsas compartilhadas de doutorado, pontos de troca de conhecimento, redes, publicações, conferências e seminários, projetos de digitalização, projetos de catalogação, e projetos de tecnologia da informação (TI) – incluindo mineração de dados – *data mining* – e sistema de informação geográfica (SIG). As pesquisas nas quais nos envolvemos são amplas e variadas.

Acervo. *Observa-se cada vez mais fortemente uma demanda pela memória, pelo passado, de um público que vê nos arquivos o lugar por excelência de representação dessas identidades. Como as atividades de difusão respondem a essas questões?*

Ruth Roberts. O *National Archives* recebe um grande número de visitantes e solicitações de pesquisas a cada ano. A grande maioria destes está relacionada com pessoas que buscam informações sobre seus ancestrais. Na verdade, de acordo com os relatórios do último levantamento realizado no nosso *site*, em março de 2012, aproximadamente 40% dos visitantes pesquisavam a história de suas famílias (dos outros 60% de usuários, 18% eram pós-graduados ou acadêmicos, 14%

pesquisavam por interesse pessoal, e não genealogia, 10% pesquisavam para livros, 8% eram pesquisadores independentes ou profissionais e 6% estudantes; os últimos 4% formavam um misto de professores, profissionais de mídia ou outros profissionais e advogados). Em muitos casos, os visitantes não tinham experiência prévia em pesquisa histórica ou arquivística.

De modo a atender esses usuários, nós disponibilizamos *on-line* muitos acervos úteis para estes fins, com índices de busca. Esta ação teve um efeito revolucionário na natureza das pesquisas genealógicas. Nas nossas salas de leitura, procuramos sempre tornar os acervos mais fáceis e acessíveis ao público, fornecendo orientações de fácil uso, pessoal especializado

em prover auxílio e orientação para a pesquisa, e agradáveis salas de consulta. Há um esforço para melhorar esses aspectos com a introdução de novas práticas, como permitir aos usuários que tragam suas câmeras e fotografem os documentos, sem cobrança, dar acesso gratuito à Internet, oferecer salas com mesas para duas pessoas sentarem-se juntas (pesquisadores de genealogia frequentemente vêm em pares) e áreas nas salas de consulta onde são permitidos debates e conversas, sem que se perturbem os outros usuários.

Entrevista concedida a Claudia Beatriz Heynemann e Maria do Carmo Teixeira Rainho. Tradução de Renata William Santos do Vale.

N O T A S

1. Nota da tradutora: O *Home Office*, equivalente a um Ministério da Justiça e Negócios Interiores, é uma Secretaria de Estado responsável por assuntos de imigração e fronteiras, pela emissão de passaportes e vistos, por ações antiterrorismo, pelas polícias, pelo combate a drogas e crimes, composta por cinco ministérios e três agências públicas.
2. Nota da tradutora: O *Alexander R. Myers Memorial Prize in Archival Studies* é um prêmio concedido pela Universidade de Liverpool ao melhor trabalho no mestrado em *Archives and Records Management*.
3. Nota da tradutora: O *Coleman Prize* é concedido anualmente pela Associação de Historiadores da Administração para reconhecer a excelência das novas pesquisas sobre o tema na Grã-Bretanha. É concedido a teses de doutorado em história administrativa cujos temas sejam sobre a Grã-Bretanha ou conluídas em uma universidade britânica.
4. Nota da tradutora: The List and Index Society é uma sociedade sem fins lucrativos, fundada em 1965, que publica obras com o acervo do *National Archives* e monografias ocasionalmente. A sociedade é administrada por um conselho que representa a comunidade histórica britânica. Foi fundada com o propósito de publicar e distribuir cópias fotográficas de listas e documentos guardados nos arquivos públicos das ilhas britânicas. Ver <http://www.listandindexsociety.org.uk/>.
5. O *Domesday book* é o registro de um levantamento semelhante a um censo, realizado pelo conquistador Guilherme I da Inglaterra, entre 1085 e 1086. O propósito era mapear todos os proprietários de terras e gado existentes em cada uma das comarcas do território. O objetivo deste levantamento era estabelecer um sistema de taxaço e arrecadação de impostos. É o manuscrito público mais antigo da Grã-Bretanha, escrito em latim, e disponível para consultas *on-line* no *site* do *National Archives*.

Krzysztof Pomian

Professor da Universidade Nicolas Copernic (Polônia). Diretor de Pesquisa do Centre de Recherches Historiques – École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Do Monopólio da Escrita ao Repertório Ilimitado das Fontes

Um século de mutações da história

Os anos 80 do século XIX marcam a passagem dos arquivos franceses da idade censitária, abertos com a monarquia de Julho, para a idade democrática, em harmonia com o regime republicano fundado no sufrágio universal, estabelecendo definitivamente a ligação dos arquivos com a história e tornando-a, daqui por diante, consistente. Nada ilustra melhor essa ligação do que o livro de Langlois e Stein *Les Archives de l'histoire*

de France, resultante de uma identificação da história com a pesquisa em arquivos.

O método exige que, para escrever a história, não nos contentemos apenas com algumas informações, aquelas que temos à mão; ele exige, antecipadamente, que todas as fontes acessíveis sejam esgotadas sem exceção (...). Portanto, é de grande importância que aqueles que estudam a história a partir das fontes estejam habilitados a utilizar todas; é

necessário que essa tarefa, imposta pelo método e cuja transgressão, até aqui inevitável, tenha tido consequências graves para a ciência histórica, na prática seja facilitada. É preciso que se saiba onde estão os documentos e que estes podem ser consultados com facilidade (Langlois; Stein, 1991, p. II).

Poderíamos comentar longamente essas frases em que o método – uno e único – exige exploração das fontes até a exaustão, o que supõe que, para cada tema, as fontes formam um conjunto de dimensões limitadas e esgotáveis ao longo de uma vida humana. Essa ideia, tão ingênua aos nossos olhos que fica difícil compreender como se pôde aderir a ela, remete, entre outras, à convicção que, a partir dos anos 70 do século XIX na França, se transformou no dogma fundamental da história erudita: a história se faz com fontes escritas; trata-se da equação: fontes = documentos de arquivo = textos, que sustenta a citação. Encontramos essa equação expressa de diferentes formas e com um fervor quase religioso por Fustel, para quem a única habilidade do historiador “consiste em retirar dos documentos tudo que eles contêm e não acrescentar nada do que eles não contêm”. O melhor historiador, acrescenta ele, “é aquele que se mantém o mais próximo dos textos, que os interpreta com o maior rigor, que não escreve e nem mesmo pensa a não ser a partir dos documentos” (Fustel de Coulanges, 1888, p. 33). Quaisquer que

sejam suas divergências com Fustel, Monod não disse nem fez outra coisa.¹ É o mesmo dogma, que identifica as fontes históricas com os documentos escritos, que permeia a influente *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos, embora ambos não se esqueçam de mencionar os museus, seguidos das bibliotecas e dos arquivos, e evocar o “papel escrito” ao lado dos “monumentos ou objetos fabricados” (Langlois; Seignobos, 1992, p. 29ss., 35, 66ss.).²

No início, a adoção desse dogma fundamental teve efeitos positivos. Ela eliminava as perguntas que um historiador não podia responder a não ser de maneira impressionista, com base em documentos diversos, interpretados unicamente em função das suas opiniões ou de sua imaginação. Estabelecia um consenso sobre os critérios de verificação das teses enunciadas pelos historiadores, mas, ao mesmo tempo, confinava a história em limites que, desde o final do século, começaram a travar a renovação. A salvação veio do exterior.

OBJETOS E PAISAGENS

Dogma fundamental da história erudita, no começo do século XX, a utilização exclusiva de fontes escritas para construir as representações do passado já era, de fato, posta em questão há cerca de vinte anos pelos arqueólogos e geógrafos. Em 1882, durante a aula inaugural de seu curso de arqueologia francesa na École du Louvre,

Alexandre Bertrand terminou um breve histórico do ensino da disciplina na França constatando que “aplicar os documentos arqueológicos à história nacional, fazer do arqueólogo um assistente do historiador, é uma ideia que deveria, provavelmente, provocar um discreto sorriso nos lábios dos nossos pais”. De fato, a arqueologia, quando se interessava pelas antiguidades nacionais, fazia uma abordagem sobretudo na perspectiva da história da arte e do estudo dos monumentos frente a seu estado de conservação e restauração. Essa era, em especial, a orientação do curso que Quicherat ministrava na École de Chartes desde 1847.

Já Bertrand definia as relações entre arqueologia e história de maneira a propor que esta se apoiasse na primeira, não apenas para períodos anteriores à escrita.

O interesse desse curso, tal como eu o compreendo, será a reconstituição da nossa história nacional, indústria, costumes, hábitos, relações exteriores, para os tempos sobre os quais os documentos escritos são completamente mudos; trazer para mais próximo de nós a revelação de uma quantidade de detalhes concernentes à vida pública e privada de todas as classes da população, mesmo as menos expressivas; detalhes com que a história propriamente dita pouco se preocupou e sobre os quais, nosso século, ao contrário, é particularmente ávido.

E Bertrand insiste sobre o papel dos mapas arqueológicos e das estatísticas e sobre a importância dos museus “dedicados à

arqueologia dos povos que os romanos e gregos consideravam bárbaros” (Bertrand, 1891, p. 2, 3, 6, 16).

Um quarto de século mais tarde, Camille Jullian, numa de suas aulas no Collège de France, onde ele ocupava a cátedra de história e antiguidade nacional, reivindica para a história “o estudo do sílex e do bronze, dos monumentos pré-textos”. E antes de invocar a autoridade de Fustel, “o pesquisador que menos se afastou dos textos escritos”, mas que, contudo, “frequentemente sentiu a nostalgia da arqueologia e da pré-história”, identifica a história como “o quadro ou relato daquilo que atividade humana produz”, e insere no domínio do historiador “a flecha, o dolmen e a caverna pintada (...) da mesma forma que a Acrópole, Notre-Dame de Paris ou a Maison Carré” (Jullian, 1930, p. 54-55, 57-58). A obra *Histoire de la Gaule* (1907-1928) é uma aplicação dessas ideias (Pomian, 1992, p. 41-105, principalmente p. 86-91).

Foi preciso um outro quarto de século até que fossem encontrados historiadores franceses que adotassem o programa de Bertrand no que havia de mais inovador, quer dizer, onde são evocados “os tempos mais próximos”. Assim, Marc Bloch tentou integrar os ensinamentos fornecidos pelos objetos materiais nos seus trabalhos de geografia histórica, de história rural e de história das técnicas; daí, em especial, seu interesse por museus.⁵ Mas, é apenas a partir do início dos anos de 1960 que datam, na França primeiramente, as pesquisas de arqueologia medieval, os

estudos das cidades desertas (Duby et al., 1965; Archeologie, 1970) e, posteriormente também, aqueles sobre habitações urbanas, o nosso dia a dia, os quais enriqueceram “com uma profusão de detalhes” nosso conhecimento da “vida pública e privada de todas as classes da população” dessa época.⁴ Essas pesquisas se estenderam, 15 anos mais tarde, pela arqueologia industrial que estuda os tempos mais próximos de nós (Daumas, 1980). Uma história que, para reconstruir o trabalho dos homens e seu cotidiano, tivesse negligenciado as contribuições da arqueologia seria hoje completamente inconcebível.

Contudo, a ruptura dos historiadores franceses com o dogma fundamental não aconteceu pelo contato com os arqueólogos. O mérito vem, sobretudo, dos geógrafos, o que não surpreende: eles estavam próximos dos historiadores por sua formação e comungavam com estes o mesmo culto ao texto.⁵ Culto contestado desde os anos de 1880 por Vidal de la Blache. Seu artigo “Des divisions fondamentales du sol français”, que traça com 14 anos de antecedência as grandes linhas do futuro *Tableau de la géographie de la France* (1902), propôs a quem quisesse identificar as regiões naturais se libertar de toda rotina escolástica, colocando-se frente a frente com a realidade.

É o que ilustra uma rápida descrição das características visíveis da paisagem da região de Beauce em contraste com o que se vê no sul do Loire e a oeste, no Perche.

“Nós olhávamos apenas em torno de nós mesmos para recolher exemplos das divisões naturais”. E Vidal avança ao propor um estudo da percepção do território por seus habitantes e dos termos utilizados para descrevê-lo.

Eles expressam, (...), não apenas uma mera particularidade, mas um conjunto de características extraídas do solo, das águas, das culturas, dos hábitos de moradia. Assim, esse encadeamento de relações que partem do solo e alcançam o homem e sobre o qual nós falávamos, no começo, capturado da realidade, é que deve construir o próprio objeto de estudo geográfico. Instintivamente apreendido pela observação popular, esse encadeamento se define e se coordena pela observação científica.

É esta que leva a distinguir no conjunto do solo francês as cinco grandes regiões que constituem “as divisões fundamentais” (Vidal de la Blache, 1888, p. 4, 5-6, 49 ss.).

Adotado no início dos anos de 1880 na École normale supérieure, e depois do fim do século XIX também na Sorbonne, o ensino de Vidal se expressa mais plenamente no *Tableau*; ao publicá-lo na abertura de sua *Histoire de France*, Lavissee renova a tradição de Michelet, transposta da poesia para a geografia (Guiomar, 1986, p. 569 ss.), abrindo uma primeira brecha na adesão dos grandes mestres da história erudita ao dogma segundo o qual não há fontes a não ser as escritas. Desde 1905, Camille Jullian trabalha nos seus

cursos, referindo-se explicitamente ao *Tableau, "Les conditions géographiques de l'histoire de France"* (Jullian, 1930, p. 231-233). O ensino de Vidal se expressa, por outro lado, nas teses de seus alunos, que começam a se multiplicar a partir dos primeiros anos do século e que detêm, todos, uma dimensão histórica. Por essas diferentes vias, ele influencia os historiadores mostrando-lhes as virtudes de um olhar capaz de ler as paisagens e os elementos que a compõem e de uma pesquisa com os habitantes complementada pelo estudo dos dados estatísticos e dos documentos em arquivos (Broc, 1974; Broc, 1976; Berdoulay, 1981, p. 156 ss., 186 ss.).

Nada mostra melhor do que a comparação de dois livros que apareceram com trinta anos de diferença e que tratam da história do campo na França. *Les classes rurales et le régime domanial en France au moyen âge*, de Henri Sée (1901), permanece tributário da abordagem teorizada por Fustel. Dos 199 itens que ele relaciona na sua bibliografia, 148 são cartulários ou coleções de títulos nobiliárquicos. Mas não se encontra um único plano, um único mapa, uma única imagem. A geografia não ocupa mais do que quatro páginas no livro. A demografia também está ausente, uma vez que Sée está convencido que os documentos disponíveis são por demais fragmentários para permitir alguma análise estatística por mais superficial que seja. E não há uma única referência a qualquer peça de museu. Em resumo, a história das

classes rurais, reduzida à história da propriedade, está isolada, em Sée, da história da produção de bens, da sua circulação, do consumo, assim como da história da paisagem rural francesa e da sua população. Ao lermos seu livro, que mantém sua importância, não se resiste à tentação de reproduzir a alusão de Lucien Febvre àqueles que, "quando tratam de arar, só aram os cartulários". Em outros termos, àqueles para os quais a história só se faz com textos.

Convém dizer que nossa proposta não é criticar o livro de Sée. Síntese dos resultados alcançados em meio século de pesquisas sobre a história rural francesa, seu livro é aqui referido para mostrar, por contraste, a extensão da mudança produzida pela integração da abordagem geográfica com a história, que, por razões óbvias, afetou em primeiro lugar e mais profundamente as pesquisas sobre o passado no campo. Dessa transformação teve origem a principal obra de Marc Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*.

Para Bloch, felizmente, "a história não vive, não deve viver, de pergaminhos e velhas pedras. As paisagens também se constituem, à sua maneira, em documentos" (Bloch, 1934, p. 489). Ele as descreve tal como o olhar as apreende e as interpreta com a ajuda de planos e de mapas, evidenciando sua formação em história, em tudo que vê e interpreta, a exemplo dos instrumentos agrícolas. Formas de moradia, produção, consumo, relações

na comunidade encontram-se no centro do seu campo de interesse. As relações de propriedade e os conflitos de classe não estão, de forma alguma, ausentes, assim como o livro de Sée não consta na bibliografia de *Caractères originaux*, onde ele convive com nove teses de geografia regional oriundas da escola de Vidal. Mas, essas relações e conflitos são apresentados por Bloch por meio da sua inserção nas realidades espaciais e nos objetos; a ênfase recai aqui não sobre seus atos jurídicos, porém sobre o comportamento dos grupos humanos.⁶

Paralelamente ao ensino de Vidal, ao qual, em certa medida, Bloch se opõe,⁷ o de Durkheim convida os historiadores senão a sair dos arquivos, ao menos a mudar as questões colocadas para os documentos e o tratamento dado a eles. A interpretação apresentada por Simiand (1903, p. 1-22, 129-157), numa conferência célebre e que suscitou um importante debate, volta a reduzir a história a um método que não forneceria resultados válidos a não ser que aqueles que a apliquem se ponham a serviço de alguma outra ciência social e adotem, antecipadamente, um questionário teoricamente ajustado. Ora, um questionário desse tipo não é concebível a não ser para lidar com fenômenos repetitivos que se submetem a um tratamento estatístico. Daí o interesse de Simiand pela história dos salários e dos preços.⁸ Daí também o foco de seus sucessores pela história dos preços, que contribuiu para deslocar a

atenção dos historiadores dos documentos únicos para as séries documentais e dos atos jurídicos para os documentos contábeis e os *mercuriales*.⁹ A partir do começo dos anos de 1930, marcado pelo surgimento do *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, de Ernest Labrousse (1932), as pesquisas nesse campo começam a trazer resultados e a propor modelos e métodos que exerceram uma influência determinante na prática da história econômica e social na França (Pomian, 1984, p. 74ss.).

Entre os anos de 1930 e o fim dos anos de 1960, essa história continua na dupla tradição de Vidal e de Simiand, encarnada nos *Annales*: primeiro por conta da geração dos alunos de Vidal, de Bloch e de Febvre, depois pela de Braudel e de Labrousse, mais sensível ao exemplo do segundo, já que as duas linhas fundadoras não estão automaticamente em harmonia. Na esteira de Vidal, se privilegia a longa duração e, portanto, o Antigo Regime; logo após Simiand privilegia-se a era da estatística: voltada para a segunda metade do século XVIII e, sobretudo, do XIX. E concentra-se na história empresarial – dos bancos, das companhias ferroviárias, industriais e comerciais –, o que chama a atenção sobre a história dos arquivos dessas empresas, e conduz a inventariar alguns e implementar medidas para assegurar a proteção de outros (Arnould, 1953; Association des Archivistes Français, 1991, p. 417 ss.).

Mas as obras reconhecidamente representativas da história econômica e social, tal como a conhecemos depois da guerra, abordam o Antigo Regime com uma preferência pelos séculos XVI e XVII. Cada uma dessas obras combina, em proporções variáveis, a geografia e a economia, um olhar subjetivo e indicadores censitários que medem as mudanças, a interpretação das paisagens e a construção de curvas do terreno. O povoamento de um lado e, de outro, a oferta e a demanda dos meios de subsistência: as perguntas que os historiadores fazem nesse cenário os conduzem, cada vez mais, a se aproximar da demografia. Isso causa, em especial, uma valorização dos registros paroquiais e dos documentos de registro civil (Goubert, 1954; Henry; Fleury, 1956).

Integrando em seus modelos a demografia, os historiadores se dão conta de novos objetos de pesquisa: as epidemias, a higiene e a medicina, o amor e a sexualidade, a família, o comportamento frente à reprodução e à morte, às idades, ao corpo, à saúde e às doenças. Nessa perspectiva, eles conferem uma nova dignidade ao qualitativo e ao mental, principalmente às questões que a etnologia propõe e aos dados que ela traz. Eles se reconectam, assim, com os interesses manifestados, a seu tempo, por Bloch e Febvre, pelo folclore e pelas artes populares. E da mesma forma, eles ficam prontos a utilizar testemunhos orais que, com a ajuda de gravadores, convertem os sociólogos e os historiadores do tempo presente.¹⁰

PALAVRAS E IMAGENS

Não vamos contar aqui as origens e a fama da “história oral” nos Estados Unidos e na Inglaterra.

O que nos importa, apenas, é recordar sua implantação na França, onde ela só chegou nos anos de 1970; seus precursores mergulharam no esquecimento sem haver despertado vocações.¹¹ Também a pesquisa de Jacques Ozouf com cerca de vinte mil professores da *belle époque*, realizada no começo dos anos de 1960, e cujos resultados parciais foram publicados num livro que introduziu, ao que parece, a expressão “arquivos provocados”, não suscitou adeptos (Ozouf, 1967; Ozouf, 1991). Quando Philippe Joutard (1977) começou, no verão de 1967, suas pesquisas sobre os *Camisards* na memória dos habitantes de Cévennes, ele parece ter sido o único francês a estudar uma tradição oral viva. Dez anos mais tarde, pelo menos cinquenta iniciativas visando à constituição de arquivos orais estavam em curso, estimuladas, pelo menos a metade, pelos historiadores. Durante os cinco anos seguintes, o número de historiadores que trabalhavam com história oral multiplicou por nove (Bonnain; Elegoët, 1978, p. 337-347; Rioux; Voldman, 1982).

A ruptura com o rumo tradicional foi profunda tanto com Ozouf, que queria “mostrar a validade, na história, dos métodos de pesquisa de opinião”, quanto com Joutard, que passou a estudar a memória. Ela foi mesmo, intencionalmente, radical entre aqueles para quem a “história oral” era

uma “outra história” que supostamente dava a palavra ao povo; propunha-se a ser uma história do povo, feita pelo povo, na qual o historiador ficava reduzido ao papel de mediador. Não é de admirar que não tenham faltado debates relativos à natureza da “história oral” e sua própria denominação – frequentemente contestada e recusada na falta de uma melhor –, sua validade, seus limites e aquilo que de fato ela trazia de novidade. A promoção de testemunhos orais ao patamar de fontes reatualizou, assim, os problemas epistemológicos essenciais. Ela lança também questões deontológicas relacionadas ao papel do historiador na produção desses testemunhos e os problemas jurídicos relativos ao seu uso.¹² Hoje, a paz foi restabelecida, e o acordo parece haver sido instaurado para a maioria dos pontos que outrora provocavam controvérsia.

A história oral – expressão que me permito de agora em diante utilizar sem aspas – não é uma “outra história”. Como coleta e conservação de testemunhos orais, ela é um meio de, tomando algumas precauções, criar fontes que poderão servir à reconstrução do passado ao qual elas fazem referência. Como exploração de fontes, ela é, principalmente, um estudo da memória e das representações do passado que ela veicula. Nos dois casos, os testemunhos orais são confrontados com os documentos escritos e submetidos a uma crítica análoga àquela que é aplicada a todas as narrativas. É incontestável que a história oral permite dotar de fontes, grupos so-

ciais que normalmente produzem menos que outros, ou não produzem nenhuma: os operários, os camponeses, os aposentados, os imigrantes, as mulheres. E ela permite a esses grupos expressar sua visão de mundo, reagir aos acontecimentos, dizer como eles vivem suas vidas. Nessa perspectiva, ela torna-se um instrumento insubstituível de toda a história social e cultural, em particular da história da mudança social. Mas ela não é obra daqueles que dão os testemunhos. Ela é feita pelos historiadores e ela deve sua legitimidade ao respeito às normas que regulam o trabalho desses profissionais.

A história oral é, sem dúvida, uma das melhores vias de aproximação com o contemporâneo: fatia de tempo cuja memória está incorporada nas pessoas ainda em condições de relatar. Às vezes, ela também pode compensar a ausência ou a falta de acesso aos arquivos, revelar a importância dos acontecimentos que não deixaram registro (conversas telefônicas, reuniões informais), levar em conta o ponto de vista pessoal dos atores da cena pública, que não tiveram oportunidade de se expressar ou que foram impedidos, já que se opunham à posição oficial. Os testemunhos orais foram então recolhidos e utilizados para fazer a história da física na França entre 1938 e 1939, da arte em Paris entre 1940 e 1944, das finanças nacionais do governo de Pierre Mendès-France e suas consequências; e estes são apenas alguns exemplos de uma lista interminável. Qualquer tese em história contemporânea re-

corre à história oral. Observa-se, também, que ela é insubstituível tanto para estudar as elites quanto as massas, especialmente quando se volta para a dimensão subjetiva dos fatos.

A passagem da escrita para a oralidade, da folha de papel coberta de letras para a voz, equivale, de certo, a um deslocamento na direção da subjetividade, que é refletida com mais precisão nesta do que em outra forma. Se o estilo evidencia o homem, a voz está um degrau acima: mais espontânea, ela dá a entender, melhor mesmo do que um rascunho com suas rasuras permite ver, os humores passageiros, os sentimentos fugazes, as hesitações. Tudo isso fica mais evidente quando a escuta da voz é acompanhada da visão do rosto de quem fala e sua expressão, do corpo com sua postura e gestos. A história oral conduz a uma nova utilização das imagens. E é nesse sentido que funcionam as curiosidades etnológicas tão presentes nos trabalhos dos historiadores dos anos de 1970; neles se vê como, a partir da demografia histórica que se abriu para a etnologia, foram valorizados novos tipos de fonte: os testemunhos orais e as imagens.¹³

Criadas, em sua grande maioria, com a intenção de representar o invisível para as necessidades de um culto religioso, para glorificar as personalidades e os acontecimentos, para formar e educar os espectadores e distraí-los, as imagens da época pré-fotográfica, à exceção dos desenhos de conteúdo naturalista, científico

ou arqueológico, tinham o status de documentos, sobretudo para os historiadores da arte. Os outros utilizavam as imagens às vezes como fontes para reconstruir costumes, vestuário, habitações ou técnicas do passado, mas com mais frequência como ilustrações destinadas a “iluminar” o texto. A reconstrução das atitudes em relação à morte, iniciada por Alberto Tenenti, Philippe Ariès e Michel Vovelle, parece ter sido o primeiro campo apoiado na exploração sistemática de imagens na qualidade de fontes. Para completar os ensinamentos extraídos das *artes moriendi* e de outros escritos e para identificar as mudanças que eles mesmos não tinham conhecimento, foram interpretadas as representações da morte, dos funerais e do luto, as danças macabras e outras personificações da morte, os monumentos funerários.¹⁴

Paralelamente, a renovação da história política, sob a influência conjunta da etnologia, de *Os dois corpos do rei*, de Ernest Kantorowicz, e de *Os reis taumartugos*, de Marc Bloch, coloca agora no centro de suas atenções os rituais e os símbolos, levando a uma valorização das imagens. Assim, Maurice Agulhon, em seus artigos, mostra tudo que um historiador pode extrair do estudo do imaginário cívico e do ambiente urbano, notadamente das estátuas de Paris,¹⁵ enquanto se multiplicam os trabalhos sobre os privilégios da corte, as cerimônias de coroação e os funerais dos reis, as festas revolucionárias, a simbologia republicana, tudo se baseando na imagem tratada como um documento

na sua totalidade.¹⁶ Mas o interesse pelas imagens na condição de documentos e por sua contribuição específica ultrapassa hoje esse campo. Os medievalistas em particular estão construindo uma história das imagens, de seu status, de seu significado, de seus papéis, dos investimentos de que elas foram objeto – tudo que precisa ser esclarecido a fim de definir as regras de interpretação das imagens e, por consequência, os ensinamentos sobre o passado que elas estão passíveis de fornecer.¹⁷

A fotografia abre uma nova época na história das imagens. Primeiro, porque ela é seguida pelo cinema, pela transmissão e registro do som, pela televisão, pelo vídeo. Em seguida, porque ela multiplicou em diversas ordens de grandeza o número de imagens em circulação e diversificou, paralelamente, o conteúdo. Em terceiro lugar, e isto o explica, porque ela retirou do quase monopólio dos profissionais a produção de imagens: a facilitação e a simplificação das máquinas e a substituição das placas de vidro pelos filmes tornaram a fotografia acessível aos amadores, antes de colocá-la ao alcance de todos; mais tarde, a câmera percorreria o mesmo caminho. E por fim, porque ela levou à produção em massa de imagens que asseguraram sua intenção em representar o visível (o observável), isto é, as imagens que pretenderam alçar à condição de documentos, desde as fotos para identidade, passando pelas imagens enviadas por satélites, até aquelas que, num álbum de família,

devem guardar momentos do casamento ou do desenvolvimento de uma criança. E depois, o cotidiano registrado em filme até as lembranças das viagens de turismo feitas com uma câmera amadora podem tornar-se o único registro de verdadeiros acontecimentos históricos.

O período que começa na metade do século XIX dispõe de uma quantidade imensa de documentos iconográficos e audiovisuais que representam os aspectos os mais diversos da vida pública e privada: das grandes manifestações oficiais aos bordéis. Esses documentos esperam ainda seu Mabillon,¹⁸ que explicitou e codificou as regras às quais é preciso submeter os diferentes tipos documentais, antes de poder utilizá-los como fontes históricas. Eles aguardam quem lhes mostre os usos para os quais se prestam as diferentes modalidades; como exemplo, as inumeráveis fotografias que registram cenas da vida cotidiana no que ela tem de mais comum. Mas, como sempre, a prática se coloca à frente da crítica.

As publicações que são, de fato, publicações históricas, se multiplicam, mesmo que seus autores não sejam sempre historiadores de ofício. Cada uma reúne principalmente fotos comentadas relacionadas a um tema e a um período, que pode ser Paris no século XIX, algum episódio da I ou da II Guerra Mundial, os feitos esportivos, os desfiles de moda, as férias na praia ou o trabalho numa mina. Embora o texto guarde sua importância nos álbuns como uma explicação das imagens, às vezes é

reduzido à menção do seu autor, dos objetos representados e sua data, em outros casos o texto analisa a foto e contextualiza-a. Ainda assim, a história deixa aqui de ser escrita. Ela é construída de acordo com o tempo e os lugares das fotos e de outros documentos emblemáticos que vêm do passado e revelam seus diferentes aspectos. O mesmo princípio reside nas exposições temporárias ou permanentes nos museus, contudo com a diferença de que, com mais frequência, elas fazem a junção das imagens com os objetos.

Porém essa história, que merece mais a denominação de história visual do que história oral, se constrói, daqui para frente, também com imagens em movimento, como na montagem de filmes ou sequências de vídeos. É sob essa modalidade que a história atinge sua difusão máxima, quando é exibida na televisão, e contribui para moldar a representação de uma época. O exemplo mais conhecido é dado por *A tristeza e a piedade*, de Marcel Ophuls, André Harris e Alain de Sédouy, exibido no cinema em abril de 1971 e proibido na televisão durante dez anos. Essa obra tira sua força não tanto das imagens que mostra do período de Vichy em Clermont, mas do contraste entre essas imagens e os trechos filmados 25 anos depois com pessoas que viveram esse período (Ferro, 1977, p. 53 ss.; Rousso, 1987, p. 114 ss.). O filme se situa exatamente no cruzamento da história visual do tempo presente com a história oral sobre a qual ela parece ter exercido uma profunda influência. Tal confrontação do documento visual e do

testemunho oral, da história e da memória, abre, provavelmente, um caminho privilegiado rumo à reconstrução do passado, resultante da invenção do cinema, capaz de mostrar como foi vivido e como aconteceu para aqueles que o conheciam apenas por relatos ou leitura, capaz de revelar, na medida do possível, a dimensão subjetiva do passado, ajustando-o ao longo do tempo e transformando-o em objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas primeiras extensões do repertório de fontes históricas virtuais, a que introduziu as paisagens e aquela que, a seguir, incorporou os objetos e, em especial, os vestígios encontrados durante as escavações, foram possíveis graças a uma renovação conceitual. Mesmo considerando que as novas invenções desempenharam um papel – em particular a fotografia como documentação das paisagens e, mais tarde, a fotografia aérea enquanto instrumento que permitiu a descoberta de aspectos de *habitats* desaparecidos –, a mudança antecedeu uma redefinição dos objetivos e das abordagens da geografia e um deslocamento dos limites da arqueologia, que acompanhou o abandono da caça aos tesouros em benefício de um estudo da cultura material. Tudo isso correspondia a um rearranjo das questões dos historiadores sob a influência das novas ciências sociais – da economia, sobretudo, e da sociologia – com a aspiração pelo rigor que era esperado para as pesquisas coletivas e os levantamentos estatísticos.

As duas extensões do repertório de fontes históricas virtuais realizadas ao longo dos últimos 25 anos tiveram um desdobramento diferente. Ambas são tributárias de aperfeiçoamentos técnicos que simplificaram o uso e baixaram os custos dos gravadores ou das máquinas fotográficas, a ponto de torná-las acessíveis a todos. Foi a utilização desses aparelhos, para provocar a criação de fontes e a exploração de registros visuais e sonoros já existentes, que colocou os historiadores frente a problemas fundamentais e os obrigou a renovar suas ideias. De certo, seu campo de investigações, após ter integrado a demografia, estava aberto para uma história das mentalidades e contemplava as preocupações dos etnólogos. Depois de muito tempo, houve espaço para as “ausências da história” e sua dimensão subjetiva. Foi somente graças às novas técnicas de registro que se tornou possível traduzir esses interesses em programas de pesquisa, inventando formas inéditas de representar o passado, sobretudo os cem últimos anos, a era da fotografia, do fonógrafo e do cinema.

Mas as duas ampliações recentes do repertório das fontes históricas virtuais também diferem, em outros aspectos, das duas primeiras. O pano de fundo ideológico foi dado pelo patriotismo, pelo desejo de unir todos os franceses no amor pela pátria ameaçada e no sentimento de uma origem e de um ancestral comuns, que a doutrina republicana interpretava em termos políticos e os inimigos da República em termos

raciais. O pano de fundo ideológico do recurso às fontes orais vem, ao contrário, da adesão à ideia de sociedade dividida em classes, em que o povo é privado da palavra que lhe foi restituída. A um reforço da integração nacional se opunha a contestação. A geografia de Vidal é filha de Sedan; a história oral nasceu em maio de 1968. No entanto, um tema permanece comum: aquele da divisão territorial da França de acordo com suas realidades, quebrando a hegemonia absoluta de Paris. No fim do século XIX, esse tema deu origem ao regionalismo político e cultural. No anos de 1960, foi o movimento ecológico que colocou a exigência de “viver e trabalhar na região”.

Paisagens e vestígios, primeiro, palavras e imagens, em seguida: as duas fases da extensão do repertório das fontes históricas virtuais diferem pela profundidade do questionamento que elas realizam, da teoria e da prática da história. A primeira rompe com o monopólio da escrita e introduz um novo tratamento dos documentos derivado da estatística. A segunda vai mais longe. Ela destrói a ideia do historiador que apenas recebe as fontes, que se contenta com o dado. Essa ideia já era criticada antes por todos aqueles que insistiam na escolha que cada historiador é obrigado a fazer e que não pode evitar. Mas é com o reconhecimento da história oral e dos “arquivos provocados” que ela recebe o golpe de misericórdia. Com a entrada da história visual, muda também a ideia da forma que deve ter uma recons-

trução do passado que inclui, doravante, as exposições, os álbuns e os filmes. Tudo isso modifica a relação entre história e memória.¹⁹

No final de todas essas ampliações do repertório de fontes históricas virtuais, não resta mais nada do dogma fundamental da história erudita tal como se enunciava há um século. A história, certamente, se faz, mais do que nunca, por meio de fontes. Mas cada vez menos as fontes se identificam com os textos. São os documentos de todos os tipos, os monumentos, os vestígios extremamente variados do passado do homem como produtor de objetos e mesmo como espécie animal; assim, os marcadores sanguíneos. E se não sabemos que mudanças novos progressos em ciência e tecnologia provocarão no repertório de fontes históricas virtuais, podemos ter certeza que serão significativas. Além disso, a renovação

das perguntas que fazemos a nós mesmos e aos elementos ao nosso redor traz alguns aspectos novos, anteriormente negligenciados, dos corpos, das coisas e dos semióforos,²⁰ e transforma em virtuais fontes históricas aquelas que antes não tinham esse status. É por isso que o repertório dessas fontes, que para cada período e para cada região do espaço, há um século, parecia estático e fechado, é, na nossa opinião, não apenas aberto, mas literalmente inesgotável.

Artigo originalmente publicado em francês como "Du monopole de l'écrit au répertoire illimité de sources: un siècle de mutations de l'histoire", em *Studien und Quellen, Zeitschrift des Schweizerischen Bundesarchivs*, v. 27, 2001, p. 15-34. Tradução de Maria Elizabeth Brea Monteiro.

N

O

T

A

S

1. Sobre a disputa Fustel-Monod cf. Hartog, 1988, p. 97 ss. (*O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003).
2. Cf. Langlois, Charles Victor; e Seignobos, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.
3. O interesse de Marc Bloch pela arqueologia já se revelava em *Ile-de-France (Les pays autour de Paris)*, Paris, Cerf, 1913. Referências a equipamentos agrícolas: Bloch, 1976, p. 51 ss. Cf. também as resenhas dos trabalhos de Lefebvre, *Des Noëtes sur l'attelage*, *Revue de synthèse historique*, t. 41, 1926, p. 91-99, t. 43, 1927, p. 83-91, assim como *Musées ruraux, musées techniques*, *Annales*, t. II, 1930, p. 248-251 e *Avènement et conquêtes du moulin à eau* (1935) in Bloch, 1963, p. 800-821.

4. Cf. uma avaliação inicial que é também um programa: Pesez, 1978, p. 98-130, sobretudo p. 122 ss. (*A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988).
5. Cf. Broc, 1974, p. 545-568; Broc, 1976, p. 225-247; Berdoulay, 1981, p. 156 ss., 186 ss.
6. Cf. Bloch, 1976. Uma diferença que salta aos olhos entre o livro de Sée e o de Bloch: a presença neste último de 18 pranchas. Cf. também Pomian, 1986, p. 395 ss.
7. Sobre o conflito entre a geografia humana de Vidal e a morfologia social dos seguidores de Durkheim, cf. Febvre, 1970, p. 49 ss.
8. Cf. principalmente Simiand, 1907; Simiand, 1932a, 1932b. Cf. também Bloch, 1934, p. 1-31; e Bloch, 1963, p. 890-914.
9. N. do tradutor. Registro de preços de mercado sistematizados pelo Estado absolutista francês. Como fonte documental, foi utilizado de modo inovador nos estudos efetuados por E. Labrousse e P. Chaunnu, entre outros autores.
10. Cf. uma das primeiras pesquisas orais: Aron-Schnapper, 1980 (entrevistas entre 1º de abril de 1975 e 31 de dezembro de 1979); Fourquet, 1980 (entrevistas feitas entre outubro de 1978 e abril de 1980).
11. Cf. sobre esses precursores Joutard, 1983; Joutard, 1984, p. 23-42.
12. Cf. a jornada de estudos da Sociedade de etnologia francesa publicada em *Ethnologie française*, t. 8, 1978, p. 331-371. Bouvier et al., 1980; Annales E. S. C., 1980, p. 124-199; Problèmes de méthode en histoire orale, 1980; Histoire orale et histoire des femmes, 1982; Rioux, 1982, p. 29-48; Questions à l'histoire orale, 1987; Voldman, 1991, p. 155-160.
13. Cf. Vovelle, 1978, p. 173-190. Trata-se do colóquio realizado em 12-13 de junho de 1976 na Universidade da Provence, Aix-Marseille 1; foi precedido por um colóquio sobre a cultura oral e a memória coletiva.
14. Cf. Tenenti, 1952; Vovelle, 1970; Ariès, 1977 (estranhamente, esse livro não é ilustrado, apesar de as referências às imagens e aos objetos estarem constantemente presentes); Vovelle, 1983.
15. Cf. Agulhon, M. Imagerie civique et décor urbain (1975) e La statuomanie et l'histoire (1978), originalmente publicados, surpreendentemente, em *Ethnologie française* e retomados em Agulhon, 1988, p. 101-136 e 137-185.
16. Alguns exemplos: Agulhon, 1979; Erlande-Brandenbourg, 1975; Ozouf, 1976; Le Sacre des rois, 1986; Waquet, 1981. Cabe lembrar que foi somente nos anos de 1980, talvez com mais de um quarto de século de atraso, que surgiram as traduções para o francês dos trabalhos de Ernest Kantorowicz e de seus discípulos, assim como um nova edição de *Os reis taumaturgos*.
17. Cf. Boespflug; Lossky, 1987; Wirth, 1989; Schmitt, 1989, p. 311-341; Baschet; Bonne; Schmitt, 1991, p. 335-380; Schmitt, 1991, p. 15-20.
18. N. do tradutor: Bénédictino francês (1632-1707), monge da Congregação de Saint-Maur, Paris. Deve-se a ele, entre outros trabalhos, um tratado de diplomática, *De re diplomatica*.
19. Cf. Pomian, 1998, p. 63-110 retomado em Pomian, 1999, p. 262-342, principalmente p. 332 ss.
20. N. do tradutor: Pomian emprega o termo "semióforo" para designar os objetos portadores de uma significação desviados de sua função utilitária inicial. Trata-se de um neologismo criado para determinar o que têm em comum os quadros, as moedas, as conchas, isto é, todos os elementos que constituem as coleções dos gabinetes de curiosidades. O objetivo do autor, ao empregar o termo, é identificar claramente o que esses gabinetes de curiosidades comportam e não reduzir os objetos dessas coleções a obras de arte, como fazem os inventários nos séculos XVIII e XIX. Cf. Pomian, 1987, p. 38.

Referências Bibliográficas

AGULHON, M. *Histoire vagabonde: ethnologie et politique dans la France contemporaine*. Paris: Gallimard, 1988, t. I.

_____. *Marianne au combat: l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris: Flammarion, 1979.

ANNALES E. S. C. Archives orales: une autre histoire?, t. 35, 1980, p. 124-199.

ANNALES. Musées ruraux, musées techniques, t. II, 1930.

ARCHÉOLOGIE du village déserté. Paris: SEVPEN, 1970, 2 v.

ARIÈS, Philippe. *L'homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977.

ARNOULD, Maurice-A. *Vingt ans d'histoire économique et sociale*. Table analytique des Annales fondées par Marc Bloch et Lucien Febvre (1929-1948). Paris: Association Marc Bloch, 1953, n. 458, 461, 62, 484, 486, 487, 488, 492.

ARON-SCHNAPPER, Dominique et al. *Histoire orale ou archives orales? Rapport d'activité sur la constitution d'archives orales pour l'histoire de la sécurité sociale*. Paris: Association pour l'étude de l'histoire de la sécurité sociale, 1980.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (1970). *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: Archives nationales, 1991.

BASCHET, Jérôme; BONNE, Jean-Claude; SCHMITT, Jean-Claude. Les images médiévales (Quatre notes critiques). *Annales*, 1991, p. 335-380.

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.

BERTRAND, Alexandre. Cours d'archéologie nationale: leçon d'ouverture faite le 8 septembre 1882 à l'École du Louvre. In: BERTRAND, Alexandre. *Nos origines: La Gaule avant les Gaulois d'après les monuments et les textes*. 2. ed. Paris: Leroux, 1891.

BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française (1931)*. Paris: Colin, 1976, t. I.

_____. *Mélanges historiques*. Paris: SEVPEN, 1963.

_____. Champs et villages. *Annales*, t. VI, 1934.

_____. Le salaire et les fluctuations économiques à longue période. *Revue historique*, t. CLXXIII, jan./juin 1934, p. 1-31.

_____. *Ile-de-France (Les pays autour de Paris)*. Paris: Cerf, 1913.

BOESPFLUG, François; LOSSKY, Nicolas (dir.). *Nicée II 787-1987: douze siècles d'images religieuses*. Paris: Cerf, 1987.

BONNAIN, Rolande; ELEGOËT, Fanch. Aperçu provisoire des enquêtes en cours. *Ethnologie française*, t. 8, 1978.

BROC, Numa. La pensée géographique en France au XIXe siècle: continuité ou rupture. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, t. 47, 1976, p. 225-247.

_____. L'établissement de la géographie en France: diffusion, institutions, projets (1870-1890). *Annales de géographie*, 88^e. année, 1974, p. 545-568.

BOUVIER, Jean-Claude et al. *Tradition orale et identité culturelle: problèmes et méthodes*. Paris: CNRS, 1980.

DAUMAS, Maurice. *L'archéologie industrielle en France*. Paris: Laffont, 1980.

DUBY, George et al. *Villages désertés et histoire économique, XIe-XVIIIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1965.

ERLANDE-BRANDENBOURG, Alain. *Le Roi est mort: étude sur les funérailles, les sépultures et les tombeaux des rois de France jusqu'à la fin du XIIIe siècle*. Genève: Droz, 1975.

FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine* (1922). Paris: Albin Michel, 1970.

_____. *La Franche-Comté*. Paris: Cerf, 1905.

FERRO, Marc. *Cinéma et histoire*. Paris: Denoël Gonthier, 1977.

FÈVRE, Jules; HAUSER, Henri. *Régions et pays de France*. Paris: Alcan, 1909.

FOURQUET, François. *Les comptes de la puissance: histoire de la comptabilité nationale et du plan*. Paris: Encres, 1980.

FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denys. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France: La Monarchie franque*. Paris: Hachette, 1888.

GUIOMAR, Jean-Yves. Le Tableau de Géographie de la France de Vidal de la Blache. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, v. II: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

GOUBERT, Pierre. Une richesse historique en cours d'exploitation: les registres paroissiaux. *Annales*, t. IX, 1954, p. 83-93.

HARTOG, François. *Le XIXe siècle et l'histoire: Le cas Fustel de Coulanges*. Paris: PUF, 1988.

HENRY, Louis; FLEURY, Michel. *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population: manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: Ined, 1956.

HISTOIRE ORALE ET HISTOIRE DES FEMMES. *Table ronde – 16 octobre 1981*. Paris: CNRS, 1982 (suplemento n. 3 do *Bulletin de l'IHTP*).

JOUTARD, Philippe. Eléments pour une bibliographie internationale d'histoire orale. *Bulletin de l'IHTP*, n. 17, 1984, p. 23-42.

_____. *Ces voix qui nous viennent du passé*. Paris: Hachette, 1983.

_____. *La Légende des Camisards: une sensibilité au passé*. Paris: Gallimard, 1977.

JULLIAN, Camille. Plaidoyer pour la préhistoire (4 décembre 1907). In: JULLIAN, Camille. *Au seuil de notre histoire: leçons faites au Collège de France (Chaire d'Histoire et Antiquités Nationales)*. Paris: Boivin et Cie., 1930, t. I.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1932.

LANGLOIS, Charles Victor; STEIN, Henri. *Les Archives de l'histoire de France*. Paris: Alphonse Picard, 1991.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques (1898)*. Paris: Kimé, 1992.

LE SACRE DES ROIS. Actes du Colloque International de Reims de 1975, Paris, Les Belles Lettres, 1986.

OZOUF, Jacques. *Nous les maîtres d'école: autobiographies des instituteurs de la Belle Epoque*. Paris: Julliard, 1967.

OZOUF, Mona; OZOUF, Jacques. Retour sur une enquête. *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 8, 1991, p. 1-13.

_____. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.

PESEZ, Jean-Marie. L'histoire de la culture matérielle. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.

POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard-Folio, 1999.

_____. De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire. *Revue de métaphysique et de morale*, n. 1, 1998, p. 63-110.

_____. Francs et Gaulois. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, v. III: Les France, tomo I. Paris: Gallimard, 1992.

_____. *Collectionneurs, amateurs, curieux: Paris-Venise, XVIe-XIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1987.

_____. L'heure des Annales. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, t. II: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

_____. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.

PROBLÈMES DE MÉTHODE EN HISTOIRE ORALE. *Table ronde – 20 juin 1980*. Paris: IHTP, 1980.

QUESTIONS A L'HISTOIRE ORALE. *Table ronde du 20 juin 1986*. Paris: CNRS, 1987.

REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE, t. 41, 1926, p. 91-99.

REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE, t. 43, 1927, p. 83-91.

RIOUX, Jean-Pierre; VOLDMAN, Danièle. *L'histoire orale en France: répertoire des chercheurs*. Paris: CNRS, 1982.

RIOUX, Jean-Pierre. L'histoire orale: essor, problèmes et enjeux. *Cahiers de Clio*, n. 70, 1982, p. 29-48.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy (1944-198...)*. Paris: Seuil, 1987.

SCHMITT, Jean-Claude. Le groupe de recherches sur les images médiévales. *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 8, 1991, p. 15-20.

_____. Les images classificatrices. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 147, 1989, p. 311-341.

SÉE, Henri. *Les classes rurales et le régime domanial en France au moyen âge*. Paris: Alcan, 1901.

SIMIAND, François. *Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris: Alcan, 1932a.

_____. *Salaire, l'évolution sociale et la monnaie*. Paris: Alcan, 1932b, 3 v.

_____. *Le salaire des ouvriers des mines de charbon en France*. Paris: Cornély, 1907.

_____. Méthode historique et science sociale: étude critique d'après les ouvrages récents de M. Lacombe et de M. Seignobos. *Revue de synthèse historique*, t. VI, 1903.

TENENTI, Alberto. *La vie et la mort à travers l'art du XVe siècle*. Paris: Armand Colin, 1952 (*Cahiers des Annales*, n. 8).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des divisions fondamentales du sol français. *Bulletin littéraire*, 10 oct. 1888, p. 1-7; 10 nov. 1888, p. 49-57.

VOLDMAN, Danièle. Archiver les sources orales. *Cahiers de sémiotique textuelle*, n. 20, 1991, p. 155-160.

VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

_____. Iconographie et histoire des mentalités: les enseignements d'un colloque. *Ethnologie française*, t. 8, 1978, p. 173-190.

VOVELLE, Gaby; VOVILLE, Michel. *Vision de la mort et de l'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du Purgatoire*. Paris: Armand Colin, 1970 (*Cahiers des Annales*, n. 29).

WAQUET, Françoise. *Les fêtes royales sous la Restauration, ou l'Ancien Régime retrouvé*. Genève: Droz, 1981.

WIRTH, Jean. *L'image médiévale: naissance et développement (VIe-XVe siècles)*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

R E S U M O

O artigo estabelece o vínculo entre as transformações operadas na historiografia francesa desde o final do século XIX e as fontes documentais envolvidas. Considera a influência de outras disciplinas para a diversificação de objetos de pesquisa e acervos que levaram ao término da exclusividade do texto e à produção e análise de arquivos de história oral e visual.

Palavras-chave: historiografia francesa; fontes documentais; história oral; história visual.

A B S T R A C T

The article establishes the link between the changes operated in the French historiography since the end of the XIXth century and the documentary sources involved. It considers the influence of other disciplines for the diversification of research objects and records that led to the end of the priority of the text and to the production and analysis of oral and visual historical records.

Keywords: French historiography; documentary sources; oral history; visual history.

R E S U M É N

El artículo establece el vínculo entre las transformaciones realizadas en la historiografía francesa desde el final del siglo XIX y las fuentes documentales envueltas en el proceso. Considera la influencia de otras disciplinas para la diversificación de los objetos de investigación e de los acervos que llevarán al fin de la exclusividad del texto e a la producción y análisis de archivos de historia oral y visual.

Palabras clave: historiografía francesa; fuentes documentales; historia oral; historia visual.

Recebido em 23/9/2012

Aprovado em 26/9/2012

Rosimere Mendes Cabral

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa

A função dos arquivos públicos como instituição é o recolhimento, a preservação e a organização dos fundos documentais produzidos pelo governo nos âmbitos municipal, estadual e federal, de forma a servir como fonte de informação para o administrador, o historiador e o cidadão. Outra função de cunho mais social, embora pouco explorada no Brasil, diz respeito ao papel educativo e de difusão cultural dos arquivos.

No que se refere à função social, sabe-se que algumas instituições arquivísticas brasileiras promovem palestras, seminários, exposições, debates, lançamentos de obras, entre outras atividades. Contudo, quando se pensa o arquivo como um espaço de difusão e ação cultural, pretende-se que sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar

acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos.

A ideia de pensar o arquivo como um espaço de difusão cultural permite duas vias de ação, que, de acordo com Bellotto (1991, p. 228), seriam o lançamento de “elementos de dentro do arquivo para fora”, buscando atingir um maior “campo de abrangência”, e “o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”. Esse caminho da difusão cultural, conforme citado, já é trilhado por algumas instituições arquivísticas brasileiras, ao promoverem eventos como congressos, seminários, reuniões. Em instituições de outros países observa-se uma prática que vai além dessas atividades, ao proporcionar ao público novas experiências, como a que ocorre no Museu de História da França, chamada de *Le quart d’heure de culture*, em que um comentário sobre um “grupo documental de interesse mais popular” é produzido pelos arquivistas, na hora do almoço, atraindo trabalhadores das redondezas. Trata-se de uma forma de aproximar um público diversificado, expandindo assim as categorias mais comuns de pesquisadores, como os historiadores e estudantes de graduação, de forma que percebam a importância do arquivo enquanto instituição que, além de suas funções de custódia, preservação, recolhimento e organização, também participa ativamente da vida cultural da cidade.

Bellotto (1991, p. 228) apresenta exemplos de outros países, como Estados Uni-

dos, Rússia, Alemanha e Espanha, onde o uso da transmissão radiofônica de “apresentação comentada” tem alcançado bons resultados ao ser usada concomitantemente à exposição, no saguão do arquivo, do “documento do mês”, selecionado de acordo com “uma efeméride ou evento”. Esse trabalho conjunto de exposição e transmissão radiofônica alcança um público diversificado e pode ser planejado de forma sistemática. Poderia ser implementado no Brasil com alguma facilidade, visto que se tem prática neste tipo de atividade (exposição) em bibliotecas, arquivos e museus, faltando, assim, aliar a transmissão via rádio. A aproximação com as bibliotecas e os museus facilitaria a maior comunicação entre os profissionais destas instituições, como bibliotecários e museólogos, com os arquivistas e historiadores, possibilitando assim uma troca de experiências e informações de forma a suscitar uma gama de reflexões acerca do papel social dos profissionais e das instituições. Esta rede de contatos permitiria, então, repensar a prática diária e, principalmente, rever as metas, planejamentos e política institucional, que se poderia ampliar a fim de aumentar o público visitante de exposições, seminários, para algo além, incluindo um programa sistemático voltado para a difusão e a ação cultural, com atividades na quais o público se tornaria agente ativo no processo e não mero espectador.

Há várias atividades possíveis de difusão cultural em instituições arquivísticas,

conforme Bellotto (1991), e este trabalho ressaltará duas: o arquivo como fonte educativa e o arquivo orientado para ação cultural.

Arquivistas alemães trabalham em conjunto com agências de turismo contribuindo para a criação de textos, “correção de notícias históricas em seus folhetos publicitários, cartazes, mapas, ou para a sinalização de monumentos”, como mostra Bellotto (1991, p. 229). Tais exemplos mostram a variedade das atividades a serem exercidas por arquivistas de forma a participarem mais ativamente da movimentação cultural e turística das cidades, indo além do papel técnico. As contribuições advindas desses profissionais da informação abrem espaço para uma atuação mais voltada para o lado lúdico, ao proporcionar ações no âmbito educacional, cultural e turístico. É necessário um bom planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de modo que sejam sistematizadas e avaliadas constantemente e se façam ajustes e correções ao longo dos projetos, assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados.

Vale ressaltar que, quando se fala de uma prática que vai além da técnica, em momento algum se pretende diminuir a importância dessa dimensão, visto que sem ela não seria possível uma recuperação satisfatória dos documentos. O que está em pauta é algo mais, ou seja, uma prática que conjuga o lado técnico com o cunho social da instituição arquivística, por meio de uma política voltada

para o público, atraindo-o de forma que compreenda o arquivo como espaço de coleta, preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos, de lazer cultural. Uma pesquisa informal realizada com alunos de graduação em arquivologia mostrou que um pequeno percentual deles pensa o arquivo como espaço de lazer cultural. A maioria acredita que seus familiares e amigos não têm interesse em visitar e frequentar um arquivo. Ora, se os graduandos da área não veem seus espaços de trabalho como lugares de difusão cultural, e não pensam que poderiam sê-lo, a mudança de visão tende a se comprometer.

Reitera-se que uma boa comunicação, um alinhamento com outros profissionais, em especial bibliotecários e museólogos, poderia facilitar a criação de um programa sistemático de atuação dos arquivos voltado a uma prática direcionada aos campos educacional, cultural e turístico. A respeito da ligação entre arquivo e educação, é necessário que se atente para as experiências de outros países, para então verificar como adequá-las à realidade brasileira, e, ainda, que se avalie a validade de orientar os arquivos para a prática educativa, em consonância com a estrutura funcional da própria instituição. Payne (apud Bellotto, 1991, p. 231) apresenta uma orientação a respeito:

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo;

são igualmente importantes o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas.

Daí a necessidade de uma avaliação, por parte da instituição arquivística, da adoção de uma prática que pense o arquivo como fonte educativa, ao aproximar, por exemplo, estudantes de ensino médio ou crianças por meio de um programa sistemático de trabalho conjunto com as escolas.

Um belo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Portugal, foi apresentado no VII Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, no Rio de Janeiro, em 2011, pela arquivista Maria de Lurdes Henriques. O serviço educativo do ANTT possui duas vertentes de atuação: a implementação de uma estrutura organizacional com foco nas visitas escolares, de forma a atender diversas faixas etárias e de ensino, com temas variados e integrados aos planos curriculares; e a concepção, planejamento, organização e implementação de exposições e/ou mostras documentais permanentes, “direcionadas para fins didáticos pedagógicos, mediando-as para diferentes públicos-alvo, investindo nesses públicos, por forma a aproximá-los do Arquivo, dando-lhes a conhecer o seu património e promovendo simultaneamente lições de cidadania”.

A experiência do ANTT mostra o trabalho conjunto do arquivo com as escolas por meio de um programa sistemático que orienta o planejamento de ações realizadas com base nos planos curriculares, como forma de promover aulas fora das escolas, com atividades que envolvem outros modos de leitura, diferentes dos livros, o que permite o enriquecimento com a descoberta de diversas escritas. Esse trabalho promove a aproximação dos estudantes com a instituição e a prática arquivística, ao mostrar um lugar de descobertas, de busca de novos conhecimentos, melhorando a compreensão sobre a importância daquele espaço no contexto histórico-cultural da cidade, do país. Possibilita, ainda, o interesse dos alunos em aprender de maneiras diferentes daquelas apresentadas nas salas de aula, complementando a práxis docente com outros tipos de material, como documentos históricos relevantes para a história do país, que são mostrados na íntegra com seu vocabulário e tipos de letra específicos. Os documentos podem vir acompanhados de uma tradução preparada por arquivistas, e pode ser proposto aos alunos que recriem documentos históricos com outros formatos, como vídeos, desenhos, pinturas, estimulando assim a criatividade e a passagem de sujeitos passivos para ativos no processo de geração de novos conhecimentos.

A fonte educativa propiciada pelo arquivo pode ser uma grande aliada no processo pedagógico das escolas, auxiliando no ensino de matérias como história, portu-

guês, ciências, ao oferecer uma gama de documentos que fazem parte dos fundos dos arquivos. Trabalhar com os planos curriculares permite que tanto professores como arquivistas planejem as atividades, ao longo do ano letivo, com exposições, aulas, oficinas e debates que visem aprofundar as informações recebidas pelos alunos. Assim, por meio destas atividades, eles podem participar como sujeitos ativos no processo de criação de conhecimentos. A experiência apresentada pela arquivista Maria de Lurdes Henriques, do ANTT, mostra que o programa educativo faz parte da política institucional, num trabalho conjunto com a área de educação, como estratégia de auxílio aos professores, e, principalmente, de política educacional, como chave para a melhoria da qualidade do ensino e a difusão cultural propiciada pela instituição arquivística. Esta aproximação permite ainda maior visibilidade do profissional arquivista junto à sociedade, numa postura que vai além do tecnicismo, proporcionando outras experiências, mais lúdicas. E não se pode deixar de mencionar a possibilidade de abranger um público maior, assim como a necessidade de ampliação de atendimento, aumentando o horário de abertura, inclusive nos fins de semana, algo incomum nas instituições brasileiras.

O caso português mostra como o arquivo, orientado para uma política educativa, pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na rede escolar, ao estimular uma cidadania mais ativa e par-

ticipante, buscando formas variadas para o processo de geração de conhecimentos, e, como diz Paulo Freire, “educar para a liberdade”.

Por exemplo, o ANTT oferece aos escolares documentos numa calota esférica com tela sensível ao toque, num projeto que ensina astronomia. O programa educativo deve ainda abranger outros públicos, como os idosos, em atividades orientadas no sentido de propiciar experiências lúdicas, diálogo intercultural, além de promover o acesso ao conhecimento e a valorização do profissional arquivista.

Retorna-se, assim, à proposta inicial de pensar o arquivo como fonte educativa e orientada para a ação cultural.

Em se tratando de ação cultural, é ainda incipiente essa prática em unidades de informação como bibliotecas e arquivos, mas o tema vem sendo debatido desde o início da década de oitenta, após a apresentação de Flusser no XI Congresso Brasileiro de Documentação, em João Pessoa, Paraíba, em 1982.

Flusser (1983, p. 148) trouxe a ideia da biblioteca como instrumento de ação cultural, sendo esta “basicamente mediação e criação de acervo, inserido em contexto cultural bem definido”. Ora, são conhecidas as diferenças entre arquivos e bibliotecas quanto às suas funções, e não se pretende a transposição de práticas biblioteconômicas, todavia são espaços que, como dissemos, podem e devem ser

usados para trocar experiências de forma a contribuir para novas perspectivas de trabalho. Assim, pensa-se que a prática da ação cultural pode ser desenvolvida dentro das instituições arquivísticas como mostra o trabalho realizado no ANTT, por meio de sua participação efetiva na inovação curricular, com a aproximação entre bibliotecário escolar, professores e arquivistas.

Este processo de interação baseado em visões múltiplas sobre os fundos documentais propicia novas experiências a serem vividas pelo público, leituras codificadas para facilitar a compreensão de documentos e maior consciência acerca dos documentos arquivísticos e de sua importância, além de contribuir para a formação da cidadania do público escolar.

O outro trabalho vem sendo desenvolvido pelos arquivos franceses desde 1950, apesar da ideia de se criar serviços educativos ter tido início após a Segunda Guerra Mundial, com sua abertura a um novo público – “embora o contato arquivo-escola já se processasse desde 1912” – através de “circular do diretor dos *Archives nationales*”, tornando obrigatória a realização de conferências periódicas, feitas por arquivistas, para os alunos das escolas normais, segundo relatos de Bellotto (1991, p. 234), que elenca as atividades dos serviços educativos que os arquivos franceses desenvolvem. Dentre elas está uma prática que chama a atenção pelo seu potencial de aproximar

os alunos e de ampliar o público para a comunidade do entorno das instituições arquivísticas. Na atividade em questão, são realizadas campanhas “junto aos alunos para a coleta de documentos familiares ou de estabelecimentos comerciais, industriais, esportivos, sindicais ou políticos aos quais seus familiares ou amigos estejam ligados”. O material recolhido engloba “lembranças orais e escritas, material de valia para a história local contemporânea” (Bellotto, 1991, p. 237).

A reunião deste material composto por documentos familiares, como fotografias, relatos orais e escritos, aproxima-se do uso da história oral como metodologia cuja finalidade é a criação de fontes históricas, de acordo com Freitas (2006, p. 19), sendo a história oral “dividida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida, história temática”. O primeiro gênero pode ser definido “como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (Vansina, 1982, p. 157 apud Freitas, 2006, p. 19). A história de vida, segundo gênero, “pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita (...) está ausente”, por meio de uma reconstituição do passado pelo próprio indivíduo.

Já na história oral temática, a entrevista “é realizada por um grupo de pessoas, sobre um assunto específico”, como explicitado por Freitas (2006, p. 21-22). Um projeto de história oral pode ser desenvolvido como “iniciativa individual ou trabalho coletivo: em pré-escolas, nos primeiro e segundo

graus, nas universidades, na educação de adultos, por centros comunitários, por museus convencionais, museus itinerantes ou por museus de rua e por outras instituições”.

Como vimos no caso da França, esse modelo também pode ser desenvolvido por instituições arquivísticas públicas, e aqui se abre uma possibilidade para os arquivos de empresas privadas, que poderiam estabelecer um programa sistemático de coleta de material por seus funcionários, sob coordenação do arquivista. Fotografias, convites de eventos, inaugurações, vídeos, enfim, diversos materiais podem ser colhidos para uma exposição que contasse a evolução histórica da empresa com base no material recolhido. Esse trabalho desenvolvido pelo arquivista visaria envolver o corpo de trabalhadores na formação de um espaço dinâmico, onde se pudesse trocar ideias, relatos, experiências, reflexões, e criar novos conhecimentos por meio da prática da ação cultural. Esta seria vista como um processo que engloba atividades que propiciem “condições para o encontro de indivíduos e para o estímulo da atividade cognitiva”, conforme Flusser (1983, p. 159).

Dessa forma, podem-se ampliar as possibilidades de se pensar a instituição arquivística, com a promoção de uma prática que propicie aos indivíduos serem sujeitos ativos no processo de geração de conhecimentos, a partir dos fundos documentais dessas instituições e da criação de novos fundos por meio da coleta de materiais,

seja de grupos familiares, idosos, comerciais, políticos, ligados, como no caso dos arquivos franceses, aos alunos envolvidos em atividades dos serviços educativos. Isto se daria também por meio das narrativas orais, como orienta Freitas (2006), enquanto possibilidade de aproximação do público, que, ao se sentir sujeito ativo no processo de construção de conhecimentos e novos fundos através das histórias de vida, forma um importante material para a história local e contemporânea.

A prática da ação cultural possui um caráter transformador da realidade social e pressupõe que os indivíduos sejam sujeitos ativos num processo sistemático de criação de novos bens culturais e conhecimentos, e não em atividades esporádicas, ou seja, que eles participem ativamente no “sentido de opinar, formular e criar” (Rosa, 2009, p. 373), como sujeitos da cultura, por meio de trocas de experiências, debates que permitam aos indivíduos uma visão mais reflexiva e crítica do mundo onde se vive.

O uso da história oral como metodologia aliada a um serviço educativo bem planejado, como nos exemplos apresentados, em consonância com uma política institucional orientada para algo além das funções primordiais de um arquivo, pode propiciar uma mudança de imagem junto à sociedade e, principalmente, contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel, assim como da história, do passado no qual estão inseridos enquanto indivíduos.

Percebe-se que uma política institucional que trabalhe com serviço educativo bem estruturado com as escolas e seus currículos, ações culturais voltadas a públicos variados, com base nos fundos documentais das instituições arquivísticas e dos que podem ser criados pelas atividades desenvolvidas, proporcionariam uma guinada na visibilidade dos arquivos e arquivistas junto ao público em geral, aumentando a visitação.

A mudança de visão sobre a capacidade dos arquivos, como dissemos, passa por uma mudança da política institucional e também da visão que os arquivistas possuem da própria profissão, que engloba as funções técnicas essenciais à prática, como recolhimento, custódia, preservação e organização de fundos documentais, além de uma dimensão mais educativa, social e cultural.

Vale mencionar, ainda, a falta de recursos humanos e financeiros, que implica a dificuldade de se implementar uma prática direcionada para o serviço edu-

cativo e a ação cultural, uma vez que os profissionais estão muito ocupados com a função técnica diária. De fato, sabe-se das precárias condições de trabalho em arquivos públicos Brasil afora e das limitações encontradas pelos profissionais que neles atuam, como falta de material básico de trabalho, espaço adequado ao armazenamento de fundos documentais e sobrecarga devido ao pequeno número de funcionários. Contudo, a experiência do ANTT mostra que uma política institucional consolidada no sentido de priorizar uma prática voltada para a oferta proativa de divulgação de acervo, buscando novos públicos, inclusive a partir das escolas, é possível com uma equipe reduzida que atua na organização e planejamento do *marketing* cultural e de projetos.

É essencial boa articulação e comunicação entre todos os funcionários do arquivo para gerir os projetos, a fim de atingir qualidade e sucesso na implantação, manutenção e avaliação permanente do serviço educativo e das ações culturais.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 145-169, set. 1983.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GABRIEL, Vanessa Sena. *Ação cultural como ferramenta de comunicação*. São Paulo: USP, Escola de Comunicação e Artes, 2005.

HENRIQUES, Maria de Lurdes. *Conhecer e visitar: o serviço educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Disponível em: <<http://www.ala-archivos.org/?p=1354>>. Acesso em: 20 maio 2012.

ROSA, Anelise Jesus Silva da. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 372-381, jul./dez. 2009.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: _____. *História geral da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, v.1.

R E S U M O

O artigo apresenta uma possibilidade de pensar o arquivo enquanto fonte educativa e de ação cultural, para além da sua função primordial de recolhimento, preservação e organização de fundos documentais. Discute a função social das instituições arquivísticas por meio de uma política institucional voltada para a capacidade educativa, social e cultural.

Palavras-chave: instituição arquivística; fonte educativa; ação cultural.

A B S T R A C T

This article presents a possibility of thinking of archive as a source of education and cultural action, to beyond its primordial function of collecting, preserving and organizing documentary collections. Discusses the social role of archival institutions through institutional policy aimed towards the educational, social and cultural capacity.

Keywords: archival institution; educational source; cultural action.

R E S U M É N

Este artículo presenta una posibilidad de pensar en el archivo como una fuente de acción educativa y cultural, además de su función primordial de reunir, conservar y organizar los fondos documentales. Analiza el papel social de las instituciones de archivo a través de la política institucional respecto a la capacidad educativa, social y cultural.

Palabras clave: institución de archivo; fuente educativa; acción cultural.

Recebido em 12/9/2012

Aprovado em 13/9/2012

Andresa Cristina Oliver Barbosa

Mestranda em História pela PUC-SP.
Diretora do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Haike Roselane Kleber da Silva

Doutora em História pela UFRGS. Diretora do Centro
de Difusão e Apoio à Pesquisa do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Difusão em Arquivos

Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo

Neste texto, analisamos algumas políticas de difusão empreendidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) tomando como recorte dois conjuntos de atividades que estão conceitual e estruturalmente ligados à difusão em arquivos: a ação editorial e a ação educativa. Compreende a análise uma breve incursão histórica por arquivos públicos brasileiros e suas políticas editoriais, a produção editorial nos diferentes momentos vividos pela instituição paulista, chegando aos dias de hoje e ao trabalho que vem sendo então desenvolvido. No que tange às ações educativas,

propomos considerar aspectos de sua trajetória e os pressupostos e projetos que guiam esse trabalho na atualidade. Antes disso, no entanto, nos parece necessário explicar o que entendemos como difusão em arquivos.

Segundo Bellotto (2007, p. 227), as funções principais dos arquivos permanentes são o recolhimento, a custódia, a preservação e a organização de documentos gerados pelo governo, de forma que sejam úteis à administração, aos cidadãos e à historiografia. A difusão editorial, cultural e educativa ficaria em segundo lugar, ou “para além” das competências precípua;

serviria para dar à instituição “contornos sociais”, o que viria a reforçar e manter os principais objetivos de um arquivo permanente: “atender às necessidades da administração a que servem”.

Entendemos que a difusão deve ser colocada entre as prioridades, uma vez que é através dela que a sociedade conhece o patrimônio documental. Não tratamos aqui apenas da questão de prover o acesso aos documentos para aqueles que os buscam. Essa discussão já está bastante amadurecida e relativamente resolvida, sobretudo com a lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Falamos da divulgação, difusão, comunicação e vulgarização dos acervos independentemente da vontade do consultante ou curiosidade do pesquisador. É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor. Com atribuições de tamanha importância, acreditamos que a difusão é apenas uma dentre as ações que devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental.

Fazem parte das ações de difusão a publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo

e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras. Todas essas ações visam atingir o usuário final da informação, seja o aluno, o professor, o pesquisador, o cidadão em geral. Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, as atividades de difusão são desenvolvidas, desde 2009, no âmbito do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, hierarquicamente ligado ao Departamento de Preservação e Difusão de Acervo.¹ Nesse Centro são desenvolvidas as estratégias de promoção do acesso aos documentos, seja aos que já conhecem as potencialidades do acervo, seja aos que nunca entraram num arquivo. Fazem parte dele os Núcleos de Atendimento e Assistência ao Pesquisador, responsáveis por prover o acesso aos documentos no salão de consultas, além de orientar os neófitos nos procedimentos da pesquisa documental; o Núcleo de Ação Educativa, responsável pelo desenvolvimento de atividades que aproximem o Arquivo de instituições educacionais e do público em geral; o Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca, que embora seja um setor

que se responsabilize pelo tratamento de um acervo específico, constitui-se conceitualmente dentro de um arquivo como um setor de apoio – seu acervo complementa, enriquece e dialoga com a documentação de origem pública. No caso em questão, a riqueza das coleções de jornais e revistas transforma esse acervo de apoio no mais pesquisado na instituição. No rol das atividades de difusão desse Centro, encontra-se a produção editorial, mais voltada hoje para a mídia digital, com a produção de conteúdo para a internet. No entanto, a pretensão de continuar a atividade editorial impressa – iniciada na instituição em 1894 – ainda persiste.

Por meio do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa é que a instituição viabiliza o desenvolvimento de ações e produtos que contribuem para a democratização de seu acervo. Como ação ampla, permite e exige a integração de diferentes conhecimentos, de diferentes áreas, de diferentes profissionais. Envolve pesquisa, comunicação, ação pedagógica e uso da tecnologia, o que justifica o envolvimento não apenas de historiadores e arquivistas (os profissionais típicos dos arquivos permanentes), mas de jornalistas, publicitários, designers, professores, revisores.

A DIFUSÃO NA FORMA IMPRESSA

A atividade editorial nos arquivos, sobretudo nos públicos, não é nova – nem no Brasil, nem no exterior. Cumpriu, em diferentes momentos, diversas funções: edificação da história pátria, preservação documental,

instrumentalização da pesquisa, acesso democratizado às fontes. Na sua origem, representou um papel que era às vezes disputado, às vezes compartilhado, como os institutos históricos, como podemos constatar na análise a seguir.

Edificar a memória do Estado e da nação

Os primeiros arquivos públicos no Brasil se constituíram no século XIX, ligados, principalmente, ao papel de sustentação legal do Estado, na medida em que depositavam as provas fidedignas de sua atuação. Esse foi o caso do maior arquivo do país, o Arquivo Nacional, criado em 1838, num momento de construção da nação e de consolidação do regime monárquico. Nascia para servir ao Estado, e não ao cidadão. Buscava, no entanto, contribuir, através da preservação documental, para a edificação da história nacional, uma vez que detinha “as provas” necessárias para a construção de uma historiografia científica, seguindo os cânones da concepção de história da época.

No entanto, a tarefa de preservação da memória nacional seria executada com maior eficiência na época por outra instituição, nascida no mesmo ano, porém com maior influência política: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro “debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II” (Revista do Instituto..., 1856, p. 6). Como aponta Célia Costa (2000), o Arquivo Nacional “seria uma instituição voltada para dentro do próprio Estado, enquanto o IHGB

teria como tarefa externalizar a nação, na medida em que construía sua singularidade histórica”. Numa outra divisão de tarefas, pode-se dizer que “o IHGB seria responsável pelos aspectos culturais da formação da nacionalidade, enquanto ao Arquivo caberiam os aspectos normativos da manutenção da unidade política e administrativa do Estado”.

O Arquivo Nacional dedicou-se à atividade editorial a partir de 1886 e publicou, desde esse período até agora, mais de 150 títulos. Mostrava assim não apenas sua capacidade de armazenagem da memória, mas a preocupação em “estreitar os laços de unidade nacional” (Bezerra, 1938). Ou seja, procurava ser mais do que o guardião da memória do Estado, produzindo sua versão do passado da nação.

Mas a produção do IHGB, nesse sentido, era de maior monta (mais de 350 volumes de sua revista foram publicados até hoje) e, como explicitado por Callari (2001) e Costa (2000), mais valorizada até com investimento estatal, garantindo ao IHGB a primazia – ao menos durante boa parte de sua história – da tarefa de sistematização de estudos e vulgarização de documentos considerados importantes para a história nacional.

Casos regionais mostram uma situação diferenciada. Em Minas Gerais, a relação de dependência parecia se inverter. O Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, lançou sua revista em 1896 – a qual é produzida até hoje – e nela abriu espaço para o IHGMG publicar suas pesquisas até

que este tivesse revista própria (Callari, 2001, p. 61). A razão para publicar uma revista era principalmente a vulgarização do acervo do Arquivo, uma vez que, sem ela, o conhecimento das riquezas documentais da memória mineira ficariam relegadas a “um limitadíssimo círculo de pesquisadores pacientes” (Veiga, 1896, p. VI). As duas instituições assumiam, assim, a tarefa de construir a ideia de nação, sua história e identidade. Por seu caráter regional, buscavam também “realçar os aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional”.

Se considerarmos a edição de obras dentro do âmbito do conhecimento histórico como representativa da preservação da memória nacional e da construção da história pátria, a relação entre o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) foi, por muito tempo, relativamente paritária. Criado oficialmente em 1842 e efetivamente implantado em 1891, o Arquivo já inicia a atividade editorial em 1894, ano de fundação do IHGSP. As duas instituições disputam, por um grande período, o espaço de preservação da memória paulista, fato constatado a partir da produção editorial dessas entidades no decorrer do século XX (foram publicados, de 1895 a 1999, 98 volumes da revista do IHGSP). De fato, o IHGSP, assim como as entidades congêneres de outros estados, tomava para si a tarefa de edificação da história regional e, sobretudo, de mostrar a importância da província paulista na

composição nacional. É o que deixa claro seu diretor ao expressar que “a história de S. Paulo é a própria história do Brasil” (Mensagem ao leitor..., 1913).

A preocupação com a difusão da memória regional por meio das publicações pode ser constatada também nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Ao lançar o primeiro número de sua revista em 1920 (em observância a uma determinação regulamentar de 1913), o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pretendia divulgar “memórias históricas”, traduzidas em “documentos não reservados relativos à história e geografia do Rio Grande do Sul”, assim como catálogos das diferentes seções do Arquivo. A *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, lançada em 1946, explicitava sua finalidade de “divulgação dos textos inéditos e a difusão de assuntos históricos e afins”, mantendo-se essencialmente científica e “alheia a conflitos partidários e ódios pessoais”. Por meio da publicação de documentos transcritos e trabalhos críticos sobre a história nacional e pernambucana, a direção do Arquivo buscava “criar um ambiente onde as ideias de história possam ser discutidas sem com isso provocar inimizades pessoais”. O texto é assinado pelo diretor Jordão Emerenciano, evidenciando a intenção de que a revista do Arquivo servisse de espaço para o entendimento, sem “cair na vaidade de monopolizar a verdade histórica nem erigir-se em máxima autoridade de história pernambucana” (Emerenciano, 1946, p. II). Não deixa, também, de explicitar a noção de “história como mestra da vida”

e de acreditar na contribuição moral que a política de publicações do Arquivo vinha a dar para a sociedade pernambucana.

Enfim, as casas públicas nascidas para guardar a memória do Estado e da nação competiram – às vezes mais, às vezes menos – com instituições de foro privado, que arvoravam o direito e a competência de atuar sobre a memória nacional. A relação entre elas foi ora de colaboracionismo, ora de concorrência, ambas contribuindo, entretanto, para a preservação e difusão documental por meio de publicações. Longe de denominarem-se editoras, essas instituições – arquivos e institutos históricos – promoviam a produção de livros, sobretudo de periódicos, a partir de critérios de escolha peculiares aos valores historiográficos da época, mas também com uma aguçada percepção de preservação material da informação. É sobre isso que passamos a refletir.

Publicar para preservar

É bastante claro para os arquivos que hoje assumem atividades editoriais que essas se encontram no âmbito da difusão, uma vez que visam à disseminação do conhecimento, seja aquele refletido – no caso dos trabalhos historiográficos –, seja o instrumental – quando se trata de publicação de instrumentos de pesquisa –, sejam as próprias fontes documentais.

Tomando de forma mais restrita a concepção de preservação documental, observamos, pelas experiências editoriais dos arquivos, que publicar livros e periódicos

não apenas compunha a parte principal de uma política de difusão, mas também uma ação do âmbito da prevenção, da sobrevivência da informação contida em tão frágil suporte físico como o papel. Essa preocupação é encontrada na fala de diversos diretores de arquivos pelo Brasil afora, como bem mostra o diretor do Arquivo Público de São Paulo:

Entendia Toledo Piza que o valioso material do arquivo não devia permanecer segregado dos estudiosos, e que a sua publicação convinha fazer-se com a maior brevidade possível, por se encontrarem muitíssimos dos mais preciosos documentos em estado precário, muitos deles deteriorados pela ação deletéria da umidade, que empastava maços de tal forma que tornava quase que impossível separarem-se as folhas sem totalmente inutilizá-las (Amaral, 1974, p. 57).

A mesma explicação é dada anos mais tarde, ao ser iniciada a coleção *Inventários e Testamentos*: “para salvar tais documentos para a humanidade, da traça que os vão inutilizando, o governo do Estado resolveu publicá-los pondo-os per essa forma de alcance dos estudiosos de nossa história” (*Repartição de Estatística...*, 1920). Da mesma forma se expressam os representantes de outros arquivos públicos, em diferentes momentos. Ao dirigir-se aos “leitores” dos *Anais do Arquivo Público da Bahia*, seu diretor justifica a necessidade de publicação dos documentos existentes naquela instituição, “muitos dos quais reclamavam de há muito tempo o maior

zelo e o maior carinho”, além do que “os beneficiava e salvava da completa destruição” (*Anais...*, 1917).

É compreensível a percepção da perda irreversível que o tempo causa nos materiais arquivísticos, num momento em que o conceito de conservação e a propagação de noções e procedimentos a esse respeito ainda nem estavam em gestação.² Nessa conjuntura, passar para material impresso – livros ou periódicos – era uma solução viável, se não a única, para garantir a manutenção das informações em sua integridade formal, promovendo a preservação da memória às novas gerações.

Outra evidência dessa política de preservação através da publicação pode ser percebida no elevado número de obras publicadas entre 1894 e 1940 pelo APESP, tratando-se exclusivamente de transcrição de fontes documentais.

É de se admirar também a visão de prioridade das ações editoriais durante longo período, raramente cessadas em momentos de crise. Em 1953, por exemplo, sucessivas mudanças de prédio tornavam a estrutura do Arquivo de São Paulo precária, mas nem por isso impossibilitavam a publicação de, ao menos, dois exemplares da tradicional coleção *Documentos Interessantes*, três exemplares de *Inventários e Testamentos*, três *Boletins* e outros impressos menores.

Com a evolução das técnicas de conservação de acervos, não mais se justifica a publicação de fontes transcritas como

forma de preservação dos documentos de arquivo. Para isso, além do cuidado com as condições de armazenagem do suporte original do documento, técnicas de reprodução em microfílm garantem – e o farão por muito tempo – a sobrevivência da informação. Aliadas ao desenvolvimento da tecnologia digital e por ela reforçadas, essas técnicas garantem não só o aumento da sobrevivência dos documentos, mas também a vulgarização, o maior acesso às fontes documentais, função também desempenhada anteriormente pelas publicações impressas dos arquivos brasileiros. No entanto, essas instituições continuam suas atividades editoriais, umas mantendo o mesmo ritmo, outras de forma mais acanhada, algumas iniciando há pouco esta linha de ação.

Um levantamento parcial realizado por nós em 2009, do qual participaram dez arquivos estaduais,⁵ revelou que, nas instituições arquivísticas, a atividade editorial é algo desejável, mas não prioritário. Entende-se sua importância como instrumento de divulgação institucional, de difusão da informação e como facilitador da pesquisa, mas sua concretização está longe de ser colocada em primeiro plano.

Geraldo Mártires Coelho, ex-diretor do Arquivo Público do Pará, fundamentado no que chamou de “moderna arquivologia”, afirmou há poucos anos que a função dos arquivos “não é, necessariamente, apenas a guarda do documento, mas sobretudo a revelação de sua existência. Dar visibilidade às fontes significa abrir caminhos

à ampliação e à renovação dos estudos históricos” (Anais..., 2001). Se essa função é materializada em forma de livro, estes paradigmas permitem colocar a atividade editorial em mais alto nível na escala de importância, e assim também entrar nos planos de trabalho e investimento destes órgãos.

A ação editorial no APESP

O Arquivo Público do Estado de São Paulo tem em seu catálogo mais de 350 publicações, entre livros, catálogos e periódicos. Publicou seu primeiro livro em 1894. Era o manuscrito intitulado *A Bernarda de Francisco Ignácio em São Paulo em 23 de maio de 1822*, um resumo histórico dos tumultos ocorridos na capital naquela data. Esse manuscrito foi reeditado no ano seguinte, vindo a constituir o primeiro volume da série Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.

A decisão de publicar documentos surgiu da necessidade de preservação da fonte documental, como já tratado anteriormente, além da vontade de “dar visibilidade às fontes”. No ano do lançamento das primeiras edições do arquivo, foram publicados sete volumes de sua mais famosa série: os Documentos Interessantes. Ela trazia, em sua maior parte, transcrições de documentos do período colonial relativos à *história e costumes de São Paulo*. Na expectativa do diretor da instituição, a “seção (diga-se o Arquivo) poderá publicar um volume por mês durante muitos anos” (Repartição de Estatística..., 1894). Essa grande pretensão não conseguiu se concretizar da

forma planejada. Mesmo assim, o início da atividade editorial pode ser considerado bastante profícuo, tendo sido editadas 51 obras no período ininterrupto de dez anos.

Ao longo de suas atividades, o Arquivo apresentou outros gêneros de publicações além das transcrições de documentos. Em três ocasiões, editou obras registrando sua história. Publicou também obras de apoio e orientação para paleógrafos e leitores interessados na matéria. O tipo de obra publicada variou entre monografias, transcrições de documentos, catálogos, fac-símiles, manuais técnicos e periódicos (revistas e boletins). Cada um desses diferentes produtos editoriais teve preferência em épocas distintas. Nos primeiros cinquenta anos, 90% das publicações constituíam-se de transcrições de documentos, por razões já explicitadas anteriormente (preservação do documento), mas também porque, na historiografia da época, o documento – sobretudo o manuscrito – revestia-se de aura de verdade, o que ampliava a importância de sua divulgação. Devemos ressaltar também a importância dessas publicações como porta de acesso a uma documentação de difícil leitura, que exige exaustivo esforço, “paciência e proficiência que demanda a decifração de papéis antigos, com a tinta apagada, carcomidos de traça, quase inutilizados por centenas de anos de vida” (Arquivo do Estado, 1951).

A partir de 1950, as publicações periódicas entram em cena, e várias versões dos *Boletins do Arquivo* vieram à tona nos anos

que se seguiram. Vemos um crescimento do volume de edições fac-símiles entre os anos de 1980 e início dos 1990, causado pela melhor qualidade de impressão possibilitada com a parceria com grandes editoras. As monografias tiveram maior relevância nos anos de 1980, 1990 e após a virada do milênio. Com o incremento da pesquisa acadêmica e o surgimento de novos programas de pós-graduação em história, obteve-se um aumento do número de trabalhos de boa qualidade produzidos com documentação do Arquivo Público do Estado, razão pela qual a instituição lançou uma coleção específica para dissertações e teses. Também os manuais técnicos tiveram seu *boom* no final dos anos de 1990. As publicações periódicas, com trabalhos da área de arquivística e patrimônio documental (como o *Boletim do Arquivo*) e da área de história (revista *Histórica*, impressa e *on-line*) fizeram sucesso nos últimos dez anos. Há publicações que não se encaixam em nenhum desses modelos, e demonstram um deslize na política editorial. Felizmente, esses casos são poucos e não chegam a descaracterizar o catálogo.

Desde os primórdios até a década de 1970, o Arquivo valia-se de serviço terceirizado para a impressão de suas obras, sendo sua especialidade a transcrição dos manuscritos, utilizando-se de “verba de expediente” para o pagamento dos serviços gráficos. Em fins dos anos de 1970, com a instalação de máquina impressora nas dependências do Arquivo, sua atividade editorial foi ampliada, mantendo-se até 1993, ano em que o parque gráfico foi

desmontado e encaminhado para o Liceu de Artes e Ofícios (Pereira, 2009).

Ao lado dessas publicações, de caráter semiartesanal, o Arquivo do Estado iniciou, já na década de 1980, uma linha de edições fac-símiles de livros e periódicos raros, estabelecendo, para isso, uma parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp). Com esta parceria, abriu-se espaço também para a edição de monografias.⁴

As publicações do Arquivo eram tradicionalmente distribuídas para arquivos públicos e privados, centros de documentação, institutos históricos, universidades, bibliotecas públicas e pesquisadores da área. O número de exemplares distribuídos por ano chega a assustar, na medida em que essa prática hoje é dificultada pelo alto custo da remessa postal. Os números variam de 982 exemplares em 1977 a 7.316 em 1985.

Podemos identificar a proposição de coleções na história editorial do APESP. Elas podem ser classificadas entre transcrições de documentos, monografias e manuais técnicos. O primeiro tipo é, de longe, o de maior número, e quatro dessas coleções cobrem 38% da produção editorial da casa. A maior e mais conhecida coleção do Arquivo é a dos Documentos Interessantes, também a primeira delas. Possui 95 volumes, dos quais 92 apresentam transcrições de documentos e três (v. 21, 71 e 91) compõem-se de índices dos volumes anteriores.

Em 1920, foi lançada uma nova série intitulada Inventários e Testamentos. O precário estado de conservação desses papéis tornou urgente a necessidade de

resguardá-los em forma gráfica. No ano de sua criação, a série apresentou ao público nove volumes e, no ano seguinte, 1921, mais 18 foram editados. Passada essa fase, a coleção prosseguiu em ritmo mais lento, até atingir seu 47º volume em 1999.

Documentos Interessantes e Inventários e Testamentos resistiram ao tempo e às transformações pelas quais passou a instituição, sedimentando uma tradição do Arquivo Público do Estado de São Paulo de publicar regularmente a transcrição integral de documentos históricos. Outras iniciativas nessa mesma linha foram as coleções de Sesmarias e Registros de Terra.

Mais recentemente, outro tipo de coleção tomou o lugar das tradicionais transcrições de documentos. Uma delas, de bastante sucesso, ocupou-se com a instrumentalização técnica dos profissionais de arquivos. A escassa oferta de manuais técnicos sobre conservação e organização de acervos em língua portuguesa abriu espaço para a elaboração de uma coleção que visava dar noções de “como fazer” avaliação, classificação e descrição de documentos, conservação preventiva em arquivos e bibliotecas, programas de reprodução de documentos, análise diplomática e tipológica dos documentos e como tratar coleções de fotografias. Foram publicados dez volumes dessa coleção.

Inventário DEOPS e Dossiê DEOPS são duas coleções que mesclam produto monográfico de pesquisa com guia de fontes. Ambas são resultado da abertura dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social de São

Paulo e de parcerias com universidades, sobretudo a USP. A coleção Inventários DEOPS é apresentada em módulos, cada um representando um tipo de sujeito perseguido pela polícia política: alemães, japoneses, estudantes, espanhóis, italianos, comunistas, anarquistas e camponeses. Foram publicados 11 volumes entre 1997 e 2003, de autoria de alunos de graduação e pós-graduação orientados pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro (USP). Já a coleção Dossiê DEOPS é composta de cinco volumes e tenta “dissecar” a estrutura do departamento responsável pela vigilância e repressão ao crime político, trabalho realizado sob a orientação da professora Maria Aparecida de Aquino (USP).

Estudos monográficos foram publicados no decorrer dos quase 110 anos de história da atividade editorial no arquivo. Só em 1999, no entanto, esse tipo de publicação foi pensado como coleção. Foram publicados seis trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações em história, e o último número é de 2003.

Entre as coleções de livros ainda é necessário ressaltar a Arquivo em Imagens. Dividida em seis volumes, essa coleção procurava divulgar o rico acervo de fotografias do jornal *Última Hora*, adquirido pela instituição. O volume 6 não chegou a ser publicado e até hoje aguarda a oportunidade de sê-lo.

Restam ainda os periódicos, que são basicamente a revista *Arquivo – Boletim Histórico e Informativo*, o *Boletim do Arquivo* e a revista *Histórica*. A primeira fez seu ensaio em 1976 com dois números e

retornou a partir de 1980 com regularidade anual até 1989.

Em 1992, o antigo boletim é ressuscitado com novo nome – apenas *Boletim do Arquivo*. Sua publicação visava apresentar o debate atualizado no campo da arquivologia, discutindo suas especialidades, “da paleografia ao restauro, conservação e historiografia” (*Boletim do Arquivo*, 1992). Nota-se que, em algumas edições, houve escassez de artigos para publicação.

Por fim, a revista *Histórica*. Em 1993, uma publicação em moldes acadêmicos foi lançada, com textos de historiadores de renome no período, apoiada por conselho editorial da mesma envergadura. Em carta enviada por José Roberto de Amaral Lapa, diretor do Centro de Memória da Unicamp, ao diretor do Arquivo, Carlos Guilherme Mota, o remetente avalia o projeto da revista: “examinei a capa, a constituição do Conselho Editorial e o sumário do primeiro número, concluindo pela excelência do projeto e o alcance cultural que com certeza terá a circulação de uma revista com esse nível” (Lapa, 1993). A revista foi publicada em 1993 em sua primeira edição, não havendo outra para contar a história. Uma segunda edição foi planejada, mas não se concretizou em razão da saída de Carlos Guilherme Mota – o “pai” da ideia – da direção do Arquivo.

Uma revista de mesmo nome surge em 2000 com projeto totalmente renovado. Se a primeira havia sido pensada como acadêmica e semestral, esta seria trimestral e viria suprir uma demanda relativamente

nova de conhecimento histórico para um público mais amplo. Foram publicados 15 volumes entre os anos de 2000 e 2003. A revista deixou de ser publicada em razão dos altos custos de produção e difícil distribuição. A partir de 2003, transformou-se em publicação *on-line*, com nova proposta editorial, sendo publicada a cada mês uma edição com três artigos acadêmicos. Dessa forma, a revista sobreviveu até o ano de 2008, quando passou a ser bimestral, com maior número de artigos, forma como se apresenta hoje. Uma reformulação visual e a proposta de formação de um conselho editorial que assuma a tarefa de avaliar os artigos estão em curso e devem ser implementadas em breve.

Depois de quatro anos de acanhada produção, mantendo apenas a revista *on-line*, a atividade editorial do Arquivo é retomada, publicando dez obras de 2008 até hoje, destacando-se *A luta pela anistia*, que conquistou o 2º lugar no Prêmio Jabuti 2010 na categoria Ciências Humanas; *Histórias do futebol*, primeiro volume de uma coleção de cunho paradidático; e *Os cortiços de Sta. Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*, obra que se alinha perfeitamente à política editorial do Arquivo, que é a de buscar a publicação de suas fontes e análises produzidas com base nelas. Parcerias são rearticuladas com Edunesp, Edusp, sobretudo com a Imesp, e passo a passo é retomado um ritmo editorial.

* * *

A publicação de obras impressas acompanha a história, senão de todas, das maiores

instituições arquivísticas do país. As diferentes fases pelas quais os arquivos passaram e, ao mesmo tempo, a evolução e as revoluções historiográficas, dão o tom da trajetória editorial dessas instituições. Dificilmente vista como prioridade, essa atividade, no entanto, aparece sempre no campo, no mínimo, do desejável, sendo entendida como forma de exposição institucional.

No caso específico do APESP, publicar – e assim divulgar e preservar as fontes do passado – foi prioridade durante mais de cem anos, atingindo a produção de quase quatrocentas obras. Algumas reflexões, no entanto, devem ser realizadas para apoiar uma política editorial na atualidade.

Não vemos mais sentido em publicar catálogos ou guias de fontes em material impresso, uma vez que os meios digitais possibilitam uma gama muito maior de possibilidades de pesquisa. A eficiência se dá na variada gama de filtros possíveis, na capacidade de atualização das informações e na ilimitável “distribuição” do material via internet.

A publicação de fontes transcritas ou fac-símiles não deve mais ser pautada pela ideia de ser a única ou a melhor forma de se preservar nem de divulgar esses documentos. Deve-se sim ter em mente a ideia de que esses devem vir acompanhados de análises críticas, mostrando o uso que pode ser feito da fonte, e não apenas oferecê-los de forma despretensiosa.

A publicação de monografias deve ser muito bem avaliada, sobretudo no momento atual, em que uma série de programas de pós-graduação em história e ciências afins

se dissemina pelo Brasil afora. O número de trabalhos de um edital para publicação de monografias suplantaria em muito as condições estruturais do arquivo. Além disso, é cada vez mais difícil encontrar pareceristas disponíveis para a avaliação dos trabalhos. Exceção deve ser feita aos bons trabalhos da área da arquivologia, campo de produção intelectual mais reduzido cuja demanda por trabalhos sérios e inovadores é grande.

Deve-se retomar a política de distribuição gratuita a instituições culturais e educacionais, assim como aos arquivos públicos espalhados pelo país. Acreditamos que a meta principal seja a difusão do trabalho e das potencialidades do arquivo, o que deve ser realizado de forma induzida através da doação. Os problemas contidos nessa modalidade devem ser sanados a partir de orçamento prévio do envio das obras.

Enfim, deve-se ter a atividade editorial como uma forma de divulgação e projeção institucional. Publicar deve ser visto como “atividade-fim” dos arquivos públicos, e não como ação de segunda categoria. Além do recolhimento, custódia, preservação e organização de documentos gerados pelo governo, o arquivo deve procurar formas de colaborar no trabalho da administração, no crescimento cultural dos cidadãos e na construção da historiografia. Embora com menos publicidade, Belloto concorda com essa ideia ao apresentar o *Catálogo de publicações do Arquivo do Estado*, em 1984, onde afirma:

Um Arquivo Público respira por suas publicações. São elas os canais comunicantes

com o exterior, tanto no sentido de carrear à comunidade, à administração e ao meio acadêmico as informações do conteúdo de seu acervo documental, de suas atividades e de seus programas, como no sentido de, por meio delas, atrair novos usuários e fazer compreender à sociedade o que é e o que nela representa a instituição Arquivo (Arquivo do Estado, 1984).

O texto é datado em período anterior ao incremento das ferramentas de internet, e certamente novos canais de comunicação mais eficientes vêm sendo criados, novas formas de edição com o uso da tecnologia digital tem tomado fôlego, e caminhamos inevitavelmente para soluções que vão nesse sentido. No entanto, trata-se ainda de uma ação editorial: seja revista impressa ou eletrônica; seja livro impresso ou *e-book*; seja um catálogo impresso ou uma página temática com um banco de dados *on-line* contextualizado, esses produtos ainda cumprem um papel de difusão em arquivos, tornando-os conhecidos, úteis aos pesquisadores e aos cidadãos, mostrando a potencialidade de construção de conhecimento que os arquivos detêm.

DIFUSÃO E EDUCAÇÃO

Ao lado da atividade de publicação, destacamos a importância dos projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado, competindo a ele o atendimento ao público escolar e ao público em geral.⁵ Por meio de atividades de caráter pedagógico e cultural, temos conse-

guido difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade.

Nesse sentido, concebemos os arquivos como fonte privilegiada de conhecimento para o ensino, em particular o de história. A partir de fotografias, mapas, jornais, revistas, documentos manuscritos, entre outros, é possível ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização. Além disso, os laços entre arquivo e ensino se estreitam na medida em que o trabalho educativo oferece ao público escolar ações voltadas à conscientização sobre a importância de se preservar a memória.

Aproximando-se dos pressupostos da prática educativa

Para pensarmos os documentos de arquivos públicos como ferramentas pedagógicas para a construção desse conhecimento, partimos da reflexão conceitual de “fonte documental”.

Nas primeiras décadas do século XX, o surgimento da Escola dos *Annales*, na França, impulsionou novas abordagens para o campo da história. As várias gerações de estudiosos que fizeram parte da chamada História Nova⁶ possibilitaram a abertura para áreas inexploradas do comportamento humano e a atenção para os grupos marginalizados

pela história tradicional. Assim, ganhou espaço o estudo de uma vertente sociocultural, bem como o diálogo com outras ciências (Burke, 1997, p. 126), encaminhando-se também a discussão a respeito da fonte documental. Na concepção tradicional e factual da história, o documento que era tido como prova e verdade irrefutável passa a ser analisado pelo viés da crítica numa concepção da *história-problema*.

No Brasil, na década de 1980, essa tendência historiográfica influenciou as discussões acerca do currículo de história do 1º e 2º graus no que se referia ao conteúdo e à metodologia.⁷ Esses debates foram realizados em todos os estados brasileiros (Ribeiro, 2004, p. 85). No caso de São Paulo, entre 1984 e 1989, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) reuniu representantes de várias Diretorias de Ensino do estado, professores e a equipe técnica da área⁸ para discutir o currículo pautando-se na revisão de questões de ensino/aprendizagem, produção do conhecimento e concepção de história. Optou-se por uma proposta pedagógica que contemplasse o diálogo entre as competências e as funções do ensino básico e superior, “acreditando na possibilidade da coexistência e mesmo identidade do ensino/pesquisa, ou seja, da produção do conhecimento em todos os níveis de escolaridade, associada a uma postura indagativa diante do conhecimento já produzido” (São Paulo, 1989, p. 2). Já se apontava para a construção do conhecimento histórico por meio de fontes documentais, que evidentemente haveriam de ser interrogadas e problematizadas para realmente

condizerem com a revisão das concepções pontuadas (São Paulo, 1989, p. 12).

Porém, a proposta não foi implementada na rede de ensino estadual devido à existência de vários conflitos ideológicos e políticos contrários a essa forma de conceber o ensino de história.

No âmbito das políticas federais, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, fundamentada pelos princípios de uma sociedade democrática, estabelecidos pela Constituição de 1988,⁹ visava oferecer para a educação básica um ensino voltado para a formação da cidadania. Assim, esperava-se que o aluno, dentro de sua vida escolar, pudesse desenvolver a “capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Brasil, 1996, art. 3) e ainda o “desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (Brasil, 1996, art. 35).

A fim de consolidar uma política de proposta educacional, foram também produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados em 1997. No campo da história para o ensino fundamental, ele se propõe a “valorizar o intercâmbio de ideias, sugerindo a análise e interpretação de diferentes fontes e linguagens – imagem, texto, objeto, música etc. –, a comparação

entre informações e o debate acerca de explicações diferentes para um mesmo acontecimento” (Brasil, 1998, p. 60-61).

Concebendo os arquivos como campo indiscutível para a prática de um currículo escolar que tem como alguns de seus objetivos o uso de diferentes linguagens e a problematização das fontes históricas, é fundamental compreender que

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fontes educativas e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas (Bellotto, 2007, p. 230-231).

Dessa forma, o trabalho realizado pelo Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo é norteado por essas discussões acerca da história como disciplina, das fontes documentais, do ensino e da aprendizagem, das questões que envolvem os arquivos e a sua relação com a sociedade. É importante ainda, no entanto, situarmos nossa posição no contexto da construção do conceito de ação educativa. Para tanto, buscamos dialogar com as reflexões empreendidas por Denise Grinspum em seus estudos sobre o Museu Lasar Segall.¹⁰

O diálogo com as instituições museológicas é necessário, uma vez que tal discussão ainda é incipiente quando tratamos de instituições arquivísticas. Vale ressaltar que compreendemos as especificidades meto-

dológicas empregadas quando se trabalha pedagogicamente os acervos de museus e de arquivos. No primeiro, tratamos da problematização do objeto; no segundo, da problematização de conjuntos documentais.¹¹

Segundo a autora, a origem do termo utilizado para denominar as atividades desenvolvidas para o público visitante de museus data do início do século XX. Com a implantação das Visitas Guiadas no Museu Britânico de Londres, surge o termo *serviço educativo*, responsável por aproximar o público em geral do universo do museu. No entanto, essa aproximação se dava de forma passiva, pois o monitor utilizava-se das “peças do acervo como ferramentas para ilustrar os seus conhecimentos, através da linguagem discursiva, não possibilitando a participação do grupo que acompanha seus roteiros” (Grinspum, 1991, p. 61).

Diferentemente do conceito de serviço educativo, a dimensão do termo ação educativo-cultural, apresentada nos estudos de Grinspum, aponta para uma concepção de interatividade entre as partes envolvidas nos programas de educação patrimonial, ou seja, entre o público e o educador. Dessa forma, deixa-se de lado a tal da “prática bancária de educação”,¹² que concebe o aluno como simples depositário de informação e de valores, anulando qualquer tipo de contribuição a partir de suas experiências e vivências.

A ação educativa no APESP: história e projetos

Em 1997, o Arquivo elaborou seu primeiro projeto de atividades voltadas para a

sociedade com vistas a aproximar o público escolar do patrimônio documental, denominando-o de Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo. No teor do projeto, especialmente no item Metodologia, fica visível a preocupação de se iniciar um trabalho de monitoria que valorize a participação do visitante, possibilitando a interação entre monitor e participante (Arquivo do Estado, 1997).

Dessa forma, podemos perceber indícios e refletir sobre a perspectiva de que esse debate empreendido pelas instituições museológicas também influenciou o universo arquivístico.

Antes mesmo de 1997, podemos encontrar, na documentação relativa ao Arquivo, registros de atividades que visavam à aproximação do público com a instituição. Essas atividades foram elaboradas a partir da valorização do acervo, transformando-o em produtos atrativos para aqueles que não conheciam suas potencialidades culturais. Essas atividades eram desenvolvidas, porém não havia formalmente um setor responsável por tais ações.

Entre os anos de 1997 e 2005, foram inúmeros os projetos realizados. Nesse período, foram organizadas oficinas pedagógicas voltadas para professores de história da educação básica e estágios para alunos de graduação da mesma área. Ambas as ações visavam aproximar o Arquivo da escola.

No que diz respeito às oficinas pedagógicas, podemos citar o Programa de Educação Continuada ocorrido em 1998, direcionado aos professores de três regiões periféricas

da cidade de São Paulo. Esse programa consistia na oferta de oficinas sobre o uso de fontes iconográficas e documentos oficiais na construção do conhecimento histórico em sala de aula.¹³ Essa oficina conseguiu alcançar aproximadamente duzentas pessoas, entre professores e alunos.

Além das oficinas pedagógicas, outros dois projetos direcionados ao público escolar podem ser destacados: aulas no Arquivo e exposições itinerantes nas instituições de ensino. No primeiro caso, os professores usavam o espaço do Arquivo como sala de aula e os documentos do acervo como material didático. No segundo, as exposições itinerantes sobre diversas temáticas contidas na documentação do acervo foram montadas em várias instituições de ensino de São Paulo.

Já no ano de 2002, podemos destacar a parceria realizada entre o Arquivo e a Secretaria de Educação, que viabilizou a realização de oficinas metodológicas para professores da rede pública de ensino sobre o uso de fontes documentais como recurso pedagógico. Essa parceria contribuiu para a ampliação da oferta de atividades desse caráter, possibilitando diferentes cursos para a qualificação de professores do estado.

No que diz respeito aos estágios oferecidos para alunos de graduação em história, quatro universidades foram parceiras do Arquivo entre os anos de 1999 e 2005: PUC, USP, UNIFIEO e UNESP. Foram oferecidas oficinas metodológicas sobre o uso de fontes de diferentes linguagens (fotografias, manuscritos e jornais) para a construção

de material pedagógico e estágios voltados para o contato dos alunos com a rotina de trabalho do Arquivo e as atribuições da instituição. Em 2005, as atividades educativas foram suspensas, resultado de uma crise pela qual o APESP passava, fato que causou a redução do seu quadro funcional.

Em 2006, buscou-se implantar formalmente um projeto de ação educativa e cultural no Arquivo por meio de legislação. No decreto n. 50.655, de 30 de março de 2006, o qual reorganiza a Secretaria da Cultura,¹⁴ a Unidade do Arquivo Público passa a ter como uma de suas atribuições “elaborar programas de ação cultural e educativa no sentido de aproximar a unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo de instituições educacionais e culturais e da sociedade”.

No entanto, em agosto de 2007, com a transferência do Arquivo para a Casa Civil do governo, foi possível iniciar as negociações para que o Núcleo de Ação Educativa voltasse a desempenhar sua função.

Assim, em 2008, o Núcleo retomou suas atividades, inicialmente com as visitas monitoradas, a organização das oficinas técnicas (leitura paleográfica de documentos, higienização de documentos em suporte papel e oficina de introdução à conservação de fotografia) e a realização de um seminário, de âmbito nacional, sobre paleografia. No mesmo ano, demos início aos estudos para o desenvolvimento de atividades voltadas ao público escolar, como aulas temáticas e oficina pedagógica.

No ano seguinte, o Arquivo voltou a oferecer oficinas pedagógicas, como *O uso de*

documentos de Arquivo em aulas de história, para alunos de graduação de cinco universidades da cidade de São Paulo. O projeto *O professor e o Arquivo* foi introduzido na programação de atividades do Núcleo e, no final desse mesmo ano, foi oferecido para professores da educação básica ou superior que tinham interesse em vir à instituição para desenvolver uma aula com as fontes do acervo.

Ainda em 2009, organizamos um grande seminário sobre a *Anistia*, uma exposição em parceria com o Memorial da Resistência sobre a mesma temática, e lançamos a primeira exposição virtual denominada *30 anos da Lei de Anistia no Brasil*. Desde então, já foram produzidas mais de sete exposições virtuais. O objetivo é explorar um tema historiográfico a partir das fontes encontradas no Arquivo e, com elas, propor atividades didáticas. A cada nova exposição publicada, nota-se o aumento no interesse por esse tipo de produto. O total de acessos às exposições, desde agosto de 2009, é de aproximadamente oitenta mil.

No ano de 2010, lançamos a coleção *Ensino e Memória*, direcionada a professores e alunos da educação básica.¹⁵ No final do mesmo ano, tivemos o aumento da equipe de funcionários do Núcleo, o que vem possibilitando o desenvolvimento de novos projetos ligados ao público escolar bem como a ampliação das atividades já existentes.

Outra atividade de grande relevância que vem sendo desenvolvida desde 2010 é o projeto *Conhecendo o Deops/SP: história e memória*. Essa iniciativa é uma parceria entre

o APESP e o Memorial da Resistência de São Paulo, que tem como objetivo oferecer uma experiência de aprendizagem e reflexão que contribua com a valorização dos princípios democráticos, da cidadania e do respeito aos direitos humanos junto a jovens e adultos.

No último ano, novos projetos foram propostos visando à ampliação das atividades oferecidas pelo Núcleo. Dentre eles, podem ser destacadas as atividades voltadas para o público infantil (7 a 10 anos), a reelaboração de oficinas para professores, tanto presenciais quanto à distância, as exposições físicas e a tramitação de parcerias com instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes da importância do processo histórico vivido para a compreensão das práticas de difusão nos arquivos hoje, sobretudo no Arquivo Público do Estado de São Paulo, entendemos que o que nos define, o que embasa nossas políticas e nossos projetos, é fruto de uma experiência acumulada no que se refere ao campo da ação editorial; é também fruto de transformações historiográficas, sociais e educacionais no que se refere à ação educativa; é fruto ainda de uma mudança no olhar sobre a instituição arquivo e seu papel frente ao Estado e à sociedade.

Se os primeiros arquivos foram criados para a sustentação do Estado, assim o foram atrelados a uma concepção autoritária da sua relação com a sociedade, na qual o patrimônio cultural servia para justificar a ordem vigente e construir a permanência.

A busca incessante por uma ordem democrática transformou não só as políticas culturais, mas também a noção de cultura, de patrimônio e, enfim, as funções das instituições do Estado. Assim, entendemos que a função principal dos arquivos não é servir à administração – como no século XIX –, mas à sociedade. Ele deve sim auxiliar a administração, auxiliar o Estado a garantir os direitos de cidadania. Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão.

Se é a partir de políticas de difusão que um arquivo faz chegar ao cidadão sua riqueza documental; se é por meio da difusão, e das ações educativas promovidas, que o cidadão interage com o patrimônio documental de um arquivo; se é a difusão o elo do arquivo com a sociedade, entendemos que deve haver uma política institucional comprometida com as ações que envolvem essa faceta da instituição arquivística, removendo-a, tanto na prática quanto na teoria, do rol de ações secundárias.

N O T A S

1. O Departamento de Preservação e Difusão de Acervo tem como parte de suas atribuições assegurar o acesso público dos documentos e a difusão do acervo permanente sob sua guarda. Decreto n. 54.276, de 27 de abril de 2009.
2. A regulamentação de procedimentos de conservação é bastante recente. Os princípios da conservação preventiva foram sendo consolidados nas cartas de Atenas (1931), de Veneza (1964) e da Itália (1987). (Caldeira, 2005/2006).
3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, Arquivo Público do Estado de Minas Gerais, Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, os dois arquivos estaduais do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Distrito Federal, além do Arquivo Nacional.
4. Em 1997, a parceria com a IMESP foi reforçada, o que possibilitou a publicação de 57 produtos, com uma tiragem total de cerca de 120 mil exemplares e dez números da revista *Histórica*, com cinquenta mil revistas. A participação do Arquivo em oito feiras de livros também foi fruto dessa parceria.
5. Entendemos por público em geral aquele que não se utiliza dos serviços do Arquivo ou mesmo aquele que não tem conhecimento e familiaridade com a instituição.
6. Segundo Peter Burke (1997), a expressão “História Nova” ganhou destaque mundial na historiografia nas décadas de 1970 e 1980. Nesse momento, historiadores de países da América Latina, Índia, entre outros, fortaleceram o movimento contra a história tradicional.
7. Por meio do art. 21 da lei 9.394/96, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, a composição dos níveis escolares da educação básica foi dividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
8. A equipe técnica de história era composta por professores ligados à área de pesquisa e ensino de história, com vasta experiência docente na rede de ensino.
9. Nesse caso, nos amparamos no art. 206 da Constituição Federal de 1988.
10. A reflexão sobre os termos serviço educativo e ação educativo-cultural pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Denise Grinspum intitulada *Discussão para uma proposta de política educacional da Divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall*, defendida na USP em 1991.
11. No caso de Museus, em grande parte, é aplicada a metodologia de educação patrimonial. Essa metodologia tem como objetivo oferecer a diferentes públicos a produção de novos saberes por meio da valorização e apropriação do bem cultural.
12. Essa expressão ficou conhecida por meio dos estudos de Paulo Freire.

13. Nesse mesmo ano iniciaram-se as primeiras tratativas entre a equipe do Arquivo e professores da Universidade de São Paulo com o objetivo de firmar uma parceria entre as instituições. O projeto elaborado por meio de recursos da FAPESP foi aprovado em março de 1999, o que viabilizou a recuperação de parte do acervo iconográfico, possibilitando a produção de material de apoio pedagógico para professores de história.
14. Entre os anos de 1968 e 2007, o Arquivo Público do Estado foi subordinado à atual Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Em julho de 2007, por meio do decreto n. 51.991, passou a ser subordinado à Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.
15. Projetos como o da coleção de livros Ensino e Memória e o da exposição virtual demonstram claramente a integração entre as ações pedagógicas e editoriais do Arquivo Público do Estado.

Referências Bibliográficas

ABREU E SILVA, Florêncio C. Apresentação. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 1, jan. 1921.

AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1974.

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Belém: SECULT/PA, tomo 1, v. 4, p. 1-290, 2001.

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, ano I, v. 1, 1917.

ARQUIVO DO ESTADO. *Relatório anual do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1951. Acervo APESP.

_____. *Catálogo das publicações do Arquivo do Estado*. Prefácio. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1984.

_____. *Projeto de implantação da Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1997. Acervo APESP.

_____. *Relatório de Ação Educativa e Cultural no Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 out. 1998. Acervo APESP.

_____. *Minuta de termo de convênio entre Arquivo do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo – USP*. São Paulo, 1998. Acervo APESP.

_____. *Setor de Ação Educativa: projeto para realização de oficina temática*. São Paulo, 1999. Acervo APESP.

_____. *Ata de reunião sobre os encaminhamentos do projeto integrado: Núcleo de Ação Educativa: a utilização da documentação histórica no ensino de história*. São Paulo, 28 fev. 2000. Acervo APESP.

_____. *Material produzido pelos alunos do curso de história da UNESP/Assis*. Estágio: “Preservação do patrimônio histórico documental”. São Paulo, 2001. Acervo APESP.

_____. *Relatório de reunião sobre parceria entre Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Arquivo*. Estágio supervisionado para alunos do curso de prática de ensino. São Paulo, 8 fev. 2001. Acervo APESP.

_____. *Apresentação do Setor de Ação Educativa: síntese de suas principais atividades*. São Paulo, 2002. Acervo APESP.

_____. *Planejamento das atividades do Setor de Ação Educativa*. São Paulo, 2002. Acervo APESP.

_____. *Relatório de atividades do Setor de Ação Educativa*. São Paulo, 27 maio 2002. Acervo APESP.

_____. *Programação de "Estágio à Pesquisa em Arquivos"*. Estágio oferecido aos alunos da UNIFIEO. São Paulo, 2003. Acervo APESP.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). *Oficina pedagógica para alunos de graduação em história: documentos de arquivo e o seu uso como recurso didático em sala de aula*. São Paulo, set. 2009. Acervo APESP.

_____. *Oficina pedagógica para alunos de graduação em história: documentos de arquivo e o seu uso como recurso didático em sala de aula*. São Paulo, 2010. Acervo APESP.

_____. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2009*. São Paulo, 2009. Acervo APESP.

_____. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2010*. São Paulo, 2010. Acervo APESP.

_____. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2011*. São Paulo, 2011. Acervo APESP.

_____. *Planejamento do Núcleo de Ação Educativa 2012*. São Paulo, 2012. Acervo APESP.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

BEZERRA, Alcides. *O Arquivo Nacional: breve notícia histórica (1838-1938)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1938.

BOLETIM DO ARQUIVO. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, v. 1, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

- COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- EMERENCIANO, Jordão. Apresentação. *Revista do Arquivo Público*, Recife, 1º semestre 1946.
- GRINSPUM, Denise. *Discussão para uma proposta de política educacional da Divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall*. 1991. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: "utilização dos bens culturais como recursos educacionais". *Museologia Social*, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- LAPA, José Roberto Amaral. *Carta remetida a Carlos Guilherme Mota*. Campinas, 17 fev. 1993. Acervo APESP.
- MENSAGEM AO LEITOR introduzindo a reedição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 1 (1. ed. em 1895), 1913.
- PEREIRA, Lauro Ávila. *Edições do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 jan. 2009. Entrevista concedida a Haike Roselane Kleber da Silva.
- REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARQUIVO DO ESTADO (São Paulo). *Inventários e testamentos*, v. 1. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo; Tipografia Piratininga, 1920. Acervo APESP.
- _____. *Relatório da Repartição de Estatística e Arquivo*. São Paulo, 1894. Acervo APESP.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, tomo 1, v. 1, 2. ed., 1856.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. O saber (histórico) em parâmetros: o ensino da história e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX. *Mneme: Revista de Humanidades*, Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 5, n. 10, p. 85, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme10/saber.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2010.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino de história – 1º grau*. São Paulo, 1989.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Arquivo como editora: análise de uma trajetória e a construção de um conceito*. São Paulo, 2009.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Educação – Curso de Prática de Ensino I. *Relatório de atividades sobre o Núcleo de Ação Educativa: a utilização da documentação histórica no ensino de história*. São Paulo, 29 jun. 1999. Acervo APESP.
- VEIGA, J. P. Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 1, jan./jun. 1896.

R E S U M O

Este ensaio pretende analisar algumas políticas de difusão empreendidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo por meio de duas atividades que estão conceitual e estruturalmente ligadas à difusão em arquivos: a ação editorial e a ação educativa. Apresentaremos as produções editoriais e os projetos educativos desenvolvidos pela instituição e refletiremos sobre os pressupostos que embasam o trabalho.

Palavras-chave: arquivos; difusão; publicações; ação educativa.

A B S T R A C T

This essay intends to analyze some dissemination policies undertaken by the Public Archives of the State of São Paulo through two activities that are conceptually and structurally linked to diffusion work in archives – publishing and education activities. We will present editorial productions and educational projects developed by the institution as well as reflect on the assumptions that underlie the work.

Keywords: archives; diffusion; editions; education activities.

R E S U M É N

Este ensayo pretende analizar algunas políticas de difusión llevadas a cabo por el Archivo Público del Estado de São Paulo a través de dos actividades que están relacionadas, conceptual y estructuralmente, con la difusión en los archivos: la acción editorial y la acción educativa. Vamos a presentar las producciones editoriales y los proyectos educativos desarrollados por la institución y reflexionar acerca de los presupuestos que subyacen en el trabajo.

Palabras clave: archivo; difusión; publicaciones; acción educativa.

Recebido em 30/7/2012
Aprovado em 6/9/2012

Raphael Rajão Ribeiro

Graduado e mestre em História. Chefe do Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Michelle Márcia Cobra Torre

Graduada em História e Comunicação Social pela UFMG. Mestre em Estudos Literários pela UFMG.

Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas

Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

As ações educativas ainda representam uma atividade que se desenvolve na menor parcela dos arquivos públicos brasileiros. Tradicionalmente entendidos como instituições voltadas para um número restrito de pesquisadores e responsáveis por acervos acumulados no passado – contemporaneamente, valorizados pela sua atuação na adoção dos modernos mecanismos de gestão e de tratamento documental –, os arquivos públicos brasileiros, via de regra,

mostraram-se pouco preocupados com o desenvolvimento de ações culturais de alcance mais amplo, especialmente no que se refere à manutenção de atividades de cunho educativo.

Essa pouca valorização se observa em inúmeros detalhes, desde a pequena preocupação na disponibilização de espaços capazes de abrigar exposições e oficinas, acolhimento de turmas, salas multimídia, locais para lanche, até a raríssima estruturação de serviços educativos, com pessoal próprio. Apesar dessa situação, ainda que

de forma dispersa, as instituições arquivísticas, cada vez mais, têm demonstrado uma preocupação em adotar ações de viés educacional – inclusive em função da demanda constante das escolas.

Porém, no momento em que tais iniciativas estão sendo formuladas, um problema emerge: a partir de que referenciais se pode desenvolvê-las?

Ainda que algumas instituições arquivísticas brasileiras mantenham há anos ações dessa natureza, não há uma divulgação sistemática delas e, tampouco, uma reflexão sobre os pressupostos conceituais que as orientam. Tal afirmação pode ser exemplificada pelo caso de um arquivo municipal que há mais de quinze anos desenvolve atividades educativas: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Criado no mesmo ano da publicação da Lei Nacional de Arquivos,¹ em 1991, o APCBH surgiu pautado no discurso de defesa da modernização das instituições arquivísticas brasileiras. Tal perspectiva apontava para a importância de uma ação integrada de gestão documental, considerada o grande salto de qualidade necessário para a superação dos problemas enfrentados pelos arquivos públicos das diferentes esferas.

Nessa perspectiva, sua atuação inicial voltou-se para duas grandes frentes: levantamento e recolhimento da produção acumulada pelo município ao longo de quase cem anos² e elaboração de uma tabela de temporalidade, que impulsionaria a

implementação de um moderno sistema de gestão documental. Partindo dessas ações básicas, o APCBH, ao longo de seus 21 anos, expandiu sua atuação, estruturando áreas de gestão de documentos, conservação, reprodução, arquivos permanentes, acesso, pesquisa e difusão cultural.

Sobre essa última área de atuação, o APCBH tem tratado a difusão cultural como uma categoria ampla, que engloba ações como: manutenção de canais de comunicação, promoção de palestras, elaboração de exposições, editoração de publicações voltadas para diferentes públicos e atividades de cunho educativo. Vale destacar que a arquivologia brasileira, há muito, compreende que essas atividades reforçam o objetivo primeiro dos arquivos públicos – qual seja, o de “recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais organizados na área governamental” (Bellotto, 2004, p. 227) – e lhes dão projeção na comunidade.

Dentro do que a instituição entende por difusão cultural, o APCBH, desde meados da década de 1990, conta com ações educativas. Mesmo num período de consolidação, em que enfrentava graves problemas de infraestrutura e espaço físico – os quais, ainda que amenizados, persistem –,³ a instituição iniciou o desenvolvimento de práticas voltadas para a exploração de suas potencialidades educacionais.

Arquivo municipal, amplamente permeável às demandas diretas da população, o APCBH, já em seus primeiros anos, depa-rou-se com a necessidade de desenvolver

ações voltadas especificamente para o público escolar. Além disso, orientado por experiências desenvolvidas em instituições arquivísticas internacionais, notadamente as francesas,⁴ percebeu a importância da manutenção de ações educativas regulares, inaugurando uma tradição da casa em práticas dessa natureza.

Apesar de algumas referências esparsas, não se observou no processo de implantação de ações de caráter educativo no APCBH a possibilidade de apropriação de uma baliza conceitual e metodológica estruturada, justamente em função da falta de acesso ao registro de debates teóricos consistentes sobre práticas educacionais em instituições arquivísticas.

Fazendo-se uma análise *a posteriori* da trajetória das ações educativas na instituição, é possível apontar dois campos que, na ausência de um referencial consolidado, orientaram de forma mais marcante as práticas no APCBH: o ensino de história e a educação patrimonial. Ao se examinar as abordagens desenvolvidas nas ações do APCBH, nota-se a presença de proposições teórico-metodológicas dessas duas áreas. Pode-se inferir, inclusive, que tal situação tende a se repetir na realidade de outras instituições arquivísticas.

A presença de historiadores na equipe do APCBH sempre foi grande, o que, certamente, contribuiu para a aproximação entre as proposições da história, como disciplina acadêmica e ensinada, e os projetos de ação educativa da instituição. O referencial das experiências francesas,

em consonância com essa realidade do Arquivo, também corroborou para a maior ênfase na abordagem da instituição e de seu acervo pelo seu valor de evidência para o estudo do passado.⁵

Nem sempre esse diálogo foi deliberado, mas existiu e, em função dele, as ações educativas representam, em grande medida, as discussões realizadas no ensino de história, campo de pesquisa que também se estruturou no Brasil ao longo dessas duas décadas.⁶ Nesse período, pôde-se observar, ainda, uma reestruturação do próprio conhecimento histórico escolar e das funções sociais atribuídas à disciplina, mais relacionadas à formação das identidades dos sujeitos, de sua capacidade de leitura histórica do mundo e de sua preparação para o exercício da cidadania, do que à transmissão de conteúdos factuais clássicos.

Dois elementos, fundamentalmente, compuseram o diálogo entre as ações educativas do APCBH e o campo do ensino de história: a incorporação de procedimentos teórico-metodológicos de produção do conhecimento histórico como conteúdo da educação histórica em nível básico, especialmente o desenvolvimento de estratégias de leitura de documentos; e o tratamento da história local como objeto dos estudos da disciplina escolar, indo além tanto das abordagens da periodização quadripartite da história universal, quanto da abordagem do local na perspectiva de que o que está mais próximo – espacial e temporalmente – deve ser estudado antes daquilo que está mais distante.

No contexto da redemocratização, as reformas curriculares da década de 1980, principalmente dos estados de São Paulo e Minas Gerais, apontavam a necessidade de se trabalhar com procedimentos de pesquisa histórica nas práticas de ensino-aprendizagem da educação básica. Segundo Bittencourt (1998), essa orientação foi amplamente incorporada nas propostas curriculares estaduais na década seguinte, sendo oficializada nacionalmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História para os diversos segmentos de ensino. Tome-se como exemplo o PCN de História para os anos iniciais do ensino fundamental:

Os documentos são fundamentais como fontes de informações a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Nesse sentido, eles não contam, simplesmente, como aconteceu a vida no passado. (...) são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas. (...)

A leitura dos documentos, em um trabalho didático, pode implicar a coleta de informações que são internas e externas a eles. (...) O trabalho de leitura de documentos, considerando as particularidades de suas linguagens, é favorável de ser desenvolvido nas séries iniciais do ensino fundamental, principalmente levando em consideração que as crianças pequenas estão tomando contato com as diversas linguagens comunicativas, como língua escrita, matemática e artes (Brasil, 1998, p. 55-56).

No que se refere à história local, as orientações vêm indicando duas grandes contribuições de sua abordagem pedagógica, especialmente no ensino fundamental: a percepção das mudanças e permanências, ao longo do tempo, no entorno do estudante – espaço ao qual ele atribui sentidos afetivos e que ganha conotações de “lugar”; e o trabalho com sujeitos, temas, fontes e questões que não são abordados na “macro-história”, seja ela universal ou do Brasil.

Os professores encontram, no entanto, algumas dificuldades para realizar as orientações relativas ao trabalho com o tema na educação básica. Segundo Caimi (2010, p. 64), as principais delas são a dispersão da documentação a ele relativa; a frequente inexistência de fontes escritas, o que requer um cuidado com o trabalho pedagógico com fontes em diferentes linguagens; a necessidade de se tentar um distanciamento dos sujeitos e dos problemas de uma história recente, cujas implicações políticas são bastante fortes para quem a examina; a quase inexistência de narrativas históricas que sistematizem questões da história local, especialmente acessíveis ao público escolar; a necessidade de relacionar a temática com problemas mais globais, evitando as explicações endógenas e simplistas.

Se por um lado a presença de historiadores na instituição proporcionou uma interface com os debates do campo do ensino de história, por outro, a aproximação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte dos debates do campo da cultura e, mais

especificamente, do patrimônio cultural, implicou a incorporação de alguns conceitos próprios da educação patrimonial.

Ainda que em instituições culturais, especialmente museus, as práticas educativas pudessem ser observadas desde meados do século XX, a incorporação de uma nova perspectiva que propunha a apropriação dos bens culturais por seu valor como patrimônio coletivo e estimulava a sua leitura em seus múltiplos aspectos deu-se de maneira sistemática a partir da década de 1980. Como destaca Paulo Knauss (2011, p. 595):

No Brasil, a mudança de enfoque na relação museu e educação teve também como marco o seminário realizado no Museu Imperial, dedicado a discutir o tema geral Uso Educacional dos Museus e Monumentos. O tema do uso educacional dos museus permitiu, na ocasião, cunhar e fixar o conceito de educação patrimonial e lançar as bases de sua metodologia.

A museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta teve papel importante na difusão do termo educação patrimonial e, junto com Evelina Grunberg, foi responsável pela publicação, nos anos 1990, do *Guia básico de educação patrimonial* (Grunberg; Horta, 1999). Editado pelo IPHAN, esse livro difundiu a primeira metodologia do campo no Brasil.

Com uma proposta de apropriação dos objetos dentro de uma lógica de alfabetização cultural, o *Guia* constitui-se em

um manual que apresenta modelos de atividades. Seu sucesso editorial e a grande difusão alcançada acabaram por criar uma associação direta entre a metodologia proposta e o termo educação patrimonial.

Ao longo dos anos 2000, inúmeras propostas de ações educativas associadas ao patrimônio cultural foram desenvolvidas. Para além dos artefatos museais, um sem número de bens e de manifestações foram alvo de práticas educativas, o que ampliou consideravelmente as possibilidades metodológicas do que se entende hoje por educação patrimonial (cf. Pereira, 2011).

Apesar do alargamento de métodos, o pressuposto básico de apropriação do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões manteve-se. Em contrapartida, observa-se um rompimento da perspectiva de uma alfabetização cultural, por meio da percepção de que inúmeros atores, de variadas formas, são agentes legítimos de atribuição do status de patrimônio coletivo aos mais diferentes bens e manifestações culturais. Nessa perspectiva, um novo arranjo se desenha, de modo que as ações de educação patrimonial se inserem numa via de mão dupla, por um lado reforçando o valor de bens consagrados e, por outro, servindo de mecanismo de diálogo entre comunidade e técnicos da área, o que produz um alargamento da compreensão do que é patrimônio cultural.

Portanto, reconhecendo esses dois campos conceituais, o presente artigo objetiva explorar as possibilidades de apropriação, na realização de ações educativas em ar-

quívos, de metodologias e de ideias a eles concernentes. Para tanto, pretende examinar algumas das principais práticas educativas empreendidas pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de seus 21 anos de existência, identificando em que medida as noções próprias aos campos do ensino de história e da educação patrimonial foram utilizadas nessas atividades.

MOMENTOS DE UMA CAPITAL
CENTENÁRIA: DOCUMENTOS
FOTOGRAFICOS PARA PROFESSORES

Ações educativas em instituições arquivísticas não precisam necessariamente se voltar para a comunidade escolar. Outros grupos podem fazer parte de atividades dessa natureza. Apesar disso, é inegável a predominância dos estudantes e dos professores como público-alvo das iniciativas de cunho educacional.

Tal situação se deve a um interesse recíproco. As instituições arquivísticas veem alunos e educadores como destinatários preferenciais de possíveis ações e as unidades escolares e seus agentes percebem os arquivos como importantes espaços de conhecimento e pesquisa, com especial interesse nas possibilidades de uso de seus acervos.

Nessa perspectiva, a demanda por reprodução de documentos para uso em sala de aula é recorrente. Percebido como registro do passado referente a algum conteúdo estudado, o acervo proporciona diversas oportunidades de aprofundamento no

trabalho com o tema e de debate sobre as operações do fazer histórico.

Assim, a publicação de reproduções de conjuntos ou de seleções documentais com fins educacionais não é rara. No caso do APCBH, essa modalidade representou uma das primeiras ações educativas desenvolvidas pela instituição. Por ocasião do aniversário de cem anos da capital mineira,⁷ em 1997, foi editado o material intitulado *Momentos de uma capital centenária*.

Ele se compõe de dois produtos: um conjunto de 31 pranchas com reproduções de documentos fotográficos de paisagens marcantes da história local, em formato 43 cm x 30 cm, acondicionado em uma caixa/envelope de papel *craft*; e uma caixa de *slides* com imagens de mesma natureza, concebidos para serem projetados em sala de aula, em práticas de ensino-aprendizagem da história local. O material teve ampla distribuição, e foi enviado para escolas de toda a cidade, sendo que a tiragem do conjunto composto pelas pranchas foi maior.

As imagens contidas no material são pertencentes, em sua maior parte, a um acervo fotográfico do APCBH adquirido de um colecionador local. As reproduções apresentam cenas que vão desde o momento de construção da cidade, passando por paisagens da metade do século XX, até registros da década de 1990.

Nessa primeira ação educativa em análise, o que se observa é a perspectiva de difusão do acervo da instituição visando à sua utilização educacional. Selecionado

de acordo com o seu valor para o debate sobre a história da cidade, que completava cem anos, o conjunto fotográfico seria utilizado pelo professor sem uma mediação do APCBH. A atuação da instituição, nesse caso, limitava-se à escolha e à produção do material publicado, já que, ao longo do processo de distribuição, o *kit* era entregue às escolas, sem uma participação mais efetiva do Arquivo.

O projeto *Momentos de uma capital centenária* tinha como pressuposto o potencial do acervo arquivístico para o ensino de história. Publicado em um período no qual os currículos oficiais e o debate acadêmico apontavam para a importância da pesquisa e do trabalho com documentos para a aprendizagem da história, como foi anteriormente destacado, o material visava instrumentalizar o professor, oferecendo reproduções de um acervo acessível apenas na instituição. Esperava-se que, com as imagens fotográficas em mãos, o professor, com sua bagagem teórico-metodológica própria, desenvolveria as atividades específicas.

Como os resultados dessa ação não foram avaliados sistematicamente, não se pode afirmar que ela logrou êxito com relação a esses objetivos. Entretanto, relatos que foram feitos por professores e outros profissionais das escolas indicaram que ao menos um desvio de processo ocorreu: como o *kit* chegou às escolas sem que o público-alvo fosse informado sobre os objetivos a partir dos quais ele foi produzido, boa parte dos exemplares não encontrou o seu destino final. Muitos agentes inter-

pretaram a publicação enviada como um presente, fazendo com que ele nunca chegasse às bibliotecas. Essa situação serviu de parâmetro para as ações educativas futuras, que tiveram uma intervenção institucional mais direta junto ao público.

VISITAS MONITORADAS AO APCBH: PRIMEIRO TEMPO

Uma das modalidades de ação educativa mais recorrente em instituições de memória, as chamadas visitas guiadas, são realizadas, há décadas, em boa parte dos museus brasileiros. Esse tipo de atividade pode ser desenvolvido de múltiplas formas. Mais comumente, o foco das visitas destinadas ao público escolar são as exposições. Contudo, outras possibilidades de abordagem são viáveis, como a exploração das reservas técnicas, por exemplo.

Como apontado inicialmente, a maior parte dos arquivos brasileiros não possui uma infraestrutura voltada para a realização de visitas guiadas ou mediadas. Poucos são os que apresentam exposições de médio e grande porte ou que destinam áreas para o acolhimento de turmas e a realização de lanches.

A ausência de acervo em exposição representa um desafio para essas instituições e para os técnicos envolvidos com ações educativas, já que se faz necessário elaborar outras estratégias para atender turmas de visitantes. Muitas vezes, os arquivos se concentram apenas nas chamadas visitas técnicas, destinadas a um público restrito

de estudantes de graduação e profissionais da área.

No caso do APCBH, sua condição de arquivo municipal levava a um contato frequente com o público escolar desde o instante em que sua sala de consultas foi aberta. Tal aproximação e a referência de ações educativas internacionais representaram estímulo para a efetivação das primeiras iniciativas de interlocução direta com os professores e os estudantes.

Antes mesmo da publicação do material *Momentos de uma capital centenária*, o APCBH já desenvolvia projetos educativos que contavam com a mediação direta de sua equipe. Inicialmente restrito pela sua estrutura física – já que, no início dos anos de 1990, mantinha-se em um pequeno conjunto de salas no prédio então ocupado pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte –, o Arquivo não tinha condições de receber, sistematicamente, turmas de visitantes. Por isso, desenvolveu um projeto que levava uma resumida amostra de seu acervo aos espaços escolares.

Com a mudança, em 1996, para um prédio alugado, criou-se a possibilidade de desenvolvimento de ações educativas na sede da instituição. Assim, desde a segunda metade da década de 1990, a instituição recebe turmas escolares em suas dependências e realiza as “visitas monitoradas”.

Orientadas, inclusive, pela publicação de *Momentos de uma capital centenária*, as visitas monitoradas ao APCBH cumpriam, então, duas funções principais: apresen-

tar a instituição ao público escolar que, naquele momento, representava a parcela mais substancial dos consulentes da casa; e apresentar a trajetória histórica do município, por meio da análise de uma seleção de fotografias, em trabalho didático com a história local.⁸

Pautada em propostas vigentes no campo do ensino de história, ao tratar o acervo fotográfico como documento histórico, a visita se diferenciava da experiência da publicação *Momentos de uma capital centenária* pelo fato de a condução da atividade ficar a cargo da equipe da instituição e não do professor. A realização da visita na sede do APCBH permitia que os alunos tivessem contato não só com o acervo, mas que conhecessem parte do processo que envolve o seu tratamento. Por meio da ação, também eram informados sobre as possibilidades de pesquisa e convidados a retornar à instituição para a realização de seus trabalhos escolares.

As visitas monitoradas ao APCBH eram agendadas pelos professores, ou seja, a demanda partia das escolas para o Arquivo. Apesar disso, muitos educadores optavam pela ida ao APCBH sem mesmo conhecer a instituição, o que dificultava o alinhamento entre as expectativas dos docentes e a proposta da casa.

Com o intuito de qualificar a interação entre o APCBH e os professores, estes eram convidados a participar de visitas técnicas à instituição.

Em 2007, uma nova ação foi implementada com vistas à qualificação das visitas e

à preparação do professor e, consequentemente, dos estudantes, para as visitas ao APCBH. Tratou-se da publicação de uma cartilha intitulada *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*: informação e memória. Composta de 32 páginas, ela apresenta a instituição, suas funções, estrutura e acervo, além de trazer sugestões de atividades didáticas a serem realizadas em sala de aula. Esse material é distribuído a todos os educadores que participam de ações educativas do APCBH, bem como para outros públicos, como estudantes de graduação e profissionais da área que comparecem às visitas técnicas.

Ainda que tangencialmente, essas ações representam uma aproximação de conceitos da educação patrimonial, a qual tem por uma de suas balizas a percepção do bem cultural em seu contexto de preservação, incluindo-se a relação com a instituição de tutela.⁹ Nessa medida, ainda que as visitas mantivessem um núcleo pautado nas noções do ensino de história, tanto a formação prévia dos professores, quanto a apresentação do APCBH para os alunos representavam uma primeira tentativa de situar o patrimônio documental.

VÍDEO DOCUMENTO: VÍDEO INSTITUCIONAL DIRECIONADO AO PÚBLICO ESCOLAR



interação entre as ações educativas em arquivos e os debates do ensino de história pode ser observada há mais tempo. Nos países em que tradicionalmente os arquivos mantêm serviços educativos, com destaque para

a França, a participação de professores de história na coordenação das ações é recorrente (cf. Association des Archivistes Français, 1991, p. 672-691). Em muitos casos a estruturação dessas atividades atendia diretamente aos interesses curriculares dessa disciplina escolar.

Contudo, as aproximações entre as ações educativas em arquivos e os pressupostos da educação patrimonial são menos frequentes. Apesar de toda a inserção alcançada por essas ideias entre as instituições responsáveis pela preservação dos patrimônios material – móvel e imóvel – e imaterial, no que se refere ao patrimônio documental, essa vinculação ainda se mantém incipiente.

No caso do APCBH, pode-se apontar uma ação realizada no início dos anos 2000 como aquela que inaugurou uma interlocução mais consistente com os preceitos da educação patrimonial. Trata-se da produção de um vídeo institucional, com duração de 11 minutos, voltado para o público escolar. Denominada *Vídeo documento*, a peça audiovisual foi realizada em parceria com a Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH) e contou com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, com o patrocínio do Hospital Mater Dei.

Lançada em 2003, a produção apresenta uma narrativa que se desenvolve por meio da experiência do personagem central, uma criança de nome Davi. A partir de uma solicitação da professora para um trabalho escolar de pesquisa com documentos so-

bre a história da cidade, inicia-se o debate sobre a importância do arquivo tanto na vida pessoal da criança, quanto no cotidiano da cidade e da administração pública.

Ainda que o mote inicial seja uma pesquisa sobre a história local por meio de documentos, o enfoque dado no vídeo é outro. A discussão central é sobre o sentido daquele arquivo público municipal como patrimônio da cidade. Para tanto, parte-se das referências da criança: seu arquivo pessoal e a variedade de documentos que o compõem; suas vivências na cidade, como o uso do transporte coletivo; os locais que reconhece na documentação histórica, como o parque central da cidade; a importância de se preservar os documentos e os critérios utilizados para isso.

Mobilizando-se elementos reconhecíveis pelas crianças, o vídeo constrói um discurso acerca da importância do APCBH como patrimônio da cidade e do valor de sua documentação – não apenas por seu conteúdo histórico, mas também por sua relevância probatória e, por consequência, sua condição de mecanismo de afirmação da cidadania.

A adoção de tal perspectiva na elaboração de uma iniciativa educativa aproximou o APCBH de outras experiências desenvolvidas no campo do patrimônio, notadamente aquelas realizadas em museus. Ao apropriar-se de conceitos da educação patrimonial, a instituição abriu uma nova possibilidade de atuação educacional, criando uma alternativa à utilização dos documentos a serviço do ensino de histó-

ria, o que era a orientação predominante nas ações educativas até aquele momento.

O pioneirismo dessa proposta foi reconhecido, no ano seguinte, pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que elegeram, por meio do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o *Vídeo documento* a principal ação de educação patrimonial do ano.

A partir de seu lançamento, essa peça audiovisual foi incorporada às visitas monitoradas feitas na instituição. Contudo, apesar de sua perspectiva voltada para os conceitos da educação patrimonial, observou-se que a estrutura das atividades de recepção de turmas escolares na instituição se manteve a mesma, mais focada nas propostas e conceitos do ensino de história, por meio de análise de documentos do acervo institucional.

COLEÇÃO HISTÓRIAS DE BAIROS DE BELO HORIZONTE: PESQUISA E LEITURA DOCUMENTAL

O trabalho de pesquisa e a divulgação de seus resultados por meio de publicações voltadas para o público escolar é outra possibilidade de ação educativa em arquivos. Diferentemente de material pedagógico que apresenta apenas reprodução de documentos, esse tipo de iniciativa inclui o desenvolvimento de um texto didático e a elaboração de atividades a serem realizadas nas escolas, com a mediação do professor.

No caso do APCBH, esse viés de ação foi representado pela publicação da *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*, que se constitui no primeiro produto do Projeto Histórias de Bairros de Belo Horizonte.

Iniciado em 1999, o Projeto Histórias de Bairros de Belo Horizonte se originou da percepção de uma demanda regular pela consulta de informações sobre os bairros da cidade, especialmente pelo público em idade escolar. Muitas vezes orientados pelos professores, os alunos de ensino fundamental buscavam o APCBH em busca de dados acerca da história local, com ênfase nos bairros.

No intuito de atender a essa demanda frequente, o APCBH iniciou um levantamento de fontes em seus acervos e nos de outras instituições de memória da cidade, sistematizado a partir da divisão espacial dos bairros. Ao longo de vários anos, foram coletadas inúmeras referências da trajetória histórica desses lugares, bem como se iniciou o desenvolvimento de propostas de elaboração de produtos a partir do material reunido. Finalmente, em 2007, formou-se uma equipe para produzir uma coleção de cadernos paradidáticos voltados para o público de 9 a 12 anos – o público que buscava essas informações com mais frequência, em função da estrutura dos currículos de história e de geografia vigentes.

Com os primeiros exemplares lançados em 2008, a *Coleção* é composta por nove cadernos, além do livro do professor, e aborda os quase trezentos bairros da ca-

pital mineira, seguindo a divisão da cidade em nove regionais. Os exemplares têm, em média, 64 páginas que apresentam textos, imagens, fichas com informações básicas de cada bairro, atividades pedagógicas, linhas do tempo e mapas – produzidos especialmente para as publicações, a partir da interpretação construída nos textos didáticos.

A *Coleção* tem distribuição gratuita para todas as escolas de ensino fundamental em cotas reduzidas, constituindo material de biblioteca para ser trabalhado em grupo pelos alunos. Para evitar que se repetisse a situação já mencionada, vivida em meados da década de 1990, quando o material de ação educativa foi entregue diretamente nas escolas e apropriado por agentes individuais, utilizou-se uma estratégia diferente: o APCBH enviou cartas de divulgação do lançamento dos volumes às escolas e informou que eles seriam entregues para as bibliotecas sob demanda. Além disso, a *Coleção* foi integralmente disponibilizada, também, em formato digital, na internet (cf. Arreguy; Ribeiro, 2008).

A partir do momento em que se iniciaram as discussões para a elaboração desse material, tornou-se importante o desenvolvimento de um referencial teórico-metodológico que orientaria sua confecção. Tendo em vista a atuação da instituição e seu relacionamento com o público escolar, optou-se por produzir um material paradidático que apresentasse os resultados de uma pesquisa histórica, sem com isso fechar um debate sobre o tema, e que,

ao mesmo tempo, estimulasse o desenvolvimento de pesquisas e a consulta aos documentos sob a guarda do APCBH.

Nessa perspectiva, a principal estratégia adotada na *Coleção* foi o desenvolvimento de atividades de leitura documental a partir do material coletado ao longo do levantamento realizado nos anos anteriores. Partindo-se das discussões do campo do ensino de história, foi sistematizada uma metodologia para a abordagem do acervo, entendido como fonte histórica para o debate sobre a trajetória dos bairros.

Por meio da experiência com o atendimento de estudantes e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental – em sua imensa maioria, não especialistas em história – nos espaços de consulta da instituição, percebeu-se que a esse público faltavam ferramentas para o exame da informação contida nos documentos. Sem um roteiro que os instrumentalizasse acerca das operações de crítica interna e externa, de cruzamento de fontes, de exame das diferentes linguagens e sua consequente interpretação, acabavam por relacionar-se de modo superficial e ingênuo com o acervo.

Tendo em vista essa situação, a apresentação de estratégias de leitura documental, por meio de atividades e de um texto explicativo veiculado no livro do professor, significava uma contribuição da instituição arquivística dentro de um processo mais amplo de ensino-aprendizagem que tem por ator principal a comunidade escolar. Reconhecendo o protagonismo de

educadores e alunos na construção de interpretações sobre a trajetória histórica dos inúmeros bairros da cidade, caberia ao APCBH desenvolver e apresentar ferramentas capazes de contribuir para um exame mais qualificado das informações contidas no acervo. Nesse sentido, ao longo das atividades, foram apresentadas seleções de documentos, agrupados a partir de um problema de pesquisa, mas que, no conjunto, eram capazes de apresentar uma variedade de suportes, formatos, linguagens, produtores, datas e abordagens.

Foram criadas atividades que buscavam promover a interação do leitor com os documentos em duas perspectivas: identificando os elementos fundamentais para a sua compreensão histórica – sujeitos históricos, produtores e receptores; temporalidades, de produção e circulação; fatos históricos, traduzidos na narrativa sobre a cidade e o problema histórico em questão – e operando com as especificidades da linguagem de cada documento – leitura de imagens fotográficas, iconográficas e cartográficas; textos oficiais da administração pública em diferentes formatos; periódicos; cartas da população etc. Com isso, tornava-se possível apontar as diferentes operações necessárias à análise das evidências. Com o uso de recursos gráficos que chamavam a atenção para tipologias variadas, enunciados que formulavam um problema e que traziam dados complementares sobre os documentos, questões que exploravam elementos internos e externos, bem como relacionavam as fontes entre si, e de proposições de debates que

estimulavam uma reflexão atual sobre o tema; estipulava-se uma possibilidade de roteiro para o trabalho não só com o *corpus* eleito pela equipe da *Coleção*, mas também aplicável a outros acervos arquivísticos.

Paralelamente, visando realizar um trabalho de formação continuada de professores e outros profissionais da escola – como bibliotecários –, desde o lançamento dos primeiros volumes da *Coleção*, oficinas vêm sendo realizadas, em parceria com as Gerências Regionais de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.¹⁰

Por meio da experiência de elaboração da *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*, explorou-se a viabilidade de uma instituição arquivística apresentar-se como produtora de reflexões e proponente de metodologias no campo do ensino de história. Tal publicação evidencia a pertinência da atuação de outros atores na confecção de materiais didáticos.

VISITAS MONITORADAS AO APCBH:

SEGUNDO TEMPO

Como lidar com a ausência de infraestrutura para a realização de ações educativas em instituições arquivísticas? É possível incorporar conceitos e práticas da educação patrimonial em uma situação desfavorável de mobilização do acervo?

Essas são algumas questões que atingem diretamente os técnicos que pretendem implantar ações educativas em arquivos públicos. Partindo-se do pressuposto da

importância da experiência direta com o bem cultural para o desenvolvimento das ações de educação patrimonial, a ausência de exposições ou de espaços para oficinas são um obstáculo para a real efetivação de práticas capazes de propor uma reflexão interativa sobre sentidos do patrimônio documental mantido pelas instituições arquivísticas.

Tais desafios marcaram a experiência mais recente do APCBH, a qual consistiu na definição de uma proposta de reformulação das chamadas visitas monitoradas. Realizada desde meados da década de 1990, como apontado anteriormente, essa modalidade de ação mantinha um estreito diálogo com as questões do ensino de história, notadamente pelos vieses da análise documental e da história local. Orientadas pela relação próxima do público escolar com os espaços de consulta da instituição, as visitas tentavam atender às demandas de aprofundamento no estudo da trajetória histórica de Belo Horizonte.

Por uma série de motivos, com destaque para as transformações curriculares das escolas de ensino fundamental, com a valorização de projetos transversais em detrimento de conteúdos compartimentados nas tradicionais disciplinas, e para a redução das pesquisas presenciais em detrimento das consultas *on-line*, observou-se uma modificação das demandas e dos objetivos dos professores que procuravam o APCBH para o agendamento de visitas. Atualmente, a ênfase recai muito mais sobre um debate mais amplo sobre o do-

cumento, seus sentidos para elaboração de identidades e memórias individuais e coletivas e sua relação com a produção de conhecimento histórico, do que sobre o trabalho com a história local.

Paralelamente a essa transformação, dois fatores constituíram oportunidade para uma reformulação das visitas monitoradas ao APCBH em 2011. O primeiro deles se refere à participação da instituição em um projeto da Secretaria Municipal de Educação denominado Circuito de Museus.¹¹ Essa experiência, ao longo do ano, foi essencial para guiar a equipe no exame dos limites e das possibilidades para a mudança das visitas. Com a inserção no projeto, além do aumento da quantidade de atendimentos, também foi possível que a equipe do Arquivo obtivesse um retorno qualitativo dos alunos quanto às visitas, uma vez que, ao completar o Circuito, os estudantes apresentam um produto como trabalho de conclusão no formato de uma exposição. Essa tem por objetivo mostrar o que cada turma apreendeu das visitas às instituições, qual conhecimento foi agregado após essas visitas e como os estudantes representam esse novo aprendizado.

Esses trabalhos, somando-se a uma longa experiência de visitas à instituição, indicaram que havia uma dificuldade dos alunos se reconhecerem nesse espaço, bem como perceberem-no como um lugar de memória e patrimônio inserido em suas vidas e mesmo no cotidiano da cidade. O trabalho com a história local por meio de documentos fotográficos soava como mais uma aula,

não permitindo a construção de uma ideia sobre a relação entre aquele acervo e a instituição responsável pela sua guarda.

A ausência de espaços de exposição ou de uma interação mais direta com o acervo, ao contrário do que acontecia nas outras instituições visitadas pelos alunos, gerava uma dificuldade de apreensão desse espaço como um lugar de memória. As avaliações da visita monitorada ao APCBH mostraram que, muitas vezes, a experiência era frustrante: estudantes, e mesmo professores, compreendiam-na como mais uma visita a um museu, sem os atrativos de um museu. Afinal, que lugar era esse, onde se realizava uma visita e não havia o que ver?

Apesar do modelo de visita ter uma preocupação com a construção de um elo entre o estudante e a instituição – por meio, por exemplo, da apresentação do *Vídeo Documento* –, isso parecia se dissolver no decorrer do encontro e diante das expectativas dos visitantes. A própria experiência de percorrer as áreas de trabalho e de depósito do APCBH mostrava-se pouco articulada às demais atividades, dificultando uma construção de sentido para aquela vivência.

Frente a essas reflexões, uma segunda situação significou uma oportunidade de reestruturação da atividade. Foi o Projeto Arquivo 20 Anos, ação de comemoração e reflexão sobre a trajetória da instituição nas últimas duas décadas, que permitiu aporte financeiro para o desenvolvimento de inúmeras iniciativas, como seminário,

exposição, tratamento do acervo institucional, dentre outras.¹²

No escopo do Projeto Arquivo 20 Anos, realizou-se a reformulação da visita ao APCBH, que contou com recursos para contratação de consultoria na área, produção de sinalização interpretativa no espaço da instituição, impressão de *fac-símiles* e compra de material para composição de *kits* pedagógicos.

O primeiro grande desafio para a implantação de uma nova proposta de visita monitorada à instituição era superar suas limitações físicas. Via de regra, ao realizar excursões a espaços de memória, professores e alunos carregam algumas expectativas que envolvem não só a exploração de uma exposição, mas também outros momentos como, por exemplo, a confraternização por meio de um lanche. Essas vivências não respondem apenas a demandas do grupo, mas são importantes na estruturação de um processo educativo que se pauta no contato direto com o bem cultural e no estabelecimento de múltiplas relações, inclusive as de ordem sentimental.

Assim, reconhecendo-se a inviabilidade dessas experiências, foi necessário estruturar a visita de modo a proporcionar outras vivências capazes de produzir reflexões acerca do lugar do patrimônio documental na vida da cidade e no cotidiano dos alunos.

O conceito que embasa o projeto – “É importante? Vamos preservar!” – sintetiza o objetivo geral do novo modelo de visita

e representa o diálogo entre elementos dos campos da educação patrimonial e do ensino de história, incorporados à cultura da instituição ao longo de sua trajetória.

Em consonância com as discussões atuais do campo de educação patrimonial, a visita passou a ser compreendida como parte de um processo da formação do estudante na vida em sociedade, como sujeito e cidadão, mais do que como um momento de apresentação formal da instituição arquivística e de seu acervo. Desse campo também foram incorporadas experiências e reflexões sobre a sinalização interpretativa dos espaços (cf. Murta; Goodney, 2002), visando promover a interação entre os estudantes e o APCBH.

Agudizou-se, também, a proposta de estabelecer uma relação entre a documentação do acervo do APCBH e os documentos dos alunos, produzidos e recebidos por eles em seu dia a dia, presente tanto no *Vídeo Documento* quanto no formato anterior da visita. Com a intenção de mostrar como cada arquivo pode ser constituído de uma forma, dependendo de sua natureza e finalidade, promove-se uma reflexão sobre a importância atribuída a algo – que implica seu enquadramento na categoria “documento” e a decisão de preservá-lo.

A busca de uma aproximação entre a instituição e o cotidiano do estudante implica ainda a desconstrução da ideia do senso comum de que arquivar é guardar, no sentido de vigiar, aprisionar, restringir o acesso. Pretende-se trabalhar o conceito de que arquivar é guardar, no sentido de

preservar, o que implica atribuir sentido e ordem aos documentos, conservar sua integridade física, na medida do possível, e garantir o acesso a eles – uma zona de franca interseção entre os campos da educação patrimonial e o ensino de história.

Para tanto, os alunos recebem dicas de como armazenar a sua documentação e de materiais, encontrados em papelarias ou mercados, que podem ser usados na preservação de seus acervos. Além disso, são disponibilizados recursos, sob a forma de um *kit* pedagógico,¹³ que auxiliam os estudantes a serem, eles próprios, responsáveis pela preservação dos documentos que constituem a sua identidade.

A noção de documento foi ressignificada. Juntamente com a preocupação própria do ensino de história de desconstruir a noção de documento como algo antigo, escrito e oficial, tomando-o como qualquer produção humana portadora de informação, incorporou-se o debate da área de arquivos, referente à valoração desses registros e da definição daqueles que serão elevados à condição de patrimônio, ou, na linguagem do campo, acervo permanente. Além disso, propôs-se a percepção das diferentes possibilidades de constituição de conjuntos arquivísticos, destacando-se o referencial do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e a delimitação de seu acervo pela atuação do poder público municipal.

Assim, não se perde a dimensão da importância do acervo como evidência para a construção da história local, mas amplia-se o conceito. Por meio da utilização de

fac-símiles, desenvolve-se uma atividade lúdica que propõe uma reflexão sobre os diferentes formatos e suportes dos documentos de arquivo e de seu valor informacional.

A mediação dos técnicos e estagiários do APCBH foi mantida, contudo procurou-se reforçar o caráter dialógico da atividade. Reconhecendo-se as recentes contribuições do campo da educação patrimonial, busca-se elaborar uma reflexão sobre as inúmeras possibilidades de constituição de acervos arquivísticos, em debate com os diferentes agentes envolvidos no processo de consagração do patrimônio documental. Com isso, procurou-se romper com um discurso de poder que elege os arquivos como os únicos capazes de validar acervos como de valor permanente.

Contudo, a principal transformação na estrutura da visita refere-se à tentativa de constituir-se uma vivência capaz de proporcionar ao aluno uma relação com o espaço da instituição e com seu acervo. Permitindo que ele, não só por meio do mediador, mas também através da observação e das sensações, fosse capaz de elaborar sua própria noção do APCBH e estabelecer vínculos individuais com o patrimônio documental ali custodiado.

Nessa perspectiva, foi criada uma sinalização interpretativa no espaço, garantida pela inserção de plotagens, cuja identidade visual é dada pela presença de uma mascote.¹⁴ Um novo percurso pelo espaço da instituição faz com que os visitantes perfaçam um circuito interno, visitando

diferentes depósitos, onde se encontram documentos que ainda não foram tratados e arranjados. Essa alteração permite maior riqueza de experiências, pois os alunos poderão observar os diferentes ambientes onde se encontra a documentação em fases distintas dentro de um arquivo. Isso permite não apenas uma percepção melhor do trabalho da instituição, mas, sobretudo, de que preservar documentos é um trabalho dinâmico, um processo em constante andamento.

Ao longo do trajeto, os alunos são provocados pela sinalização interpretativa que apresenta frases, em geral, questionadoras.¹⁵ A ideia básica das intervenções pontuais no espaço físico do Arquivo é instigar a curiosidade e a reflexão dos alunos.

Nessa perspectiva, frente à ausência de espaços próprios, as áreas de trabalho e de depósito da instituição são apropriadas. Perseguindo-se o princípio da experiência direta, é proposta uma reflexão sobre o patrimônio documental a partir do conhecimento de suas condições de tratamento, de sua materialidade e de seu conteúdo, buscando-se aproximá-lo de referências cotidianas que marcam a vida das crianças e as relações com suas identidades e suas memórias individuais e coletivas.

Compreendendo-se que a educação patrimonial prevê processos, a visita monitorada é entendida como um momento de sensibilização, no qual, por um lado, a equipe do APCBH se aproxima das diferentes concepções que a comunidade escolar carrega acerca das instituições arquivísticas e das

noções de acervo e de documento e, por outro, o público percebe-se não só como usuário, mas também como produtor e custodiador de documentos e, portanto, responsável por sua preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, os debates sobre o papel e as possibilidades de intervenções educativas em instituições arquivísticas têm ganhado corpo, tanto em função da crescente demanda social por essas atividades,¹⁶ quanto do adensamento das discussões no campo da arquivologia.

A partir do exame de algumas ações educativas realizadas no âmbito do APCBH, nas últimas duas décadas, foram discutidas as contribuições teórico-metodológicas que os campos do ensino da história e da educação patrimonial podem oferecer para a construção de referenciais para o desenvolvimento de projetos educativos em arquivos, especialmente arquivos públicos, cuja natureza de acervo, gestão e função social guarda algumas especificidades.

O exame realizado permite afirmar que, a partir de seu lugar institucional, de suas vivências e de seus debates próprios, os arquivos são capazes de contribuir em processos educativos – escolares e não escolares –, agregando novas questões e novas abordagens a antigos problemas. Para que isso se realize, é fundamental que a instituição compreenda-se não como único ator desses processos, mas como um dos participantes que desenvolve a cena.

Para tanto, é preciso que a instituição arquivística reconheça os lugares sociais e as especificidades dos sujeitos com quem interage, bem como a legitimidade de suas diversas demandas. Além disso, que considere, ao projetar e desenvolver essas ações, as inúmeras mediações que perpassam os saberes por ela produzidos e, especialmente, as múltiplas possibilidades de apropriações dos acervos que custodiam.

Uma contribuição central da educação patrimonial para o desenvolvimento das ações educativas em arquivos é a compreensão de que seu público-alvo, em última instância, são os sujeitos do processo de valorização e preservação dos bens culturais – e que esse processo é dinâmico e interminável. Os acervos documentais, como parte do patrimônio cultural de uma dada coletividade, não podem ser des-

vinculados desses sujeitos nos projetos educativos, tratados como objeto em si mesmos, com importância independente da relação que têm com suas comunidades de origem. Cultivar a relação entre esses dois pólos – acervo e comunidade –, fortalecendo os elos de pertencimento e de identidade, pode contribuir para a atribuição de valor simbólico aos arquivos e para a ampliação do entendimento da noção de cidadania dos consulentes.

A importância de se pensar no processo de construção de capacidades de leitura de registros históricos – aqueles que constituem a essência dos acervos documentais – e possibilitar uma leitura mais densa e diversa da história regional e local são, por sua vez, contribuições fundamentais do ensino de história para o desenvolvimento de ações educativas nas instituições arquivísticas.

N O T A S

1. A chamada Lei Nacional de Arquivos, lei federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, foi referência para a legislação que orientou a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, lei municipal n. 5.900, de 20 de maio de 1991, e que estabeleceu uma política municipal de arquivos, lei municipal n. 5.899, de 20 de maio de 1991.
2. A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897, planejada para ser a capital do estado de Minas Gerais. Ao longo de sua história, os acervos documentais da prefeitura foram tratados de diferentes formas, alternando-se períodos de manutenção de arquivos administrativos, com fases de realização de grandes expurgos. As diversas massas documentais foram acumuladas em condições variadas. Até a criação do APCBH, a administração municipal nunca havia estruturado um serviço de acesso público ao acervo (cf. Parrela, 2005).
3. Em seus cinco primeiros anos, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ocupou três locais diferentes, os quais ofereciam poucas condições para o armazenamento e o tratamento do acervo. Em 1996, um prédio foi alugado e reformulado para receber a instituição, constituindo-se até hoje na sede do APCBH. Apesar de remodelado, o edifício não prevê espaços para ações de difusão, à exceção de uma sala multiuso criada em 2007, em um processo de reformulação do layout das áreas de trabalho. Assim, não se conta com auditório, sala de exposição, espaço para lanche etc.

4. Os arquivos franceses têm se ocupado, desde a década de 1950, em implementar, avaliar e refletir sobre uma política de ação educativa e cultural. As experiências ali realizadas vêm sendo relatadas e disponibilizadas ao público interessado em diferentes publicações. Para mais informações, cf. <www.archivesdefrance.culture.gouv.fr>.
5. No processo de implantação de serviços educativos nos arquivos franceses, ao longo da década de 1950, a presença dos professores de história foi marcante, em razão de terem sido os primeiros a assumirem os postos de responsáveis pelas ações dessa natureza (cf. *Association des Archivistes Français*, 1991, p. 672-691).
6. A dinâmica de estruturação inicial do campo do ensino de história se deu a partir da organização de dois eventos de discussão de questões atinentes a ele: o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História – ENPEH, cuja primeira edição foi realizada em 1993 e é voltado para um público de pesquisadores, como o próprio nome indica; e o *Perspectivas do Ensino de História*, cuja primeira edição ocorreu em 1988, ainda sob o formato de seminário, e que é voltado para um público mais amplo, incluindo professores de história da educação básica. Ambos os encontros existem ainda e constituem-se em importantes fóruns para os debates do campo no Brasil, além do GT de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História – ANPUH, criado em 1997, quando as discussões sobre o tema já integravam os simpósios e as publicações da Associação, e da Associação Brasileira de Ensino de História – ABEH, criada em 2006 (cf. Mesquita, 2008).
7. Nesse ano de 1997, de comemoração do centenário de Belo Horizonte, vários foram os projetos educativos sobre a história da cidade desenvolvidos para o público escolar no âmbito da administração municipal, muitos deles com a produção de materiais didáticos. Até então, eram poucas as informações sistematizadas sobre a história da capital acessíveis a esse público.
8. A seleção do acervo fotográfico utilizado ao longo das visitas se deu principalmente dentro da Coleção José Goês, conjunto constituído por um fotógrafo local, o qual está, até hoje, entre a documentação mais consultada pelos diferentes pesquisadores. A partir das imagens do passado, foram produzidos registros atuais dos mesmos locais, de modo a permitir um debate sobre as permanências e as transformações do espaço urbano.
9. Segundo Mattozzi (2008), a realização de ações de educação patrimonial encerra algumas condições: “A primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam”.
10. Reflexões e análises sobre o processo de produção e divulgação dessa coleção foram sistematizadas em dois textos (cf. Ribeiro; Santos; Hermeto, 2010 e 2011).
11. O projeto Circuito de Museus se configura numa parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e diferentes instituições da cidade voltadas para a memória, as artes e as tecnologias, organizadas em três grupos: Circuito Ciências e Tecnologia, Circuito Artes Plásticas e Circuito Histórico. Ao pleitear a participação, o professor opta por um dos circuitos, devendo percorrer com seus alunos as instituições que o compõem, após apresentar um projeto pedagógico próprio, relacionado à temática. O APCBH integra o Circuito Histórico, que era composto, em 2011, por mais três instituições: o Museu Histórico Abílio Barreto, o Memorial Minas Vale e o Museu de Artes e Ofícios. Em 2012, apenas as duas primeiras continuam, junto com o APCBH, nesse circuito.
12. O Projeto Arquivo 20 Anos contou com recursos da FAPEMIG e da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e com a parceria do curso de arquivologia, ligado à Escola de Ciência da Informação da UFMG, e da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH). Alguns de seus resultados podem ser conferidos pelo endereço <<http://www.pbh.gov.br/cultura/arquivo>>.
13. Os *kits* são compostos de materiais de proteção individual (luvas e máscara), de materiais para pequenas intervenções (lápis 2B, borracha para ser ralada, tecido e fitilho para confecção de sachê), de materiais menos reagentes (clipes de plástico, cadarço de algodão) e de material para receitas domésticas e afastamento de pragas (cravo-da-índia e pimenta-do-reino). Além disso, contém um folder explicativo e o chamado passaporte do pesquisador, documento de identificação a ser utilizado pela criança no seu retorno à instituição.
14. A mascote da ação educativa é um caracol, cuja concha é a cidade de Belo Horizonte – identificada especialmente pelo viaduto Santa Tereza, uma referência urbana importante –, uma metáfora da

estreita relação entre os sujeitos históricos e o lugar onde vivem, de como ambos se definem mutuamente e devem zelar um pelo outro.

15. Na Sala de Visitas, onde se inicia o diálogo, a parede de frente para as cadeiras onde os estudantes se posicionam propõe que se pense: “Arquivo!? Que arquivo?”. Na mesa da antessala da Conservação, onde são apresentadas as noções básicas de preservação documental, há um conjunto de ilustrações de objetos usados em procedimentos técnicos junto com a frase que traduz o conceito básico do projeto – “É importante? Vamos preservar!”. No alto da escada que conduz aos depósitos de documentos, a última parte da visita, questiona-se: “E aí, onde estão os documentos?”. Finalmente, entre o depósito de documentos não arranjados e o de documentos arranjados, uma última provocação: “Vale a pena arrumar essa bagunça?”.
16. Vale lembrar que a criação de serviços educativos em arquivos públicos foi uma das demandas aprovadas pela I Conferência Nacional de Arquivos realizada em Brasília, em dezembro de 2011.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Vídeo documento*. Belo Horizonte, 2003. 11 min. Color.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas (coord.). *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: informação e memória*. Belo Horizonte: PBH/FMC, 2007. Disponível em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=17587&lang=pt_BR&pg=6742&taxp=0>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.). *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=16825&lang=pt_BR&pg=6742&taxp=0>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: Archives Nationales, 1991.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, p. 227-247, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas; São Paulo: Autores Associados; Fundação Carlos Chagas, p. 128-161, 1998. (Coleção Formação de Professores).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. História. Brasília: MEC, SEF, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Dias de (coord.). *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 59-82, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, v. 21).

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRUNBERG, E.; HORTA, M. L. P. *Guia básico de educação patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Imperial, v. 1, 1999.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia Historia*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 581-597, jul./dez. 2011.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de história e educação para o patrimônio. *Educação Em Revista*, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MESQUITA, Ilka Miglio de. *Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de história: diálogos com fóruns acadêmicos*. 2008. Tese (Doutorado em Educação), Campinas, Unicamp.

MURTA, Stela Maris e GOODNEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, p. 13-46, 2002.

PARRELA, Ivana D. O patrimônio documental na política de preservação da memória de Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, 23., 2005, Londrina (PR). Edição Complementar dos *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: UEL, v. 1, 2005, p. 1-8.

PEREIRA, José Hermes Martins. Notas sobre II Encontro Nacional de Educação Patrimonial: Iphan, Ouro Preto, 17 a 21 de julho de 2011. Disponível em: <<http://educacaopatrimonial.wordpress.com/publicacoes-e-referencias/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RIBEIRO, Raphael Rajão; SANTOS, Alessandra Soares; HERMETO, Miriam. A Coleção "Histórias de Bairros de Belo Horizonte": uma ação educativa do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, Leônidas José de. (org.). *Caderno de Textos – Inverno no MHAB – 2010*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, p. 35-47, 2010.

RIBEIRO, Raphael Rajão; SANTOS, Alessandra Soares; HERMETO, Miriam. Do arquivo às salas de aula: pesquisa e concepção de uma coleção paradidática sobre história local. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9., 2011, Florianópolis. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis. Disponível em: <<http://abeh.org/trabalhos/GT10/tcompletoraphael.pdf>>. Acesso em: 10 abr. de 2012.

R E S U M O

O artigo analisa um conjunto de ações educativas desenvolvidas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, visando compreender o seu desenvolvimento teórico-metodológico, que se fez em diálogo com a produção dos campos de ensino de história e educação patrimonial. Ele é também um esforço de compreensão das contribuições desses dois campos de referência para a ação educativa em arquivos.

Palavras-chave: ação educativa em arquivos; visita monitorada; educação patrimonial; ensino de história.

A B S T R A C T

The article analyses a set of educative actions developed in the Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Its aim is to understand the theoretical and methodological development of those actions, which was done in an open dialogue with the production in the history and heritage education fields. It is also an effort to perceive the contributions of those fields as references to the educational action in archives.

Keywords: educative action in archives; guided visit; heritage education; teaching of history.

R E S U M É N

El artículo analiza un conjunto de acciones educativas desarrolladas en el Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, con vistas a comprender su desarrollo teórico y metodológico, llevado a cabo a través de un franco diálogo con la producción en los ámbitos de la enseñanza de historia y educación patrimonial. El también pone de manifiesto un esfuerzo de comprensión de las aportaciones de esos dos ámbitos de referencia para la acción educativa en archivos.

Palabras clave: acción educativa en archivos; visita monitoreada; educación patrimonial; enseñanza de historia.

Annick Pegeon

Pesquisadora da Universidade de Artois – Equipe V2S – LBHE.
Responsável pelo Serviço Educativo dos *Archives nationales* da França.

Uma Experiência Pedagógica em Arquivos

A disciplina “Arquivo”
dos *Archives nationales* da França

Ao longo de décadas, o documento arquivístico fez, paulatinamente, sua entrada na escola, facilitada pela criação, na França, a partir dos anos de 1950, dos serviços educativos em arquivos, que oferecem aos professores e seus alunos oficinas e visitas pedagógicas destinadas a proporcionar a descoberta dos arquivos e dos grandes períodos históricos. Assim, depois de mais de sessenta anos, diversas experiências pedagógicas foram realizadas conjuntamente por arquivistas, historiadores e

professores. A instituição da disciplina “Arquivo”, nos *Archives nationales* da França, em 2007, constituiu um passo original. Essa medida, destinada a fazer com que os jovens estudantes do liceu¹ descobrissem os *Archives nationales*, situado no coração histórico do Marais, em Paris, tinha o duplo objetivo de familiarizar o público jovem com o trabalho do historiador e com as disciplinas auxiliares, e iniciá-lo na análise e crítica das fontes, no intuito de permitir o encontro com os profissionais de arquivos nas suas atividades

cotidianas. A experiência adquirida após vários anos letivos se insere, agora, num quadro de projetos pedagógicos inovadores² e constitui um exemplo de mediação cultural em arquivos que ultrapassa o campo disciplinar da história.

“COLOCAR OS ALUNOS EM CONTATO DIRETO COM OS DOCUMENTOS HISTÓRICOS”

Esta foi a primeira missão confiada ao Serviço Educativo dos *Archives nationales*, quando da sua criação por Charles Braibant, então diretor da instituição, por meio de um ofício circular datado de outubro de 1950. Nele, o diretor expôs os objetivos e os meios para esse tipo de serviço:

ele tem como objeto colocar os alunos de diferentes níveis de ensino em contato direto com os documentos históricos, por meio de visitas comentadas no Musée de l’Histoire de France (...): seu quadro de pessoal, sob a direção de um arquivista dos *Archives nationales*, é composto unicamente por profissionais de ensino postos à minha disposição.

Esse último procedimento foi facilitado pelo fato de a direção do Archives de France subordinar-se, então, ao Ministério da Educação. Após essa data, o funcionamento do Serviço Educativo conta com a colaboração estreita dos arquivistas, que conhecem os fundos documentais, e com as habilidades pedagógicas dos professores, que garantem a inclusão das atividades propostas pelos serviços educativos nos programas escolares, com o objetivo

de abrir amplamente os arquivos aos alunos do ensino primário e secundário.

Ao longo dos anos, a oferta se aprimorou e diversificou, em resposta aos rearranjos dos programas de ensino, adaptando-se às novas práticas pedagógicas e a um público escolar em constante evolução. Às visitas guiadas, às exposições e às salas do Musée de l’Histoire de France, em que a abordagem se aproximava à de uma aula inaugural – mesmo se o contato com a fonte documental fosse privilegiado –, sucederam, no começo dos anos de 1980, as oficinas, nas quais o aluno é colocado mais diretamente em contato com o documento original. Oficinas de caligrafia, sigilografia ou heráldica, para não citar aquelas que se encontram em todos os serviços educativos de arquivos na França, propõem, após a apresentação do local e da função dos arquivos, uma abordagem teórica da questão escolhida, depois uma reapropriação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos na forma de um trabalho técnico ou artístico, apresentado oralmente. Os *Archives nationales* dispõem, até o momento, de mais de trinta oficinas que compreendem o conjunto dos períodos medieval, moderno e contemporâneo.³

Criada recentemente, a disciplina Arquivo emerge em continuidade a uma iniciativa de destaque por sua duração e público: o concurso Historiador do Amanhã. Existindo desde 1953 com o nome de concurso dos Historiadores Aspirantes, essa iniciativa surgiu, a princípio, como

um simples questionário que servia para o acompanhamento das salas renovadas do museu dos *Archives nationales*. A criação de sucessivos serviços educativos em arquivos departamentais conduziu à ampliação do concurso para todo o território e para outros níveis escolares (colegial e liceu desde 1958). Um tema nacional era escolhido e os alunos deveriam utilizar os documentos colocados à sua disposição, seja pelos *Archives nationales*, seja pelos arquivos departamentais. O objetivo era

suscitar uma nova forma do ensino da história mais vibrante e mais concreta (...) fazendo o aluno participar ativamente da pesquisa com documentos originais sobre um tema de seu interesse (...), ajudar os jovens a se enraizar na sua cultura regional sensibilizando-os para a riqueza do passado do local onde eles vivem (...), propiciar-lhes o gosto pela história e pela própria pesquisa e suscitar, assim, vocações de historiadores.⁴

Após uma revisão, no começo dos anos de 1980, o concurso foi definitivamente abandonado no final da década seguinte, essencialmente porque foi ficando cada vez mais difícil em razão da falta de recursos materiais e humanos suficientes para colocar à disposição dos alunos, a cada ano, uma seleção de documentos sobre um tema comum em cada serviço de arquivo. O concurso, por outro lado, privilegiava os alunos que viviam mais perto dos centros arquivísticos e motivava jovens já interessados em história.⁵ Por fim, nas

últimas edições, a maioria dos alunos só trabalhava com conjuntos de documentos preparados pelo arquivista ou pelo professor, parafraseava o documento, copiava a ementa redigida pelo arquivista, sem recorrer sistematicamente ao documento original. Pouco a pouco foi se perdendo a finalidade inicial do concurso.

A instauração de uma disciplina Arquivo, sem a pretensão de substituir o concurso Historiador do Amanhã, surge hoje como um meio de voltar a certos “fundamentos” que presidiram a criação do concurso. A disciplina Arquivo se beneficia de um dispositivo estabelecido pelo Ministério da Educação, a disciplina Patrimônio,⁶ cujo objetivo é facilitar a vinda de uma turma aos locais e sítios culturais, em torno de um projeto elaborado em conjunto com as instituições custodiadora e de ensino, e explorado a partir de uma seleção de temas existentes nos programas escolares. A escolha foi levada a uma turma de alunos do liceu,⁷ composta em sua maioria por jovens considerados “distantes da cultura”,⁸ de um estabelecimento de ensino de Seine-Saint-Denis, departamento⁹ localizado ao norte de Paris, onde um novo centro dos *Archives nationales* será inaugurado em janeiro de 2013.

Com uma a duas sessões de trabalho por mês, em média, o curso, que se estende do final de setembro ao início de maio,¹⁰ permite descobrir os lugares, as missões de conservação, de comunicação e de difusão do arquivo, iniciar-se na pesquisa ou na descrição de documentos, tudo

com o acompanhamento de profissionais, ao longo das sessões. O projeto ressalta, igualmente, a rede dos arquivos, levando os alunos a descobrir os fundos específicos das unidades departamentais e municipais.¹¹ Acrescenta-se, ainda, no âmbito do projeto, uma dezena de módulos temáticos organizados com base no território da comunidade e no estabelecimento de ensino. O projeto torna-se possível pelo trabalho conjunto de vários profissionais: pedagogos, professores cedidos para os *Archives nationales*, corpo científico da instituição (conservadores, encarregados dos estudos documentais, documentalistas), pessoal técnico (supervisores de arte, técnicos de arte, equipe de compras), responsáveis pela difusão do acervo junto ao público e equipe de atendimento. Todos souberam adaptar para esse público jovem, às vezes com grandes dificuldades na escola, um discurso frequentemente complexo que explica a missão de cada um dentro do arquivo. Um dos pontos fortes do projeto é poder reunir esse conjunto de atribuições e colocá-lo a serviço dos alunos.¹²

Assim, eles podem não apenas se beneficiar das oficinas pedagógicas relacionadas com os programas de história, de geografia e de ciências, mas, além dessas atividades, assentadas na exploração e na análise de documentos originais, ter acesso a espaços normalmente fechados ao público, cuja descoberta permite compreender a função histórica e cívica dos arquivos.

INICIAÇÃO AO PENSAMENTO HISTÓRICO E APRENDIZAGEM DA CIDADANIA

Em continuidade às missões atribuídas desde sua origem até os serviços educativos em arquivos, uma das maiores questões da disciplina Arquivos repousa em garantir

o contato com os documentos arquivísticos que propiciará (ao aluno) o sentido do funcionamento das instituições públicas e a percepção das raízes históricas que lhe permitirão se situar na história de seu ambiente geográfico e humano e adquirir seu próprio senso crítico graças à iniciação à pesquisa (Favier, 2008, p. 416).

A ideia de ensinar com documentos arquivísticos, com o “documento-fonte”, não é nova: corresponde à virada ocorrida na década de 1950 e às orientações didáticas que aconteceram naqueles anos (Chaulanges, 1961, p. 6-7). Todos sublinham o interesse da abordagem pedagógica com base na carga emocional contida no documento original, apresentado no seu lugar de conservação:

Nossos alunos reconhecem nos documentos as aulas de história tidas em sala, mas ilustradas de maneira falante (...) eles tomam contato direto, “ativo” com as peças originais que serviram para redigir ou ilustrar o livro em que estudam. Esse método inovador de ensino contribuirá para desenvolver nos alunos não apenas o conhecimento do passado, mas suas capacidades de observação, de reflexão e de curiosidade científica (Braibant, 1957, p. 11).

Contudo, a utilização do documento-fonte pelos alunos, “documento por excelência” (Granier; Picot, 2002, p. 178), não ocorreu sem suscitar certa perplexidade entre os numerosos professores e conservadores. Em primeiro lugar, coloca-se a questão de saber como conciliar a abordagem pedagógica com as exigências da conservação. De fato, a exploração do documento arquivístico coloca sempre o problema da manipulação, com vistas a que se evite a deterioração. O estado do documento e sua fragilidade condicionam as escolhas. Os manuais de arquivologia recomendam colocar os documentos em vitrines ou, seguindo o padrão, no caso de manipulação, em bolsas de Rhodoid¹³ ou de Mylar.¹⁴ Acrescentam-se outras dificuldades inerentes a certos documentos: legibilidade, idioma utilizado, vocabulário específico ou pouco claro. Certos professores não hesitam em afirmar que, nesse caso, o documento-fonte não responde aos critérios de “legibilidade e atratividade” e que “um problema pedagógico importante se coloca, já que esse tipo de documento é, com frequência, difícil de ser estudado com os alunos. Seria necessário um aprendizado que está fora dos objetivos centrais do ensino secundário” (Granier; Picot, 2002, p. 178). Assim, paradoxalmente, o documento-fonte, documento por excelência, também representativo pela crítica externa que se pode fazer de um período, seria uma abordagem por demais complexa para os alunos.

Sem negar as dificuldades relacionadas à paleografia, ao uso do francês antigo ou do latim medieval, colocar os alunos em contato com os documentos arquivísticos, ajudá-los a compreender esses documentos na sua complexidade, rompe com a abordagem normatizada e ofertada pelos livros escolares e faz com que eles tomem consciência de que a história encontrada no livro escolar é resultado de uma pesquisa conduzida a partir dos documentos-fonte. O estudo dos documentos arquivísticos implica uma iniciação aos métodos de trabalho do historiador, presente no arcabouço da disciplina Arquivo. Esse enfoque encontra seu ponto de destaque fora do âmbito do Centre d'accueil et de recherche des Archives,¹⁵ quando os alunos, nas mesmas condições dos pesquisadores, depois de terem consultado os instrumentos na sala de consultas, vão realizar uma pesquisa diretamente nos documentos.

Novamente, esse tipo de abordagem não tem unanimidade entre os professores:

Nos programas oficiais, fazia-se questão que o aluno adquirisse “o comportamento do historiador”, daí certos livros conterem módulos intitulados: “A abordagem do historiador”. Esse objetivo ambicioso e, sem dúvida um pouco inócuo, passou para segundo plano nos programas oficiais mais recentes: o ensino secundário não visa formar historiadores ou geógrafos profissionais (Granier; Picot, 2002, p. 180).

O objetivo da disciplina Arquivos não é formar historiadores, nem mesmo despertar vocações, mas simplesmente privilegiar

uma abordagem dinâmica de descoberta das fontes a fim de “continuar a propiciar às novas gerações um conhecimento da história a partir do documento e ajudá-las a adquirir o senso crítico tão necessário aos nossos tempos” (Favier, 1990, p. 260). As reticências, e até a hostilidade, manifestadas por alguns diante desse tipo de abordagem, podem ser explicadas pelo fato de que muitos deles, professores em particular, relutam em trabalhar fora do campo balizado pelo manual, com documentos suscetíveis de colocá-los em dificuldades diante dos alunos. Nesse contexto, cabe aos serviços educativos em arquivos desempenhar a função de mediadores, e aí seu papel é determinante para o acesso do público jovem ao patrimônio nacional escrito.

A realização do projeto exigiu, primeiramente, definir uma temática comum, que pudesse interessar ao conjunto dos alunos e responder à grande heterogeneidade dos níveis das turmas. As questões locais relacionadas à instalação dos *Archives nationales* na região de Seine-Saint-Denis constituem elas mesmas um primeiro enfoque. A implantação desse polo cultural e científico, tão longamente aguardado pela população e, em particular, pelos jovens, é percebida como um sinal de abertura num departamento muito marcado pela industrialização e por uma urbanização desordenada, heranças dos séculos XIX e XX, e, mais recentemente, atingida pela desindustrialização que deixou, igualmente, estigmas. Ao longo das sessões,

pareceu-nos que o fio condutor entre os jovens inscritos na disciplina Arquivo era o território em que eles vivem, porque vieram de áreas geográficas muitos díspares. A noção de território está, por sua vez, no centro de numerosos debates que ultrapassam o simples enfoque geográfico e chega à história e às ciências sociais. A definição dada pelo geógrafo Roger Brunet parece especialmente apropriada, já que cobre não apenas as dimensões jurídica, social, cultural, mas também a afetiva, encontrada na relação particular que esses jovens estabeleceram com “seu” território:

O território projeta sobre um espaço dado estruturas específicas de um grupo humano, que incluem o modo de partilhamento e de gestão desse espaço. Ele contribui, por outro lado, para aprofundar essa especificidade, para consolidar o sentimento de pertencimento, ele ajuda na cristalização das representações coletivas, dos símbolos que encarnam as mais altas esferas da sociedade (Brunet, 1992, p. 436).

Essa noção se encontra no centro de grande parte do trabalho e da reflexão apresentados aos alunos. Frequentemente arrancados de suas raízes familiares, às vezes em plena crise de identidade, eles vivem num território onde os vestígios do passado são difíceis de ser percebidos – a menos que se pesquise nos arquivos ou tenha interesse por notícias arqueológicas – em face da rápida transformação da paisagem; um território do qual, na maioria das vezes, eles não percebem mais a rique-

za cultural e histórica, e que é definido sob o termo globalizado de “subúrbio”, visto por muitos – aí entendido pelo número de seus habitantes – como um lugar de marginalização e de exclusão.¹⁶

Na fase pedagógica, o *corpus* colocado à disposição dos alunos, divididos em pares, volta-se, assim, para o tema do território onde eles vivem. Compõe-se de uma dúzia de documentos – manuscritos ou impressos, registros, circulares ou dossiês administrativos, correspondência, mapas, plantas – cujas datas vão do final do século XIII até meados dos anos de 1950, escolhidos em função da problemática que ultrapassa a história local. A distribuição desses documentos arquivísticos entre os alunos não é feita aleatoriamente: as aulas preliminares de iniciação à pesquisa histórica e à paleografia permitem, durante sua realização, identificar os alunos que têm a capacidade de motivar os demais. Os exercícios de paleografia com documentos originais, longe de afastar os alunos, contribuem, ao contrário, para mobilizá-los e, por sua vez, valorizá-los.¹⁷ Aqueles que têm facilidade logicamente se encarregam do estudo dos documentos de leitura mais complexa; transcrições e traduções são colocadas à sua disposição em caso de necessidade. Cada dupla dispõe de um dossiê destinado a fornecer os esclarecimentos sobre o documento a ser explorado (descrição do fundo arquivístico de onde provém o documento, contexto histórico, etimologia, cronologia, extratos de publicações científicas e de livros escolares de nível médio). Além

disso, o aluno é acompanhado por um membro dos *Archives nationales*, da área de conservação, de documentação ou do serviço educativo, encarregado de guiá-lo na análise do documento e de prepará-lo para a apresentação oral do trabalho, em sessão plenária.

A riqueza dos fundos arquivísticos permite, assim, apreender o território sob os ângulos históricos, administrativos e geográficos, sem perder a abordagem sociológica, confrontando documentos de natureza diversa. Essa aproximação oferece, enfim, aos alunos, futuros cidadãos, a capacidade de apreender as evoluções do território, as transformações urbanas, de apreciar as questões da gestão e do desenvolvimento dos territórios da cidade, de fazê-los passar da condição de habitante para a de cidadão.

À ABERTURA PARA NOVOS CAMPOS DE DISCIPLINAS

Os arquivos estão, por definição, na origem da história como disciplina. O campo da história e, em particular da história da escrita, foi tratado desde os primeiros anos de funcionamento do serviço educativo, mesmo que se tenha tido que esperar o fim dos anos de 1980 para que uma primeira oficina pedagógica fosse concebida com o tema “Escrever na Idade Média”. Desde essa data, os arquivos se abriram para o ensino de novas disciplinas e inúmeras atividades pedagógicas conjugam, hoje, história, geografia, letras, artes plásticas e história da arte. As oficinas destinadas

ao estudo da hidrografia e da cartografia nos tempos modernos ou à instauração do sistema métrico permitiram, igualmente, introduzir o estudo da matemática no campo das disciplinas estudadas. Mas as atividades mantiveram-se no campo das ciências experimentais. O conteúdo das oficinas de Iluminuras e Iniciais Medievais, em especial, permite assegurar um diálogo entre a história, a história das artes e a cultura científica e técnica. Para um professor de físico-química, os conhecimentos necessários para a confecção de uma iluminura podem se constituir na aplicação concreta do curso, associada a uma abertura cultural do ensino das ciências: a preparação dos pigmentos, de uma liga ou de um mordente das tintas, com as quais os alunos fazem, em seguida, uma iluminura ou redigem um ato, imitando um original do século XV, assume, para esses alunos, uma outra dimensão.

A primeira experiência desse tipo ocorreu na disciplina Arquivo, em estreita colaboração com o professor de ciências,¹⁸ e se concentrou nas tintas utilizadas nos documentos da Idade Média. Para entender por que as cores passavam do preto ao marrom alaranjado e como a composição alterava o suporte em papel, foi proposto aos alunos que fabricassem uma tinta ferrogálica, a mais comum no mundo ocidental, a partir de uma receita datada do século XIII: nozes de galha (cecidio) moídas ficavam de molho em água durante uma semana; em seguida a solução era filtrada e depois levada a ebulição; os alunos juntavam, então, um sal metálico do

tipo sulfato de ferro (formando um sulfato como estava prescrito na receita original) e depois uma substância de liga, a goma arábica. Os taninos existentes na noz de galha reagem ao sulfato de ferro e, em contato com o ar, a solução adquire a coloração de um preto intenso. A sequência termina com o uso da tinta pelos alunos na oficina de caligrafia, mostrando que, uma vez que a tinta é posta no papel, a porção orgânica dos taninos começa, lentamente, a se degradar, dando lugar aos óxidos de ferro, daí a cor marrom alaranjada da tinta dos nossos documentos originais. A experiência permite, dessa forma, trabalhar concretamente com a noção de oxidação.

Outras atividades similares foram desenvolvidas graças à colaboração dos nossos colegas das oficinas de restauração, de conservação preventiva e do serviço de selos sobre questões que estão no centro das preocupações dos arquivistas responsáveis pelos fundos. Essas atividades propiciam aos alunos exemplos concretos para a aprendizagem de algumas noções do programa de ciências. Assim, a restauração de selos foi o pretexto para outras experiências: elaboração de uma solução aquosa não ácida para a limpeza dos selos; estudo do processo de sublimação do ciclododecano,¹⁹ então utilizado para a limpeza do selo, visando à proteção da seda sobre a qual o selo é colocado. A visita à oficina de fotografia dos *Archives nationales* é também a oportunidade de refletir a respeito da ação da luz sobre o documento: que materiais compõem aqueles que são sensíveis à luz? Quais as

degradações observadas? Quais os cuidados a tomar para limitar o impacto da luz? São questões que permitem apreender o processo de oxidação e de fotólise a partir de casos concretos.

A abordagem pela investigação privilegiada aqui, que pode se aproximar da prática da pesquisa científica (questão, hipótese a verificar, experimentação, síntese e comunicação do resultado), permite uma apropriação melhor dos conhecimentos, tornando os alunos mais ativos, tanto do ponto de vista intelectual quanto da capacidade prática, mas também os leva a compreender como se dá um trabalho científico.

Novas perspectivas pedagógicas se desdortinam com a abertura dos *Archives nationales* em Pierrefitte-sur-Seine, no departamento de Seine-Saint-Denis, o que nos permitiu, ainda, ampliar o campo de investigação e apontou para outras disciplinas. Esse departamento se insere num território de passado histórico denso, com estreita ligação, primeiramente, com a monarquia francesa, desde a Alta Idade Média. A história do departamento, por sua vez, está fortemente relacionada com a proximidade de Paris, onde se reuniu, há muito tempo, um conjunto de funções políticas, econômicas e culturais da capital. Mais recentemente, Seine-Saint-Denis viu sua fisionomia mudar consideravelmente. De fato, os séculos XIX e XX testemunharam os primeiros fluxos populacionais, inicialmente de origem rural, seguidos por um contingente estrangeiro, com a intensificação da indústria. O cará-

ter rural do departamento desapareceu, decorrente, em grande medida, de um processo de urbanização veloz e descontrolado. Atualmente, o departamento de Seine-Saint-Denis, fragilizado pela crise econômica e pelo aumento do desemprego, concentra os males que afligem nossa sociedade e é muito estigmatizado pela mídia. A riqueza de sua história é pouco conhecida do grande público e de seus habitantes. Todavia, essa história deixou traços nos fundos arquivísticos e no subsolo dos bairros e das cidades: vestígios arqueológicos.

Doravante considerada uma ciência à parte no campo das ciências humanas,²⁰ e não mais uma “ciência auxiliar” da história, a arqueologia, todavia, teve retardada sua inclusão nos programas e livros didáticos. As instruções oficiais convidam, no entanto, os professores a diversificar as fontes nas suas aulas. Ora, a análise dos livros didáticos mostra que o uso de “fontes arqueológicas”, comum para compreender as civilizações que não conheciam a escrita, se apaga diante da existência das “fontes tradicionais”. Portanto, confrontar as fontes arquivísticas com as arqueológicas seria extremamente proveitoso para os alunos: à emoção suscitada pela descoberta de um documento original no seu local de conservação juntam-se o fascínio pelo ofício do arqueólogo e a excitação sentida pela descoberta de um vestígio ou de um objeto que atravessou eras. Depois de alguns anos, as experiências vêm se multiplicando para facilitar a vinda de um público jovem às escavações arqueológicas. No entanto, as

experiências que relacionam fontes escritas com os “arquivos do subsolo” ainda estão por ser desenvolvidas. Seine-Saint-Denis pode se constituir um laboratório interessante para esse tipo de experiência: as intervenções dos serviços do Institut national d’archéologie préventive (Instituto Nacional de Arqueologia Preventiva) (INRAP), do Service départemental d’archéologie e da Unité d’archéologie de la ville de Saint-Denis (Departamento de Arqueologia e da Unidade de Arqueologia da cidade de Saint-Denis) (UASD) se intensificaram, há muitos anos, quando dos trabalhos de renovação e planejamento das cidades do departamento Seine-Saint-Denis. Elas fornecem dados sobre o conjunto dos períodos históricos da Antiguidade até a época contemporânea,²¹ que podem ser confrontados com as fontes arquivísticas – no mínimo a partir da Alta Idade Média, já que os documentos mais antigos, conservados nos *Archives nationales*, remontam ao século VII – em benefício de um público jovem, para quem a relação com o território é onipresente e sensível. A descoberta de uma escavação em um bairro, a participação na escavação sob determinadas condições, o trabalho de análise do material e a revelação da conclusão, a que se junta a pesquisa em arquivos, permitem apreender a evolução de um território até suas transformações mais recentes. O processo invoca várias disciplinas de ensino, tanto literárias como científicas, e desenvolve igualmente, nos alunos, o senso crítico, o espírito de análise e a capacidade de síntese, qualidades necessárias ao cidadão do amanhã.

CONCLUSÃO

A disciplina Arquivo constitui um cenário privilegiado para as ações que necessitam de um acompanhamento específico no ambiente dos arquivos, tanto em termos do pessoal investido no projeto quanto de carga horária, no quadro das abordagens transdisciplinares, cruzando ciências humanas e ciências experimentais. Um dos sucessos da disciplina Arquivo consiste em fazer os alunos, que às vezes possuem grande dificuldade, envolverem-se com um projeto, com lugares e missões que podem parecer-lhes austeros e distantes do centro de seus interesses. Ao longo das sessões, eles se apropriam do conteúdo científico, das técnicas, de uma linguagem específica, que muda sua percepção da história e a relação pessoal que eles têm com ela.

Assim, a disciplina Arquivo continua sendo uma iniciativa piloto, ainda que se deseje reduzi-la. De fato, é difícil, até mesmo impossível, multiplicar a estrutura em um mesmo serviço de arquivo. No entanto, é possível ver outros serviços educativos se apropriarem do conceito para confiná-lo em outros formatos. Em razão da riqueza dos fundos, da oferta cultural à disposição dos formuladores de programas de ensino e da demanda dos professores, outras disciplinas de Arquivo ainda estão por inventar.

Tradução de Maria Elizabeth Brêa Monteiro.

N O T A S

1. N. do Tradutor. O sistema educativo francês diferencia o ensino primário (que compreende o maternal, para crianças de 3 a 6 anos, e a escola fundamental, para alunos de 6 a 11 anos) do ensino secundário, que começa no colégio (quatro anos) e termina no liceu (três anos) para obtenção do diploma de bacharelado. Esse diploma abre caminho para os estudos universitários. O serviço de ação educativa dos *Archives nationales* tem por vocação receber o público jovem do maternal à universidade.
2. Sobre esses projetos, ver Barret; Castagnet; Pegeon (2012).
3. A programação está disponível em: <<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr>>.
4. *Archives nationales*, arquivos do Serviço Educativo, dossiês do concurso Historiador do Amanhã, não listados.
5. Os dossiês do concurso Historiador do Amanhã, conservados nos arquivos do Serviço Educativo, revelam que, “dentre os candidatos, muitos vão para a École des Chartes (que forma os arquivistas) ou para o ensino da história” (*Archives nationales*, arquivos do Serviço Educativo, não listados).
6. A disciplina Patrimônio é uma das aplicações das “disciplinas culturais” instauradas pela circular interministerial n. 89-279, de 8 de setembro de 1979. Esse dispositivo foi atualizado em 2011, por meio da implantação da disciplina Projeto Artístico e Cultural, que permite, entre outras iniciativas, distribuir as sessões de trabalho de todo o ano escolar. O professor tem, assim, a possibilidade de preparar uma sessão nos arquivos e de explorar, em seguida, os conteúdos antes da sessão seguinte (circular interministerial n. 2001-104, de 14 de junho de 2001).
7. Inaugurada com os alunos do secundário, a ação continuou com os alunos da primeira e da última séries, com idades, em média, entre 15 e 18 anos.
8. A expressão é utilizada na França desde meados dos anos 1990, para designar o público que não tem o hábito de frequentar museus e instituições culturais. Ver Calmet, 1997, p. 19.
9. As principais subdivisões do território francês são, em ordem decrescente: região, departamento e, por fim, comuna.
10. Na França, o ano escolar, para todos os níveis de ensino, começa no início de setembro e termina no princípio de julho.
11. O Archives de France reúne uma rede de arquivos, composta pelos *Archives nationales*, que reúne os documentos produzidos pela administração central do Estado, e pelos arquivos departamentais, onde estão conservados os arquivos dos serviços do Estado no nível local. As cidades com mais de dois mil habitantes podem possuir seu próprio serviço de arquivo ou depositar os documentos nos arquivos departamentais.
12. Dezenas de nossos colegas dos *Archives nationales* dedicam seu tempo, de um ano para o outro, para a realização e o sucesso da disciplina Arquivo.
13. Trata-se de uma espécie de plástico encorpado, o acetato de celulose.
14. Película de segurança de alta resistência, estável e transparente.
15. O Centre d'accueil et de recherche des Archives (CARAN) é, na estrutura do Arquivo, o lugar de consulta aos acervos. Lá se encontram uma sala de inventários, uma sala de multimídia onde estão disponíveis os instrumentos de pesquisa e os documentos *on-line*, uma sala de consulta dos documentos originais e uma sala de microfilmes.
16. Os trabalhos de Hervé Vieillard-Baron mostraram como o peso dessas representações negativas é sentido pelas populações e, em particular, pelos jovens (Vieillard-Baron, 2001, p. 142-146).
17. Especialmente porque a prática mostrou que nem sempre são os melhores alunos, com frequência atrapalhados com a falta de legibilidade do documento arquivístico, que se sobressaem nos exercícios de paleografia. Esse trabalho preliminar de transcrição permitiu aos alunos com mais dificuldade “entrar na ciência”.
18. O procedimento que deveria ser seguido foi definido por Pierre Labarbe, professor de físico-química.
19. A física diferencia três estados da matéria: sólido, líquido e gasoso, podendo uma matéria passar de um estado a outro. Quando a transição se faz diretamente do estado sólido para o gasoso, chama-se sublimação. O duciclododecano, que pertence aos hidrocarburetos alicíclico satura-

dos, foi introduzido nos serviços de conservação-restauração por sua capacidade de volatilizar à temperatura ambiente. Ele também é utilizado para colocar camadas de proteção. Ver Bruhin, 2010. A execução da experiência faz retornar a Agnès Prévost, chefe dos trabalhos de arte, responsável pelo ateliê de restauração de selos dos *Archives nationales*.

20. Um ponto interessante sobre essa questão é proposto por Dupuis, 2010.
21. Os avanços recentes no campo da arqueologia industrial, centrada mais precisamente no patrimônio industrial (manufaturas e fábricas, instalações de mineração e metalurgia, infraestrutura de comunicação etc.) oferecem, em particular, esclarecimentos interessantes sobre as condições de desenvolvimento industrial de Seine-Saint-Denis, que podem, facilmente, ser cruzados com várias outras fontes arquivísticas conservadas logo ali nos *Archives nationales* de Pierrefitte-sur-Seine.

Referências Bibliográficas

BARRET, C.; CASTAGNET, V.; PEGEON, A. *Le Service éducatif des Archives nationales: par chemins de traverse*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2012.

BRAIBANT, C. *La classe d'histoire aux archives*. Paris: Direction des Archives de France, 1957.

BRUHIN, S. Le processus de sublimation du cyclododécane. *CeROArt, Conservation, exposition, restauration d'Objets d'Art*, 6/2010, revista eletrônica.

BRUNET, R. (dir.). *Les mots de la géographie: dictionnaire critique*. Paris: Reclus – La documentation française, 1992.

CALMET, M. Publics empêchés, publics éloignés, les enjeux d'un projet de service spécifique. *Bulletin des Bibliothèques de France*, n. 42, 1997.

CHAULANGES, M. *Pour une histoire vivante: essai sur le rôle et l'emploi du texte dans l'enseignement de l'Histoire*: Paris: Librairie Delagrave, 1961.

DOREL, G.; GRAS, J. Quels territoires enseigner. In: COLLOQUE APPRENDRE L'HISTOIRE ET LA GÉOGRAPHIE À L'ÉCOLE (n. p.). Atas do colóquio de 12-14 de dezembro de 2002. Paris, 2002. Disponível em: <http://eduscol.education.fr/D0126/apprendre_HG.pdf>.

DUPUIS, M. L'archéologie médiévale *dans* et *hors* l'histoire: retour sur différents usages de la documentation archéologique. *L'atelier du Centre de recherches historiques*, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://acrh.revues.org>>.

FAVIER, J. Ecoles et archives. *Historiens et Géographes*, n. 326, p. 257-325, déc.-jan. 1990.

_____. (dir.). *La pratique archivistique française*. Paris: Direction des Archives de France – La documentation française, réed. 2008.

GRANIER, G.; PICOT, F. La place des documents dans l'enseignement de l'histoire et de la géographie. In: COLLOQUE APPRENDRE L'HISTOIRE ET LA GÉOGRAPHIE À L'ÉCOLE (n. p.). Atas do colóquio de 12-14 de dezembro de 2002. Paris, 2002. Disponível em: <http://eduscol.education.fr/D0126/apprendre_HG.pdf>.

PEGEON, A. L'agriculture au XIII^e siècle sur le terroir de Roissy-en-France: techniques et productions agricoles au XIII^e siècle sur le terroir de Roissy d'après les sources historiques. In: DUFOUR, J.-Y. (dir.). *Le château de Roissy-en-France (Val-d'Oise): origine et développement de la résidence seigneuriale d'un village du Pays de France*. (no prelo).

_____. La confrontation des sources archivistiques et archéologiques: quelle place dans les *curricula*? In: *Des "documents patrimoniaux" aux "documents culturels authentiques": définitions et usages dans l'enseignement*. Atas da jornada de estudo de 9 de março de 2012. Tarbes: IUFM-Université de Toulouse le Mirail. (no prelo).

_____. La classe *Archives* des Archives nationales: une éducation non formelle à l'Histoire. *SPIRALE revue de recherches en éducation*, n. 48, oct. 2011.

_____; DUFOUR, J.-Y. Confrontation entre sources archivistiques et données carpologiques. In: DUFOUR, J.-Y. (dir.). *Le château de Roissy-en-France (Val-d'Oise): origine et développement de la résidence seigneuriale d'un village du Pays de France*. (no prelo).

VIEILLARD-BARON, H. *Les Banlieues: des singularités françaises aux réalités mondiales*. Paris: Hachette Supérieur, 2001.

R E S U M O

O artigo descreve o processo de inserção dos acervos arquivísticos no ensino francês desde 1950, com os serviços educativos, destacando-se a criação, pelos *Archives nationales* da França, da disciplina "Arquivo", em 2007, visando aproximar os estudantes do trabalho dos arquivistas e historiadores. Outras iniciativas pedagógicas implementadas recentemente pela instituição também são analisadas.

Palavras-chave: mediação cultural; serviços educativos; arquivos; história.

A B S T R A C T

The article describes the process of introducing archivistic records in the French school with educational services, since 1950. It highlights the creation of the subject "Archive" by the *Archives nationales* (National Archives of France) in 2007, aiming to approximate the students to the archivists and historians' work. Other pedagogical endeavors recently accomplished by the institution are also analysed.

Keywords: cultural mediation; educational services; archives; history.

R E S U M É N

El artículo describe el proceso de inserción de los acervos archivísticos en el ensino francés desde 1950, con los servicios educativos, destacándose la creación, por los *Archives nationales* (Archivo Nacional de Francia), de la disciplina "Archivo" en 2007, objetivando acercar los estudiantes al trabajo de los archiveros e historiadores. Otras iniciativas pedagógicas implementadas recientemente por la institución son también analizadas.

Palabras clave: mediación cultural; servicios educativos; archivos; historia.

Recebido em 12/9/2012

Aprovado em 13/9/2012

Ana Canas Delgado Martins

Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino/
Instituto de Investigação Científica Tropical (AHU/IICT).

Administração Joanina

O rei a governar do Rio de Janeiro¹

D João quando chegou ao Rio tinha quase 41 anos. Acumulara considerável experiência governativa desde 1792, ano em que começara a exercer, na prática, a regência, formalmente assumida em 1799, em nome da rainha d. Maria I, sua mãe, psiquicamente afetada. Dezesseis anos de governação difícil para Portugal e para os respectivos espaços ultramarinos, no contexto da concorrência entre a França e a Inglaterra e das guerras napoleônicas e da delicada sustentação de uma política de neutralidade. Anos em que o exercício do poder régio se deparara com situações de questionamento e mesmo ameaça interna com impacto no país.

A primeira, em 1799, quando o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino José de Seabra da Silva defendeu a convocação das cortes para debaterem a assunção da regência por d. João. Seabra da Silva foi imediatamente substituído e desterrado, tendo d. João determinado ainda a apreensão dos documentos do serviço do rei que estavam na casa do secretário de Estado.

Mais tarde, com a manifestação de rivalidades e intrigas pessoais e posições políticas divergentes individuais ou de grupo por setores da nobreza portuguesa, envolvendo de forma significativa Carlota

Joaquina, e por vezes habilmente usadas pelas potências europeias em confronto. Personalidades nobres sentiam-se marginalizadas do poder pela ascendência política dos secretários de Estado e pela desvalorização de organismos que habitualmente dirigiam e integravam, como a Junta dos Três Estados.

Assim, sucedeu com d. Pedro de Almeida Portugal, 3º marquês de Alorna, em 1802, com a fundação de um clube aristocrático, uma “casa de conversação” conhecida pela “maçonaria cor-de-rosa”. Ou, entre 1804 e 1805, com a circulação de escritos anônimos e do marquês de Penalva defendendo que os cargos de governo fossem reservados à “antiga nobreza”.

Mas, de efeito expressivo, foram os motins de Campo de Ourique em 1803, a pretexto de uma rixa entre soldados do regimento comandado pelo maçom Gomes Freire de Andrade e membros da Guarda Real da Polícia, dirigida pelo emigrado francês Novion, próximo do rei, e criada por Rodrigo de Sousa Coutinho. Durante esses motins, distribuíram-se panfletos contra a reforma do Exército, em curso, impulsionada por d. Rodrigo de Sousa Coutinho e sob a direção próxima de d. Miguel Pereira Forjaz, brigadeiro.

Mais grave foi, no final de 1805, a conspiração dos fidalgos (também chamada conspiração de Mafra ou do Alfeite) que, com a colaboração de d. Carlota Joaquina, pretendia substituir o príncipe regente e que acabou abortada, sendo alguns dos

envolvidos afastados da Corte. O conde de Sarzedas foi nomeado vice-rei da Índia, o marquês de Alorna, depois de repretido, foi enviado para o Alentejo como governador de Armas, o conde de Sabugal e o marquês de Ponte de Lima foram enviados em comissões, respectivamente, para a praça de Almeida na fronteira nordeste do país e para o Algarve, e o conde de Cavaleiros ficou confinado à sua quinta. D. Carlota Joaquina, que negou o seu envolvimento, apesar de suspeita de ligações com a Espanha borbônica e algo pró-napoleônica, ficou, desde aí, excluída dos negócios de governo. Os projetos conspiratórios continuaram, bem como os boatos quanto à capacidade de d. João, mas o príncipe regente e o seu governo mantiveram o rumo numa conjuntura externa de risco crescente para a independência portuguesa e para a salvaguarda dos espaços coloniais, que se traduziu na concretização da amadurecida opção de transferência para o Brasil.

No Rio de Janeiro, estamos assim perante um monarca experiente que, regendo-se por parâmetros absolutistas, fortemente inspirados pelo despotismo esclarecido, era quem decidia em termos finais. Mas, simultaneamente, estamos perante um monarca que, diante da crescente complexidade dos assuntos econômicos e internacionais e das contradições sociais mais ou menos manifestas, se apoiava numa estrutura administrativa também ela complexificada desde as primeiras décadas do século XVIII, no sentido da

centralização política e da especialização. Não há ainda Parlamento, nem separação de poderes, mas d. João não decidia sem ouvir, sem consultar e, para isso, usou no Rio de Janeiro o aparelho administrativo que fez reconstruir.

Durante os cerca de treze anos de estada da Corte no Brasil, o príncipe regente d. João acompanhava de perto o trabalho dos seus secretários de Estado e, na etapa final, decidia sobre muitas das matérias. Lima (1996, p. 125) no clássico *D. João VI no Brasil* expressou-o bem: “cada um dos ministros governava por si e o rei governava a todos”. Embora sob pressão estrangeira e por isso politicamente mais vulnerável, em particular durante a Guerra Peninsular, que afetou diretamente Portugal até pelo menos 1812, e menos diretamente até 1814, o monarca, ouvindo e consultando, reforçou o seu próprio poder de decisão. O ministro britânico no Rio, lord Strangford, na sequência de uma conversa privada com o príncipe regente, escreveu em outubro de 1808, o seguinte, a propósito da forma como ele queria exercer poder: “ele tinha aguentado com paciência a interferência contínua de pessoas não autorizadas em todos os departamentos e todas as medidas tomadas pelo seu governo. Contudo, ele achava que tinha um direito de regular os seus próprios assuntos internos como lhe agradasse”.²

O soberano trabalhava no seu Gabinete, ou seja, nos apartamentos privados do príncipe, para onde os “papéis do despacho” eram enviados e onde os assuntos

mais importantes eram tratados.³ Esses assuntos eram não só públicos mas também privados. Os apartamentos privados de d. João também eram chamados, embora raramente, Real Gabinete. Apesar de alguma fluidez entre a esfera do privado e a do público na época (e que hoje em dia é imensa, embora noutros moldes também em virtude da tecnologia), a distinção era estabelecida. Por exemplo, o desembargador Tomás Antônio de Vilanova Portugal, em 1816, classificou como “negócio particular do Real Gabinete” a concordância de d. João com a viagem de d. Carlota Joaquina, para acompanhar as duas filhas, d. Maria Isabel de Bragança e d. Maria Francisca de Assis, até a Espanha onde se casariam respectivamente com o rei de Espanha, Fernando VII, e com o seu irmão d. Carlos Isidro de Bourbon.⁴ D. Carlota Joaquina não chegaria a fazê-lo.

Também Luís dos Santos Marrocos, o conhecido oficial bibliotecário-arquivista que, do Rio de Janeiro, enviou extensa correspondência para o pai, Francisco dos Santos Marrocos, igualmente oficial da administração portuguesa, mas em Lisboa, se referiu ao Real Gabinete (Marrocos, 1939, p. 37).

Existem ainda referências, de 1819, ao Gabinete Secreto do monarca, onde os papéis secretos deviam ser guardados.⁵ Esta designação pode referir-se ao Real Gabinete enquanto espaço de despacho do rei ou, mais provavelmente, à peça de mobiliário onde estes documentos eram guardados e que talvez estivesse colocada

nesse espaço. Além disso, os secretários de Estado eram por vezes designados “ministros do Gabinete”.⁶ O termo “Gabinete” também foi aplicado relativamente a áreas de trabalho dos ministros e secretários de Estado e de outros membros da família real, mesmo quando não despachavam assuntos de Estado, caso da infanta d. Maria Isabel.⁷

O ministro assistente, simultaneamente ministro dos Negócios do Reino, i.e., dos Negócios do Brasil, ajudava no trabalho do Real Gabinete. Este fato foi reforçado quando Vilanova Portugal, em quem d. João depositava especial confiança, assumiu em 1817, juntamente com a pasta dos Negócios do Brasil, a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, depois, a da Marinha e Domínios Ultramarinos.

D. Maria Teresa, a filha mais velha do príncipe regente, e jovem viúva de seu primo espanhol d. Pedro Carlos de Bourbon, também auxiliou o pai no despacho (Lima, 1996, p. 74; Marrocos, 1939, p. 19). Por seu turno, José Egídio Álvares de Almeida, futuro marquês de Santo Amaro, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e conselheiro do Conselho Ultramarino e do Conselho da Fazenda, que se tornou íntimo do ministro e secretário de Estado Antônio Araújo de Azevedo e recebia muitos diplomatas em sua casa, além de conselheiro confidencial do rei, parece ter sido uma espécie de secretário do monarca, tal como tinha sucedido em Portugal.⁸

D. João era, ele próprio, muito cuidadoso na organização do seu trabalho, apesar

do apoio administrativo que tinha. Ilustram essa atenção do monarca as notas de lembrança da sessão de despacho que, em 15 de julho de 1808, teve com d. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e que se encontram na Coleção Negócios de Portugal, do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e também os bilhetes, quase diários em 1819, escritos pelo rei para Tomás Antônio de Vilanova Portugal, como dissemos ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e ministro assistente ao despacho, em acumulação com outras pastas entre 1817 e 1821.⁹

Outras pessoas trabalhavam para assegurar a rotina no Real Gabinete, incluindo a escrita dos documentos, sobretudo os mais secretos, caso do decreto de demissão de José Seabra da Silva em 1799,¹⁰ a abertura de algum correio oficial e privado, a entrega de correio e ainda tarefas especiais como a organização dos documentos no Gabinete, serviço privado e secreto levado a cabo por João Brusco já no Rio de Janeiro.¹¹

Essa atividade diária implicava a existência de uma estrutura pequena e flexível de servidores, à volta do Real Gabinete, vários dos quais pertencendo à Casa Real, tais como escrivães, escribas, oficiais e porteiros. Luís dos Santos Marrocos era um deles. Embora ligado à Real Biblioteca, um organismo do serviço privado do soberano, e à organização dos respectivos manuscritos, cuja segunda remessa de Lisboa tinha acompanhado, Marrocos foi

mais de uma vez chamado para desempenhar tarefas relacionadas com o Gabinete de d. João, algumas das quais executadas em ligação com o intendente da Polícia e o oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

O Real Gabinete funcionava nos edifícios da corte na cidade do Rio de Janeiro,¹² embora tenha mudado de uma dependência para outra. Em 1811 havia um novo espaço para o Gabinete, a “sala nova do Despacho do Real Gabinete”, por cima da Real Câmara.¹³

As audiências régias constituíam outra parte do trabalho governamental de d. João. Alguns meses depois da sua chegada ao Rio de Janeiro, o príncipe regente costumava conceder audiência todas as noites, incluindo os sábados e dias santos, das 20h às 21h, a membros do corpo diplomático, aos seus ministros, a individualidades de estatuto diferenciado de organismos civis ou militares do Estado ou a pessoas que tivessem capacidade para pagar o traje adequado. Este cerimonial de beija-mão, retratado com fina ironia por um artista anônimo, conforme se pode ver no exemplar da Biblioteca Nacional do Brasil, abundantemente reproduzido (Malerba, 2000, ilustração 21), era uma oportunidade para as pessoas dirigirem diretamente os seus pedidos ao soberano, além de ter forte significado social e sentido simbólico do ponto de vista do poder régio.¹⁴

O monarca ouvia pessoas diferentes acerca dos assuntos de governação mais importantes e recebia diversos pareceres

escritos. Essas pessoas incluíam ministros e secretários de Estado, simultaneamente membros do Conselho de Estado.¹⁵

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que ocupava os Negócios Estrangeiros e da Guerra, dava frequentemente a sua opinião, por exemplo em 1809, sobre a resposta a um ofício dos governadores do Reino, acerca dos seus poderes e acerca da pena a aplicar em caso de traição.¹⁶ Dois anos depois, em 1811, aconselhava o príncipe regente a restabelecer a comunicação com Luís XVIII e com o conde de Artois, e a renovar a respectiva pensão tendo em vista a possível restauração da Casa Real francesa.¹⁷

No início de 1821, o conde de Palmela, assumindo a mesma pasta, também aconselhou d. João, desta vez sobre a conveniência do rei e do príncipe d. Pedro regressarem a Portugal.¹⁸ Outros membros do Conselho de Estado enviaram os seus pareceres a d. João, tais como o conde de Galveias que o aconselhou a não seguir uma política de aliciamento dos escravos da Guiana Francesa à revolta contra os franceses.¹⁹

O príncipe regente também se aconselhava com quem confiava ou simplesmente com pessoas cuja opinião estava interessado em conhecer num momento dado e sobre um assunto específico. O desembargador Tomás Antônio de Vilanova Portugal era um dos mais solicitados, ainda antes de assumir as secretarias de Estado em 1817.²⁰ Embora não pertencesse ao Conselho de Estado, deu o seu parecer em 1809, sobre o restabelecimento da Regência em Portu-

gal, após a expulsão do exército francês comandado por Junot. Em 1815 e 1816 opinou várias vezes sobre o casamento das filhas do monarca, d. Maria Isabel de Bragança e d. Maria Francisca de Assis, respectivamente com o rei de Espanha d. Fernando VII e com o irmão d. Carlos Isidro de Bourbon, e sobre assuntos correlacionados.²¹ Mais tarde, sugeriu nomes para o exercício de importantes cargos governamentais.²²

O bispo capelão-mor, d. José Caetano da Silva Coutinho, por seu turno, aconselhou d. João no projeto de casamento de dois dos seus filhos com dois dos filhos do imperador da Rússia, Alexandre I.²³

Ainda sobre o casamento das mencionadas princesas portuguesas, o príncipe regente ouviu também José de Oliveira Pinto Botelho e Mosquero, Paulo Fernandes Viana, intendente da Polícia, e o diplomata João Paulo Bezerra.²⁴

Posteriormente, durante os meses críticos após a Revolução Constitucional em Portugal, em setembro de 1820, o rei consultou, nas palavras do representante diplomático inglês no Rio de Janeiro, Edward Thorton, e por informação do conde de Palmela, "*several Persons of weight*" (várias pessoas de peso) na Corte e recebeu as suas cartas de parecer. Em janeiro de 1821, estas pessoas eram o chanceler, o desembargador juiz da Alfândega, outro desembargador, o general das Armas, o intendente-geral da Polícia, além dos secretários de Estado conde dos Arcos, conde de Palmela e Vilanova Portugal.²⁵

Por vezes, ainda, o príncipe regente d. João recebia opiniões escritas não expressamente solicitadas, mas que resultavam da atividade efetuada pelo autor ou do cargo que detinha. O Principal Sousa, governador do Reino, foi particularmente prolixo em exprimir este tipo de opinião.²⁶

Em situações mais graves e de maior tensão, o monarca reunia o Conselho de Estado. Assim aconteceu, frequentemente, durante os meses anteriores à transferência para o Rio de Janeiro. Enquanto a Corte esteve no Brasil, o Conselho se reuniu novamente, embora sem regularidade.

Em 1807, ainda em Lisboa, oito membros compunham o Conselho de Estado: o cardeal patriarca d. José Francisco de Mendonça, o marquês de Angeja d. José de Noronha e Camões, o marquês de Pombal Henrique José de Carvalho e Melo, o marquês de Belas d. José Vasconcelos e Sousa, o visconde da Anadia d. João Rodrigues de Sá e Menezes, d. Luís Vasconcelos e Sousa, d. Rodrigo de Sousa Coutinho e d. João Almeida e Castro.²⁷ Vários deles eram simultaneamente secretários de Estado, o que, por inerência, os tornavam conselheiros de Estado. O soberano podia, contudo, decidir não solicitar a participação de todos os conselheiros.²⁸

Quando o príncipe regente foi para o Brasil, destes conselheiros apenas o cardeal patriarca e Luís Vasconcelos e Sousa não o acompanharam, em razão de terem falecido, respectivamente, em 1808 e 1809. D. Antônio Araújo de Azevedo e o conde de Aguiar, d. Fernando José de Portugal,

tinham, entretanto, sido nomeados.²⁹ Em 1812, o Conselho de Estado reunia sete membros.³⁰

No Rio de Janeiro, o Conselho de Estado esteve verdadeiramente ativo em 1808. Entre meados de abril e o início de maio, os seus membros pronunciaram-se por escrito sobre uma proposta de um manifesto contra a França, elaborado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, à época secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, assim, também conselheiro de Estado. A proposta não foi apreciada em sessão do Conselho. Além disso, as opiniões foram dirigidas a d. Rodrigo, para serem apresentadas ao soberano, e não endereçadas diretamente a este último, como acontecia em Lisboa, em 1807. Tal deveu-se provavelmente apenas ao forte ressurgimento político de d. Rodrigo.³¹

Mais adiante, o ministro assistente d. Fernando José de Portugal ouviu alguns dos conselheiros privadamente, por ordem do príncipe regente, sobre o projeto de alargamento das fronteiras sul do Brasil, chegando à capitania espanhola de Buenos Aires e ao rio da Prata.³²

Ainda em 1808, no mês de agosto, d. João presidiu o Conselho de Estado, para debater os direitos de d. Carlota Joaquina e do infante d. Pedro Carlos à coroa de Espanha e especificamente para analisar três documentos relacionados com o assunto. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enquanto “relator”, abriu a sessão dando informações e lendo alguns destes documentos, bem como o extrato das últimas Gazetas

da Europa. Depois, cada membro deu a sua opinião, votando por ordem de antiguidade, começando pelo mais recente.

Em 21 de setembro, o Conselho de Estado reuniu-se novamente na presença régia, na Corte. Esta reunião foi convocada em consequência da chegada, no Rio de Janeiro, de um caíque do Algarve com notícias e cartas respeitantes aos levantamentos contra os franceses no Reino.³³ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que era de novo o relator porque o assunto tinha maior relação com a sua área de governo, abriu a sessão. Depois de informar brevemente sobre os acontecimentos, sem apresentar nenhum documento, propôs que se enviasse uma proclamação para Portugal, prometendo a chegada de um dos príncipes e o auxílio britânico. Também sugeriu a substituição da Regência. Esta proposta foi intensamente discutida, seguindo-se o mesmo sistema de antiguidade. A 14 do mês seguinte, o Conselho de Estado reuniu-se mais uma vez para debater o governo de Portugal.³⁴ Subsequentemente, os seus membros enviaram pareceres escritos ao príncipe regente sobre o assunto e especificamente sobre as cartas régias a enviar para Portugal.³⁵ O Conselho de Estado reuniu-se outra vez em 22 de dezembro de 1808 para discutir se o governo provisório de Portugal, que tinha iniciado as suas funções em 19 de setembro de 1808, devia ser ou não mantido. O príncipe regente ordenou que os conselheiros recebessem os documentos que aquele governo lhe tinha enviado. Estes documentos eram

relativos ao que acontecera desde o início das operações para libertar Lisboa das forças napoleônicas, à restauração da soberania portuguesa no Reino e às medidas tomadas depois.³⁶ Em 1809, no mês de julho, parece que o soberano tencionava consultar os conselheiros de Estado sobre uma alteração na Regência em Lisboa,³⁷ alteração que acabou por se efetivar.

A atividade do Conselho de Estado e especialmente as suas reuniões parecem ter posteriormente parado, tanto quanto os documentos permitem deduzir. O fato de não ter havido substituição dos conselheiros falecidos também o sugere.

Em 1814, o Conselho de Estado encontrava-se reduzido a três e mais tarde a dois membros: d. João de Almeida e Castro, então conde de Galveias, que morreu em janeiro, o conde de Aguiar e d. Antônio de Araújo de Azevedo. Em junho de 1817, o conde do Funchal, d. Domingos de Sousa Coutinho, então ministro português em Roma, foi nomeado conselheiro de Estado,³⁸ mas permaneceu fora do Brasil. Aguiar e Azevedo tinham entretanto falecido. Embora fossem nomeados novos secretários de Estado simultaneamente com o conde do Funchal, tornando-se conselheiros, na prática e quase até o regresso da Corte, o Conselho de Estado não funcionou.

O movimento revolucionário que começou no Porto em 24 de agosto de 1820 e se estendeu a Lisboa em meados de setembro e os acontecimentos seguintes em Portugal, assim como no Brasil, levaram

o rei a consultar numerosas pessoas, incluindo os conselheiros de Estado. Aparentemente, em meados de outubro de 1820 nove pessoas assistiram ao Conselho de Estado sem a presença de d. João VI.³⁹ Em janeiro de 1821, realizou-se novamente uma reunião do Conselho de Estado.⁴⁰ A atividade febril de aconselhamento do monarca e de debate dos acontecimentos recentes envolveu especialmente os três secretários de Estado, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o conde dos Arcos, d. Marcos de Noronha e Brito e o conde de Palmela, d. Pedro de Sousa e Holstein.

Mas a qualidade em que aconselhavam d. João VI neste contexto nem sempre é óbvia. Podia ser a de ministro e secretário de Estado ou a de conselheiro de Estado.⁴¹ Em 17 de fevereiro de 1821, Vilanova Portugal sugeriu ao rei convocar o "Conselho", nomeadamente Luís José, Paulo Fernandes, intendente da Polícia, e José da Silva Lisboa.⁴² Parece que se reuniram no dia seguinte. Alguns dias depois, d. João concordou com a proposta do recém-nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, no sentido do herdeiro do trono, d. Pedro, participar das reuniões do Conselho de Estado e também nas sessões dos ministros.⁴³ Mas, em breve o monarca português estava de regresso a Portugal.

É difícil ainda, em muitos casos, avaliar as formas como informações e consultas produzidas pelos vários organismos da administração joanina, ou pareceres dos membros do Conselho de Estado e de ou-

tros conselheiros, pesaram nas decisões finais de d. João, isto é, nas decisões do Estado português, durante mais de uma década de governação brasileira.

Sabemos que d. João procurou os consensos e tentou evitar rupturas traumáticas na sociedade portuguesa. Mas o tratamento e a melhoria do acesso à documentação resultante deste governo, distribuída sobretudo entre Portugal e o Brasil, contribuirão certamente para aprofundar o conhecimento dos mecanismos de funcio-

namento administrativo e de exercício do poder político no período de d. João VI. É o caso das séries do fundo do Conselho Ultramarino relativas a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, objeto do Projeto África Atlântica, financiado pela FCT e em início de execução no AHU/IICT, com a participação dos arquivos daqueles países e do Brasil, e é também o caso da Coleção Negócios de Portugal, no Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, projeto em curso e com o qual colaboramos.

N O T A S

1. Apropriamo-nos da palavra joanino para, na linha da historiografia brasileira, evocar o período da governação do futuro rei d. João VI no Brasil. Em Portugal, este termo adjectiva muito da expressão artística do período de d. João V, avô de d. João VI, como a biblioteca da Universidade de Coimbra, onde tantos oriundos do Brasil estudaram, ou o Convento de Mafra, perto de Lisboa, objeto do conhecido romance de José Saramago, *Memorial do convento*.
2. Lord Strangford para G. Canning. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1808. The National Archive (TNA), FO 63/60, f. 77v. No original: "He had borne with patience the perpetual interference of unauthorised persons in every Department, and in every measure of his Government, still he thought he had a right to regulate his own domestic arrangements as he pleased".
3. Do francês *Gabinet*. Sousa também lhe dá outro significado, o de Conselho Privado do Príncipe sobre matérias políticas. Ver *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático, remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Na época, em Portugal, além do Conselho de Estado, não existia um Conselho com este cariz. Parece, contudo, que existia em 1799 um projeto de criação de um Conselho Privado, ligado à reorganização das secretarias de Estado. Ver rascunho do alvará. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), NP, cx. 714, doc. 6.

4. Recomendação de Vilanova Portugal to the Príncipe Regente. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1816. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), MNE, cx. 947, 7. D. Carlota Joaquina não chegou a fazer esta viagem.
5. Carta de José Anselmo Correia Henriques para o rei d. João VI. Hamburgo, 25 de outubro de 1819. AN, Gabinete de D. João VI, mç. 11, 577.
6. Memorando de D. João de Almeida, s.d. ANTT, MNE, publicado em Pereira, 1956, p. 287.
7. Memorando do reposteiro da Câmara, d. Manuel Luís de Castro, para d. Maria Isabel de Bragança, (1816). ANTT, MNE, cx. 947, 6, f. 8v-9r.
8. Para ter uma ideia da sua atividade junto ao príncipe regente no Reino, ver Barreiros, 1962.
9. Respectivamente, AN, NP, cx. 728, pac. 2, 1, 126; BNRJ, Códice 5, 1, 40; ANTT, micr. 0089; AHI, lata 169, mç. 3, pastas 13-16; AN, NP, cx. 728, pac. B.
10. Ver AN, NP, cx. 728, pac. B.
11. Carta de João Brusco para o príncipe regente e "Relação dos papéis que estão arrumados nos armários do Gabinete" anexa, s.d., Real Gabinete, Col. do autor, em Pereira, 1956, p. 210-213.
12. Sobre a adaptação do palácio do vice-rei e a anexação de vários edifícios do Paço, ver Malerba, 2000, p. 233-234, baseado nomeadamente nas memórias coevas do padre Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir á história do Reino do Brasil*.
13. Marrocos estava a trabalhar lá nesta fase. Marrocos para o pai. Rio de Janeiro, 24 outubro de 1811, em Marrocos, 1939, p. 37.
14. De Lord Strangford para Canning. Rio de Janeiro. 5 de outubro de 1808. TNA, FO 63/60, f. 49 v. Ver também Lima, 1996, p. 614, referindo-se a Theodor von Leithold, *Meine Ausflucht nach Brasilien...*, Berlim, 1820.
15. Nem todos os documentos relacionados com o Conselho de Estado durante este período estão identificados. Por vezes é difícil reconstituir o contexto de criação dos pareceres dos secretários de Estado para o rei e saber se as fizeram enquanto membros do Conselho de Estado.
16. Representação de d. Rodrigo de Sousa Coutinho para o príncipe regente. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1809. AN, NP, cx. 639, pac. 1, 58.
17. Carta do conde de Linhares para o príncipe regente. Lisboa, 5 de abril de 1811. ANTT, MNE, cx. 947, 2.
18. Parecer de Palmela para d. João VI. Rio de Janeiro. 16 de janeiro de 1821. ANTT, MNE, cx. 947, 11.
19. Parecer de 28 de maio de 1809 em Lima, 1996, p. 297, n. 316, citando Melo de Moraes.
20. Parecer do desembargador Tomás Antônio de Vilanova Portugal para o príncipe regente, (1809), "Real Gabinete", publicado em Pereira, 1956, p. 97-100.
21. Pareceres de Tomás Antônio de Vilanova Portugal para o príncipe regente. Santa Cruz, 17 de agosto de 1815; Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1815, 5 de novembro de 1815, 29 de fevereiro de 1816. ANTT, MNE, cx. 947, 7.
22. Conde da Barca para o Erário, conde de Palmela para os Negócios Estrangeiros, Cipriano Ribeiro Freire para a Marinha, João Paulo Bezerra para o Reino, conde do Funchal para o Conselho de Estado. Parecer de Tomás Antônio de Vilanova para o príncipe regente (fim de 1816 ou início de 1817). AN, Gabinete D. João VI, 774.
23. Parecer do bispo capelão-mor para o príncipe regente. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1814. ANTT, MNE, cx. 947, 3.
24. Pareceres. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1815. ANTT, MNE, cx. 947, 7.
25. Edward Thorton para o visconde Castlereagh. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1821. TNA, FO 63/237, f. 52r-69v.
26. Ver, por exemplo, carta do Principal Sousa para o príncipe regente. Lisboa, 11 de março de 1816. AN, Gabinete de D. João VI, mç. 8, 460, sobre a necessidade de desenvolvimento da indústria nacional. Ou a sua opinião em 1815 sobre o balanço do Terreiro do Trigo. Parecer do Principal Sousa, Lisboa, 1815. AN, Gabinete de D. João VI, mç. 7, 454.
27. Tinham sido nomeados em 9 e 13 de julho de 1796. *Almanach* (de Lisboa) (1807), p. 93.
28. Durante o difícil período anterior à partida da Corte, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, embora inicialmente muito ativo, foi afastado das reuniões do Conselho, pelo príncipe regente. Parece que

este afastamento resultou do fato de d. Rodrigo ter informado o irmão em Londres dos "details of a council meeting (where he) charged Araújo with being a Francophile". Manchester, 1969, p. 178, n. 42, citando Melo Moraes, *História da trasladação*, p. 41. Edição em português: Manchester, Alan K. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 277, p. 3-44, 1968.

29. Azevedo era conselheiro de Estado já em 1807, uma vez que tinha as funções de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Por vezes, as notícias nos almanaques não são rigorosas ou atualizadas em relação ao momento da publicação ou a todo o ano. Foi na qualidade de conselheiros de Estado que tanto Azevedo como Fernando José de Portugal elaboraram pareceres em abril-maio de 1808, sobre o projeto de manifesto contra a França. ANTT, MNE, cx. 11, mç. 5, (1), cx. 53, mç. 1, (6) e (19).
30. Além destes dois, o Conselho era formado pelo marquês de Angeja, o marquês de Belas, o marquês de Pombal, o conde de Linhares d. Rodrigo de Sousa Coutinho e o conde das Galveias, d. João de Almeida e Castro. *Almanach de Lisboa* (1812), p. 39-40.
31. Pareceres de Azevedo e Fernando José de Portugal, de abril-maio de 1808, sobre o projeto de manifesto contra a França. ANTT, MNE, cx. 11, mç. 5, (1), cx. 53, mç. 1, (6) e (19). Ofícios do marquês de Belas, marquês de Pombal, marquês de Angeja, d. João de Almeida e Castro, visconde de Anadia, d. Antônio de Araújo de Azevedo para d. Rodrigo de Sousa Coutinho. 14 de abril-10 de maio de 1808. ANTT, MNE, cx. 53, mç. 1, 14-21, publicado em Pereira, 1956, p. 19-34.
32. Sobre o Conselho de Estado, para este e para os períodos seguintes, ver memorando de d. João de Almeida, s.d. ANTT, MNE, publicado em Pereira, 1956, p. 276-300. Este memorando terá sido escrito em 1809 ou 1810, de acordo com Pereira, 1999, p. 123, n. 37.
33. O ministro britânico no Rio de Janeiro referiu-se a esta reunião. Despacho n. 8, Lord Strangford para G. Canning. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1808. TNA, FO 63/60, f. 61r-61v.
34. Parecer de d. Antônio de Araújo de Azevedo para o príncipe regente. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1808. ANTT, cx. 53, mç. 1 (6).
35. Pareceres de marquês de Angeja, d. Antônio de Araújo de Azevedo, d. Fernando José de Portugal, d. João de Almeida, marquês de Pombal, marquês de Belas para o príncipe regente, extrato sobre os pareceres. 16 de outubro-11 de novembro de 1808. ANTT, MNE, cx. 53, mç. 1, (6-13).
36. Rascunho do parecer de d. João Almeida Melo e Castro para o príncipe regente. 23 de dezembro de 1808. IHGB, DL 105.17.
37. Cópia do despacho de Strangford para Canning, de julho de 1809, anexo ao despacho de Bathurst para Villiers. Foreign Office, 17 de outubro de 1809. TNA, FO, 179/7.
38. Decreto de 23 de junho de 1817. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1817. *Gazeta de Lisboa*, n. 234, (6ª fª, 3 de outubro de 1817).
39. Tomás Antônio de Vilanova Portugal para d. João VI, 21 de outubro de 1820, publicado in Melo Moraes, *Brasil Histórico*, n. 33 (14 de agosto de 1824), 1 e referido por Clayton, 1977, p. 245-246, e n. 25.
40. Tomás Antônio de Vilanova Portugal para d. João VI. 14 de janeiro de 1821. BNRJ, 5, 40, 1, n. 88 apud Clayton, 1977, p. 246, n. 25.
41. Ver, por exemplo, parecer de Tomás Antônio de Vilanova Portugal para d. João VI, de 8 de janeiro de 1821, anexo ao bilhete de Tomás Antônio de Vilanova Portugal para d. João VI. (Rio de Janeiro) 7 de janeiro de 1821. AN, Gabinete de D. João VI, 690. No seu parecer, transcreveu outro parecer do conde dos Arcos.
42. Tomás Antônio de Vilanova de Portugal para d. João VI. (Rio de Janeiro), 17 de fevereiro de 1821. AN, Gabinete de D. João VI, 696.
43. Macaulay, 1986, p. 76 e 80, referindo sobretudo a cartas de Palmela para d. João.

Referências Bibliográficas

BARREIROS, José Baptista. *Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egídio Alvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI*. Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1962.

CLAYTON, Arnold B. *The life of Tomás António de Vilanova Portugal: a study in Governo of Portugal and Brazil, 1781-1821*. 1977. Ph.D. (Dissertation), Columbia University.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 1. ed., 1908.

MACAULAY, Neill. *Dom Pedro: the struggle for liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834*. Durham NC: Duke University Press, 1986.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANCHESTER, Alan K. The transfer of the Portuguese court to Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry; EDWARDS, S. F. (eds.). *Conflict and continuity in Brazilian society*. Columbia SC: University of South Carolina Press, 1969.

MARROCOS, Luís J. dos Santos. Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 56 (1939), p. 37. Reedição mais recente *Cartas do Rio de Janeiro, 1811-1821*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

PEREIRA, Ângelo. *D. João VI: príncipe e rei*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956, v. 3.

PEREIRA, Sara Marques. *D. Carlota Joaquina e os "Espelhos de Clio": atuação política e figurações historiográficas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

R E S U M O

O príncipe regente d. João (1767-1826) e a elite político-administrativa que o acompanhou na transferência da Corte e da capital portuguesas para o Rio de Janeiro tiveram como uma das prioridades a reconstrução do aparelho governativo e administrativo português neste lado do Atlântico. Assim sucedeu a partir de março de 1808, ao longo de vários meses e mesmo nos anos seguintes. Secretarias de Estado e os mais diversos tipos de órgãos e serviços da administração central foram reedificados aqui. Por vezes, a partir de organismos preexistentes no Rio e aproveitando os respectivos serviços e funcionários como no caso da Casa da Suplicação quanto à Relação do Rio de Janeiro. Mas, na maioria dos casos, fazendo-o de novo, recorrendo a muitas das pessoas que tinham acompanhado a Corte, aos que saíram de Portugal depois e aos que vieram de outros pontos do território brasileiro.

Palavras-chave: administração portuguesa no Brasil; Corte portuguesa (Rio de Janeiro); D. João VI – Administração no Brasil.

A B S T R A C T

The Prince Regent D. João (1767-1826) and the political and administrative elite, that accompanied the transfer of the Portuguese Court and capital to Rio de Janeiro, had as priority the rebuilding, on this side of the Atlantic, of the Portuguese government and administrative apparatus. This process began on March 1808, continuing over several months, and even during the following years. Secretaries of State and all kinds of governmental entities and departments were recreated in Brazil. Sometimes, from organisms that already existed in Rio, keeping their services and employees, such as the Casa da Suplicação created using the structure of the Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. But in most cases, the organs were created as new ones, using many of the people who had accompanied the Court, those who came from Portugal, and those who came later from other parts of Brazil.

Keywords: Portuguese administration in Brazil; Portuguese Court (Rio de Janeiro); D. João VI – Administration in Brazil.

R E S U M É N

El Príncipe Regente D. João (1767-1826) y la elite política y administrativa, que lo acompañó cuando de la transferencia de la Corte y capital portuguesa al Río de Janeiro, tuvo como prioridad la reconstrucción del aparato gubernamental y administrativo portugués en este lado del Atlántico. Esto es lo que ocurrió a partir de marzo de 1808, durante varios

meses e incluso en los años siguientes. Secretarías de Estado y todo tipo de órganos y departamentos gubernamentales fueron reconstruidos aquí. Algunas veces, a partir de organismos ya existentes en Río de Janeiro, aprovechando sus estructuras y empleados como ocurrió en el caso de la Casa da Suplicação, creada a partir de la estructura del Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Pero en la mayoría de los casos, haciendo nuevos órganos, usando muchas de las personas que habían acompañado a la Corte, los que procedían de Portugal, y los que vinieron después de otras partes de Brasil.

Palabras clave: administración portuguesa en Brasil; Corte portuguesa (Rio de Janeiro); D. João VI – Administración en Brasil.

Recebido em 13/3/2012

Aprovado em 16/4/2012

Francisco Lopes de Aguiar

Mestre em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Professor do curso de Biblioteconomia das Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC).

Maria de Fátima Gonçalves Moreira Talámo

Doutora e Mestre em Ciências das Comunicações pela Universidade de São Paulo (ECA-USP).

O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional

Concepção e princípios teórico-metodológicos

INTRODUÇÃO

Ao considerar que as práticas documentárias no contexto arquivístico se desenvolvem no universo da linguagem – a questão da linguagem percorre todo o ciclo documentário (produção, registro, organização, disseminação, recuperação e assimilação), observa-se a importância do controle de vocabulário como um recurso normativo para nomear as atividades, os procedimentos funcionais, os tipos documentais e os órgãos produtores que compõem a estrutura organizacional de uma instituição, com a função de assegurar o compartilhamento

e uso da informação orgânico-funcional mediada por uma linguagem consistente.

Do ponto de vista do ciclo documentário arquivístico, pode-se dizer que a utilização de uma linguagem normalizada de acordo com o contexto e a cultura organizacional de uma instituição é um dos fatores determinantes para garantir a dinâmica e a totalidade do ciclo documentário (produção, organização, disseminação).

A complexidade da estrutura orgânico-funcional (departamentos e setores) de uma instituição, aliada às características e especificidades funcionais de cada um dos

órgãos produtores de informação, acaba, por vezes, refletida em linguagens específicas, o que dificulta o compartilhamento da informação orgânico-funcional.

Assim, nomeiam-se procedimentos e atividades funcionais e tipos documentais utilizando-se da linguagem natural que acaba ocasionando dispersão terminológica e dificultando o compartilhamento da informação orgânico-funcional. Para agravar ainda mais a questão da linguagem, temos a influência e às vezes a imposição das linguagens especializadas das áreas jurídica, fiscal-financeira e administrativa, técnicas, dentre outras.

Mesmo considerando que as práticas institucionais perpassam pela linguagem, a questão é pouco percebida pelas instituições. Os ruídos e as inconsistências ocorridas nos processos de compartilhamento, recuperação e transferência da informação, na maioria das vezes, são atribuídos a falhas das tecnologias de informação e comunicação, ignorando-se a questão da linguagem.

As questões enunciadas acima dificultam as atividades de produção, acesso, recuperação e uso da informação orgânico-funcional pela ausência de uma terminologia institucionalizada.

Desse modo, a importância de uma linguagem comum a todos é imprescindível para garantir a comunicação compartilhada da informação orgânico-funcional.

Nessa perspectiva, as instituições arquivísticas – num contexto organizacional

– podem contribuir para potencializar a racionalização e o compartilhamento dos fluxos da informação orgânico-funcional, ao propor a implementação de um plano de gestão e organização da informação, incluindo a preocupação com normalização/padronização da linguagem orgânico-funcional, com a finalidade de assegurar a racionalização e univocidade terminológica na nomeação dos procedimentos e atividades funcionais, órgãos produtores e tipos documentais.

Para garantir a institucionalização de uma linguagem normalizada, precisa-se da elaboração de normas e procedimentos para subsidiar as atividades documentárias abrangendo todo o ciclo arquivístico (produção, organização e disseminação).

A normalização com base terminológica, rara vezes, só ocorre na fase permanente dos arquivos, no momento da elaboração de um plano ou quadro de classificação.

Em síntese, um sistema de normalização com base terminológica para nomear as funções, atividades, procedimentos e órgãos produtores pode contribuir para: a racionalização dos fluxos da informação orgânico-funcional; a eficácia nos processos de controle de uso da informação; a eficácia nas atividades de recuperação da informação orgânico-funcional; evitar dispersão de documentos produzidos por um mesmo órgão e pela mesma atividade; a eficácia nos processos de gestão e avaliação de documentos; garantir a memória documentária arquivística.

Nessa perspectiva, apontamos como proposta para subsidiar a normalização e garantir a univocidade na linguagem orgânico-funcional nos sistemas de recuperação da informação arquivística os princípios teórico-metodológicos da terminologia. Ao oferecer aportes metodológicos e pragmáticos para retificar as dissonâncias de linguagem ocorridas durante as etapas de produção, organização, representação, acesso e recuperação da informação, utiliza-se como recurso normativo o princípio da univocidade terminológica e conceitual de um objeto, processo ou atividade funcional. Nesse sentido, “este princípio estabelece uma correspondência única entre o significante/significado, impedindo deste modo a ocorrência de ambiguidades” (Ferreira, 1999).

A terminologia como área interdisciplinar serve de apoio às atividades de indexação e recuperação e à construção de linguagens controladas. Entretanto, é pertinente fazer um recorte, a fim de atender ao interesse documentário. Neste trabalho, interessa-nos compreender as implicações impostas pela linguagem e a importância do controle de vocabulário (processo) e do vocabulário controlado (instrumento documentário), para materializar e gerir o controle de vocabulário no contexto da organização e recuperação da informação orgânico-funcional.

Assim, interessa-nos os aspectos da semântica, “disciplina que se ocupa do sentido ou da significação dos elementos, a sintaxe, disciplina que se ocupa das

relações que estabelecem a partir da organização sintagmática dos elementos e, de certo modo, a morfologia que, sintetizando parcialmente aspectos da semântica e da sintaxe, se encarrega da identificação das partes da palavra e de suas condições de ocorrência” (Cintra, 1983, p. 7). Ou seja, o processo de controle de vocabulário pressupõe intervenções no: controle da normalização gramatical – a forma dos termos; controle semântico dos termos ou controle do significado.

Ao normalizar a linguagem orgânico-funcional, tem-se a oportunidade de minimizar as ambiguidades e a plurivocidade dos termos na nomeação das atividades, procedimentos funcionais e tipologias documentais, permitindo o compartilhamento eficaz e atendendo uma diversidade de usuários.

Segundo Hagen (1998), a norma ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – enuncia a necessidade do controle de vocabulário nos arquivos:

o objetivo da norma é assegurar que haja uma lista controlada com os nomes das instituições, pessoas e famílias produtoras de arquivos, ou seja, assegurar que não sejam utilizados diversos nomes ao mesmo tempo para a mesma entidade, dificultando o acesso do pesquisador que faz a busca. Além do nome, a norma também estrutura um campo com dados contextuais: localização, área geográfica de atuação, nacionalidade, situação legal, área de atuação, atribuições,

estrutura administrativa, relações com outras pessoas, famílias e instituições, entre outros (para cada um dos tipos de entidade descrita aplica-se um conjunto de informações específicas) (Hagen, 1998, p. 297).

Nessa perspectiva, destaca-se o controle de vocabulário e o vocabulário controlado como dispositivos para garantir o acesso e o uso da informação orgânico-funcional, e atender às necessidades informacionais de um grupo heterogêneo de usuários.

INTERVENIÊNCIAS LINGUÍSTICAS NOS SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para construir um sistema de informação arquivística capaz de responder às necessidades de informação dos usuários e das instituições é necessário considerar a linguagem como componente central nos processos da organização da informação. Isso, porque “a informação, para ser organizada no arquivo, recorre a termos retirados da linguagem natural”. “Assim sendo, a informação, para ser reconhecida e compartilhada, precisa ser enunciada por meio de uma linguagem (um código)” (Smit, 2005, p. 15).

No entanto, para que um sistema de recuperação cumpra sua função com eficácia é preciso adotar uma linguagem única que seja capaz de compatibilizar as diversas linguagens: sistema de informação; do profissional da informação; do documento e do(s) usuário(s).

Na construção de uma linguagem interlocutora capaz de provocar a comunicação documentária, devem-se identificar as interveniências linguísticas e terminológicas, isto é, a diversidade de significações das unidades lexicais e sua variação terminológica.

Faulstich (2002) aponta dois grupos de variantes terminológicas: concorrentes e coocorrentes. As variantes concorrentes relacionam-se com o discurso de um domínio especializado e competem entre si até que uma das variantes se consolide na área. As variantes coocorrentes são aquelas referentes às ocorrências de sinonímias no discurso especializado, isto é, um conceito pode ser representado por vários termos e um termo pode se referir a mais de um conceito.

As variantes terminológicas linguísticas classificam-se em: a) variante terminológica fonética – o registro pode ser feito de acordo com a norma falada; b) variante terminológica morfológica – há alternância de estrutura de ordem morfológica; c) variante terminológica sintática – duas construções sintagmáticas alternam-se com a função de predicação de uma UTC (unidade terminológica conceitual); d) variante terminológica lexical – há o apagamento de algum item da estrutura lexical sem alterar o conceito; e) variante terminológica gráfica – o termo é registrado sob mais de uma forma.

Já as variantes terminológicas de registro no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal classificam-se em: a) variante terminológica geográfica – são expressões

para designar um mesmo conceito utilizado por falantes de uma mesma língua em regiões diferentes; b) variante terminológica de discurso – são expressões utilizadas para um mesmo conceito nos diferentes níveis de discurso: nível científico, técnico ou de divulgação científica; c) variante terminológica temporal – são designações para um mesmo conceito que concorrem simultaneamente durante um período de tempo, firmando-se a preferência por uma substituição a anterior e deixando-a em desuso.

Para proceder a um processo de normalização, com vistas a garantir a univocidade terminológica de um sistema documentário, é imprescindível mapear as variantes gramaticais do mesmo termo e/ou conceito, as formas do singular e plural e diferentes flexões dos tempos verbais. E, por outro lado, os termos e/ou conceitos são agrupados diante de um mesmo conceito ou um similar, isto é, sinônimos ou palavras que são equivalentes.

Em relação à normalização gramatical e terminológica, Austin (1986) “relembrou que o uso de vocabulário controlado (...) e o seu respectivo uso na recuperação da informação vão requerer o estabelecimento de certas regras terminológicas recomendadas”, tais como:

Conceitos devem ser representados consistentemente para os propósitos de recuperação, por substantivos ou frases substantivadas; os indexadores devem trabalhar com um vocabulário de termos preferidos, designando-se um dos sinônimos de um determinado

conceito como o termo mais adequado para o uso; a opção pelo singular ou plural dos conceitos e suas exceções devem ser registradas claramente nesse vocabulário, visando à consistência da indexação, sua fidedignidade e posterior uso na recuperação (Austin, 1986, p. 8 apud Lopes, 2002, p. 6).

Svenonious (1976 apud Lopes, 2002, p. 3) aponta as seguintes duas etapas nas atividades de controle de vocabulário:

A primeira refere-se à classificação de variantes gramaticais do mesmo termo e/ou conceito, significado singular e plural, variantes gramaticais e diferentes flexões dos tempos verbais. Em segunda etapa, os termos e/ou conceitos são agrupados por descreverem o mesmo conceito ou um similar, isto é, sinônimos ou palavras que são equivalentes em seus significados.

Smit e Kobashi (2003, p. 22) apontam como procedimentos de controle de vocabulário, seis aspectos: normalização gramatical; opções de grafia; alterações nos nomes de pessoas ou topônimos; controle de sinonímia, homonímia e quase sinonímia; adoção de termos compostos; e introdução de notas de escopo e notas de uso.

Polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia destacam-se como os principais elementos que interferem significativamente nos processos de representação e recuperação da informação arquivística. Para solucionar os possíveis impactos e ruídos que ocorrem no âmbito da representação e recuperação, o vocabulário controlado apresenta como uma de suas

características principais a possibilidade de estabelecer relações entre os termos que o compõem, por meio do estabelecimento de relações de equivalência para delimitar o repertório do vocabulário controlado de um determinado contexto arquivístico.

Em suma, pode-se afirmar que a contribuição da terminologia no processo de controle de vocabulário no âmbito da arquivística é indicar medidas normativas para o estabelecimento do princípio da univocidade nas nomeações dos órgãos produtores: as funções, atividades e procedimentos funcionais e os tipos documentais (normalização terminológica e conceitual), além de fundamentar as relações entre os conceitos orgânico-funcionais (significação através das relações lógico-semânticas, contemplando os sinônimos e homônimos). É um recurso teórico e pragmático para ativar a consistência no controle de vocabulário, este compreendido como um processo para a construção de vocabulários controlados, os quais são compreendidos como instrumento para subsidiar a recuperação da informação orgânico-funcional em conjunto com os tradicionais instrumentos de pesquisa e de gestão arquivística.

O VOCABULÁRIO CONTROLADO COMO DISPOSITIVO PARA ASSEGURAR O CONTROLE DE VOCABULÁRIO

Smit e Kobashi (2003, p. 20) afirmam que o “controle de vocabulário é processo para um objetivo que se deseja atingir”, já o vocabulário controlado é resultado desse processo, é “um instrumento para

nomear as atividades/funções, gerando confiança no sistema”.

De acordo com Cintra et al. (1994, p. 55), o controle de vocabulário em um sistema documentário pode ser compreendido como: a existência de mecanismos interpretativos próprios, uma vez que não se pode utilizar o mecanismo interpretativo da linguagem natural para determinar significados das unidades destinadas à representação da informação; a possibilidade de produzir linguagens de natureza monossêmica que participam da elaboração de linguagens documentárias; a existência de um vocabulário controlado próprio de uma linguagem documentária que comporta, preferencialmente, unidades de linguagens de especialidade.

Segundo Calderon (2003, p. 84), “existem diferentes níveis de controle de vocabulário a serem empregados, que vão desde uma normalização pura e simples, na qual se estabelecem regras para a forma escrita dos termos que irão compor as linguagens documentárias, até o estabelecimento de relações (hierárquicas, associativas e equivalentes) entre os termos”.

Em um sistema documentário, o controle de vocabulário pressupõe um conjunto organizado de descritores padronizados, isto é, normalizado e unívoco.

Para Le Guern (1989), “o termo é a unidade básica da terminologia e distingue-se da palavra do léxico geral. O termo é a palavra efetivamente usada no discurso. O léxico é um estoque de palavras independente das coisas, sendo resultado de convenções arbitrárias”.

Segundo Lara (2005, p. 6), a terminologia “assume funções de comunicação e de representação, procura consenso e propõe formas de controle da diversidade de significação”.

As linguagens controladas com base na terminologia propõem múltiplas representações de um conjunto de documentos ou de um documento arquivístico de modo a contemplar diferentes demandas de informação.

Segundo Canalejo (1998, p. 116 apud Calderon, 2003, p. 102) a normalização terminológica como recurso para o controle de vocabulário “procede das linguagens de indexação e supõe a seleção dos termos que representam o documento em si, seu conteúdo e seu contexto para proporcionar qualidade de informação que se pede atualmente aos arquivos, inseridos num sistema de informação e por isso cada dia frequentados por um público muito heterogêneo”.

Tradicionalmente, a aplicação das linguagens de indexação, ou simplesmente LDs (linguagens documentárias), tem sido muito utilizada na área da biblioteconomia para subsidiar as atividades de organização, representação e recuperação temática de conteúdos documentais. No entanto, é importante salientar que a aplicabilidade das LDs no âmbito da arquivística somente cumpre o seu papel documentário, caso considere as características das atividades orgânico-funcionais e contextuais do órgão produtor.

As LDs, nesse contexto, precisam considerar para fins de organização e representação a razão de ser do documento

arquivístico (a sua função) e não o que ele contém (assunto/temática). O tratamento temático, deste modo, cumpre uma função complementar.

Somente assim as LDs poderão subsidiar os processos que envolvem as etapas de organização, representação e recuperação da informação arquivística.

As LDs atuam com os conceitos expressos nos documentos, ou seja, a unidade que compõe a sua estrutura é um conceito representado por um termo/descriptor, independentemente de o conceito evocar um assunto/temática ou uma função/atividade. Assim, o processo de construção de vocabulários controlados na arquivística, ao lidar com o conceito, deve considerar, no momento da análise dos conjuntos documentais, a rede conceitual das funções, atividades, processos e procedimentos orgânico-funcionais para designar os termos com precisão e consistência, além do estabelecimento de relações entre si.

Os fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos para construção, desenvolvimento, implementação, gestão e utilização de vocabulários controlados como instrumento para organizar e representar informações demarcam suas origens na biblioteconomia, na documentação e, posteriormente, tornou-se uma especialidade de estudo também da ciência da informação.

De acordo com Dodebei (2002, p. 39), “os conceitos de linguagem documentária encontrados na literatura reduzem, por vezes, todas as formas de representação

documentária à linguagem documentária, igualando, assim, os dois conceitos”.

Segundo Wanderley (1973, p. 176 apud Dodebei, 2002, p. 40),

as linguagens documentárias recebem denominações diversas, tais como linguagens de indexação (MELTON, J.); linguagens descritoras (VICKERY, B.); codificações documentárias (GROLIER, E.); linguagens de informação (SOERGEL); vocabulários controlados (LANCASTER, F. W.); lista de assuntos autorizados (MONTGOMERY, C.); e, ainda linguagens de recuperação da informação, linguagens de descrição da informação. (...). De um modo geral, poder-se-ia afirmar que nas expressões, tanto os substantivos como os adjetivos são sinônimos. As escolhas deixam transparecer as orientações teórico-metodológicas adotadas pelos autores, refletidas no binômio (...) informação/documentação.

As designações: vocabulário controlado, linguagem controlada, linguagem documentária, linguagem documental, linguagens de indexação e tesouros apresentadas na literatura enunciam uma dispersão terminológica para representar um mesmo objeto – um instrumento documentário. Também é comum evidenciar certa confusão em relação aos termos controle de vocabulário e vocabulário controlado, o primeiro significando um processo e o segundo o resultado desse processo. Talvez, seja pelo fato da área privilegiar muito mais o resultado – o produto documentário em detrimento do processo.

Nesse sentido, Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 162) afirmam que a linguagem documentária é o termo genérico atribuído aos sistemas artificiais de signos normalizados que permitem a representação de forma mais efetiva do conteúdo de um documento.

O vocabulário controlado na perspectiva da recuperação da informação é um instrumento de controle terminológico. Ao aliar-se com as contribuições da terminologia, teoria do conceito e teoria da classificação, ele permite a compatibilização das diversas linguagens (do produtor, do profissional da informação e do usuário), além de oferecer uma interface amigável através de (índices) e de recursos de relacionamentos (relações associativas e de equivalência) entre os descritores, possibilitando retificar as inconsistências terminológicas no momento da recuperação da informação num sistema documentário. Assim, vale destacar que as bases metodológicas da terminologia aliadas aos recursos oferecidos pelas linguagens controladas, em especial os tesouros, podem contribuir para a materialização e operacionalização de controle de vocabulários.

No âmbito da arquivística, a recuperação da informação orgânico-funcional é mediada pelos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos etc.) e instrumentos de gestão (quadro/plano de classificação, tabela de temporalidade).

No entanto, a preocupação com a questão terminológica, muitas vezes é ignorada no momento da nomeação das atividades, funções, órgãos produtores, tipos de

documentos. Além disso, não oferecem mecanismos para o estabelecimento de relações associativas, partitivas e de equivalência entre as unidades terminológicas. Pode-se dizer que, na maioria dos casos, a organização e a estrutura desses instrumentos arquivísticos utilizam a palavra como ponto de acesso, sendo raras as vezes em que possuem base terminológica.

Não é comum os planos de classificação, quando recorrem aos índices, se preocuparem com o controle de vocabulário (padronização de termos), por não introduzirem em sua estrutura os componentes relacionais para gerar uma estrutura significante. Vale ressaltar que padronização não é sinônimo de normalização com base terminológica.

Do ponto de vista da recuperação da informação e da interface entre usuário e sistema, arriscamos afirmar que os tradicionais instrumentos de pesquisa e de gestão da informação arquivística não são flexíveis e dinâmicos por restringir a eficiência na recuperação através de índices.

Já as linguagens controladas apresentam algumas peculiaridades sob a perspectiva da organização e da recuperação da informação – é uma linguagem dinâmica, pois atua com mecanismos para a elaboração de relações associativas, hierárquicas e de equivalência com base na terminologia, sendo sua principal unidade o descritor.

Para Lancaster (1993, p. 207) “o vocabulário controlado reduz a diversidade da terminologia. Além disso, ao ligar semanticamente termos que tenham relação entre

si, ajuda o usuário a identificar todos os termos que seriam necessários para realizar uma busca completa”.

Pode-se observar que o vocabulário controlado é constituído por termos que são utilizados como descritores ou outros não descritores, já o plano de classificação arquivístico raramente apresenta a preocupação em estabelecer essas relações.

Sob o ponto de vista da linguagem, um vocabulário controlado pode ser compreendido como um instrumento interlocutor entre as linguagens utilizadas pelos produtores da informação, os organizadores da informação em sistemas de recuperação e os utilizadores da informação. Nele tenta-se repertoriar e compatibilizar as diversas linguagens (dos produtores, organizadores e usuários) através de uma linguagem artificial (documentária) intermediada pelos pontos de acesso (descritores) normalizados. Nesse sentido, Cintra et al. (2002, p. 43) assinalam que o vocabulário tem por objetivo

reunir unidades depuradas de tudo aquilo que possa obscurecer o sentido: ambiguidade de vocábulo ou de construção, sinonímia, pobreza informativa, redundância etc. Além disso, ele é fixado de tal forma que seu uso, bem como suas relações estruturais são codificadas e não podem mudar ao sabor dos usuários.

Sendo o vocabulário controlado um produto documentário e por vez uma linguagem documentária, é importante apontar os

três elementos básicos que compõem a sua estrutura: um léxico ou lista de elementos descritores devidamente filtrados e depurados; uma rede paradigmática para traduzir certas relações essenciais e, geralmente estáveis, entre descritores (rede lógico-semântica que corresponderia ao que, *lato sensu*, poderíamos chamar de classificação); e uma rede sintagmática, para expressar as relações contingentes entre os descritores, relações essas que, diferentemente das relações paradigmáticas, são válidas apenas no contexto particular onde aparecem (Gardin et al., 1968).

No processo de construção de um vocabulário controlado, devem-se identificar os indícios linguísticos que poderão provocar desvios e inconsistências nos processos da representação, busca e recuperação da informação e retificá-los. Ao se mapear as diversas acepções da linguagem utilizadas por produtores, organizadores e utilizadores da informação, temos a possibilidade de fazer correspondências/relações entre um e outro termo. Esse procedimento expande as possibilidades de acesso, busca e recuperação, por contemplar diversas linguagens numa estrutura que permite relacionar e hierarquizar os termos.

No vocabulário controlado, existem três tipos de relacionamentos entre os termos: as relações hierárquicas (termos gerais e específicos); as relações associativas (termos que estão associados entre si, porém não são gerais nem específicos); as relações de equivalência (termos que têm o mesmo significado).

As relações hierárquicas são um dos componentes da rede paradigmática, pois cumprem a função de operacionalizar as relações lógico-semânticas para a organização dos descritores. Existem quando um termo pode ser mais específico que outro termo mais geral. Por exemplo: “educação para o trabalho” é um termo mais específico que “educação”.

As relações associativas integram a rede sintagmática de uma LD e existem quando há um vínculo e/ou aproximação conceitual entre os termos. Têm a finalidade de expressar as relações contingentes entre descritores de um sistema documentário. Vale ressaltar que essas relações e associações sintagmáticas somente são válidas no contexto documentário em que pertencem. Por exemplo: “educação popular” é um termo relacionado com “educação comunitária” e vice-versa.

Já as relações de equivalência, que também fazem parte da rede sintagmática de uma LD, permitem o relacionamento entre descritores, e existem quando dois termos têm o mesmo significado ou significado semelhante, isto é, são utilizados para operar no nível da polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia.

A polissemia “é o nome dado à pluralidade de sentidos de uma mesma forma. Estuda as várias significações de significação linguística, significações essas que se definem e precisam num determinado contexto” (Cintra, 1983, p. 11-12). Ela pode se dar por: extensão (ex.: “estação” que pode significar: parada, épocas do ano, temporadas

da moda etc.); metáfora (atua como componente analógico. Ex: serra, em que o significado de montes decorreu da analogia com “serra”); restrição (purgativo na linguagem médica e beberete na linguagem comum).

A homonímia “corresponde à igualdade entre significantes de significados diferentes”. É, pois, o estudo das formas que apenas se diferenciam pela significação ou função, já que a estrutura fonológica é a mesma. A homonímia pode ser: total – como fiar, que tanto significa tecer, quanto confiar; ou parcial – como em coser e cozer. Neste caso, Smit e Kobashi (2003, p. 27) apontam como recursos para individualizar o termo no sistema documentário o uso de especificadores (também conhecidos como qualificadores e modificadores). Como, por exemplo, São Paulo (cidade); São Paulo (estado).

A sinonímia “decorre de coincidência de significado entre diversas palavras”. É o estudo da substituição de termos, sem prejuízo da comunicação. Exemplos: o significado de “mar” pode ser expresso através dos termos: mar, oceano, pêlago, e de “ser alado”, por ave, pássaro. Segundo Gomes (1990, p. 47-48) as sinonímias podem se manifestar de diversas formas: a) descritores de origem linguística diferente, como por exemplo: poliglota ou multilíngue; antídoto ou contraveneno; b) nomes populares e nomes científicos, como: alergia ou hipersensibilidade; borracha sintética ou elastômero; c) substantivos comuns e nomes comerciais: Giletes ou lâminas de barbear; Zorba ou cueca; d) for-

mas variantes para conceitos emergentes: contêineres ou contentores, containers (ou ainda, cofres de carga); e) grafias diversas, inclusive com variantes no radical: catorze ou quatorze; quociente ou cociente; quota ou cota; f) palavras favorecidas, ou de uso corrente, *versus* palavras antigas: deontologia ou ética; energia atômica ou energia nuclear; corpo discente ou aluna-do; g) siglas ou nomes por extenso: USP ou Universidade de São Paulo.

A antonímia “decorre de significações contrárias de dois vocábulos ditos autônomos. É o estudo de palavras com significações opostas, como amor/ódio, bom/mal, moral/imoral, progrediu/regrediu”.

De fato, nos sistemas de recuperação da informação arquivística, coexistem diversas linguagens que abrangem documentos, usuários, profissionais da informação, e isso dificulta a comunicação entre esses grupos. Nesse sentido, o vocabulário controlado oferece mecanismos para gerir o processo de comunicação entre termos através do estabelecimento das relações de equivalência para operacionalizar ao nível da polissemia, sinonímia, homonímia, e antonímia.

As diversas variáveis ocorrem quando um mesmo conceito é representado por um ou mais termos. Assim, no contexto documentário, elege-se um termo descritor (preferido) e os termos não descritores (não preferidos). O vocabulário controlado indicará uma remissiva que orientará os indexadores e os usuários quanto ao termo preferido e utilizado no sistema de

recuperação da informação arquivística. Por exemplo: “doenças ocupacionais” pode ser o termo preferido para nomear “enfermidades ocupacionais” e aparecerá no vocabulário da seguinte maneira: enfermidades ocupacionais USE doenças ocupacionais.

Recomenda-se, também, que após o estabelecimento terminológico, a adoção dos termos adotados e dos não adotados deve ordenar tais termos de modo que reflita as atividades orgânico-funcionais, tendo como base o plano/quadro de classificação de documentos. E, por fim, para atingir sua completude, o vocabulário controlado deve apresentar um índice alfabético e sistemático.

O VOCABULÁRIO CONTROLADO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA

O compartilhamento de informações orgânicas é uma das condições para a autossustentação das organizações. Nesse sentido, os sistemas de recuperação da informação arquivística assumem papel adjuvante nesse processo. No entanto, para que as instituições arquivísticas cumpram a função de um verdadeiro sistema de informação é necessário utilizar instrumentos documentários capazes de comportar o controle de vocabulário. Assim, destaca-se o vocabulário controlado como uma interface documentária capaz de reunir a linguagem dos colaboradores. A linguagem formal (organização), ou seja, o desenvolvimento de uma linguagem comum a

toda organização contribuirá com eficácia para assegurar o compartilhamento, a disseminação, a preservação, o acesso e a recuperação de conteúdos arquivísticos.

Sob o ponto de vista da arquivística, qual seria a definição eficaz para vocabulário controlado?

Tradicionalmente, na biblioteconomia e na documentação, as LDs lidam com o tratamento e a indexação temática (unidades temáticas). É de suma importância salientar que no contexto dos sistemas de recuperação da informação arquivística, elas pressupõem refletir as atividades orgânico-funcionais contidas nos documentos ou conjuntos documentais. Em síntese, um vocabulário controlado configura-se numa lista de termos (descritores) com a finalidade de orientar com precisão a organização e a recuperação da informação arquivística, remetendo às séries ou conjuntos de documentos.

Qual a função do vocabulário controlado no âmbito da organização e da recuperação da informação arquivística? Dispositivo metodológico para organização de termos, e estabelecimento de vínculos entre si, com o propósito de otimizar o processo de busca da informação arquivística, possuindo base terminológica como pontos de acesso.

Por que necessitamos usá-los? Para superar as dificuldades terminológicas provocadas pelo uso indiscriminado da linguagem (linguagem natural).

Quem os usa? Podem ser utilizados por uma gama de usuários, além dos profis-

sionais da informação, que os utilizam nos processos de indexação e recuperação da informação.

Como são usados? São utilizados para a indexação e a recuperação da informação arquivística, e criação de índices.

Segundo Smit e Kobashi (2003, p. 42), um vocabulário controlado no âmbito da arquivística deve: 1. hierarquizar as funções e respectivas atividades: esta hierarquia pode ser mais ou menos detalhada, mas é necessária por duas razões: para dar uma ideia do universo funcional abrangido (a visão do todo), incluindo os termos num sistema signficante; e para orientar a organização física das séries documentais; 2. orientar o controle de vocabulário, particularmente no que diz respeito à sinonímia, pela inclusão de remissivas na lista alfabética. As remissivas têm por função orientar a nomeação dos documentos (em sua geração e no momento de sua busca) de (descritores) ou expressões não adotadas para (descritores) ou expressões adotadas pelo sistema; 3. relacionar (descritores) presentes em categorias diferentes; 4. conceituar os (descritores) e as condições de seu uso.

Smit e Kobashi (2003) advertem que no processo de construção de controle de vocabulário no âmbito institucional, deve-se observar os seguintes aspectos: o tamanho do arquivo e a projeção de crescimento, no que diz respeito à variedade de atividades e tipos documentais nele presentes; a área de atuação da instituição; os objetivos da instituição e a determinação de prioridades no atendimento por parte do arquivo.

Complementam dizendo que o “ideal é que o vocabulário controlado reflita a linguagem da instituição, aproximando-se o máximo possível da linguagem do usuário” (Smit; Kobashi, 2003, p. 20-21).

No processo de construção de um vocabulário controlado no âmbito da arquivística deve-se considerar:

1 - O estabelecimento de uma linguagem documentária controlada com base em estruturas hierárquicas e de relações referentes a uma determinada atividade funcional, estrutural e de assunto/temática, cujos elementos serão representados pela terminologia que reflita não propriamente uma temática, mas as ações, funções e atividades orgânicas desenvolvidas pelo órgão produtor responsável pelos documentos arquivísticos;

2 – A compreensão holística do âmbito organizacional, funcional e estrutural do órgão produtor, com a finalidade de apreender as características das atividades e suas ações;

3 – A partir da análise funcional e das atividades, estabelecer os termos potenciais para representar e servir de ponto de acesso na recuperação da informação arquivística;

4 – A política de descrição arquivística – opções quanto aos níveis de descrição de modo a contemplar a exaustividade e/ou especificidade para descrição dos fundos documentais;

5 – Identificar os termos genéricos e específicos e estabelecer relações entre os

termos (associativas, equivalência, hierárquicas e não hierárquicas);

6 – Com o auxílio da terminologia normalizar as entradas dos termos (normalização gramatical; opções de grafia e controle de sinonímia e homonímia);

7 – O estabelecimento das relações entre os termos (de modo que reflitam as funções e atividades);

8 – Incluir os termos preferidos (descritores) e fazer relações de equivalências (use e usado para) dos termos não preferidos;

9 – Descrever nas notas de escopo uma breve explicação do termo e do seu propósito.

Do ponto de vista da recuperação da informação centrado no usuário, pressupomos que o vocabulário controlado seja o instrumento mais apropriado para o(s) usuário(s) em potencial de um sistema arquivístico, por ter como base o controle terminológico e a possibilidade de ampliar a linguagem com a inclusão de sinônimos e homônimos, e o estabelecimento das relações associativas e de equivalência entre os termos. Um vocabulário controlado utiliza-se de uma lista controlada de termos normalizados de pessoas, organizações, geográficos, temáticos/assuntos como ponto de acesso no processo de recuperação da informação arquivística, que atuam como se fossem mapas ao orientar com precisão a alocação de informações orgânico-funcionais e tópicos/assuntos de um sistema de recuperação da informação arquivística.

O uso de um vocabulário controlado para orientar a organização e tratamento de

informações arquivísticas pode contribuir para evitar a dispersão e despersonalização da informação orgânico-funcional, ou seja, para evitar que uma informação orgânico-funcional similar seja classificada ou indexada de maneiras distintas.

TESAURO FUNCIONAL:

EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA PARA SUA ELABORAÇÃO

Considerando-se que a sustentação de toda a prática de organização e tratamento da informação arquivística é orientada pelo princípio da proveniência, e que todos os instrumentos documentários desenvolvidos no âmbito da arquivística devam refletir as características e especificidades orgânico-funcionais do órgão produtor da informação arquivística, a presença e utilização desse princípio nos arquivos permanentes são determinantes para assegurar a sua função institucional e, principalmente, assegurar que os vínculos orgânico-funcionais não se percam de vista, pois são recebidos conjuntos documentais provenientes de diferentes órgãos produtores.

No que se refere ao estoque informacional de um arquivo permanente, ele só pode revelar seu potencial informativo caso detenha recursos de organização e recuperação da informação capazes de garantir a individualidade do documento e dos fundos documentais.

O tratamento e a recuperação da informação orgânico-funcional na fase permanente baseiam-se na classificação e

na descrição. Como resultado desses processos, são elaborados os instrumentos de pesquisa (resultado do processo de descrição arquivística) e os planos ou quadros de classificação, considerados instrumentos de gestão (resultado do processo de classificação).

Os planos ou quadros de classificação têm a função de organizar e hierarquizar a estrutura orgânica, pois sua estrutura não comporta base temática. De acordo com Gonçalves (1998, p. 12), a função da classificação é “dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”. O autor afirma também que o plano de classificação “tem a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes” (Gonçalves, 1998, p. 14).

Para a elaboração de um tesauro funcional, é altamente recomendável ter como base o plano de classificação de documentos arquivísticos (estrutura funcional).

Convém lembrar que um plano de classificação de documentos arquivísticos tem objetivo e emprego de aplicação diferente de um vocabulário controlado, pois agrupa classes de documentos, representado por uma notação (codificação) para subsidiar o arranjo físico e sua posterior localização através de uma representação notacional, já que sua preocupação central não é o controle de vocabulário. No entanto, em alguns planos de classificação, quando se recorrem aos índices, não são introduzidos mecanismos para a elaboração de relações

associativas, hierárquica e de equivalência com base na terminologia.

Sob a ótica da recuperação da informação, os planos de classificação apresentam algumas restrições por não comportar recursos para explicitar as relações entre os termos, além de não ser possível recepcionar em sua estrutura categorias temáticas. Já o tesauro funcional oferece mecanismos para o relacionamento entre os termos (hierarquia, associativa e de equivalência), permitindo a apresentação de um repertório hierárquico da informação orgânico-funcional de uma forma mais detalhada e aprofundada, além de possuir recursos para subsidiar o controle de vocabulário. Na prática, ele servirá de índice para o plano de classificação. Em síntese, um complementa o outro.

Para melhor exemplificar o enunciado acima, Smit e Kobashi (2003, p. 36) sistematizam de maneira didática “as características, virtudes e desvantagens dos planos de classificação e tesouros”, utilizando-se como metáfora o deslocamento de um ponto da cidade para outro: “esse deslocamento entre dois pontos pode ser enfocado a partir de dois paradigmas: o roteiro das linhas regulares de ônibus e o percurso realizado com uma bicicleta ou um carro”.

Os autores complementam afirmando que “os planos de classificação e tesouros oferecem duas formas distintas, mas não opostas – de apresentação dos termos, dispondo os tesouros de mais recursos para explicitar a modalidade e relação estabelecida entre termos” (Smit; Kobashi, 2003, p. 40).

Considerando que um plano de classificação necessita de controle de vocabulário, a função do tesauro nessa relação é subsidiar a fim de garantir a uniformidade terminológica das unidades que compõem a estrutura do plano de classificação. Nesse sentido, Aitchison e Gilchrist (1979, p. 99) pontuam que “o tesauro e o sistema de classificação se complementam. O tesauro, agindo como um índice da classificação controla a forma das palavras e sinônimos e mostra as relações que não podem ser facilmente expostas no esquema”.

Segundo Smit e Kobashi (2003, p. 45), na elaboração de um plano de classificação que incorpore a preocupação com o controle de vocabulário deve-se proceder da seguinte maneira: 1. Levantamento de uma lista livre de atividades/funções; 2. Análise crítica da lista, observando-se casos de sinonímias e a normalização gramatical; 3. Elaboração de uma lista alfabética consistente das atividades, desdobradas nas ações, caso pertinente, e acrescida das remissivas que se fizerem necessárias; 4.

Categorização, em maior e menor grau, das atividades constantes na lista. Nomeação das categorias maiores, novamente incorporando a preocupação com o controle de vocabulário; 5. Análise das nomeações que podem gerar leituras diferentes e elaboração de notas de escopo ou notas de uso; 6. Inclusão de uma codificação (alfanumérica ou simplesmente numérica, mas que permita futuras inserções de novas atividades ou agrupamentos); 7. Submissão do vocabulário controlado (lista categorizada e alfabética) a testes, avaliação do resultado dos testes, incorporação de ajustes e efetiva implantação do vocabulário controlado.

Considerando que um tesauro no contexto arquivístico deva assegurar a organização das atividades funcionais de uma instituição, chega-se ao tesauro funcional. Como o próprio nome indica, o objetivo de sua apresentação e estruturação é refletir as atividades funcionais,¹ visto que não se baseia na estrutura orgânica de uma instituição.

É importante ressaltar que a construção de um tesauro funcional deve ter como base

Paradigma	Características	Conclusão
Roteiro de linhas regulares de ônibus (transporte coletivo). (sistema de classificação)	Menos opções de trajetos. Nenhuma adaptabilidade (os trajetos estão previamente determinados). Os itinerários e as paradas foram previstos <i>a priori</i> .	Sistema menos flexível, pois todas as variáveis (trajetos e paradas) devem ser previstas <i>a priori</i> .
Percurso com carro ou bicicleta (transporte individual). (tesauros/vocabulários controlados)	Mais opções de trajetos. Adaptabilidade no caso de imprevistos. Itinerário variável e, portanto, menos previsível.	Sistema mais flexível, pois as combinatórias não precisam ser previstas <i>a priori</i> , mas podem ser estabelecidas de acordo com a necessidade.

Fonte: Smit e Kobashi (2003, p. 35).

o plano de classificação, para que se possa representar com mais fidedignidade a estrutura hierárquica funcional de uma instituição.

De acordo com o National Archives of Austrália, “um tesouro funcional é definido como uma lista alfabética de todas as funções autorizadas e termos descritivos de atividades do esquema de classificação de negócios” (National Archives of Austrália, 2000a, p. 1 apud Calderon, 2003, p. 103).

Segundo Smit e Kobashi (2003, p. 45), um tesouro funcional opera como índice de termos do plano de classificação; opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos e outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia a dia.

A atribuição do tesouro funcional no âmbito do sistema arquivístico da National Archives of Austrália é: funcionar como um índice para encontrar os termos corretos em um esquema de classificação organizacional para rotular conjuntos documentais; funcionar como um índice para tomada de decisão para encontrar uma disposição apropriada de classes para os documentos, especialmente aqueles que convencionalmente são utilizados para denominar assunto ou texto livre; fornecer outros pontos de acesso permitindo aos usuários navegarem de sinônimos ou outros termos não preferidos à terminologia preferida na classificação adotada pela or-

ganização (National Archives of Austrália, 2000a, p. 2 apud Calderon, 2003, p. 104).

É oportuno pontuar que na definição de vocabulário funcional de Smit e Kobashi (2003) não é mencionada a possibilidade de este instrumento gerir e recuperar conteúdos documentais com base temática. Já a aceção de tesouro funcional da National Archives of Austrália enuncia a preocupação no fornecimento de um índice para representar o conteúdo de alguns documentos que indicam um assunto/tema. Nesse sentido, Smit e Kobashi (2003, p. 44) afirmam que “um tesouro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto)”.

O *Recordkeeping in Brief (Manual)* do New South Wales Government aponta alguns procedimentos para nortear a elaboração de um tesouro funcional: Primeira fase: preparação, em que se estabelece quem estará envolvido no projeto (normalmente se cria um comitê) e também a metodologia a ser aplicada; Segunda fase: exame da documentação da instituição (relatórios anuais, legislação etc.) e entrevistas com gerentes e demais funcionários para identificação dos termos usados pela organização para descrever suas funções e atividades; Terceira fase: análise das fontes documentárias identificadas na investigação preliminar a fim de identificar funções, atividades e as terminologias usadas para descrevê-las. Estas são colocadas em uma hierarquia para dar forma ao esquema de classificação; Quarta fase: identificação dos termos preferidos e não

preferidos, organização dos termos em uma hierarquia lógica, implementação de notas para descrição de cada termo (escopo) e para dar esclarecimentos necessários sobre como deve ser usado. É nesta fase também que se verificam e se estabelecem todos os relacionamentos entre os termos (New South Wales Government, 2007).

Smit e Kobashi (2003, p. 49) recomendam que se elabore num primeiro momento “um vocabulário controlado, incorporando-o ao plano de classificação e, num segundo momento, elaborar um tesauro baseado no primeiro vocabulário, priorizando a organização intelectual das funções/atividades geradoras de documentos”.

Cabe destacar que do ponto de vista da representação, organização e recuperação da informação arquivística um tesauro funcional não representa nem recupera conteúdos documentais, mas sim as atividades, estruturas e funções consubstanciadas nos documentos.

Sua finalidade é representar as atividades, estruturas e funções dos documentos através de uma interface documentária formada de termos (descritores). Convém lembrar que na arquivística, as práticas de organização, representação e recuperação não são orientadas pelo conteúdo-assunto de um documento, mas sim pela compreensão do contexto em que está inserido o documento arquivístico, por sua relação com o órgão produtor e pelo inter-relacionamento de um documento com o outro.

A função da representação da informação arquivística é entendida numa natureza eminentemente referencial, cumpre a sua finalidade através de um índice, e não tem a pretensão de substituir o conteúdo arquivístico. Diante do enunciado, podemos concluir que o índice funciona como uma meta-representação das funções e atividades consubstanciadas no documento arquivístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que o percurso teórico-metodológico apresentado neste artigo para subsidiar a construção de uma linguagem documentária no contexto arquivístico, operacionalizado pelo tesauro funcional, é uma alternativa dentre outras propostas existentes para fundamentar a elaboração de uma linguagem documentária verbal em sistemas de recuperação da informação arquivística.

Deste modo, ressaltamos que a utilização conjunta do plano de classificação de arquivos (estrutura funcional), compreendido enquanto uma linguagem documentária verbal notacional, com o tesauro funcional importe em mais uma opção dentre outras existentes para garantir a inteligibilidade da informação arquivística.

No que se refere à aplicabilidade de mecanismos de controle de vocabulário e ao vocabulário controlado operacionalizado pelo tesauro funcional, é importante destacar que depende do tipo de arquivo e do contexto arquivístico.

Diante dos enunciados expostos até o momento, pode-se afirmar que a utiliza-

ção do tesouro funcional, para nortear o controle de vocabulário, a organização e a recuperação da informação arquivística, contribuirá para assegurar o princípio da proveniência, ao materializar em sua estrutura relações hierárquicas, de associações, de relacionamentos e de equivalências, por meio de descritores normalizados para representar as atividades e funções contidas nos documentos. Ao refletir a informação orgânico-funcional, ele estará assegurando a memória documentária arquivística.

Acreditamos que na busca por metodologias para a construção de tesouros funcionais deva-se incluir também a preocupação com a linguagem do(s) usuário(s) em potencial, não se limitando unicamente à linguagem de um documento ou conjunto de documentos.

Vale ressaltar, também, que os tesouros funcionais possuem características que se aproximam do paradigma do usuário (sistema focado no usuário, isto é, a preocupação com as linguagens), ao com-

portar: relacionamentos entre descritores (principalmente relações de equivalência); base temática; o controle de vocabulário, ao contrário dos planos de gestão (planos ou quadros de classificação) que são orientados (focados) no sistema documental (nomeação estrutural ou funcional de unidades documentais).

Salientamos, ainda, que a proposta teórico-metodológica para a elaboração de linguagens documentárias para organização, representação e recuperação da informação arquivística apresentada nesta pesquisa é de natureza pragmática e poderá ser aprofundada com as contribuições advindas da linguística, teoria geral da terminologia, teoria da classificação e teoria do conceito.

Este artigo é resultado de um estudo exploratório de natureza bibliográfico-documental e integra a dissertação de mestrado apresentada em 2008 à Pontifícia Universidade Católica de Campinas por Aguiar.

N

O

T

A

S

1. No contexto arquivístico, o método funcional baseia-se nas funções, ações e atividades do órgão produtor do documento. É utilizado para construir planos de classificação de documentos de arquivos. Considerado por muitos autores como sendo o método de classificação arquivístico mais estável, por levar em conta como elementos de estruturação e representação o propósito e a razão de existir de uma organização (funções, ações e atividades). Na prática, o método funcional é considerado mais estável, pois caso haja mudanças estruturais e organizacionais no órgão produtor, as funções provavelmente permanecerão as mesmas.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Francisco Lopes de. *O controle de vocabulário controlado como dispositivo metodológico para organização, tratamento e organização da informação arquivística*. 2008. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- AITCHISON, J.; GILCHRIST, A. *Manual para construção de tesouros*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1979. 142 p.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues. *Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes: um estudo sob a ótica da análise documentária*. 2003. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. 201 p.
- CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.
- CINTRA, Anna Maria Marques et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 1994. 71 p.
- _____. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 2002. (Coleção Palavra Chave).
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119 p.
- FAULSTICH, Enilde. Variação em terminologia: aspectos de socioterminologia. In: RAMOS, Glória Guerrero; LAGOS, Manuel F. Pérez (coord.). *Panorama actual de la terminología*. Granada: Editorial Comares, p. 65-91, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GARDIN, Jean Claude. Análise documentária e análise estrutural em arqueologia. Tradução de J. T. Coelho Netto. In: CORDIER, S. (ed.). *Lévi-Strauss*. São Paulo: Documentos, 1968.
- GOMES, Hagar Espanha (coord.). *Manual de tesouros monolíngues*. Brasília: O Programa, 1990. 78 p.
- GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar os documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 2).
- HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, 1998.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução de Antonio Agenor Brinquet Lemos. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1993. 347 p.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. *Elementos de terminologia (apostila para uso didático)*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, 2005._

LE GUERN, Michel. Sur les relations entre terminologie et lexicque. *Meta*, Montreal, v. 34, n. 3, p. 340-343, 1989.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão de literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, jan. 2002.

NEW SOUTH WALES GOVERNMENT. *Recordkeeping in Brief (Manual): compiling a functional thesaurus to merge with Keyword AAA*. Disponível em: <<http://www.records.nsw.gov.au/publicsector/rk/rib/mergeaaa.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

_____. *Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação: manual*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005. 51p. (Projeto Como Fazer).

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=120&layout=abstract>>. Acesso em: 26 maio 2006.

R E S U M O

Sistematização dos princípios teóricos, conceituais e metodológicos acerca do controle de vocabulário (processo documentário) e do vocabulário controlado (instrumento documentário) sob a ótica da arquivística. A importância de considerar a linguagem como componente central nas práticas organizativas da arquivística e a necessidade de retificar os códigos linguísticos e terminológicos ocorridos durante os processos de produção, organização e recuperação da informação orgânico-funcional. O controle de vocabulário e o vocabulário controlado como dispositivos metodológicos para a organização, tratamento e recuperação da informação arquivística. Procedimentos metodológicos para a construção de um tesouro funcional para subsidiar e garantir a memória orgânico-funcional, a organização, a representação e a recuperação da informação arquivística.

Palavras-chave: tesouro funcional; controle de vocabulário; vocabulário controlado; arquivística; recuperação da informação.

A B S T R A C T

Systematization of theoretical, conceptual and methodological principles concerning the control of vocabulary (documentary process) and the controlled vocabulary (documentary instrument) from the perspective of the archivist. The text emphasizes the importance of considering language as a central component in the organizational practices of archives and the necessity of rectifying the linguistic and terminological codes used during the processes of producing, organizing and retrieval of organic and functional information. It is also shown the control of vocabulary and the vocabulary controlled as methodological devices for organizing, processing and retrieval of archival information. Finally, it is suggested methodological procedures for the construction of a thesaurus on functions, in order to support and ensure organic and functional memory and the organization, representation and retrieval of archival information.

Keywords: functional thesaurus; control of vocabulary; controlled vocabulary; archival science; information science; information retrieval.

R E S U M É N

Sistematización de principios teóricos, conceptuales y metodológicos relativos al control del vocabulario (proceso documental) y el vocabulario controlado (instrumento documental) desde el punto de vista de la archivística. Enfatiza la importancia de la lengua como un componente central en las prácticas de la organización de archivos y la necesidad de rectificar los códigos lingüísticos y la terminología que se produjeron durante los procesos de producción, organización y recuperación de información orgánica y funcional. Presenta el control del vocabulario y el vocabulario como dispositivos metodológicos para la organización, procesamiento y recuperación de información archivística. Por último, son sugeridos procedimientos metodológicos para la construcción de un tesoro de funciones para apoyar y asegurar la memoria orgánica y funcional y la organización, representación y recuperación de la información archivística.

Palabras clave: tesoro funcional, control del vocabulario, vocabulario controlado, recuperación de la información; archivística.

Recebido em 15/4/2012

Aprovado em 9/6/2012

Fabiano Vilaça dos Santos

Doutor em História Social pela USP e Professor da Universidade Candido Mendes.

Além da Anedota

Uma revisão da trajetória do governador Sebastião Francisco de Melo e Póvoas

RETOMANDO UMA PISTA

“Perdi-lhe o rasto”, declarou o folclorista Luís da Câmara Cascudo (1955, p. 149)¹ a respeito de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, depois que o antigo governador do Rio Grande do Norte (1812-1816) retornou a Portugal, no início de 1822. Antes disso, passara por Alagoas, capitania da qual fora, curiosamente, o primeiro e o único governador e capitão-general (1819-1821), tendo presidido a Junta Governativa instalada antes da Independência.

Segundo Câmara Cascudo (1955, p. 133), a administração de Melo e Póvoas “passou *in albis* (em branco) para os nossos pesquisadores. Deixou anedotas que ainda ouvi contar pelos velhos natalenses”. É possível que a ausência de pesquisas sobre a passagem de Melo e Póvoas pela capitania do Rio Grande do Norte seja um reflexo da escassez de fontes documentais, o que será tratado mais adiante. As anedotas, por sua vez, podem ter contribuído para a perpetuação de equívocos biográficos sobre o personagem. Além disso, são correntes

na historiografia local interpretações da atuação política de Melo e Póvoas no fim do período colonial que devem ser revistas à luz de estudos mais recentes sobre o processo de Independência do Brasil.

Os traços pessoais e os deslocamentos na administração ultramarina serão discutidos com base em investigações realizadas em Portugal e no Brasil, em trabalhos que privilegiam os critérios de recrutamento dos agentes da colonização e a distribuição dos postos governativos na América, e em conceitos pertinentes à renovação da história política e dos estudos biográficos. Como o conceito de “trajetória”, enunciado por Pierre Bourdieu (1996, p. 183-191), que engloba duas dimensões essenciais – as “histórias de vida” (origem, formação, experiências formadoras do currículo) e a “obra” realizada pelo indivíduo. Seguindo princípios que conduziram à reabilitação da biografia histórica, de acordo com Philippe Levillain, não se pretende “esgotar o absoluto do ‘eu’ de um personagem”, mas evidenciar as “ligações” entre “indivíduo e sociedade”, evitando-se ao mesmo tempo o seu isolamento e a sua exaltação (Levillain, 2003, p. 176).

CONTROVÉRSIAS BIOGRÁFICAS

De acordo com as últimas anotações de Luís da Câmara Cascudo (1955, p. 149), ao encerrar sua participação como presidente da Junta Governativa da província de Alagoas, em janeiro de 1822, Melo e Póvoas retornou ao reino, apresentando-se às cortes de Lisboa em agosto daquele ano. Retomar

a trajetória do militar e administrador colonial desse ponto em que o historiador perdeu seu rastro implicaria desconsiderar os diversos equívocos biográficos a seu respeito, reiterando-se-as. Pode-se dizer, inclusive, que em função dessas distorções consolidadas na historiografia, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas permanece desconhecido.

Para reverter esse quadro é preciso voltar às origens do personagem, demarcando seus percursos de acordo, por exemplo, com alguns pressupostos formulados por Lawrence Stone (1981, p. 45): nascimento, família, casamento, educação, ocupação e experiência de ofício. Embora originalmente aplicadas em estudos prosopográficos, tais categorias de análise não deixam de ser válidas para a configuração do perfil biográfico de uma personalidade, ainda que algumas lacunas possam persistir, em virtude dos limites facilmente verificados nas pesquisas genealógicas, ou ainda das inferências necessárias à explicação dos deslocamentos realizados pelo indivíduo no decorrer de sua trajetória.

Segundo alguns autores, cujos trabalhos são possivelmente tributários de Câmara Cascudo, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas tomou posse do governo do Rio Grande do Norte, em janeiro de 1812, aos 22 anos, com a patente de sargento-mor de infantaria (Mariz; Suassuna, 2002, p. 125). A essa informação foi acrescentado que seu “pai governara Amazonas e Maranhão tendo o Piauí como subalterno (sendo) primo-segundo do marquês de Pombal”

(Cascudo, 1955, p. 133). A historiografia alagoana também apresenta versões semelhantes quanto à origem do personagem: “Melo (e) Póvoas era uma alta patente do exército português e descendia do grande estadista marquês de Pombal” (Brandão, 1981, p. 45).² De forma mais explícita, o “fidalgo lusitano, neto do marquês de Pombal” foi nomeado por d. João primeiro governador das Alagoas (Queiroz, 1999, p. 54). De outro modo, Melo e Póvoas é referido como “sobrinho do marquês de Pombal” (Albuquerque, 2000, p. 88).

A interpretação de Abelardo Duarte (1974, p. 50) é ainda mais sugestiva, apesar de reiterar a equivocada ascendência do governador: “foi uma figura de administrador e político que passou sem odiosidade nas Alagoas. De nacionalidade portuguesa, neto do marquês de Pombal, nem por isso atraía a antipatia popular na governança”. Indiretamente, o historiador reforçou um traço comum às imprecisas considerações sobre a origem familiar de Melo e Póvoas, indicadas acima, ao mesmo tempo em que indicou um aspecto subjacente: a sombra de Sebastião José de Carvalho e Melo a obscurecer a trajetória de Melo e Póvoas que, por outro lado, revigorava a lembrança do secretário de Estado de d. José I (1750-1777) – figura que oscilou entre a representação do déspota esclarecido e a de um “tirano maduro” que “resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo” (Maxwell, 1997, p. 1-2), encarnado no conjunto das reformas que empreendeu em Portugal e em seu império colonial.

Nascido em Portugal, possivelmente em Paço do Lumiar (de onde seus antepassados eram naturais), nos arredores de Lisboa, por volta de 1775, – o que lhe conferiria a idade de 37 anos quando assumiu o governo do Rio Grande do Norte –, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas era filho de Joaquim Francisco de Melo e Póvoas, fidalgo da Casa Real, chefe de esquadra, conselheiro supranumerário do Conselho do Almirantado e do Conselho de Sua Majestade, e de mãe não declarada pelos genealogistas.³ Era neto pelo lado paterno de Sebastião Pedro de Carvalho e de Francisca de Gusmão e Meneses (Costa, 1937, p. 27-28). Sua folha de serviços atesta que fez carreira na Real Armada (e também no Exército), em que assentou praça de aspirante em 11 de outubro de 1806, passando a guarda-marinha em 21 de julho de 1807, segundo-tenente do Real Corpo da Marinha em 8 de março de 1808 e promovido a capitão exatamente seis meses depois.⁴

O suposto pai do biografado era Joaquim de Melo e Póvoas, na verdade, primo coirmão de Joaquim Francisco de Melo e Póvoas. Foi o primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro (1757-1761), passou à do Maranhão (1761-1774) como governador e capitão-general e, por fim, administrou com a mesma patente o estado do Maranhão e Piauí (1775-1779). Protegido do marquês de Pombal, a quem tratava por “tio”, começou a sofrer oposições após a queda do secretário de Estado até se recolher à Corte, onde permaneceu no ostracismo até a morte, em 1787. Seu

herdeiro e testamenteiro foi justamente Joaquim Francisco de Melo e Póvoas (pai de Sebastião Francisco), que em remuneração dos serviços do primo falecido recebeu a mercê da comenda de São Miguel de Aveiro, da Ordem de São Bento de Avis, em uma vida, e de uma tença no valor de cinquenta mil réis (Santos, 2011, p. 170-175).

As informações anteriores são suficientes para redimensionar a relação parental de Sebastião Francisco com a Casa de Pomal, de quem não descendia diretamente. O próprio herdeiro do secretário de Estado, Henrique José de Carvalho e Melo, que viria a ser sogro do militar, foi quem cuidou de esclarecer, em seu testamento, o parentesco entre as duas famílias: “sendo a linha masculina de meu atual sobrinho e genro Sebastião Francisco de Melo e Póvoas (...) a mesma de Carvalhos, visto que um irmão de meu avô ou bisavô foi dar sucessão àquela Casa casando com a herdeira da Casa de Melo e Póvoas”.⁵

O vínculo com essa família, de fato, existiu e pode ser explicitado de duas formas. A primeira, por meio do casamento do militar com d. Maria Leonor Ernestina de Carvalho de Melo, filha única, natural e legitimada de Henrique José de Carvalho e Melo. O consórcio, por sua vez, também foi alvo de distorções. D. Maria Leonor acompanhou o marido ao Rio Grande do Norte – costume que se generalizou na América portuguesa na segunda metade do século XVIII (Souza, 2011, p. 328-330) –, onde “faleceu poucos dias depois de

ter tido seu primeiro filho, tendo sido sepultada em Natal” (Mariz; Suassuna, 2002, p. 125). Segundo Câmara Cascudo (1955, p. 149), a morte da esposa do governador aconteceu naquela cidade “a 3 de outubro de 1814, em consequência do parto do seu filho Sebastião Pedro, ocorrido a 25 de setembro”. Não obstante a possível inexatidão das datas, esse registro é o mais fidedigno, pois Sebastião Pedro foi o segundo filho de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, sendo o primogênito Henrique José de Carvalho Melo e Póvoas. Por isso, d. Maria Leonor não poderia ter falecido em decorrência do primeiro parto.

Controvérsias à parte, a forma de tratamento empregada por Henrique José de Carvalho e Melo ao se referir a Sebastião Francisco de Melo e Póvoas (“sobrinho”, além de genro) é um indício da concepção ampla de família de Antigo Regime, enunciada por Antônio Manuel Hespanha (1998, p. 246-250). O conceito, destacado o seu sentido nuclear original, apresentava “contornos muito vastos”, segundo o historiador, abrangendo os “agnados” (ligados por geração) e os “cognados” (parentes por afinidade), compreendendo ainda esta última tipologia os criados. Nesse sentido, o parentesco ultrapassava a dimensão da consanguinidade e se inseria em um quadro de relações matrimoniais, de proteção e de compadrio que poderiam se manifestar na intermediação de favores e, por extensão, na concretização de pretensões a cargos e outras mercês.

DO RIO GRANDE DO NORTE A ALAGOAS

A indicação de Sebastião Francisco para governador da capitania do Rio Grande do Norte pode estar relacionada a instâncias movidas na Corte, instalada no Rio de Janeiro, por seu sogro, o 2º marquês de Pombal. Gentilhomem da Câmara de d. Maria I, sua Casa fora reabilitada em 1786 quando a rainha concedeu-lhe plenos direitos à sucessão da Casa de seu pai. Acompanhou a família real em sua transferência para a América, falecendo na nova sede da Corte, em 26 de maio de 1812. Até o presente, contudo, não é possível afirmar categoricamente que Henrique José de Carvalho tenha sido diretamente responsável pelo ingresso do “sobrinho” e genro na administração colonial.

Sebastião Francisco de Melo e Póvoas foi nomeado governador do Rio Grande do Norte por carta patente de 6 de julho de 1811. Capitão do I Regimento de Infantaria de Linha da Corte, na mesma ocasião recebeu a promoção ao posto de sargento-mor adido ao Estado-Maior do Exército.⁶ Tomou posse do cargo em 22 de janeiro do ano seguinte, conforme o ofício dirigido ao conde de Aguiar, em 17 de fevereiro, depois de passar três meses e meio em Pernambuco por “urgentíssimos motivos” que não mencionou. Informou, ainda, ter encontrado no Rio Grande do Norte uma dívida de aproximadamente trinta contos de réis “sendo credores desta, soldados inválidos e várias famílias desgraçadas a quem pertencem os ditos soldos”. Para sal-

dar a dívida, Melo e Póvoas formulou um plano (não encontrado na documentação pesquisada), submetido à aprovação da Junta da Real Fazenda de Pernambuco.⁷ A chegada do novo governador, como de praxe, mereceu a atenção das instâncias de poder local, como a Câmara de Natal, que agradeceu ao príncipe regente d. João a dádiva de conceder-lhes “um governador tão religioso, benéfico, prudente e desinteressado como ele é como experimenta já o povo desta capitania”.⁸

Mais importante do que avaliar a atitude dos camaristas de Natal é considerar o status do governo para o qual Melo e Póvoas foi nomeado. Subalterna a Pernambuco desde o início de 1701, quando deixou de ser subordinada à Bahia, a capitania do Rio Grande do Norte pode ser incluída entre os postos governativos menos expressivos da América portuguesa. No início do século XIX, Natal era uma urbe acanhada, com a população quase toda concentrada na parte alta da cidade. Havia, na verdade, uma grande praça com a matriz e mais duas igrejas (de Santo Antônio e do Rosário), a casa do governador, a casa da Câmara e a cadeia. Da praça saíam três ruas mal delineadas e com poucas residências. A cidade contava com cerca de um mil a um mil e duzentos habitantes, que passavam mais tempo no interior, em suas propriedades (Mariz; Suassuna, 2002, p. 121).

A capitania havia passado por uma reestruturação em meados do século XVIII, após a publicação do Diretório dos Índios e a fundação de novas vilas, por iniciati-

va do capitão-mor Joaquim Félix de Lima (1760-1774) (Mariz; Suassuna, 2002, p. 112-113). O último administrador colonial do século XVIII, Caetano da Silva Sanches, foi o primeiro a ostentar o título de governador, por provisão do capitão-general de Pernambuco, d. Tomás José de Melo, de 10 de novembro de 1790, confirmada por carta patente de 27 de março de 1797 (Casculo, 1955, p. 129).

Diferentemente das capitanias principais, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, reservadas a membros da “primeira nobreza” de corte, os cargos de menor relevo na administração ultramarina eram destinados a indivíduos oriundos de estratos menos seletos (Monteiro, 2005, p. 100-105). Definir claramente esses segmentos da hierarquia nobiliárquica em Portugal não é, contudo, uma operação simples. Como afirmou Nuno Gonçalo Monteiro (2005, p. 96-97), “é um reino de nobreza numerosa e, em parte por isso, fortemente polarizada, diversificada e hierarquizada”, com “vários graus de nobreza e de fidalguia”. Quanto a Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, considerando-se sua formação e suas experiências no Real Serviço, além dos préstimos de seu pai e de pelo menos outro parente, Joaquim de Melo e Póvoas, pode-se dizer que sua “fidalguia” provinha do pertencimento a uma família nobilitada pelo serviço à monarquia no campo das armas.

Não é fácil avaliar a “obra” de Melo e Póvoas em Natal. A escassez de registros documentais sobre a administração do

Rio Grande do Norte no período em que o militar governou a capitania, como atesta o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino,⁹ levou a pesquisa a depender de fontes secundárias. A historiografia local destaca como principais ações do governador o equilíbrio das finanças e o pagamento das folhas (civil, eclesiástica e militar) da capitania, além da construção do quartel da Companhia de Linha, financiado pelos moradores, que entrou em funcionamento em 1813. Nessa época, a capitania já alcançara os cinquenta mil habitantes e se sustentava com a exportação do gado vacum, a produção do açúcar, do algodão e do peixe seco, além da exploração das salinas e de outras culturas agrícolas (Mariz; Suassuna, 2002, p. 125).

Apesar de não haver nem mesmo na historiografia qualquer nota desfavorável à administração de Melo e Póvoas em Natal, o cargo não lhe causou boas impressões, levando-o a requerer sua substituição em termos frequentemente encontrados na documentação dos governantes coloniais com autoridades da Corte. Em ofício a d. Fernando José de Portugal e Castro, já elevado a marquês de Aguiar, de 12 de julho de 1815, pediu a intercessão do secretário de Estado junto a d. João para que o príncipe regente lhe concedesse licença para deixar o cargo, em virtude do “mau estado da minha saúde e o ser-me impossível o restabelecimento dela, não só por falta de medicamentos e professores, como por efeito do clima desta capitania ser contrário à minha constituição”. Oito meses depois, o mesmo secretário comunicou a

Melo e Póvoas a nomeação de José Inácio Borges para sucedê-lo no governo do Rio Grande do Norte e a recusa do príncipe regente em conceder-lhe a licença para se retirar do cargo – ao que tudo indica, antes da chegada do sucessor, – a fim de cuidar da saúde na corte.¹⁰

Sebastião Francisco de Melo e Póvoas permaneceu em Natal até novembro de 1816, quando finalmente retirou-se para o Rio de Janeiro. Não demorou a se envolver em nova comissão no Real Serviço. Cerca de um ano depois, em 13 de dezembro de 1817, recebeu carta patente de governador de Alagoas juntamente com a promoção ao posto de tenente-coronel de infantaria.¹¹ A capitania havia sido desmembrada da jurisdição de Pernambuco no contexto da Insurreição de 1817, por carta régia de 16 de setembro daquele ano (Diégues Júnior, 1967, p. 118). Caberia a Melo e Póvoas a montagem de todo o aparato administrativo de Alagoas. Para tanto, contou com o auxílio do secretário de governo José Amado Grehon, que apresentou uma relação de tudo que era preciso para o estabelecimento da recém-criada capitania.¹²

Viúvo e com dois filhos pequenos, antes de partir mostrou-se preocupado com o fato de não dispor de ninguém para cuidar de suas demandas no Rio de Janeiro, como oficiou ao secretário de Estado dos Negócios do Reino, Tomás Antônio de Vila Nova Portugal. Comendador da Ordem de Cristo por decreto de 6 de fevereiro de 1818, em remuneração dos serviços de seu sogro, Henrique José de Carvalho e

Melo,¹³ acrescentou esta insígnia à de cavaleiro da Torre e Espada. E a indicação para o governo de Alagoas – ainda que pouco atraente no conjunto da América portuguesa, assim como o do Rio Grande do Norte – não deixou de significar uma promoção para Melo e Póvoas, na medida em que se tornava o primeiro – e o único – governador da unidade outrora administrada por capitães-mores subordinados aos titulares da capitania principal de Pernambuco.¹⁴ Essa distinção de títulos faz-se necessária, como demonstrou Mafalda Soares da Cunha (2005, p. 82-86), a fim de que se tenha noção da hierarquia dos postos governativos, aspecto diretamente relacionado ao perfil dos indivíduos escolhidos para prover os mesmos cargos.

A chegada em Alagoas pode não ter causado a melhor impressão em Melo e Póvoas, a julgar pelo que a historiografia local registrou. Melo e Póvoas desembarcou em 27 de dezembro de 1818 “no porto de Jaraguá do veleiro que o trouxera diretamente do Rio de Janeiro. Não estava sendo esperado, contanto que ao chegar não recebeu as manifestações que lhe eram devidas” (Albuquerque, 2000, p. 87). Tomou posse em 22 de janeiro do ano seguinte perante o Senado da Câmara da vila de Santa Maria Madalena das Alagoas, em solenidade realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Apesar de a vila das Alagoas, mais antiga, ser a cabeça da comarca, o governador transferiu a capital para Maceió, elevada à vila por alvará de 5 de dezembro de 1815, onde também fixou residência (Izidoro, 1904, p. 36-37).

Melo e Póvoas comunicou ao secretário Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, semanas depois da posse, a instalação da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda, ao que parece o primeiro ato de sua administração.¹⁵ Passados seis meses, quando já havia adquirido alguma noção da realidade de sua jurisdição, fez uma descrição geral da capitania de Alagoas, que possuía oito vilas (quatro no litoral e quatro no interior) e uma população total em torno de 110 mil habitantes. As principais produções eram: açúcar, algodão, couros, legumes, farinha de mandioca, azeite de mamona, além de madeiras para construção naval. Contava com um corpo de tropa de linha que o governador vinha organizando; duas companhias de infantaria paga e mais quatro regimentos de infantaria miliciana (três de brancos e um de pardos). Não havia fortificações na costa. Na vila de Maceió, onde foram estabelecidos diversos órgãos da administração, Melo e Póvoas construiu, no porto de Jaraguá, a Bateria de São João.¹⁶

Uma fonte do século XIX dá conta de que o governador mandou construir também a Bateria de São Pedro, o quartel da tropa de primeira linha, estabeleceu a alfândega no porto de Jaraguá, levantou o mapa topográfico da capitania e a planta da vila de Maceió, designando as praças e as ruas que a mesma deveria ter (Ramos, 1883, p. 53-54). Com o objetivo de promover o aumento da população e do comércio, pediu a intercessão de Vila Nova Portugal para que o rei isentasse de meios direitos de entrada na capitania, por dez anos, to-

dos os gêneros e fazendas para consumo, transportados em navios nacionais provenientes de quaisquer portos da América.¹⁷

Nos meses seguintes surgiram os percalços. Um deles era relativo à moradia do governador. Por decreto de 26 de setembro de 1818, d. João VI havia lhe concedido duzentos mil réis anuais a título de aposentadoria, pois não havia na capitania um paço destinado aos governadores. Na vila de Maceió, o proprietário da única residência compatível não queria alugá-la por menos de seiscentos mil réis. Diante disso, Melo e Póvoas alegou não poder desembolsar os quatrocentos mil restantes “à vista da carestia dos gêneros de primeira necessidade neste país e da minha pesada família”. Requeceu, então, a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal que ordenasse à Junta da Real Fazenda da capitania o pagamento do aluguel que julgasse razoável pela casa, até que se comprasse ou construísse uma própria para a residência do governador.¹⁸

Não se sabe ao certo se o secretário do reino moveu instâncias para satisfazer a demanda do governador de Alagoas. De qualquer modo, a questão do aluguel de uma casa para sua moradia resultou em pareceres desfavoráveis. Dos três encontrados, dois são bastante curiosos: “parece-me que se deve escusar, pois se for a deferir-se (o quanto pedem) os governadores, tudo será pouco; e quanto a este que foi escolher Maceió aonde é mais doentio o clima; podendo escolher Atalaia, em Alagoas, o que ainda não está decidido,

não vem a se saber se tem ou não razão de dizer que as casas são caras”.

Outro parecerista usou ainda de ironia para julgar o pleito do governador: “devese escusar, segundo o que se pratica com os outros governadores; ainda mais porque este já recebe 200\$000 de aposentadoria, que nas Alagoas é o aluguel de um palácio”.¹⁹ De qualquer modo, consta entre as realizações de Melo e Póvoas a realização de obras em uma casa particular que passou a servir de residência oficial do governo (Ramos, 1883, p. 54).

Um segundo problema enfrentado por Melo e Póvoas – nada incomum à rotina dos administradores coloniais – surgiu quando o governador tentava cumprir uma ordem régia sobre a criação de um corpo de linha, para o qual havia transportado do Rio de Janeiro certo número de praças. Por causa da insalubridade do clima em Maceió, resolveu fundar um hospital militar, mas a oposição de Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão, intendente dos arsenais e deputado da Junta da Real Fazenda, teria impedido o arranjo das camas, das roupas e dos apetrechos necessários ao hospital.²⁰

Sebastião Francisco de Melo e Póvoas teve pouco tempo para organizar administrativamente a capitania de Alagoas. Em 12 de março de 1821, ainda agradeceu a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal a intercessão junto ao rei para que tivesse permissão de esboçar um regimento para o seu governo, nos moldes do que era seguido pelo titular da capitania do Ceará.²¹ Mas, cinco dias

antes, sem que a notícia evidentemente pudesse alcançar a vila de Maceió, d. João VI anunciara sua decisão de retornar a Portugal – o que se concretizou em 24 de abril –, deixando em seu lugar, como regente, o príncipe d. Pedro.

O ato era consequência do movimento constitucionalista iniciado no Porto em agosto de 1820, exigindo a volta do rei e o seu juramento à Constituição elaborada pelas Cortes reunidas na capital do reino, que ecoou no Rio de Janeiro cerca de dois meses depois. Na Bahia e no Pará, capitanias que se comunicavam diretamente com Lisboa, surgiram demonstrações de adesão ao movimento no início de 1821 por meio do juramento do clero, do povo, dos militares e demais autoridades à Casa de Bragança, às Cortes da nação portuguesa e à Constituição (Neves; Machado, 1999, p. 69-73). Os acontecimentos políticos viriam a se manifestar em Alagoas, com efeitos sobre a trajetória do governador da capitania.

OPORTUNISMO OU FIDELIDADE À MONARQUIA?

As atitudes de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas frente aos eventos que fazem parte do processo de Independência devem ser cuidadosamente avaliadas. Uma análise amíúde desse momento histórico excederia os limites deste trabalho, ainda que particularizasse a capitania, logo denominada província, de Alagoas. Para o exercício da função governativa, Melo e Póvoas havia prestado juramento de fidelidade, além

da homenagem ao soberano de Portugal, a quem pertencia em última instância a jurisdição sobre os territórios ultramarinos. Como destacou Francisco Cosentino (2009, p. 88-89), essas “reminiscências do período medieval” que perduraram no Antigo Regime português – o juramento de fidelidade e a cerimônia de *preito & menagem* – representavam o estabelecimento de relações pessoais entre o monarca e os oficiais régios, constituindo-se, por exemplo, ritos que conferiam legitimidade à delegação do poder pelo monarca aos administradores coloniais.

Ao se dedicarem à produção de uma escrita da história de Alagoas ou, mais especificamente, ao tecerem considerações sobre o desenrolar do movimento separatista em uma perspectiva local, alguns autores interpretaram os atos de Melo e Póvoas como manifestações de certo oportunismo político. Ou, como a historiografia em questão também sugeriu, o governador teria reagido aos acontecimentos em sua jurisdição a partir da ideia anacrônica de uma independência construída *a priori*, apoiada em manifestações de cunho nacionalista.

Para Abelardo Duarte (1974, p. 52-53), “manhoso e conhecedor das manobras políticas das Cortes de Lisboa”, o governador

compreendera cedo que na capitania que ia governar, com a experiência do triênio anterior, (...) não eram estranhos os sentimentos nacionalistas, e talvez separatistas. Sentia no ar que respirava

esse estado de coisas ou esses problemas que se esboçavam e sua argúcia apreendia. E procurou habilmente fazer com que diminuíssem ou cessassem até os ímpetos do movimento de independência que crescia, (...) reflexo natural do que ocorria em toda a nação brasileira (...) tomando decisões como a que se verificou em 2 de fevereiro de 1821. Qual fora este ato? O ato em si não passava de uma demonstração de servilismo e de fidelidade às Cortes de Lisboa.

É sugestiva a referência do historiador à chegada de Melo e Póvoas a Alagoas, depois da experiência do governo do Rio Grande do Norte e a uma situação previamente estabelecida, caracterizada por um suposto avanço do movimento de independência. Ora, se a posse ocorreu em janeiro de 1819, é possível que Abelardo Duarte vinculasse os “ímpetos” separatistas, por exemplo, à insurreição pernambucana de 1817. Por outro lado, a decisão tomada pelo governador em 2 de fevereiro de 1821 e encarada como um ato de subordinação às Cortes de Lisboa se deu, na verdade, dois meses depois. E, ainda nos anos de 1970, foi apreendida pela historiografia local como mais uma medida para refrear os ânimos supostamente favoráveis à emancipação política: “em abril de 1821, Melo e Póvoas compreendendo que os alagoanos se agitavam com a ideia de independência, (...) convocou as Câmaras de Alagoas e de Maceió e procurou diminuir esse entusiasmo, recebendo de todos a promessa de obediência ao rei” (Pinto, 1979, p. 72).

As interpretações do processo histórico que levou à emancipação política do Brasil, veiculadas pela historiografia alagoana, não deixam, por sua vez, de estar relacionadas às tendências da produção acadêmica sobre o tema nas décadas de 1960 e 1970. Como assinalou Pimenta (2008, p. 76-81), naqueles anos uma das grandes preocupações dos historiadores era discutir o caráter revolucionário do processo de independência, vinculando-o ao contexto mais amplo dos movimentos separatistas na América, desde 1776, da Revolução Francesa (1789) e do crescimento, expresso pela Revolução do Porto (1820), das ideias liberais em Portugal. Ou, ainda, à crise do Antigo Sistema Colonial, como na tese clássica de Fernando Novais, publicada em 1979, responsável por uma notável renovação dos estudos sobre as relações entre metrópole e colônia. A obra de José Honório Rodrigues, *Independência: revolução e contrarrevolução* (1975), merece destaque nessa exposição por considerar o evento uma “guerra de libertação nacional, nacionalista e popular” ou ainda um “movimento brasileiro e antiportuguês” (Pimenta, 2008, p. 76-77).

Após esta digressão, retomando a análise dos fatos ocorridos em Alagoas, em 2 de abril de 1821, após sondar os ânimos da população, Sebastião Francisco de Melo e Póvoas reuniu as autoridades civis, militares e eclesiásticas, os homens bons e as Câmaras das principais vilas da província, Maceió e Alagoas, para juntos fazerem uma proclamação de fidelidade a d. João VI e de adesão às Cortes e à Constituição:

Habitantes da província das Alagoas! Ainda ressoa o grito unânime de fidelidade ao melhor dos reis, e adesão à sua augusta dinastia, que há poucos anos destes (uma referência à posição de Alagoas na Insurreição de 1817), quando para reprimir o crime que tentava destruir tão sagrados sentimentos e tentastes por provas irrefragáveis de valor, e lealdade, o respeito e amor que constantemente tendes tributado às leis da monarquia lusitana, da nossa pátria! A opinião pública, resultado necessário das luzes derramadas pelo mundo inteiro, faz com que por toda a parte se exijam nas instituições sociais, melhoramentos, e reformas, fundadas em princípios imutáveis de eterna verdade nos quais como em base sólida, se firmem ao mesmo tempo a grandeza dos imperantes, e a felicidade dos súditos. O governo pressentiu os vossos desejos; que melhor se manifestarão no comum sentir das câmaras das vilas das Alagoas e de Maceió, aqui reunidas com os empregados, eclesiásticos, civis e militares, e com os homens bons das diversas classes do Estado, sem distinção de brasileiros ou europeus, que todos formam uma só família (...). Sim, honrados habitantes! (...) Tereis novas instituições, ou para melhor dizer, tereis reformas indispensáveis, pelo longo trato dos tempos, na Constituição Primordial do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: recebê-las-eis unicamente das mãos benéficas do nosso monarca, (...) contanto, porém, que por ora vos

conserveis na devida obediência às leis e autoridades por ele atualmente estabelecidas, a fim de que se mantenha a ordem pública, a tranquilidade geral, e a segurança individual: qualquer passo em contrário pode atrair sobre esta província consequências funestas e calamidades sem número: o que firmado nas virtudes de que tendes dado provas, felizmente não receio. Confiai em mim, assim como eu em vós confio.²²

Em carta de 3 de abril de 1821, a Câmara de Maceió agradeceu ao governador por ter garantido, por meio da proclamação do dia anterior, a “tranquilidade e sossego público não só desta vila como de toda a capitania”, assegurando-lhe que todos estavam “bem certos de que a Constituição é um néctar celeste que vem servir de doce consolação a todos os portugueses e todos unanimemente a esperam das benéficas mãos do soberano”.²³ Na verdade, quase um mês havia se passado desde que Melo e Póvoas participara à Corte a tranquilidade em que se achava a província e sua decisão de aumentar o soldo da tropa a fim de manter a ordem, tal como na Bahia.²⁴

A proclamação de 2 de abril e a carta da Câmara de Maceió, do dia seguinte, além de reiterarem a fidelidade da província de Alagoas ao rei, tocaram em um ponto crucial acerca da “Regeneração portuguesa”, sob a responsabilidade das Cortes: a elaboração de uma Constituição, “a cuja falta eram atribuídos todos os males do reino” lusitano, como ressaltou Neves (2003, p. 264-265). Segundo a historia-

dora, entendia-se por “Regeneração” a “reformulação dos fundamentos da estrutura política e social do absolutismo, a fim de devolver-lhe a antiga prosperidade e a preeminência no interior do Império” (Neves, 2003, p. 257).

As notícias sobre o andamento dos trabalhos nas Cortes reunidas em Lisboa agitavam as províncias americanas. Em Alagoas, o governador empreendeu esforços no sentido de evitar a instabilidade, mantendo sua jurisdição “ao abrigo de qualquer comoção política que a possa perturbar, em consequência dos sucessos acontecidos na capitania da Bahia e ultimamente na limítrofe de Sergipe d’El Rei”.²⁵ O passo seguinte foi a organização das juntas governativas. Em abril de 1821, as Cortes reconheceram a junta estabelecida na Bahia e deram permissão para a composição de outras. Subordinadas a Lisboa, as juntas dividiram-se entre “a anuência às Cortes e a repulsa ao controle central exercido pela regência de d. Pedro” (Neves, 2003, p. 267).

Nos meses seguintes, o clima político inspirou cautela em Alagoas. Em maio, o governador transferiu a capital e sua residência da vila de Maceió para a de Alagoas a fim de “evitar qualquer comoção popular, sempre perigosa, e nas atuais circunstâncias muito mais arriscada”.²⁶ Mais tarde, em 11 de julho de 1821, Melo e Póvoas comunicou ao marechal Carlos Frederico de Caula – um dos membros do conselho da regência de d. Pedro –, que no dia nove fora instalada a Junta do Go-

verno Provisório.²⁷ Em outro ofício, sobre o mesmo assunto, o governador mencionou, também, o fato de que Alagoas pretendia aderir imediatamente à “sagrada causa” da Revolução de 1820, mas não o fizera por sua “pequenez” e pelo temor das “grandes forças das circunvizinhas”. Uma referência a Pernambuco e à Bahia, que ainda não haviam se manifestado a favor das Cortes.²⁸

Nada indica que Melo e Póvoas agisse em proveito próprio, ou seja, não “fez uma barretada com o chapéu alheio” (Duarte, 1974, p. 51), como quis o historiador, referindo-se ao juramento de fidelidade de 2 de abril de 1821. Os atos do governador se ajustavam ao rumo dos acontecimentos. No intervalo entre o reconhecimento da junta estabelecida na Bahia e a eleição de sua congênere em Alagoas, d. João VI retornou a Portugal e deixou seu filho como regente no Rio de Janeiro. O início da regência de d. Pedro foi marcado pelos preparativos para a formação das juntas governativas e também por dificuldades políticas e econômicas. A atitude da Bahia em aderir ao sistema constitucional foi seguida por outras províncias do Norte, como Pará, Maranhão e Piauí, às quais é possível acrescentar Alagoas. As províncias do Sul, embora fiéis ao príncipe regente, não lhe deram apoio financeiro, fragilizando ainda mais sua posição perante as Cortes (Neves; Machado, 1999, p. 74-75).

No mesmo dia em que a instalação da Junta do Governo Provisório de Alagoas – da qual Melo e Póvoas tornou-se o

primeiro presidente – foi comunicada à regência no Rio de Janeiro, o governador deu início às suas rogativas para deixar o cargo e retornar a Portugal. Alegava que sua saúde havia se arruinado nos oito anos em que servira em lugares “faltos de todas as comodidades da vida” e que precisava cuidar “de alguns bens que me restam infinitamente deteriorados com a minha ausência há quatorze anos daquele reino”, ou seja, desde que a Família Real partira de Lisboa, “e na educação de dois filhos que desejo se empreguem no serviço do Estado como se empregaram os seus maiores”.²⁹

Em 1º de agosto de 1821, o rei e diversas autoridades receberam a notícia de que os deputados eleitos em Alagoas estavam de partida para representar a província nas Cortes. Na ocasião, d. João VI granjeou novas declarações de lealdade de seus súditos, gratos ao soberano pelos “incontáveis sacrifícios a que tem exposto Sua Real e adorável Pessoa, em benefício de todos os seus vassallos, sacrifícios que ambos os hemisférios têm testemunhado nos anos de 1808 e de 1821”, momentos em que d. João tomou decisões cruciais em nome da instituição monárquica. A partida do rei, de volta a Portugal para jurar a Constituição, não foi mais dolorosa porque se encontrava “na cidade do Rio de Janeiro o quadro vivo de Vossa Majestade e a glória do Brasil inteiro reproduzida no Sereníssimo Príncipe Real”.³⁰ Naquele momento, a ideia de uma ruptura definitiva com Portugal, de fato, ainda não era cogitada.

À DERRADEIRA ANEDOTA

O retorno de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas a Portugal foi cuidadosamente preparado. Em fins de janeiro de 1822, a presidência da Junta do Governo Provisório passou ao ouvidor José Antônio Ferreira Braklami, um português. Mas, pelo menos desde outubro do ano anterior, Melo e Póvoas desejava retirar-se do cargo. Pareceres médicos atestavam as mais diversas moléstias sofridas pelo governador, como dores de dente, frequentes “ataques de cólicas nervosas”, “febres intermitentes”, crises de “paralisia geral” que o deixavam em total abatimento, indicando os médicos a “mudança de ares para o clima mais temperado como seja o de Portugal” como o meio para a “cura radical”. Em novembro, Melo e Póvoas recorreu às instâncias de Inácio da Costa Quintela, possivelmente um antigo aliado, uma vez que construía uma carreira sólida na Marinha, mesmo corpo em que o governador e seu pai se engajaram. No dia 8 de março de 1822, o governador renovou seus pedidos para voltar a Portugal, tendo cessado sua comissão em Alagoas, a fim de tratar das enfermidades agravadas pelo clima local.³¹ Isso mostra que não embarcou para Lisboa em 31 de janeiro daquele ano (Albuquerque, 2000, p. 93-94).

Não se sabe ao certo quando Melo e Póvoas chegou ao reino. Contudo, já estava de volta quando em outubro e novembro de 1822 requereu o pagamento de seus soldos de tenente-coronel de infantaria,

acumulados desde que assumira o governo de Alagoas. O pleito foi justificado pelo fato de que não cessara de receber o soldo referente ao posto de sargento, patente recebida quando da nomeação para o Rio Grande do Norte. Por outro lado, ao menos dois outros ex-governadores haviam sido beneficiados com o pagamento de seus proventos militares ao mesmo tempo em que exerciam suas comissões no ultramar, como o brigadeiro Joaquim Vieira de Abreu, governador de Benguela, e o coronel José de Almeida e Vasconcelos Soveral Carvalho e Albergaria, 1º barão de Mossâmedes, enviado para Angola. É interessante ressaltar, também, a visão de Melo e Póvoas sobre o desempenho da função governativa, empregada como argumento em defesa de sua demanda: “os governadores das províncias do Brasil sempre foram considerados mais como governadores militares do que civis, pois que a sua alçada neste segundo ramo era sumamente limitada, e no primeiro é que era muito mais extensiva”, uma vez que cuidavam da construção e da manutenção de fortificações, da formação e disciplina das tropas, atribuições de caráter militar.³²

De forma geral, a percepção de Melo e Póvoas há muito foi apreendida pela historiografia como um traço peculiar aos administradores coloniais. Caio Prado Júnior (1976, p. 301-302) definiu o governador ultramarino como uma “figura híbrida”, que mesclava as competências dos governadores das armas das províncias lusitanas com outras funções burocráticas delegadas pelo rei, como a da

Justiça. Nas palavras do historiador, “como o único modelo mais aproximado que se tinha dele (governador) no reino era o do citado governador das armas, ele sempre foi, acima de tudo, militar”. É o que se desprende dos requerimentos de Melo e Póvoas, disposto a valorizar mais aquela carreira do que suas realizações no governo do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

Um memorial de serviços que apresentasse amiúde seus feitos e armas e como administrador, ainda que marcado por uma retórica grandiloquente, como era comum aos requerimentos de mercês, também poderia dar a conhecer o que o antigo governador pensava a respeito de sua participação nos eventos que antecederam a Independência do Brasil. Mesmo assim, talvez não apagasse a imagem que o militar fazia de si mesmo. Era, antes de tudo, um soldado, mais afeito à faina da tropa do que à da governança, como tantos outros administradores coloniais. Talvez por isso, tenha passado à história como um servidor régio pouco talentoso, como o caracterizou Moreno Brandão, no início do século XX, segundo outro historiador: “um talento medíocre a serviço de um bom caráter severamente educado na vida do soldado” (Duarte, 1974, p. 51).

Nas suas andanças, contudo, Melo e Póvoas passou longe da África onde, de acordo com as anedotas contadas por Joaquim Lourival Soares da Câmara – o “professor Panqueca” – teria morrido “combatendo um leão” (Casculo, 1955, p. 149). “Molesto gravemente e de cama”, faleceu

em Lisboa, no dia 29 de março de 1830, em sua casa, na Calçada de Santa Ana, freguesia da Pena, onde fizera seu testamento três dias antes.³⁵ Pelo documento percebe-se que, se não morreu pobre, também não acumulara fortuna para distribuir aos seus herdeiros diretos, os filhos Henrique José de Carvalho Melo e Póvoas e Sebastião Pedro de Carvalho Melo e Póvoas. Os legados consistiam, sobretudo, em bens herdados pelo testador. Assim, ao primogênito Henrique, couberam os “prazos em vidas e todos os mais prazos que Excelentíssimo bispo reservatório que foi de Miranda, d. Miguel Antônio Barreto de Meneses, deixou a meu pai, Ilustríssimo Senhor Joaquim Francisco de Melo e Póvoas”. Nesse ponto, subjazem à disposição testamentária traços de um mecanismo de reprodução social caro às elites portuguesas, baseado na legação de bens e de serviços por parentes que ocupavam altos cargos eclesiásticos (Monteiro, 2003, p. 77). Ligado ao Tribunal do Santo Ofício, d. Miguel Antônio foi nomeado bispo de Bragança (1770-1773) e de Miranda do Douro (1773-1781) no contexto da reforma empreendida pelo marquês de Pombal nos quadros da Inquisição, nas décadas de 1760 e 1770 (Paiva, 2006, p. 549-550).

Ao segundo filho coube a terça parte do que pertencia ao pai na herança deixada por seu sogro, Henrique José de Carvalho e Melo. A um terceiro rebento, Sebastião de Melo, – fruto de alguma aventura amorosa de Melo e Póvoas após retornar a Portugal, reconhecido por escritura pública, – foi destinada “a terça (parte) dos bens

que possuo e direitos e ações da Casa em que sucedi por morte de minha tia” pelo lado da avó paterna, d. Francisca Antônia Forjáz de Gusmão e Meneses.

Além das disposições de praxe, como determinações sobre a quantidade de missas em sufrágio da alma do defunto e de seus parentes, acompanhadas das respectivas esmolas, a doação de algum dinheiro ao pároco da freguesia e a concessão de um rendimento pecuniário aos serviçais, a exemplo da criada Francisca Margarida Maina da Conceição, o testamento de Melo e Póvoas nada traz de muito relevante. A não ser o silêncio a respeito de uma disposição presente no testamento de seu sogro, o 2º marquês de Pombal, que nomeou a filha d. Maria Leonor sua “universal herdeira (...) e caso esta viesse a falecer antes da execução do testamento (...) seu neto Henrique José de Carvalho e Melo”. Como d. Maria Leonor faleceu cerca de dois anos e meio depois do pai, é de supor que entrou na posse dos seus bens. O que mais chama atenção, no entanto, é o fato de que o 2º conde de Oeiras e 2º marquês de Pombal, além de amparar muito bem a filha em seu testamento, colocou a Casa de Melo e Póvoas em situação privilegiada na linha de sucessão, “pois nela quero perpetuar a minha memória, sem que faça incômodo à Casa em que nasci e administrei, porque o patrimônio da primeira é muito suficiente para viver com esplendor, e a segunda Casa da Redinha foi feita com o fundo da primeira, quando esta (...) devia então naquele tempo para cima de quatrocentos mil cruzados”.³⁴

Henrique José de Carvalho e Melo esclareceu que sua vontade se manteria de pé mesmo que não houvesse sucessão viva de sua filha legitimada após a execução do testamento e Melo e Póvoas se casasse novamente.³⁵ Por outro lado, fazia alusão à formação do patrimônio da Casa dos condes da Redinha, cujo primeiro titular foi seu irmão mais novo, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun. No decorrer da pesquisa não foram identificados os meandros jurídicos que permitiram ao 1º conde da Redinha herdar os vínculos e os bens da Casa administrada por seu irmão mais velho, tornando-se 3º conde de Oeiras e 3º marquês de Pombal. É pertinente inferir, contudo, que a condição de d. Maria Leonor e a firme disposição do 2º marquês de Pombal em favorecer a Casa de Melo e Póvoas tenham servido de base a uma eventual querela judicial.

A questão relativa à sucessão da Casa de Pombal demonstra que esta proposta de revisão biográfica de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas não esgotou completamente o estudo de sua trajetória. Por outro lado, retomar a pista deixada por Câmara Cascudo significou não apenas a possibilidade de delinear apropriadamente os contornos pessoais do personagem, mas situá-lo na confluência entre uma realidade que se desvanecia e outra que se anunciava, posto que não fosse possível, evidentemente, prever o desfecho da Independência.

Imbuído dos valores de uma sociedade de Antigo Regime em que se criou e formou, ligado a uma família com sólida tradição

de serviços prestados à monarquia, Melo e Póvoas estava inserido na lógica da colonização portuguesa, consciente do valor da honra e da fidelidade empregadas no governo de jurisdições que, em última instância, pertenciam ao rei. Talvez por isso não se identificasse com a nova configuração política e administrativa das capitanias, em que os agentes diretamente nomeados pelo soberano foram substituídos por juntas eleitas na América. Ao pleitear a intercessão de Inácio da Costa

Quintela para se afastar do governo de Alagoas, Melo e Póvoas afirmou que “em nada sofre(ria) o serviço público, pois que existe uma Junta de Governo Provisório”.³⁶

Se Câmara Cascudo não tivesse perdido o rastro do antigo administrador colonial do Rio Grande do Norte concluiria que ele não desempenhou qualquer cargo após retornar a Portugal – ao menos é o que demonstra a ausência de registros de novas comissões. Morreu, contudo, junto aos seus, quiçá venerando a memória do rei.

N O T A S

1. As informações colhidas na página 149, nota 5, do livro *História do Rio Grande do Norte* (1955), de Câmara Cascudo, foram originalmente publicadas em outra obra do autor, *Governo do Rio Grande do Norte* (1939).
2. A edição original é de 1909.
3. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (doravante ANTT). Registro Geral de Mercês. D. José I, livro 19, fl. 416; D. Maria I, livro 29, fl. 206v.
4. Arquivo Histórico Militar (doravante AHM). Caixa 280. No caso desta última patente, a referida folha de serviços não deixa claro se correspondia ao posto de capitão do I Regimento de Infantaria de Linha da Corte, em que Melo e Póvoas se encontrava provido em 1811 quando foi nomeado governador do Rio Grande do Norte.

5. ANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 366, fls. 1-4. Trata-se de uma minuta redigida em 28 de abril de 1812. O testamento final de Henrique José de Carvalho e Melo encontra-se registrado no livro 375, fls. 13v-15v, com data de 26 de maio de 1812.
6. AHM. Caixa 280.
7. Arquivo Nacional (doravante AN). IJJ⁹ 195 – Série Interior. Rio Grande do Norte. Correspondência do presidente da província (n. 17).
8. *Ibidem* (n. 19).
9. No catálogo do Projeto Resgate referente à capitania do Rio Grande do Norte há uma lacuna na documentação relativa ao período em que Sebastião Francisco de Melo e Póvoas governou a capitania.
10. AN. IJJ⁹ 195 – Série Interior. Rio Grande do Norte. Correspondência do presidente da província (n. 23 e n. 25).
11. AHM. Caixa 280. Na mesma caixa encontra-se outra carta patente, de 3 de abril de 1818.
12. Fundação Biblioteca Nacional (doravante FBN). C-0597, 006, n. 002 – Documentos biográficos. A relação apresentada pelo secretário José Amado Grehon inclui livros em branco para o registro do expediente e dos despachos; obras impressas, como as Ordenações do Reino, o sistema de regimentos, a coleção de leis e alvarás, a coleção das leis militares, o regimento e demais ordens relativas às ordenanças; cópias autênticas das ordens expedidas pelas diversas repartições públicas, o regimento e ordens relativas ao corte das madeiras e o regimento que regulava os emolumentos do secretário do governo da capitania de Pernambuco. Quanto aos utensílios, Grehon requeria uma prensa de ferro para selar; três sinetes de armas reais de diferentes tamanhos; três tinteiros; dois pares de castiçais; duas réguas e uma tesoura de aparar papel.
13. FBN. C-0597, 006, n. 002 – Documentos biográficos.
14. Entre 1817 e 1819, quando Sebastião Francisco de Melo e Póvoas tomou posse, o governo de Alagoas foi exercido por José Inácio Borges, que do governo do Rio Grande do Norte passara ao de Pernambuco.
15. AN. IJJ⁹ 278 – Série Interior. Alagoas. Ministério do Reino e Império. Correspondência do presidente da província (nº 62).
16. AN. IG¹ 93 – Série Guerra. Generalidades. Gabinete do Ministro (nº 6).
17. AN. IJJ⁹ 278 – Série Interior. Alagoas. Ministério do Reino e Império. Correspondência do presidente da província (nº 65).
18. *Ibidem* (n. 64).
19. *Ibidem* (n. 67).
20. *Ibidem* (n. 69).
21. *Ibidem* (n. 72).
22. *Ibidem* (n. 80).
23. *Ibidem* (n. 81).
24. AN. IG¹ 93 – Série Guerra. Generalidades. Gabinete do Ministro (n. 33).
25. AN. IJJ⁹ 278 – Série Interior... (n. 83).
26. AN. IG¹ 93 – Série Guerra... (n. 39).
27. *Ibidem* (n. 1).
28. Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU). Projeto Resgate – Alagoas (avulsos). Caixa 7, doc. 475.
29. *Ibidem*, doc. 476.
30. *Ibidem*, doc. 477.
31. AHM. Caixa 466. Inácio da Costa Quintela chegou ao Rio de Janeiro com a Corte, em 1808. Fidalgo da Casa Real, coronel de infantaria, ostentava o título do Conselho de Sua Majestade. Após a travessia do Atlântico, recebeu a comenda honorária da Ordem da Torre e Espada e, em

1815, foi novamente recompensado ao se tornar comendador da Ordem de Cristo. Em janeiro de 1821, foi nomeado secretário de Estado dos Negócios do Reino (Malerba, 2000, p. 270).

32. AHM. Caixa 466. Requerimentos de 9 de outubro e de 7 de novembro de 1822.
33. ANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 380, fls. 78v-79.
34. ANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 366, fl. 1v.
35. Idem.
36. AHM. Caixa 466.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. *História de Alagoas*. 2. ed. Maceió: SERGASA, 2000.
- ARQUIVO NACIONAL. *As juntas governativas e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 2.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.
- BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. (2. ed.). Maceió: SERGASA, 1981.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.
- COSTA, Luís Moreira de Sá e. *Descendência dos primeiros marqueses de Pombal*. Porto: Tipografia Costa Carregal, 1937.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 69-92.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. A emancipação política das Alagoas em seu sesquicentenário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 277, 1967, p. 113-128.

DUARTE, Abelardo. *As Alagoas na guerra da Independência*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974.

HESPANHA, António Manuel. A família. In: _____ (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, v. 4, p. 245-256.

IZIDORO, Francisco. Apontamentos históricos: emancipação de Alagoas. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, v. 4, n. 1, 1904, p. 35-38.

LÉVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 141-184.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

_____. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 93-115.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de História Iberoamericana*, v. 1, n. 1, 2008, p. 70-105.

PINTO, Geosélia da Silva. *História de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Álvaro. *Episódios da história das Alagoas*. 2. ed. Maceió: Edições Catavento, 1999.

RAMOS, Francisco Manoel Martins. Lista dos governadores, presidentes e comandantes das armas que tem tido a província das Alagoas desde o ano de 1819 até 1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 67, 1883, p. 53-163.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. A vida privada dos governadores na América portuguesa no século XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores & Temas e Debates, 2011, p. 300-332.

STONE, Lawrence. Prosopography. *The Past and Present*, Boston/Londres, 1981, p. 45-73.

R E S U M O

Este artigo apresenta uma revisão da trajetória administrativa de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, governador do Rio Grande do Norte e de Alagoas. A partir de indícios recolhidos em pesquisas recentes, pretende-se discutir aspectos consolidados em uma historiografia local sobre sua biografia, os vínculos com a Casa de Pombal e a participação do personagem no Real Serviço.

Palavras-chave: Sebastião Francisco de Melo e Póvoas; administração colonial; trajetória; Rio Grande do Norte (capitania – governo); Alagoas – governo.

A B S T R A C T

This article presents a review of Sebastião Francisco de Melo e Póvoas's administrative career as governor of Rio Grande do Norte and Alagoas. From traces collected in recent researches, we intend to discuss some consolidated aspects in the local historiography about his biography, his connections with the House of Pombal, and his participation in the Royal Service.

Keywords: Sebastião Francisco de Melo e Póvoas; colonial administration; Rio Grande do Norte (colonial government); Alagoas (colonial government).

R E S U M É N

Este artículo presenta una revisión de la carrera administrativa de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, gobernador de Río Grande do Norte e de Alagoas. A partir de las evidencias obtenidas en una investigación reciente, tenemos la intención de discutir los aspectos consolidados en la historiografía local sobre su biografía, los lazos con la Casa de Pombal y la participación del personaje en el Servicio Real.

Palabras clave: Sebastião Francisco de Melo e Póvoas; administración colonial; Rio Grande do Norte (gobierno colonial); Alagoas (gobierno colonial).

Recebido em 15/4/2012

Aprovado em 5/6/2012

James Roberto Silva

Doutor em História. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da FAPEAM.

Denize da Mota Souza

Graduanda em Arquivologia na UFAM. Bolsista PIBIC/UFAM/FAPEAM.

Natacha Oliveira Janes

Graduanda em Arquivologia na UFAM. Bolsista da FAPEAM.

Rita de Cássia F. Machado

Licenciada em Biblioteconomia e Graduanda em Arquivologia pela UFAM. Bolsista da FAPEAM.

Organizando um Arquivo Histórico

Um *thesaurus* para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história

Desde setembro de 2010, graças ao Programa de Gestão em Ciência e Tecnologia para o Amazonas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (PGCT-AM FAPEAM), uma equipe, formada por profissionais e estudantes de história, arquivologia e biblioteconomia,¹ vem se dedicando à organização de parcela da documentação em fase permanente produzida pelo Poder Judiciário do Estado do Amazonas ao

longo de seu funcionamento. Trata-se do projeto “Documentos históricos do Judiciário amazonense: diagnóstico de acervo e organização do arquivo permanente do Poder Judiciário do Estado do Amazonas (1833-1933)”, contemplado pelo edital FAPEAM 006/2010.

Seguindo as prescrições contidas nas recentes legislações federais, que dispõem sobre a política nacional de arquivos e o acesso à informação,² o Tribunal de Jus-

tiça do Estado do Amazonas instalou, em 2009, uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, sob a presidência do juiz de direito César Luiz Bandiera, a qual lida com os processos judiciais em sua fase corrente. Por decisão da própria Comissão, propôs-se delegar a profissionais externos à instituição judiciária a organização da parte histórica de seu acervo, contando, para isto, com o apoio da FAPEAM, que, em 2010, tornou público o edital para projetos, pelo qual a presente estruturação do arquivo histórico vem sendo financiada.

A instituição judiciária amazonense já conta, hoje, com 179 anos de existência, ao longo dos quais, a exemplo de instituições congêneres no Brasil, acumulou imenso volume de documentos, resultante direta de suas atividades fim. Depois de mais de cem anos funcionando num mesmo edifício sede, no Centro de Manaus, o Judiciário teve seus documentos removidos para novo prédio. Os mais antigos, que compõem o acervo histórico, e que se encontravam empilhados no chão do Palácio da Justiça, fora de caixas, foram embalados por funcionários do Judiciário

	Ouro.....	6	
	Prata.....	8	
	Níquel.....	8	
	Cobre.....	8	
	Bronze.....	8	
	Notas.....	516.529	
		516.529	

82
185

Thesouraria de Fazenda Geral do Amazonas

A fl. 92 do livro Caixa Geral de exercício de 1883---1884 fica debita-
do o Thesourario da Fazenda *M^{el} Terr^{as} das Am^{az}o^{ras}*
no valor de *quinhentos dezesseis mil qui-*
nhentos e vinte e nove reis
Entregue por *José Henriques da Cruz*
preveniente da quarta prestação
de um lote de terras que comprou
ao Governo a margem direita do
rio Purus no lugar denominado
Opicoma.

E para constar deu-se este conhecimento assignado pelo referido Thesou-
rario e pelo Escrivão da Receita e Despesa.

Thesouraria de Fazenda do Amazonas, *20 de Março* de 1884

O Thesourario, *Alcides Pires* O Escrivão, *Indaquina da Silva*

Folha do livro Caixa Geral, datado de 1884, da Tesouraria de Fazenda Geral do Amazonas, apresentando registro referente a pagamento de prestação de lote de terras compradas ao governo à margem do rio Purus

e levados para o lugar onde ainda hoje se encontram: numa das salas localizadas no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, no subsolo do Fórum Ministro Henoch Reis. Neste novo endereço, os documentos históricos foram guardados em estantes, acondicionados em sacos plásticos identificados com datas imprecisas, que, apenas em tese, correspondem às datas dos papéis contidos em seu interior.

Esse acervo, bastante degradado, inspirando profundos cuidados técnicos, constituiu-se, basicamente, de peças processuais, cujos temas versam sobre dois principais grandes campos: a pessoa e o patrimônio. São os crimes de agressão física, defloração, violação, calúnias, injúrias, desonra e os de invasão, roubo, furto, dívidas não pagas, descumprimento de acordos etc. Para além destes, há também os processos relativos a casamento (habilitações e justificações para casar) e os que julgam questões eleitorais e de ordem política. Junto com os processos, são encontrados selos fiscais (chamados estampilhas, afixados sobre o documento como prova de que houve o pagamento relativo às custas daquela etapa da ação), recortes de jornais, documentos pessoais, como certidões de nascimento, de casamento etc. Se considerarmos apenas o período tratado pelo projeto, isto é, de 1833 a 1933, estaremos falando de cerca de 15 mil documentos, distribuídos em, aproximadamente, 460 mil folhas de processos.

Em sua totalidade, a documentação permanente guardada nessa sala alcança a

década de 1970. Porém, para a execução do projeto financiado pela FAPEAM, foi estipulado um recorte de um século, a contar do início das atividades do Judiciário nesta região do país. Este momento, considerando-se as ainda insuficientes interpretações históricas – que, todavia, convergem para uma mesma data –, recai sobre o ano de 1833, como sendo aquele em que teriam ganhado relativa autonomia as atividades judiciárias nessa região que se tornaria a província do Amazonas, até então mera comarca submetida à província do Pará (Reis, 1989; Garcia, 2002). É importante, então, esmiuçar um pouco mais essa trajetória, que passa a ser apresentada agora.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS DO AMAZONAS

A documentação de que se compõe o acervo permanente do Poder Judiciário do Estado do Amazonas remete ao tempo em que sua atual capital, Manaus, nem era cidade, nem tinha esse nome. Chamava-se, então, vila da Barra do Rio Negro e cumpria o papel de capital da região cuja extensão compreendia, aproximadamente, os atuais territórios do Amazonas, de Roraima, Acre e Rondônia. Junto com as terras que, hoje, correspondem ao território do Pará, compunham a província unificada do Grão-Pará (Santos, 2007). Nesse tempo, durante as décadas de 1830 e 1840, a vila da Barra do Rio Negro tinha, no juízo municipal, sua instância de resolução da quase totalidade dos conflitos que aconteciam na localidade, depois que passavam pela Chefatura

ou pela Delegacia de Polícia, onde se registravam desde ocorrências de ameaças e de injúrias verbais, casos de estelionato e de prevaricação, crimes de roubo e de arrombamentos, até os crimes de ofensas físicas e os crimes capitais de homicídio – conforme atestam os processos guardados no arquivo histórico do Judiciário amazonense.

Esses processos e outros documentos, que hoje compõem o acervo do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, resultam da atividade contínua dessa instituição mais que centenária, cuja trajetória teve início, mais propriamente, na fase imperial da história brasileira. Após a vinda de d. João VI e da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, passou a existir, de modo semelhante a Portugal, uma Casa da Suplicação, aqui chamada Casa da Suplicação do Brasil, criada pelo alvará de 10 de maio de 1808 e sediada no Rio de Janeiro (Mathias, 2011, p. 93). A esta, que tinha o papel de mais alta instância recursal, estavam subordinadas as Relações (Tribunais de Relação) com sedes nas províncias. Além destes, entre a vinda da família real para o Brasil e a Independência, muitos outros órgãos foram surgindo ao sabor das “densidades demográficas”, como notou Pedro Calmon (1928, apud Mathias, 2011, p. 135). Nesse curto período, a organização do Judiciário se modificou várias vezes, herdando o Império uma “vasta organização judiciária, extensa, flácida e lacunosa”, até que a Constituição de 25 de março de 1824 veio remodelar esse quadro, o

qual se manteve relativamente estável até o final do Império (idem).

A Constituição de 1824, outorgada após a Independência política do Brasil, dotou as províncias do Império de tribunais de primeira e de segunda instância, chamados Relações, conforme determinava seu artigo 158. E, acima das Relações, que se faziam presentes em 11 províncias, a Constituição de 1824 criou o Supremo Tribunal de Justiça, com sede apenas no Rio de Janeiro, como estabelecido em seu artigo 163: “Na capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais províncias, haverá também um tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Título do Conselho”.

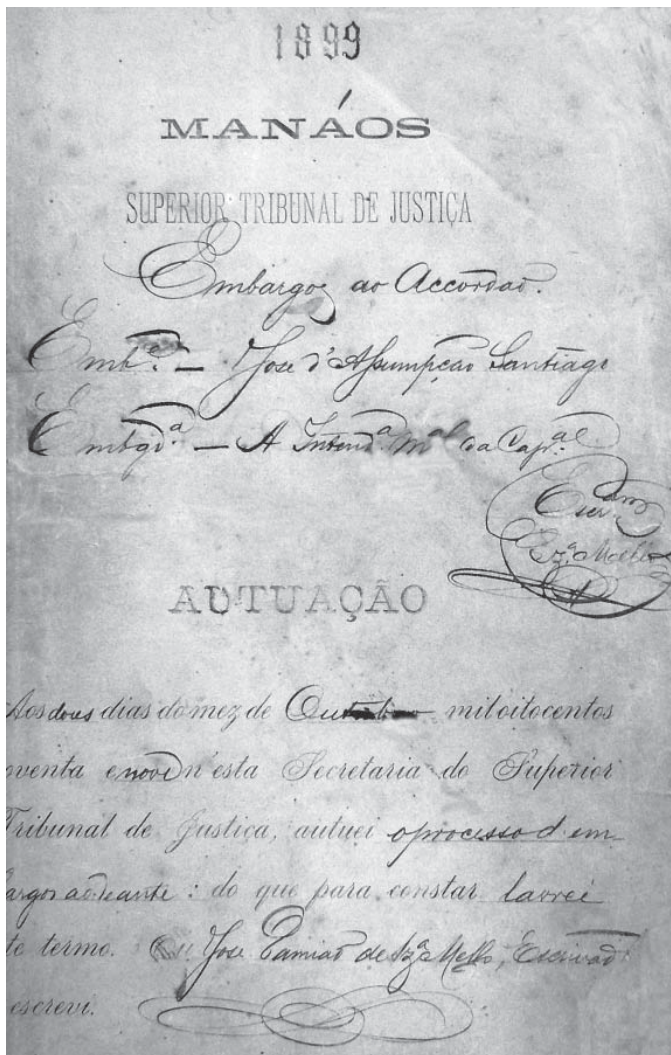
Nos distritos de Relação, como eram denominadas, no âmbito do Judiciário, as cidades que abrigavam os tribunais de Relação, ficavam compreendidas, por sua vez, as comarcas: à Relação do Pará, com sede em Belém, esteve subordinada, dentre outras, a comarca do Rio Negro.

Contrariando as pretensões locais, a Constituição de 1824 não ratificara o Rio Negro como província, a qual continuou, portanto, como comarca da província do Pará (Reis, 1989, p. 156-157). Seguiram-se movimentos pela autonomia, na capitania do Rio Negro, sempre partindo da localidade conhecida como Lugar da Barra (futuramente, Manaus), com o intuito de desligar-se do Pará, tornando-se, assim,

mais uma província do Império. Sem sucesso, contudo, o movimento autonomista, de 1832, foi sufocado por tropas que, vindas de Belém, dominaram sem dificuldade o Lugar da Barra (Reis, 1989, p. 161-165).

Somente por obra da promulgação do Código do Processo Criminal do Império, em 29 de novembro de 1832, é que se viu fragmentar aquela concentração do Poder Judiciário. Efetivou-se então, em

1833, a “Divisão das Comarcas e Termos da Província do Pará”, por decreto de 25 de junho de 1833, com o qual se mitigava a subordinação integral ao Grão-Pará pelo estabelecimento de três comarcas: a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas (Reis, 1989, p. 167; Garcia, 2002, p. 26), esta compreendendo Manaus – elevada à categoria de vila no ano anterior – ou, mais precisamente, vila da Barra do Rio Negro, nome que conservaria



Capa de autuação de processo de embargos ao acórdão no Superior Tribunal de Justiça datada de outubro de 1899

até 1850. Uma primeira estrutura judiciária começa a ser montada, já desde esse momento, naquela que, em breve, tornar-se-ia a província do Amazonas. Com efeito, em 1850, o governo central do Império dará início ao movimento de integração administrativa por meio da concessão de relativa, mas não reduzida, autonomia às províncias brasileiras, constituindo, no plano da administração política, uma espécie de federalismo sob a monarquia (Dolhnikoff, 2005).

Durante o segundo quarto do século XIX, os serviços do Judiciário, na comarca do Alto Amazonas, funcionaram nas sedes de quatro termos dispersos pela vasta região, configurando um quadro de baixa

centralização. Arthur Ferreira Reis afirma que “Manaus”, a partir de 1833, mostrando já sua “preponderância” como futura capital, ganhara um “juizado de direito, um de órfãos e uma promotoria pública” (Reis, 1989, p. 167). Isto, contudo, não é atestado pela documentação guardada no Arquivo Histórico do Poder Judiciário do Estado do Amazonas. Até 1850, a documentação judiciária se produz no âmbito de um juízo municipal e de um juízo de órfãos na vila da Barra do Rio Negro.

Juízo da Delegacia, Chefatura de Polícia e Delegacia de Polícia só passam a figurar nos documentos a partir de 1851, isto é, após a criação da província do Amazonas. E, só a partir de 1853, a cidade da Bar-

GOVERNO CIVIL DO REINO DE PORTUGAL

1ª Repartição
N.º 1107
Lisboa, de 20 de Julho de 1883

GOVERNO CIVIL do distrito d. e *Lisboa*

Concedo passaporte a *Sr. João António da Costa*
Cidadão português natural
de Lisboa, filho de Sr. João António da Costa e
Sr. Maria da Costa

para *o Pará*

levando

Abonado por *documentos comprovantes*

E, cumprindo com a obrigação de fazer referendar este passaporte pelo respectivo agente diplomático ou consular, residente n'este reino, rogo ás autoridades administrativas e a todas aquellas a quem pertencer o seu conhecimento, não ponham embaraço algum ao portador.

Valioso por tempo de *trinta* dias para sair d'este reino.

Dado em *Lisboa* aos *20* dias do mês de *Julho* de 1883.

Com auctorização do GOVERNADOR CIVIL

O Chefe da Repartição *João António da Costa*

ASSIGNATEA DO PORTADOR
João António da Costa

Idade: *18* annos.
Altura: *1,70*
Pezos: *60*
Cabello: *Castanho*
Solelhos: *castanho*
Olhos: *castanho*
Nariz: *regular*
Boca: *castanho*
Cie: *natural*

SIGNADO PELLICIANO

Costo do passaporte: *2500*
Voto: *1200*

Passaporte concedido a um “súdito português”, expedido em Lisboa, a 20 de julho de 1883, autorizando viagem para o Pará

ra do Rio Negro (como vai ser nomeada entre 1848 e 1856, depois voltando a se chamar Manaus) torna-se, ao menos efetivamente, sede de um juízo de direito. Desse momento em diante, o Judiciário vai ocupar um lugar na Câmara Municipal, então situada num sobrado de taipa, no que fora o caminho do Pelourinho, depois rua Oriental, e, hoje, rua da Instalação (Garcia, 2002, p. 29).

Em 1891, sob a nova orientação republicana, é que se instala, na capital, um Superior Tribunal de Justiça, em conformidade com o artigo 72 da Constituição Política do Estado do Amazonas, de 23 de julho 1892. O STJ amazonense vai ocupar um “prédio público” na então rua dos Inocentes, atual rua Visconde de Mauá, no Centro (idem, p. 39). Depois de ocupar alguns endereços pela cidade, os organismos do Poder Judiciário do estado se fixaram, em 1900, no edifício Clóvis Bevilacqua, construção em arquitetura neoclássica, inaugurada no governo de José Cardoso Ramalho Júnior. Nesse prédio, mais conhecido como Palácio da Justiça, o Poder Judiciário do Amazonas permaneceu funcionando até 2006 (Centros Culturais, 2011).

Na trajetória seguida pela instituição judiciária amazonense, a documentação por ela acumulada, sem merecer cuidado adequado, teve a sina que, em geral, teve a documentação de tantos outros órgãos públicos brasileiros. Em seus últimos movimentos, após o Judiciário ter deixado o Palácio da Justiça, no Centro da cidade, o acervo, com que hora se trabalha, ficou

alojado, em condições impróprias, no Depósito Público do Tribunal de Justiça, situado em bairro mais afastado do Centro de Manaus. Até chegar aí, sofreu a ação de intempéries, ficou sujeito ao pó, à umidade e à proliferação de fungos, foi desmembrado, vendo quebrada a lógica de sua produção, e teve sua ordenação cronológica desarranjada.

Em 2009, o acervo foi removido para onde hoje se encontra o Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, alojado no Fórum Ministro Henoch Reis, situado à av. André Araújo, no bairro de Adrianópolis.

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO E IMPORTÂNCIA HISTÓRICA

Na tarefa de recuperar esse arquivo histórico, propusemos, de início, a realizar um diagnóstico do acervo a fim de identificar a documentação de que se compõe e o estado físico e organizacional em que se encontra, com vistas a gerar as condições para poder avaliar as ações e medidas posteriores. Em seguida, partir para sua organização, levando-se em conta os procedimentos de higienização para conservação preventiva e procurando acondicionar os processos adequadamente, ainda que de forma não definitiva. Feito isto, tipificar, classificar, catalogar e organizar todo o acervo permanente, desenvolvendo os necessários instrumentos de pesquisa, que possibilitem, no futuro, a consulta pública ao conteúdo do arquivo.

Na etapa correspondente ao diagnóstico, para o qual foi feita uma prospecção não profunda e consideradas amostragens documentais representativas de recortes temporais, já foi possível divisar as potencialidades do acervo. Dentre os aspectos que entendemos caber ressaltar, pelos traços de particularidade que trazem consigo, estão aqueles ligados à construção de vocabulários controlados relativos a três domínios diferentes do universo da documentação judiciária, a saber: a qualificação das partes envolvidas, os tipos de processos e os termos usados para referir os delitos.

O que ressalta dos grupos representativos desses três domínios é o apelo histórico e conjuntural que despertam, pois os termos guardam forte relação com o contexto de produção. Começando por um deles, o que concerne à qualificação das partes envolvidas, logo notamos como o vocabulário judiciário atesta o momento histórico por que passa a instituição. De um lado, havia, com certa frequência, um uso equivalente dos termos os mais diversos, como poderia acontecer, por exemplo, com as denominações: “advogado”, “bacharel”, “examinador”, “desembargador”, “procurador” e “provisionado”, todas elas aplicadas para identificar um mesmo profissional envolvido em um processo. Semelhante coisa acontecia com o grupo: “réu”, “acusado”, “requerido”, “queixado”, “suplicado”, “apelado”, “denunciado”, “recorrido”, “querelado”, empregado para designar aquele contra quem uma ação era movida.

Sendo a maior parte das denominações referentes a cargos e funções, a profissões e a papéis sociais, muito se consegue saber sobre o espectro social que chegava, não só por seu ofício, mas por sua história e sua inserção social, às barras dos tribunais. A lista é grande, mas nos contentamos em apresentar apenas alguns: abridor de estradas, administrador dos correios, agente das rendas provinciais, agricultor, cavaleiro da Ordem de Cristo, coletor geral, inspetor da alfândega, seringueiro, empregado no comércio, médico e médico legista, soldado da cavalaria, vigário. Estes eram alguns dos que, por sua ocupação e por seu papel nos fatos, chegaram a ter seu nome nos registros do Poder Judiciário. Uma lista exaustiva se encontra no “Quadro amostral de termos utilizados para qualificar as partes”, que resultou da compilação dos termos a partir das planilhas de indexação.

O interesse que há num vocabulário desse tipo é de pelo menos duas ordens: uma, que diz respeito à oportunidade de aferir nomenclaturas próprias de um campo da atividade humana, o que exige da ciência arquivística o esforço de desenvolver modos específicos de referenciar, direta e indiretamente, os termos de recuperação da informação, consistindo num dos mais interessantes desafios dessa especialidade; a outra é respeitante ao que se pode esboçar – a partir dos repertórios linguísticos alusivos às práticas, às ocupações e aos delitos – como ambiente material e subjetivo em que se davam as relações

sociais para cada um dos contextos históricos cobertos pela documentação.

Com a atenção voltada para esses elementos, pode-se, a partir das implicações judiciais, das hierarquias, dos papéis atribuídos aos sujeitos nas folhas dos processos, promover investigações e inferências acerca da dinâmica social em vigor numa dada época. Isto, para as ciências humanas e sociais, representa muito em termos de capacidade de recuperar quadros históricos segundo os elementos materiais e subjetivos condicionantes das interações humanas na vida em sociedade. “A reunião ordenada de um processo é a fonte fundamental da história dos conflitos e das desagregações sociais”, como já fora observado em uma experiência que guarda semelhanças com a que empreendemos (Sampaio et al., 2006, p. 56).

Os tipos de processos judiciais correspondem a outra face desse universo que demanda a construção de um vocabulário controlado. Aqui, trata-se de, mais uma vez, recolher do campo prático e concreto da atividade judiciária o vocabulário que lhe dá ordenação taxonômica. Os tipos de processos, que são matéria indexada quando do tratamento da documentação, circunscrevem o terreno do legal e do ilegal numa sociedade, do tolerável e do intolerável, do normativo e do desviante, do consensual e do litigioso.

Da longa relação já colhida, resultou um “Quadro amostral de tipologia documental”, que discrimina alvarás, apelações, autos, petições e sumários de culpa re-

lativos quer às mais variadas formas de desobediência às leis e aos costumes, quer às formas prescritas de se obter reparação tais como: licenças, apelações cíveis e comerciais, arrestos, atestação de indigência, autos de crime de roubo, de ameaças e de agressão física, de desobediência, de defloramento e estupro, *habeas corpus*, justificação para casamentos, injúrias verbais e escritas, dissolução de sociedade, petições decendiais, execuções hipotecárias e de penhor.

Esse quadro resultou de uma preocupação permanente em observar a natureza dos processos judiciais a fim de traçar uma tipologia a mais completa possível. Para tanto, não se restringiu ao registro da natureza do processo, mas se avançou na descrição daquilo que o motivou. Nessa descrição, além de se apresentar a ação ocorrida, procurou-se ressaltar os aspectos relativos à nomenclatura usada para designar os delitos, às formas de tratamento empregadas para se referir aos envolvidos, os valores em questão e o contexto histórico dos acontecimentos.

Como dito anteriormente, uma amostragem não exaustiva dos processos, referentes às décadas de 1840 a 1910, oferece uma noção da diversidade de nomenclaturas empregadas e que serão mantidas para efeito de recuperação de informações e de documentos. De uma amostragem pouco extensiva, extraíram-se 102 tipos de processos, muitos correspondendo a quadros históricos diferentes. Isso exigirá ainda, como preconizam Smit e Kobashi

(2003), um trabalho que envolve: a) a distinção entre termos adotados e termos não adotados pelo sistema; b) as remissivas dos termos não adotados para os termos adotados pelo sistema; c) a padronização formal dos termos adotados e a conceituação dos termos.

METODOLOGIA DO TRABALHO DE INDEXAÇÃO

As sucessivas etapas que caracterizam o trabalho de organização de um arquivo exigem um conhecimento, a um tempo, panorâmico e minucioso do acervo em tela. Esse conhecimento passa necessariamente, de uma parte, por mensurações, estimativas e observação ocular, e de outra, pela descrição minuciosa do conteúdo particular de cada peça documental. Trata-se, aí, da descrição das características formais e do conteúdo dos processos, que se traduz no trabalho de indexação. É este o principal trabalho que vem sendo realizado desde o início da execução do projeto, consistindo em transportar, para uma tabela desenvolvida para este específico fim, certos dados constantes dos processos judiciais, os quais, posteriormente, permitirão recuperar o documento: ano; órgãos do judiciário em que o processo tramitou; as partes envolvidas e os nomes citados; natureza do processo e descrição da ocorrência; número de folhas do processo; e observações relevantes.

O instrumento empregado nessa tarefa é a tabela “Documentos históricos do judiciá-

rio amazonense” (vide página seguinte). O preenchimento de seus campos constitui não só a extração de termos importantes à recuperação do documentos, mas, também, a matéria de que se compõe o banco de dados do arquivo permanente. Por ele, o pesquisador poderá promover estudos de regularidades, perceber séries, projetar estatísticas e estimativas, ter uma noção geral dos processos e de sua natureza sem que precise consultar um só documento.

Isto já é possível porque se partiu do pressuposto de que o interesse histórico do acervo ultrapassa os aspectos estritamente judiciais contidos nos processos, pois muitas são as possibilidades de exploração temática da documentação. Inúmeras são as facetas da história nacional e local que podem ser esclarecidas ou aprofundadas, tais como: a vida social e, em seu interior, as questões relativas à criminalidade e aos costumes; a vida econômica, com destaque para os negócios e as relações de trabalho desenvolvidos em razão da exploração da borracha e das demais atividades mercantis; história dos logradouros de Manaus, ensejando, talvez, revisões com base em antigas cartas representando o arruamento e as divisões da cidade; os modos de referir as pessoas, com nomes próprios e com atributos socialmente definidos; e, claro, o rol de cargos e funções, dentro e fora dos domínios do Judiciário, permitindo contrastar os quadros do Império e da República; histórico dos termos jurídicos e da tipificação dos processos e da própria organização do Judiciário.

Pacote	069	Total de docs. no pacote	18	Localização	2.2	1899	Examin.	Natacha	Data	08-24/11/10
--------	-----	--------------------------	----	-------------	-----	------	---------	---------	------	-------------

Documentos históricos do judiciário amazense: diagnóstico de acervo e organização do Arquivo Permanente do Poder Judiciário do Est. do Amazonas (1833-1933) - FAPEAM

Doc	Ano	Local	Proveniência/ Órgão	Partes / Referidos / Qualificação	Processo / Assunto	Fis	Observações	Exami nador
01	1899	Manaus	Superior Tribunal de Justiça	Augusto Cesar Lopes Gonçalves (recorrente; juiz de direito do segundo distrito; advogado); Saturnino Antunes de Carvalho (escrivão); José Francisco Cappa (recorrido; comerciante; italiano, naturalizado brasileiro); Luiz Felipe Arce (recorrido; empregado do comércio de José Francisco Cappa; peruano); Abel Atalaya (recorrido; empregado do comércio de José Francisco Cappa peruano); Manuel Sanchez (recorrido); Zacharias Silva (recorrido); Manoel Pizango (recorrido); Theophilo Cesallo (recorrido); Sebastião Menques (recorrido); Carlos Siqueira Cavalcante (escrivão); Deomedes Theodoro da Costa (juiz de direito); "índios caimitos ou canibos" (referidos); "índios mouros" (referidos); Manoel Balbasto [ilegível] (juiz de Direito); José Damião de Souza Mello (escrivão).	Recurso extraordinário. Pedido de habeas corpus em benefício dos recorridos; devido à deterioração de parte do documento, não se sabe ao certo o que motivou o habeas corpus, porém, encontra-se o relato de captura e trabalho forçado de índios pelos recorridos José Francisco Cappa e demais.	116	Documento danificado, com folhas coladas por causa de umidade; impossibilidade de leitura integral. O recorrente José Francisco Cappa também é chamado de por Dom Cappa.	Natacha

Figura 1 - tabela de metadados "Documentos históricos do judiciário amazense"

Pacote	069	Total de docs. no pacote	18	Localização	2.2	1899	Examin.	Natacha	Data	08-24/11/10
--------	-----	--------------------------	----	-------------	-----	------	---------	---------	------	-------------

Documentos históricos do judiciário amazense: diagnóstico de acervo e organização do Arquivo Permanente do Poder Judiciário do Est. do Amazonas (1833-1933) - FAPEAM

Doc	Ano	Local	Proveniência/ Órgão	Partes / Referidos / Qualificação	Processo / Assunto	Fis	Observações	Exami nador
01	1899	Manaus	Superior Tribunal de Justiça	Augusto Cesar Lopes Gonçalves (recorrente; juiz de direito do segundo distrito; advogado); Saturnino Antunes de Carvalho (escrivão); José Francisco Cappa (recorrido; comerciante; italiano, naturalizado brasileiro); Luiz Felipe Arce (recorrido; empregado do comércio de José Francisco Cappa; peruano); Abel Atalaya (recorrido; empregado do comércio de José Francisco Cappa peruano); Manuel Sanchez (recorrido); Zacharias Silva (recorrido); Manoel Pizango (recorrido); Theophilo Cesallo (recorrido); Manoel Menques (recorrido); Carlos Siqueira Cavalcante (escrivão); Deomedes Theodoro da Costa (juiz de direito); "índios caimitos ou canibos" (referidos); "índios mouros" (referidos); Manoel Balbasto [ilegível] (juiz de Direito); José Damião de Souza Mello (escrivão).	Recurso extraordinário. Pedido de habeas corpus em benefício dos recorridos; devido à deterioração de parte do documento, não se sabe ao certo o que motivou o habeas corpus, porém, encontra-se o relato de captura e trabalho forçado de índios pelos recorridos José Francisco Cappa e demais.	116	Documento danificado, com folhas coladas por causa de umidade; impossibilidade de leitura integral. O recorrente José Francisco Cappa também é chamado de por Dom Cappa.	Natacha

Figura 2 – a mesma tabela com expressões destacadas

Dessa forma, o trabalho de indexação se esforça na descrição dos casos processuais e é exaustivo no registro dos nomes direta e indiretamente implicados no processo, bem como das designações a eles ligadas.

CONCLUSÃO

Nestas palavras finais, valeria voltar a frisar o aspecto que julgamos o de maior importância na organização do arquivo do Judiciário. O resultado desse esforço não beneficiará apenas a comunidade acadêmica ou o próprio Judiciário. Se esta iniciativa atende a uma demanda específica, atende também a outra que é difusa, de contornos imprecisos, mas, nem por isso, de menor importância. De um lado, como é óbvio, atende à demanda proveniente da própria instituição em que o projeto é desenvolvido, em consonância com o que já vem sendo realizado em instituições similares, Brasil afora, conforme determina a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. O Tribunal de Justiça do Amazonas manifesta, assim, sua disposição de empreender a organização de seu imenso arquivo, iniciando pelos documentos considerados de valor históri-

co, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas apoia inteiramente tal disposição fornecendo os meios materiais e humanos para sua efetivação.

De outro lado, nossa tarefa atende a uma demanda expressada, por vários modos e canais, pela sociedade civil brasileira – em que se incluem setores como a própria comunidade científica, organizações que laboram pelos direitos humanos, entidades ambientalistas, minorias, grupos étnicos etc. Essa noção, relativa ao interesse social que pode despertar o tratamento dado à documentação e à sua conseqüente divulgação, esteve patente no VII Colóquio da AIMH (Associação Internacional dos Museus de História), ocorrido em São Paulo, que reuniu dirigentes de museus históricos de diversas partes do mundo. Eles foram unânimes em advertir para a pressão que, em seus respectivos países, a comunidade nacional exerce sobre as instituições por medidas que preservem e liberem a matéria prima depositada nos arquivos e que servem para a recomposição do passado e para o resgate da memória coletiva e das identidades contemporâneas (Jungblut, 2007; Carneiro, 2007).

N O T A S

1. Além dos autores deste artigo, também fazem parte do projeto, neste momento, Elivânia da Silva Vieira, Gabriela Farias de Oliveira Nascimento, Maristela de Castro Costa, Renan Filipe Caranhas Feitoza e Tamirys Fonseca de Andrade, como bolsistas de iniciação científica da FAPEAM, e Raquel Diniz Bandeira e Tiago Rodrigues Neto, como voluntários.
2. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos, os decretos n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei de política nacional de arquivos e cria o Conselho Nacional de Arquivos, e n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados e informações sigilosos, e a lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- CALMON, Pedro. *Livro do centenário dos cursos jurídicos (1827-1927)*. Parte III – Organização judiciária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. L'intolérance comme thème-musée. COLÓQUIO DA AIMH, 7, mar. 2004, São Paulo. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MUSEUS DE HISTÓRIA. *Como organizar um mundo multipolarizado?* São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 2007, p. 280-288.
- CENTROS CULTURAIS. Palácio da Justiça. Disponível em: <http://www.culturamazonas.am.gov.br/programas_02.php?cod=5851435>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982-ago. 1986.
- GARCIA, Etelvina. *O Poder Judiciário na história do Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Governo; Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, 2002.
- JUNGBLUT, Marie-Paule. Tout n'était pas si simples que ça: une exposition sur la mémoire du Luxembourg pendant la Deuxième guerre mondiale. COLÓQUIO DA AIMH, 7, mar. 2004, São Paulo. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS MUSEUS DE HISTÓRIA. *Como organizar um mundo multipolarizado?* São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 2007, p. 316-319.
- MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Como implantar arquivos públicos municipais*. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- MATHIAS, Carlos Fernando. *Notas para uma história do judiciário no Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SAMPAIO, Maria da Penha Franco; BRANCO, Maria do Socorro; LONGHI, Patrícia (org.). *Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal*. Rio de Janeiro: Gráfica da Justiça Federal da 2ª Região, 2006.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. *História do Amazonas*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2003.

R E S U M O

Este artigo é um relato da organização por que vem passando os documentos históricos do Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado do Amazonas. Trata-se do projeto “Documentos históricos do Judiciário amazonense: diagnóstico de acervo e organização do arquivo permanente do Poder Judiciário do Estado do Amazonas” (PGCT-FAPEAM), incumbido da tarefa de organizar um acervo de cerca de 15 mil processos. Destacamos o histórico da constituição do acervo, o processo de construção de um vocabulário controlado e as perspectivas de revisão historiográfica que podem resultar de pesquisas futuras com sua documentação.

Palavras-chave: arquivo histórico; história do judiciário; Justiça do Amazonas.

A B S T R A C T

This article is about the ongoing organization of historical documents of the Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado do Amazonas (General Archives of the Amazonas Court of Justice). It is the project “Historical documents of the Amazonian judiciary: collection’s diagnostic of the Permanent Archives of the Amazonas State Court of Justice” (PGCT-FAPEAM), which aims to organize all the holdings, 15,000 legal files. We highlight the history of the records, the process of developing a specific vocabulary, and the perspectives of the historiographical review that can result from future research on those records.

Keywords: historical archives; history of Court of Justice; Court of Justice of Amazonas.

R E S U M É N

Este artículo es un relato de la organización por la cual viene pasando los documentos históricos del Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado do Amazonas (Archivo General del Poder Judicial del Estado del Amazonas). Se trata del proyecto “Documentos históricos del judicialio amazonense: diagnóstico del acervo y organización del Archivo Permanente del Poder Judicial del Estado del Amazonas” (PGCT-FAPEAM), que tiene a su cargo la tarea de organizar un acervo de aproximadamente 15.000 procesos. Serán destacados el histórico de la constitución del acervo, el proceso de construcción de un vocabulario controlado y las perspectivas de revisión historiográfica que pueden resultar de las investigaciones futuras con esa documentación.

Palabras clave: archivo histórico; historia del judicialio; Justicia del Amazonas.

Os Caminhos de um Historiador

Guilherme Pereira das Neves. *História, teoria, variações*.
Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011.

Renata William Santos do Vale

Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Pesquisadora do Arquivo Nacional.

Em um artigo de título bastante curioso – “Elétrons não são interessantes como gente: história e biografia” –,

Guilherme Pereira das Neves inicia o texto contando um pouco de como escolheu a história como ofício, dos livros e filmes que foram importantes para suas escolhas profissionais no futuro – muitos sobre a vida de grandes personagens, romances históricos, clássicos da literatura mundial e brasileira, dos séculos XIX e XX. Com tal



introdução pretende “dar uma ideia da variedade dos tipos de escritos biográficos, das modalidades de enredos de que um autor dispõe

para tratar de suas experiências pessoais ou daqueles de uma personagem” e “destacar as próprias características da escrita biográfica em si, de modo a ser capaz de relacioná-la, enquanto uma prática específica, à da escrita da história em geral” (p. 71). Neste *História, teoria e variações*, Guilherme Pereira Neves dedica-se às teorias

da história em debate nas últimas décadas, em um bravo exercício de fazer a história da História, e a pô-las em prática, nos seus escritos sobre o pensamento luso-brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. E assim realiza, talvez não intencionalmente, uma modalidade de autobiografia intelectual e profissional, como pesquisador, professor e crítico em artigos acerca de temas sobre os quais se debruçou ao longo de sua vida acadêmica. Os doze artigos que compõem esse livro revelam uma análise acurada sobre a disciplina, seu caráter científico, suas novas abordagens e metodologias, e sobre o ofício e o papel dos historiadores no mundo.

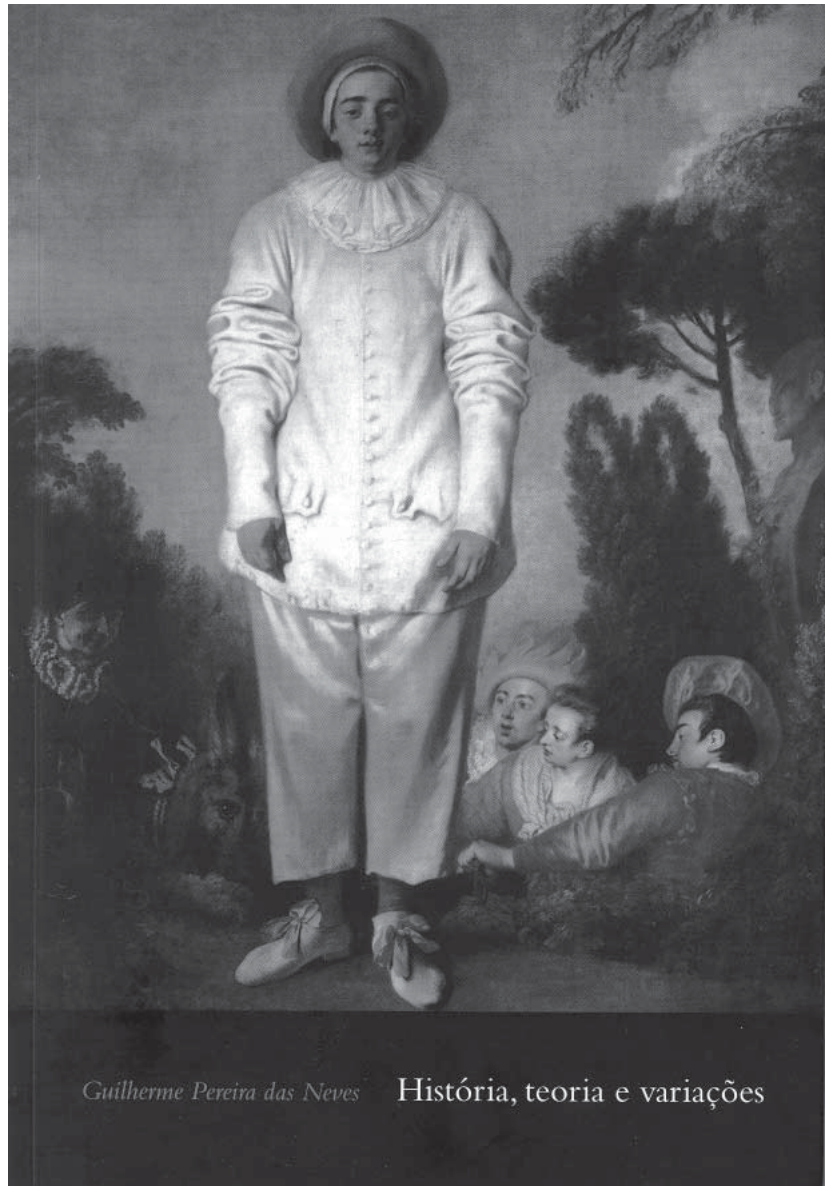
Em primeiro lugar, gostaria de destacar um aspecto que é possível observar desde a dedicatória aos seus alunos. Escrito como uma, ou doze grandes aulas, este livro não se dirige somente aos seus pares da universidade e da academia, com quem certamente as ideias aqui contidas já foram discutidas, mas àqueles que estão aprendendo o difícil ofício do historiador. Os artigos se caracterizam por uma combinação (infelizmente cada vez mais rara) de erudição e linguagem didática, mas não fácil, ou de menor rigor formal. A primeira parte, intitulada “O caminho da reflexão”, funciona como um curso de teoria e métodos da história, refletindo os anos de atuação como professor desta área na Universidade Federal Fluminense. Já no primeiro artigo, “História: a polissemia de uma palavra”, no qual empreende uma história do conceito de História, parte de uma

dificuldade muito comum para a maioria dos professores, de todos os níveis, de explicar aos seus alunos o que é afinal a história e qual a sua finalidade. Para realizar esta tarefa hercúlea, Guilherme torna aos oitocentos, quando a história se concebe disciplina e se consolida profissionalmente, nas academias, nas universidades, nos arquivos públicos, e debate o *historismo* que vigorou hegemônico até as primeiras décadas do século XX, quando historiadores franceses reunidos em torno de uma nova ideia de história, a célebre Escola dos *Annales*, promovem uma mudança de paradigma ao aproximá-la das ciências sociais. Um assunto que pode parecer batido, mas pela pena do professor Guilherme é tratado com grande historicidade, evitando um certo maniqueísmo que ainda prevalece, entre uma *má história*, dos grandes personagens e eventos políticos, que teve papel decisivo na constituição dos estados nacionais, e uma *boa*, a nova história social, totalizante, das massas, da longa duração promovida por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e seus seguidores. Como se esta perspectiva não resultasse também de um jogo de forças e tensões políticas, vivenciadas dentro das universidades francesas entre os anos de 1930-50, como bem mostrado no capítulo “A quem da história: os *Annales* aos 80 anos”.

E como os historiadores estão sempre enredados nas tensões e questionamentos do seu próprio tempo, o conceito do fazer história e o ofício de quem tem a tarefa de

escrevê-la estão em constante mudança. A “Nova História” vem questionar uma cristalização dos estudos dessa história social *annaliste*, sob influência estruturalista, baseados em grandes séries documentais, recheadas de números e estatísticas, de procedimentos metodológicos que reafirmem o caráter “científico” da história, mas que acabavam por perder a dinâmica dos processos, dos acontecimentos, em narrativas descritivas e áridas. Essa vertente, nascida de dentro dos *Annales*, procurou recuperar em parte aspectos demonizados da velha história política, como a importância do acontecimento em seu caráter único e o resgate do indivíduo, diluído anteriormente nas massas, a importância da cultura e dos discursos, expressa, neste último caso, por uma volta da narrativa e pelos embates promovidos *pós-linguistic turn*, que obriga os historiadores a reverem seus paradigmas, frente aos questionamentos pós-modernos do

estatuto de cientificidade da história. A partir deste momento de crise, do retorno da história política, da explosão de novos objetos e olhares, e de uma diferente escala de análise, a micro-história, outras abordagens mostram-se atraentes, como a história conceitual das linguagens políticas e a hermenêutica. O que parece uma sucessão de viradas teóricas e metodológicas vividas no decorrer do século XX



Guilherme Pereira das Neves História, teoria e variações

é, na verdade, um verdadeiro caldo que se mistura ao tempo em que vivemos, no qual correntes de pensamento, por vezes aparentemente opostas, convivem e evidenciam que o tempo da história não é o tempo do progresso, o tempo linear que às vezes teimamos em lhe atribuir. Os diversos entendimentos sobre o que é a história, e como ela deve ser pensada, escrita e vivida variam e coexistem.

Em meio a tantas possibilidades, apesar de trabalhos que versem sobre teoria e metodologia da história ainda não serem muitos, são, no entanto, expressivos. Os temas espinhosos e ainda hoje polêmicos tratados na primeira metade deste livro, que por vezes vemos relegados às introduções de teses e dissertações – salvo exceções –, são competentemente enfrentados pelo autor, reforçando a importância que devem ter os estudos sobre teoria e historiografia, que atualmente vão ganhando terreno nos departamentos das universidades, na criação de grupos de pesquisa e no lançamento de periódicos especializados.¹ Livros como este são, ao mesmo tempo, reflexo de uma preocupação de longa data do historiador com seu campo de trabalho e um incentivo para o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Dois artigos ainda da primeira parte, o ótimo “Nação, cultura e história: um ensaio desencantado” e “A catedral submersa”, atentam para as dificuldades enfrentadas por professores nas escolas, as quais são, simultaneamente, objeto para a história da educação no Brasil e preocupação, ao

se tentar compreender o estado de abandono e empobrecimento do ensino como um todo no país, cabendo assim ao historiador/professor refletir sobre seu papel nesse processo, a começar talvez pela distância que separa o que se aprende nas universidades e nos bancos escolares. Na raiz dos problemas educacionais do presente, a desagregação do modelo jesuíta ainda no século XVIII sem um novo sistema para substituí-lo, a tímida penetração das ideias ilustradas que fez retardar o ingresso do país na modernidade, a baixa alfabetização e escolaridade da maioria da população, são reflexos de séculos de escravidão e exclusão da cidadania, que não possibilitaram a consolidação de uma opinião pública. Como consequência, somos ainda, até o presente, uma nação meio torta, que desdenha do ensino, da memória, do patrimônio, e se identifica mais com o futebol do que com sua própria história, e onde a televisão educa mais que a escola. Essas questões, melhor desenvolvidas pelo autor, sugerem certo desencanto, mas que deve servir de estímulo ao estudo, à reflexão e à mudança.

Na segunda parte do livro, “O caminho da aplicação”, o autor vai da teoria para a prática em seis artigos sobre o pensamento político dos intelectuais ilustrados no mundo luso-brasileiro, resultantes de projetos de pesquisa, que demonstram parte de sua produção historiográfica e de suas escolhas teóricas e metodológicas. Na leitura fica evidente um alinhamento com a *história dos conceitos*, proposta por

Reinhart Koselleck, cuja obra oferece inúmeras possibilidades de pesquisa, e das *linguagens políticas*, conforme praticada pela então chamada Escola de Cambridge, cujo principal interlocutor para Guilherme Neves foi John Pocock. Por meio destas duas chaves de interpretação, que segundo o autor são mais complementares do que opostas, os artigos são resultado de extensas pesquisas sobre a significação e o entendimento do vocabulário e linguagem políticos das Luzes luso-brasileiras, expressos em memórias, discursos, pareceres e outros textos de letrados ilustrados do mundo português. Parte dos termos e conceitos próprios da época, das ferramentas mentais de que dispunha a elite luso-brasileira, e do contexto do ideário político para compreender sua visão de mundo e a apropriação das ideias que circulavam na península ibérica e na Europa entre o setecentos e o oitocentos.

Esses textos demonstram, às vezes melhor do que aulas e livros, a metodologia de trabalho do autor, o ofício do historiador: a aplicação da teoria, o diálogo com a bibliografia, aliados à extensa pesquisa e densa leitura das fontes utilizadas. Em “Como um fio de Ariadne...”, o autor toma por base textos de dois personagens de trajetórias semelhantes, o padre Miguelinho e frei Caneca, ligados ao Seminário de Olinda, que participaram da revolução de 1817, mas tomaram rumos diferentes entre o período de 1820-1824. No artigo, a partir dos textos, das influências e do vocabulário dos autores, Guilherme Pereira Neves busca

compreender a penetração das “pálidas Luzes ibéricas” no pensamento dos letrados e sua relação com a ideia de um império luso-brasileiro, partindo de conceitos-chaves para os que viviam às vésperas da Independência, como liberdade e pátria. O vocabulário da emancipação ressurgiu no último artigo do livro, “Independência e liberdade sem liberalismo: Brasil, c. 1777-1870”, escrito com Lúcia Bastos, no qual os dois autores realizam uma análise conceitual do movimento da independência, recuperando os diversos significados de liberdade, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, e a formação de uma incipiente opinião pública no novo mapa político do Brasil.

No excelente “Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão”, tal como no artigo anterior, o autor compara os discursos de dois religiosos, letrados, e sua interpretação das ideias ilustradas que aportaram em Portugal e no Brasil na virada dos séculos XVIII para o XIX. A própria natureza dos textos, uma memória e seu ajuizamento já prenunciavam um antagonismo, sobretudo se levarmos em conta que o tema da querela era a justiça do comércio de escravos, defendida pelo bispo Azeredo Coutinho, criador do Seminário de Olinda, e muito criticada pelo padre Antônio Ribeiro dos Santos, censor régio, e que permite vislumbrar o pensamento de ambos muito além da discordância em relação à escravidão.

A reflexão sobre esse programa luso-brasileiro e sua filiação com as Luzes avança em “As máximas do marquês...”, no qual o autor se ocupa da trajetória política e de vida de Mariano José da Fonseca, que, de preso acusado de promover ideias sediciosas em 1794 no Rio de Janeiro, acaba como um respeitável grande do Império, o marquês de Maricá. No decurso de uma vida, o autor discute a apropriação dos enunciados revolucionários que circulavam e avalia a real dimensão de sua influência para a chamada

geração de 1790, que, defensora do sonho de um império luso-brasileiro, teve de se adaptar à realidade do Império do Brasil.

Este livro merece ser lido como uma grande aula de teoria da história, pelas possibilidades de aprendizado e pesquisa que oferece sobre o pensamento político luso-brasileiro e, sobretudo, porque mais do que o exercício de uma história pensada, de uma história como escrita do tempo e de si própria, é resultado da melhor forma de história, a vivida.

N O T A S

1. Para citar alguns exemplos somente, cf. Jasmin, Marcelo; Feres Jr., João. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, e dos mesmos autores, *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007. Ainda Varella, Flávia et al. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. Este último resultado do II Seminário de História da Historiografia, evento que se realiza anualmente desde 2007 na Universidade de Ouro Preto/Mariana, e que, além desta publicação, impulsionou também o lançamento da revista eletrônica *História da Historiografia*. Ver também Neves, Lucia Bastos et al. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, resultado do I Seminário de História da Historiografia Brasileira, promovido pela UERJ. Aproveito para notar que a bibliografia apresentada por Guilherme Pereira das Neves é, creio que em número bastante significativo, composta de livros ainda não traduzidos, e muitos dos quais mereceriam versões em português, o que os tornaria mais acessíveis à comunidade profissional e aos interessados em história.

Recebido em 22/6/2012

Aprovado em 20/9/2012

R E S E N H A

Relatos da Presidência

Porta-vozes contam história e constroem memória

André Singer, Mário Hélio Gomes, Carlos Villanova, Jorge Duarte (orgs.).
No Planalto, com a imprensa: entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes de JK a Lula. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana; Brasília: SECOM, Presidência da República, 2010.

Teresa Palazzo Schmitt Filardo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

Gilda Boruchovitch

Professora e jornalista.

Com o objetivo expresso de preservar a memória institucional da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, os organizadores do livro apresentam um conjunto de entrevistas realizadas com aqueles que desempenharam os papéis de secretário de Imprensa e/ou porta-voz da Presidência da República desde o governo de Juscelino Kubitschek até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para ilustrar cada momento

histórico descrito, André Singer, Mário Hélio Gomes, Carlos Villanova e Jorge Duarte também oferecem ao leitor uma seleção de imagens editadas pelo fotógrafo Orlando Brito.

O livro é editado em dois volumes que somam mais de novecentas páginas. Cada entrevista representa um capítulo, sendo este aberto com uma imagem do entrevistado, em serviço, ou com uma imagem

significativa do respectivo período histórico, acrescida de uma frase expressiva do secretário e/ou porta-voz e de uma pequena biografia do protagonista do capítulo. A ordenação das entrevistas segue as sucessões no comando da Secretaria. Além da imagem em cada capítulo, ao final de ambos os volumes encontra-se uma sequência de fotografias, dispostas cronologicamente, referentes às presidências cobertas no respectivo tomo.

A apresentação do trabalho é elaborada por André Singer, que justifica a iniciativa da coletânea e esclarece que “o propósito de resgatar, do modo mais completo possível, a memória da constituição da Secretaria de Imprensa e das atividades dos porta-vozes da Presidência da República” (v. 1, p. 7) estimulou a decisão de se incluir, sem omissões, todo o período de 1964-1989. Ademais, Singer ressalta que todos os textos foram publicados com a aprovação expressa dos respectivos entrevistados, deixando, assim, para estes a responsabilidade pelas opiniões, informações e interpretações proferidas. Após a apresentação, e antes de as entrevistas serem expostas, Jorge Duarte conta o desenvolvimento da relação entre governo e imprensa durante os anos republicanos que antecederam o governo JK, em ensaio intitulado “Gabinetes de Imprensa da Presidência da República: da Proclamação às vésperas do golpe”.

As entrevistas foram realizadas em junho e agosto de 2005 por Jorge Duarte, que “optou por ser, ao mesmo tempo, abrangente e flexível, de modo a funcionar, so-

bretudo, como um facilitador do relato que o entrevistado quisesse fazer” (v. 1, p. 8). Nem todos os secretários e/ou porta-vozes aceitaram conceder entrevistas, como foi o caso do general José Maria de Toledo Camargo, que esteve à frente da área entre 1977 e 1978, durante o governo Ernesto Geisel, e da jornalista e chefe da Secretaria de Imprensa, entre 1995 e 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, Ana Tavares de Miranda. Outros nomes da história da Secretaria de Imprensa, como Raul Ryff, Danton Pinheiro Jobim, Heitor Herberto Sales, Heráclio Assis de Salles, José Wamberto Pinheiro, Oséas Martins, Rubem Carlos Ludwig e Carlos Castello Branco não constam do rol de entrevistados porque já haviam falecido quando do início do projeto de elaboração da obra.

No contexto da flexibilidade, as entrevistas não apresentam extensão estandardizada, variando de 13 a 92 páginas. No mesmo sentido, Duarte não adotou perguntas padronizadas, de forma a se notar, de fato, uma condução abrangente e, ao mesmo tempo, atenciosa para com cada uma das vinte e quatro personalidades entrevistadas, cada presidente em questão e cada momento histórico. Somando-se a isso, pode-se afirmar que nenhuma pessoa ou nenhum fato histórico citados nos relatos escapam de notas explicativas. Mário Hélio Gomes as elabora para contextualizar as citações e facilitar a compreensão de alguns comentários dos entrevistados.

Para além da descrição das atividades dos(as) secretários(as) e/ou porta-vozes,

as falas desses indivíduos, nas entrevistas, não estão mais revestidas da função que outrora exerceram. Os entrevistados falam, sim, de um lugar privilegiado da história nacional, mas, agora, com liberdade e autonomia para contar episódios inusitados, revelar passagens surpreendentes, interpretar os atos, os fatos e as pessoas a seu modo. Embora haja lacunas decorrentes da falta de algumas narrações, em vista dos falecimentos ou recusas, não se pode dizer que existam impedimentos para dar uma sequência coerente aos fatos relatados. Imagina-se, contudo, que a presença de tais depoimentos enriqueceria ainda mais a obra.

Mesmo que se encontrem contradições quando do co-tejamento dos relatos, do ponto de vista histórico, as entrevistas se revelam testemunhos excepcionais, pois cada secretário tem a chance de detalhar acontecimentos marcantes para a história nacional. Um exemplo disso é o momento da criação do ato institucional n. 5. Além de contar a conversa entre os políticos que decidiam sobre seu estabelecimento, reproduzindo os diálogos – “O Costa e Silva diz: ‘Bem, o que vamos fazer?’ Os generais todos pressionando: ‘Tem que ser um ato, tem que fechar’” (v. 1, p. 68) –, Carlos Chagas narra como foi conviver com a censura do ato, sendo jornalista e colunista de política de *O Globo*: “Vamos falar a verdade, não foi só *O Globo*, todos os jornais encolheram. Era um regime em que qualquer coronel, qualquer cabo

corneteiro podia entrar na redação e dizer: ‘Está fechado!’” (v. 1, p. 70), e como foi aceitar o convite para desempenhar o papel de secretário de Imprensa em pleno regime militar: “Imagine que fim de semana eu passei. Primeiro, ter que mudar de cidade; segundo, ser secretário de Imprensa de uma ditadura” (v. 1, p. 72).

Outro exemplo da rica contribuição da obra para a nossa história é a narração de Antonio Britto, secretário e porta-voz no período emblemático da reabertura do país para a democracia. O Brasil estava buscando fechar um ciclo sombrio, tendo na eleição de Tancredo Neves, mesmo que indireta, uma perspectiva de luz para o país, quando surgiu um perigo institucional: o novo presidente poderia não assumir o cargo por motivos de saúde. Diante do inesperado, os olhos militares voltavam a mirar a cadeira presidencial. Britto chegou, ainda jovem e sem experiência na função, para ser “o porta-voz de uma crise”, nas palavras de Duarte (v. 2, p. 16). Com muitos detalhes, o ex-porta-voz narra os momentos de confusão, angústia, medo e incerteza que tomaram conta do país naqueles dias, revelando que, antes mesmo da oficialização da democracia, já se desenhava o novo papel da imprensa e se engendravam as novas demandas da sociedade. Em seu relato, comenta sobre sua emoção controlada, mas exposta em seus olhos, quando dos pronunciamentos sobre a saúde de Tancredo Neves e especialmente do anúncio de sua morte: “Quando desci para ler a notícia da morte

do presidente, jurei para mim mesmo que não ia me descontrolar. Acho que você não tem o direito, diante do país, de cair em lágrimas e se descontrolar” (v. 2, p. 25).

Para o jornalismo, a obra contribui para possíveis esclarecimentos quanto à função de assessor de imprensa. Durante o regime de exceção, muitos jornalistas ocuparam, simultaneamente, cargos nas redações e nas assessorias públicas. Alguns dos secretários de Imprensa da Presidência da República, como José Wamberto, Carlos Chagas, Marco Antonio Kraemer e Alexandre Garcia, eram jornalistas. O expediente dos comandantes do regime militar de empregar jornalistas de redação em sua Secretaria de Imprensa ou em algumas assessorias públicas costuma ser visto como uma contribuição negativa do regime para a profissão de assessor de imprensa. A questão era: como tais jornalistas assegurariam que estavam trabalhando a serviço do leitor e, ao mesmo tempo, a serviço de seu assessorado? Muito da má vontade de repórteres, editores e outros chefes na hierarquia das redações para com assessores de imprensa à época, e ainda hoje, com menos intensidade, se explica por essa questão histórica. Dessa forma, *No Planalto, com a imprensa* colabora para aclarar, se não todos os outros tipos de assessores, pelo menos o papel de secretário de Imprensa da Presidência da República, desmitificando-o, visto que os entrevistados jornalistas (com exceção de José Wamberto) expõem suas motivações pessoais para aceitar tal empreitada.

Além de jornalistas, escritores, cientistas sociais, psicólogos, advogados, agrônomos, médicos, publicitários, diplomatas e militares também exerceram a função de secretário de Imprensa e/ou porta-voz dos vários presidentes cujos mandatos foram abordados na obra. Seus depoimentos demonstram que, ao atuarem como responsáveis pela relação entre a Presidência e a imprensa, estavam plenamente conscientes de sua importância e obrigação, buscando facilitar o relacionamento da imprensa com o poder e desdobrando-se entre sua fidelidade ao presidente da República e a necessidade de divulgar os fatos e informar corretamente a sociedade, como se pode constatar nas palavras de Ricardo Kotscho, secretário de Imprensa de Lula, de 2002 a 2004: “O meu grande problema sempre foi conciliar os interesses do governo, do presidente e da imprensa” (v. 2, p. 428).

Em vista do que é hoje a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, a obra é, sem dúvida, um testemunho da evolução da instituição. Em primeiro lugar, os relatos colhidos confirmam que a estruturação dos cargos envolvidos na máquina do Estado vem se tornando mais complexa ao longo dos anos, pois na medida em que a sociedade identifica novos conflitos e necessidades, novos paradigmas vão surgindo, levando à criação de dispositivos que solucionem as divergências e atendam as carências. Em segundo lugar, ao se progredir na leitura das entrevistas, constata-se que todo o aparato comunicacional da Presidência da República vem

acompanhando o desenvolvimento das estratégias de comunicação empresarial/política, que, somadas ao avanço colossais da quantidade dos meios de comunicação e das tecnologias de suporte, tornaram inevitável a sofisticação da função e da área de comunicação como um todo. O que no início do período republicano era apenas colaboração de dois especialistas em imprensa – Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa –, hoje, 2012, é uma estrutura com status de ministério: a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR). Além da Secretaria de Imprensa da Presidência da República (SIP), também estão subordinados à SECOM um chefe de gabinete, uma secretária executiva, um porta-voz, dois secretários adjuntos de imprensa, um assessor para relações com a imprensa nacional, um diretor para a imprensa regional, outro diretor para a imprensa internacional, um diretor de produção e divulgação de imagens, um assessor do *blog* do Planalto, um assessor especial da Coordenação-Geral de Análise, Planejamento e Avaliação, um coordenador-geral de produção e divulgação de informações (*site*), um diretor do Departamento de Apoio Operacional e Administrativo, um assistente do setor de credenciamento, um coordenador operacional de eventos, um coordenador de videofusão e um chefe de divisão de áudio.

A edição de imagens feita por Orlando Brito é primorosa. A começar pelas fotografias selecionadas para estampar a capa dos dois volumes, que retratam o início e o fim do período coberto pelas entrevistas, as fotos

enriquecem a obra por apresentarem outra linguagem. Por meio da linguagem visual, percebe-se um acréscimo substancial ao teor dos textos. É como se as imagens também estivessem prestando seus depoimentos para a composição da história e da memória da instituição. Um exemplo significativo é a fotografia que ilustra a entrevista de Etevaldo Dias: o presidente Fernando Collor, debaixo d'água, em um mergulho solitário. Ela é simplesmente perfeita para corroborar as palavras de Dias: "Collor alienou-se diante da crise" (v. 2, p. 231).

Quanto ao formato de entrevistas para atingir a finalidade de preservar a memória da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, talvez não seja o mais objetivo. Não obstante a obra seja repleta de informações relevantes para o histórico da instituição, o leitor tem de se esmerar para alinhar cronologicamente os dados. Além disso, os entrevistados fazem diversas menções a várias pessoas e a muitos episódios, os quais são devidamente explicados nas notas quando necessário, trazendo uma avalanche de minúcias que, a certo ponto, cansam e desestimulam a leitura. É bom deixar claro, no entanto, que o que cansa a leitura não são as entrevistas em si, mas a quantidade de elementos introduzidos nas notas. As entrevistas são de fácil e muito agradável leitura. Apesar de terem linguagem cuidada, nos dão a impressão de que estamos em um bate papo bem informal e descontraído com indivíduos importantes, cheios de novidades e curiosidades para nos revelar.

A iniciativa da elaboração da obra é louvável, tendo em vista a escassez de trabalhos dedicados a documentar fatos na produção acadêmica sobre jornalismo no Brasil. As informações concedidas pelos entrevistados são complexas e ricas, de valor inestimável para a história nacional e para a democracia. Não fosse exatamente a falta dessa documentação – e isso se comprova na dúvida, expressa na apresentação de Singer, sobre quem foi precisamente designado o primeiro secretário de Imprensa –, *No Planalto, com a imprensa* não teria sua razão de ser. Contrariamente, nos Estados Unidos, por exemplo, não faltam livros de memórias de ex-secretários, de história, como *All the Presidents' Spokesmen*, de Woody Klein, de 2008, ou mesmo de teoria jornalística acerca da atividade da Secretaria de Imprensa da Casa Branca, como *Spin Cycle*, de Howard Kurtz, de 1998.

A partir dos depoimentos colhidos, da introdução de Singer, do ensaio de Duarte, das imagens editadas por Brito, das notas de Gomes, um painel de informações se configura, confirmando dados históricos, revelando novos, lançando luz sobre os bastidores da Presidência da República e, principalmente, alinhavando o desenvolvimento da função de secretário de

Imprensa e/ou porta-voz do mais alto escalão do poder no Brasil. Dessa forma, o objetivo da obra se cumpre: uma contribuição para o edifício da memória da instituição Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Podem somar para essa iniciativa de preservação, documentos recolhidos ao Arquivo Nacional sob os títulos “Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República” (período de 1967 a 1985), “Gabinete Pessoal do Presidente da República” (de 1978 a 1999) e “Gabinete Civil da Presidência da República” (de 1920 a 1965).

André Singer, jornalista e ex-porta-voz, Mário Hélio Gomes, jornalista e escritor, Carlos Villanova, diplomata e ex-porta-voz, e Jorge Duarte, assessor da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, autor e organizador de vários livros na área de comunicação, disponibilizam uma obra que instiga a curiosidade, proporciona a reflexão sobre a política nacional e sobre a relação da imprensa com o poder, desvelando a relevância do jornalismo para a sociedade. Além disso, a publicação se revela prenhe de informações úteis tanto para a construção individual e coletiva de conhecimento e memória quanto para o desdobramento de futuras pesquisas.

Recebido em 7/5/2012

Aprovado em 1/6/2012